

MESTRADO
EM ARQUEOLOGIA

Castelo de Pombal.
Contributo para o seu estudo

Tiago José de Castro

2023



Tiago José de Castro

Castelo de Pombal. Contributo para o seu estudo

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, orientada pelo
Professor Doutor Mário Jorge Barroca

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ano 2023

À minha mãe,

Maria La Salette Gonçalves de Castro (09/09/1968 – ~~X~~26/06/2023)

Sumário

Declaração de honra	6
Agradecimentos	8
Resumo.....	9
Abstract	10
Índice de Figuras	11
Introdução.....	12
1.Estado da Arte sobre o castelo de Pombal	21
2.A Ordem do Templo.....	26
2.1. Origens.....	26
2.2. Arquitetura militar no Oriente Latino.....	32
2.3. Templários em Portugal no séc. XII.....	42
2.4. Gualdim Pais.....	47
3. O castelo de Pombal - Enquadramento.....	52
3.1. Enquadramento histórico e geográfico.....	52
3.2. Fatores de implantação.....	58
3.3. Cronologia do castelo.....	62
4. A arquitetura atual.....	64
4.1. A planta.....	64
4.2. Os torreões e panos de muralha.....	67
4.3. A torre de menagem.....	82
4.4. Outras ruínas.....	85
5. O percurso do castelo.....	87
5.1. Um castelo-mosteiro templário - Séc. XII.....	87
5.2. Reformas defensivas - Sécs. XIII e XIV.....	99
5.3. Um castelo da Ordem de Cristo - Séc. XIV.....	102

5.4. Reforma do Infante D. Henrique - Séc. XV.....	103
5.5. Reforma manuelina - o castelo segundo o Tombo de 1508.....	104
5.6. O castelo segundo o Tombo de 1663.....	109
5.7. O abandono - Séc. XVIII.....	116
5.8. O impacto da DGEMN - Séc. XX.....	119
6. Considerações Finais	130
7. Bibliografia	132
7.1. Fontes documentais	132
7.2. Estudos.....	132
7.3. Sítios informáticos.....	140
7.4. Ferramentas informáticas.....	141
8. Anexos	142
8.1. Apêndice documental.....	142
8.2. Apêndice fotográfico.....	172
8.2.1. Fotografias DGPC/SIPA.....	172
8.2.2. Postais.....	361
8.2.3. Fotografias atuais.....	368
8.2.3.1. Vistas gerais.....	368
8.2.3.2 Vistas de pormenor.....	372
8.3. Apêndice Gráfico.....	439
8.3.1. Gravuras.....	439
8.3.2. Plantas DGPC/SIPA.....	441
8.3.3. Plantas recentes.....	456
8.3.4. Representações gráficas.....	459

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é da minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 15 de Setembro de 2023

Tiago José Gonçalves de Castro Pacheco

Agradecimentos

À minha mãe, que sempre me encorajou a perseguir aquilo que acredito, manifesto a minha eterna gratidão e saudade.

Agradeço ao meu pai, ao meu irmão e à minha irmã, por sempre terem acreditado em mim, até nos meus piores momentos.

À Sara, a minha companheira de vida, agradeço pelo amor, amizade e paciência com que me apoiou durante esta jornada.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Mário Jorge Barroca, agradeço por todo o seu trabalho, que me serviu de inspiração ao tema que aqui apresento. Tenho especial gratidão pela sua paciência, atenção e disponibilidade para me ajudar.

Resumo

O castelo de Pombal foi a primeira iniciativa construtiva de Gualdim Pais quando assumiu o destino da Ordem do Templo em território português. Com esta estrutura, introduziu elementos que refletem a sua aprendizagem enquanto esteve no Oriente Latino na primeira metade da década de 50 do séc. XII, onde participou em importantes operações militares no contexto da 2ª Cruzada, convivendo de perto com as formas de construir dessa região. Essas influências, e a mais próxima convivência com a conduta da Ordem do Templo no seu maior centro de atividade, não podem ser ignoradas quando se analisam as estruturas erigidas por sua vontade.

Este castelo foi utilizado desde da primeira metade do séc. XII até finais do séc. XVIII, passando por diferentes fases construtivas que alterariam alguns dos seus elementos ao longo da sua existência, com destaque para a intervenção a que foi sujeito por parte da ex-Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) durante os anos 30 do século passado, resultando na estrutura que se nos apresenta nos dias de hoje. Assim, este trabalho pretende explicar a sua trajetória, desde o seu surgimento até ao seu abandono e subsequente processo de restauro.

Palavras-chave: Arqueologia; Castelos; Gualdim Pais; Templários; DGEMN

Abstract

The Castle of Pombal was the first construction initiative of Gualdim Pais when he assumed the leadership of the Order of the Temple in Portuguese territory. With this structure, he introduced elements that reflect his learning while in the Latin East in the first half of the 12th century, where he participated in important military operations in the context of the Second Crusade, closely interacting with the construction methods of that region. These influences, along with his closer association with the conduct of the Templar Order in its major center of activity, cannot be ignored when analyzing the structures erected under his command.

This castle was in use from the first half of the 12th century until the late 18th century, undergoing different phases of construction that altered some of its elements over its existence. Of note is the intervention it underwent by the former Directorate of Buildings and National Monuments (DGEMN) during the 1930s, resulting in the structure that we see today. Thus, this work aims to explain its trajectory, from its inception to its abandonment and subsequent restoration process.

Key-words: Archaeology; Castles; Gualdim Pais; Templars; DGEMN

Índice de Figuras

FIGURA 1- PLANTA GERAL DO CASTELO DE POMBAL COM DESIGNAÇÕES ALFANUMÉRICAS DOS TORREÕES E PANOS DE MURALHA.....	459
FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DE VESTÍGIOS DE ALAMBOR	460
FIGURA 3 – TORRE DE MENAGEM	461
FIGURA 4 - ABSIDE	462
FIGURA 5 - BOCAS DE CISTERNA.....	463
FIGURA 6 – DOIS ARCOS JUNTO DO TORREÃO F E DO PANO DE MURALHA 6.....	464
FIGURA 7 – SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUA	465
FIGURA 8 – BARBACÃ DE PORTA.....	466
FIGURA 9 - BARBACÃ.....	467
FIGURA 10 – BARBACÃ COM TORREÕES K, L E M.....	468
FIGURA 11 -VESTÍGIOS DA IGREJA DE SANTA MARIA DO CASTELO	469
FIGURA 12 - PROPOSTA DE LOCALIZAÇÃO DA CAPELA DE S. MIGUEL E CASA DA MESMA DIMENSÃO (SEGUNDO A DESCRIÇÃO DE 1663).....	470
FIGURA 13 - PROPOSTA DE LOCALIZAÇÃO GERAL DE ALGUNS ELEMENTOS NO SÉC. XII	471
FIGURA 14 - PROPOSTA DE LOCALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS PRESENTES NA DESCRIÇÃO DE 1508.....	472
FIGURA 15 - PROPOSTA DE LOCALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS PRESENTES NA DESCRIÇÃO DE 1663.....	473

Introdução

a) Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo o estudo do castelo de Pombal, a primeira iniciativa construtiva de D. Gualdim Pais, figura icónica da Reconquista, cujo papel se veio a afirmar no contexto da defesa e administração dos domínios templários em território de Portugal na segunda metade do séc. XII. Sendo um pioneiro na introdução de certos elementos que viriam a definir a arquitetura militar ao longo do século em que viveu, o que se ficou a dever à sua experiência no âmbito da Segunda Cruzada onde teve a oportunidade de assistir em primeira mão às formas de construir castelos no Oriente Latino, influenciou os tipos de estrutura, organização de espaço e a aplicação de novos elementos defensivos adaptados aos desafios militares que a sua época apresentou. Portanto, a sua figura não pode ser separada do caso que aqui pretendemos estudar. Neste sentido, constatamos que não existem estudos suficientemente aprofundados para este caso, havendo algumas abordagens mais ou menos breves, mas que não levantam algumas questões que neste trabalho consideramos que seria importante abordar.

A maioria dos estudos enquadram o castelo de Pombal no âmbito exclusivo da arquitetura militar portuguesa, não havendo o devido enquadramento no panorama geral dos castelos templários a nível internacional, nomeadamente a sua devida comparação com os casos presentes no Oriente Latino, de onde Gualdim Pais trouxe conhecimentos construtivos. Tendo em conta que a Ordem do Templo era uma organização de alcance supranacional, não nos parece suficiente ver o castelo de Pombal apenas como mais uma construção no âmbito da Reconquista, sendo necessário um estudo mais abrangente que o inclua no quadro geral das fortificações desta organização religiosa-militar. Através da reconstituição do percurso de Gualdim Pais, podemos obter uma ideia aproximada das construções com que o freire-cavaleiro terá tido contacto durante os cinco anos em que esteve presente no Oriente Latino, permitindo daí inferir de onde poderá ter obtido os conhecimentos construtivos que veio a aplicar quando regressou a Portugal. Outro aspeto que achamos imperativo

salientar, e que não tem sido devidamente estudado, é a dupla dimensão deste castelo, que reflete a própria ideologia da Ordem do Templo, através dos seus aspetos militar e o monástico. A dimensão militar é aquele em qual os autores mais têm colocado o seu foco, muitas vezes limitando-se a repetir aquilo que outros autores têm apresentado nos seus estudos, não havendo uma tentativa de aprofundar de que forma a Regra da Ordem do Templo se reflete também na sua forma de construir. Portanto, iremos aqui demonstrar que o castelo de Pombal é um caso típico de arquitetura da Ordem do Templo, pois esta possuía formas particulares adaptar o espaço às suas necessidades não apenas militares como também outras que transcendiam as meras questões defensivas.

Além da forma como a vivência Templária se reflete no castelo de Pombal, pretendemos abordar esta estrutura como um organismo arquitetónico. Todas as construções humanas têm um momento de nascimento, diferentes fases de desenvolvimento e posterior abandono, e muitas vezes, momentos de restauro ou requalificação. Neste estudo, pretendemos aprofundar todas essas fases deste monumento.

b) Metodologia e limitações do estudo

Para podermos realizar este trabalho tivemos de definir uma metodologia que nos permitisse responder às questões que aqui propusemos. Portanto, aquela que definimos foi dividida em diferentes etapas, sendo estas as seguintes: revisão bibliográfica, análise de documentos históricos e epigráficos, recolha de registos gráficos, observação direta do castelo de Pombal, e elaboração de representação visual do castelo através de um modelo tridimensional.

A revisão bibliográfica consistiu em reunirmos um conjunto de estudos que nos pareceram necessários para traçar um enquadramento o mais exato possível. A maioria destes estudos não são dedicados ao caso específico do castelo de Pombal, sendo trabalhos de âmbito mais geral que não abrangem de forma particular este monumento. Esses escritos, presentes em livros e artigos com temáticas mais gerais do que apenas

esta fortificação, mostraram-se fundamentais, e as suas breves referências são extremamente úteis para uma primeira aproximação ao estudo desta estrutura. Essas referências ao castelo de Pombal abrangem, como veremos, desde as perspetivas mais generalistas até às mais detalhadas, sendo algumas de carácter mais especulativo e outras de âmbito mais especializado. Através desta revisão da bibliografia existente, percebemos que a maioria dos estudos apontam aspetos parciais do castelo não conseguindo enquadrar num panorama maior, ou não entendendo que este castelo é um bom exemplo, não só de arquitetura militar, mas sim da arquitetura da Ordem do Templo. Em suma, o primeiro passo na nossa metodologia de trabalho foi entender que tipo de referências bibliográficas existiriam para o castelo. Apesar de o nosso estudo recorrer à bibliografia existente para os castelos em território português, não se limita apenas a utilizar a arquitetura militar portuguesa como meio de comparação, pretendendo também dialogar com outros casos, como os castelos da Ordem do Templo na Terra Santa, onde o castelo de Pombal colheu a sua inspiração, e onde podemos encontrar alguns paralelos com castelos das Ordens Militares em geral¹. Para um melhor conhecimento destes casos recorreremos a alguns trabalhos que estudam castelos dessa área geográfica. Entre eles, podemos encontrar estudos dedicados à arquitetura dos castelos Cruzados do ponto de vista da sua função puramente defensiva², à arqueologia das Cruzadas e das Ordens Militares³, e aos castelos do Oriente Latino analisados através do método da sintaxe espacial⁴, método que, aplicado em contexto arqueológico, pode ajudar a reconstituir o movimento dos habitantes do castelo no seu interior, inferindo daí certos padrões de comportamento social e cultural que não se limitam às práticas militares⁵. Tendo em conta a diversidade de abordagens dos estudos castelares, pretendemos aqui fazer uma aproximação que tem a sua influência em todas essas metodologias de estudo. Através desta abordagem, verificamos que o castelo de Pombal

¹ A introdução em Portugal de elementos defensivos presentes na Terra Santa já foi discutida por outros autores: BARROCA, 1996-1997; 2001; 2017; OLIVEIRA, 2000; 2001; 2010; 2017, tendo este último destacado, além dos paralelos na arquitetura, os presentes na toponímia.

² KENNEDY, 1994; NICOLLE, 2004; 2005.

³ BOAS, 1999; 2006.

⁴ Sobre este método vd. HILLIER e HANSON, 1984.

⁵ MOL, 2012.

não possuiria a mesma dimensão e complexidade dos castelos do Oriente Latino. No entanto, possuía os mesmos elementos e a mesma forma de organização numa menor escala.

Para uma melhor contextualização do ponto de vista histórico, utilizamos documentação que nos pareceu ser essencial a esse fim, recorrendo a obras que são fundamentais para o conhecimento das fontes documentais disponíveis. Estas fontes são constituídas essencialmente pelos forais da região, por documentos avulsos e por visitas. Em todo o caso, as referências documentais ao castelo não são muito abundantes. Devemos também realçar a existência de descrições do seu interior nos séculos XVI e XVII⁶, que foram extremamente importantes para definir as estruturas que existiriam no interior do castelo nessas épocas. Para fazer um levantamento da documentação existente, recorreremos às compilações clássicas de documentação medieval como é o caso do primeiro volume dos *Documentos Medievais Portugueses*⁷ dedicado aos documentos régios e os *Portvgaliae Monumenta Historica*, nomeadamente o seu volume dedicado às *Leges et Consuetudines*⁸, assim como o primeiro volume dos *Monumenta Henricina*. Utilizámos, também, os dois trabalhos mais importantes que, até à data, foram dedicados à história de Pombal, da autoria de Saúl Gomes⁹ e Joaquim Eusébio¹⁰. Estes estudos apresentam as referências essenciais que nos permitiram contextualizar o castelo no panorama da história da vila, pois um castelo também não pode ser separado do seu contexto local. Para além da contextualização histórica de Pombal, estes trabalhos também se apresentaram proveitosos em virtude dos seus apêndices documentais que trazem à luz várias fontes primárias referentes ao local.

⁶ Referimo-nos aqui à descrição presente no “Tombo dos bens pertencentes à comenda de Pombal” datado de 27 de março de 1508 presente em GONÇALVES, 2006: 229-231, e à descrição de 1663 do interior do castelo de Pombal presente no Tombo de S. Martinho, texto publicado por GOMES, 2007: 72-73.

⁷ AZEVEDO, 1947, doravante citado com as abreviaturas *DMP*, *DR*.

⁸ Doravante citado como *PMH*, *Leges*.

⁹ GOMES, 2010.

¹⁰ EUSÉBIO, 2007.

Como as memórias escritas não se limitam ao que está escrito em papel, também tivemos de focar a nossa atenção nas que se encontram escritas em pedra. Para essa finalidade utilizamos as inscrições estudadas por Mário Barroca na *Epigrafia Medieval Portuguesa*¹¹ e no Volume VII da Nova Série dos *Portvgaliae Monumenta Historica*¹², permitindo-nos enquadrar as referências existentes para o envolvimento da figura de Gualdim Pais na construção de castelos em Portugal, nomeadamente o de Pombal. Isto serviu-nos para compreender a figura de Gualdim Pais e fazer uma aproximação a qual teria sido o seu percurso no Oriente Latino. O cruzamento destes dados com as cronologias conhecidas para outros castelos existentes durante o mesmo período, permitiram-nos perceber o tipo de construções com as quais terá tido contacto enquanto lá esteve destacado no âmbito da Segunda Cruzada.

No que respeita às fontes iconográficas, constituídas por plantas, alçados e registos fotográficos, destacamos os levantamentos realizados pela extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais¹³, nomeadamente os publicados no seu Boletim cujo volume 21 foi consagrado ao restauro do castelo¹⁴, sem os quais não poderíamos perceber a dimensão das intervenções estruturais realizadas nos anos 30 do século passado. Com a mesma finalidade, consultamos os registos presentes na plataforma do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA)¹⁵. Foram de importante valia para o estudo deste castelo, tornando-o, portanto, fontes incontornáveis para o conhecimento desta fortificação.

Utilizamos medições e registos fotográficos feitos no local para exemplificar alguns aspetos na arquitetura do castelo. No entanto, devemos ressaltar que não pudemos efetuar a medição de todos os elementos do castelo por limitações que tiveram a ver com questões de segurança, como é o caso da altura dos torreões, pois não pudemos aceder ao adarve para essa finalidade. Fizemos medições *in situ* dos

¹¹ BARROCA, 2000.

¹² BARROCA, 2017a.

¹³ Doravante citada como D.G.E.M.N.

¹⁴ D.G.E.M.N., 1940.

¹⁵ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3279 (consultado a 7 de outubro de 2022).

comprimentos de muro, faces dos torreões e barbacã. Para contornar essas limitações que têm a ver com a impossibilidade de realizá-las para alguns dos elementos do castelo, utilizamos ferramentas informáticas que nos permitiram efetuar medições da planta do castelo através de fotografia aérea e satélite, nomeadamente as funcionalidades de medidas disponibilizadas nas plataformas web *Google Earth* e *Zoom Earth*, que nos ajudaram a calcular distâncias entre vários pontos, a medir perímetros e áreas do pátio e das estruturas presentes no interior do castelo. Por este meio, também pudemos exemplificar melhor que zonas eram defendidas pelas seteiras presentes na estrutura. Cruzando estes dados com as plantas e alçados realizados pela DGEMN nos anos 30 do séc. XX, e com as plantas feitas em intervenções mais recentes, conseguimos definir medidas para os vários elementos do castelo.

Para uma melhor exemplificação visual, elaboramos uma representação gráfica do castelo de Pombal, usando como base as plantas já por outros realizadas¹⁶, juntamente com registos fotográficos¹⁷, e fotografias de satélite¹⁸. Esta foi feita utilizando o software *SketchUp*, ferramenta de desenho que tem como principal função a realização de modelos arquitetónicos tridimensionais. Este tipo de informação gráfica facilita uma melhor perceção visual do castelo, permitindo mostrá-lo como ele se apresenta na atualidade, ao mesmo tempo que nos permite a apresentação de propostas sobre a sua estrutura em épocas anteriores, baseando-nos na documentação existente para o mesmo. Esta ferramenta é vocacionada para o desenho em arquitetura, parecendo-nos assim adequada para exemplificar alguns elementos importantes do nosso objeto de estudo. Com este software, começamos por utilizar como base as plantas já referidas, juntamente com uma fotografia aérea recolhida da plataforma *Google Earth*, auxiliando-nos também com as nossas próprias medições *in situ*.

¹⁶ Referimo-nos às plantas do apêndice gráfico do Boletim da DGEMN e às realizadas no âmbito da construção do centro de visitantes do castelo presentes em <https://www.archdaily.com.br/br/756658/centro-de-visitantes-do-castelo-de-pombal-comoco-arquitectos> e em <https://www.archdaily.com/205989/castle-of-castelo-novo-comoco> (consultados a 7 de outubro de 2022).

¹⁷ Utilizamos registos fotográficos por nós realizados, juntamente com os presentes no SIPA e no Boletim da D.G.E.M.N.

¹⁸ Presentes nas plataformas já por nós referidas: *Google Earth* e *Zoom Earth*.

Estabelecendo a fotografia e as plantas num plano bidimensional, começamos por traçar as linhas da planta por cima das mesmas, estabelecendo uma nova planta que serviu de uma base através da qual pudemos começar a erguer uma estrutura tridimensional. Esta primeira representação baseia-se no aspeto atual do castelo, e através da distinção por cores fomos capazes de representar propostas das diferentes fases construtivas pelas quais esta estrutura passou. Aqui, a existência de descrições do interior do castelo nas visitas da Ordem de Cristo e no Tombo de S. Martinho, permitiram-nos definir medidas aproximadas de estruturas no interior do castelo, baseadas nas posições e medidas que os seus autores apontam¹⁹, ao mesmo tempo que nos auxiliamos de registos fotográficos por nós feitos e também pelos que se encontram na plataforma do SIPA. A documentação gráfica disponibilizada pelo Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) na sua plataforma web, permitiu-nos fazer comparações sobre o estado dos vários elementos da estrutura antes das intervenções a que foi sujeito pela DGEMN, permitindo-nos perceber o seu impacto.

Para melhor dividir o conjunto do castelo nas suas respetivas partes, definimos designações alfabéticas para os torreões, e designações numéricas para os panos de muralha. Na sua descrição, ao longo deste trabalho, faremos as descrições utilizando essas designações por nós atribuídas.

c) Estrutura da dissertação

O nosso trabalho estrutura-se em quatro capítulos, tendo os dois primeiros a função de fazer um enquadramento temático geral que permitirá um melhor entendimento das questões abordadas no terceiro, que é o central neste trabalho no qual discutimos os aspetos arquitetónicos e históricos do castelo de Pombal. Por fim, temos um último

¹⁹ Os autores dessas descrições descrevem o castelo segundo as medidas da época (em varas). Tivemos que converter essas medidas para o sistema métrico. Sobre sistemas de medidas, vd. BARROCA, 1992: 53-85.

capítulo em que fazemos uma reflexão sobre os elementos com os quais pudemos contribuir com o nosso estudo.

No primeiro capítulo fazemos uma revisão do estado da arte para o assunto que aqui pretendemos aprofundar. Aí faremos referência aos autores que estudaram ou referiram o castelo de Pombal, tanto no campo mais generalista como no mais especializado, destacando os principais contributos que cada autor fez para esta temática.

O segundo capítulo faz um breve balanço da história da Ordem do Templo. Nesse sentido, recorreremos a alguns estudos que nos pareceram ser precisos do ponto de vista historiográfico, pois este é um tema que atrai, muitas vezes, autores de cariz mais especulativo do que científico, sendo necessária uma maior atenção ao rigor da bibliografia existente para esse assunto. Decidimos, assim, separar os subcapítulos de forma a refletirem as diferentes atuações e áreas geográficas onde se deu a ação desta Ordem Militar. Abordamos, nesse capítulo, as origens da Ordem do Templo, a sua arquitetura no âmbito das Cruzadas, a sua história e a sua atuação no campo da arquitetura militar em território português. Terminaremos este capítulo abordando a figura histórica de Gualdim Pais, ilustre templário português, responsável pela construção do castelo de Pombal, sendo, portanto, a individualidade mais importante a que faremos referência no decorrer deste trabalho, pois não podemos separar o monumento de quem o concebeu.

No terceiro capítulo introduzimos o tema central do nosso estudo: o Castelo de Pombal. Nesta parte do nosso trabalho, faremos um enquadramento histórico e geográfico constituído por subcapítulos dedicados aos fatores de implantação do castelo, discutindo também as várias propostas feitas por vários autores sobre a cronologia do mesmo.

No quarto capítulo comentamos os vários elementos que constituem esta estrutura como um todo, abordando as origens de cada elemento presente no castelo e as suas funções. Daremos alguma ênfase às inovações introduzidas por Gualdim Pais, destacando as suas vantagens no âmbito defensivo.

Depois de uma descrição dos elementos que podemos observar na atualidade, podemos reconstituir o percurso histórico e arquitetónico deste castelo, dividindo-o em diferentes fases que o impactaram, através de um quinto capítulo, em que descrevemos a sua vida desde o séc. XII até ao seu abandono no séc. XVIII, percebendo também a profundidade do seu restauro no séc. XX.

Em último lugar, apresentaremos as considerações finais sobre este estudo.

1. Estado da Arte sobre o castelo de Pombal

Desde o séc. XVIII até aos nossos tempos, vários autores têm feito referência ao castelo de Pombal. Destacaremos de seguida os seus diferentes contributos em trabalhos que, na maioria dos casos, não abordam o castelo de Pombal como tema principal, não passando por isso, de breves referências ao mesmo, havendo também outras referências mais específicas ao castelo que também apresentaremos. Servindo de suporte a estes estudos consultados, faremos uso de algumas fontes documentais para elaborar um correto enquadramento histórico sobre o castelo de Pombal. Assim nos cabe o papel de, através destes vários trabalhos, construir uma imagem uniforme desta estrutura que possa acrescentar algo ao seu estudo.

O padre António Carvalho da Costa referiu de forma muito breve o castelo de Pombal no contexto da história da vila sugerindo uma data para a sua construção, questão a que voltaremos no próximo subcapítulo deste trabalho. O mesmo autor aponta a existência de um pequeno templo no interior do castelo dedicado ao arcanjo S. Miguel. Também nos fornece importantes dados em relação às famílias mais importantes de Pombal, nomeadamente os Sousa, os Ribeiro e os Vasconcelos que, como veremos, tiveram residência no castelo a determinada altura por possuírem cargos de governação da vila²⁰. Na mesma linha de estudo, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal debruçou-se também sobre a história da vila de Pombal especulando, tal como o autor anterior, sobre a data de origem do castelo sem oferecer qualquer outro dado sobre o seu estudo²¹. As dúvidas existentes sobre a origem da vila de Pombal e do seu castelo - isto devendo-se ao facto de a maioria das histórias conhecidas serem fruto das lendas que já tivemos a oportunidade de referir neste trabalho - dão origem no séc. XX a outros trabalhos de fundo especulativo como os de João d'Almeida e Correia de Campos. Na obra do primeiro podemos encontrar a sugestão de que o castelo de Pombal teria sido erguido sobre as ruínas de um castro lusitano, possibilidade para a qual não possuímos qualquer prova. Este autor apresenta

²⁰ COSTA, 1868: 74-79.

²¹ LEAL, 1876: 128-144.

imprecisões cronológicas que não podemos ignorar, servindo apenas como breve referência no historial de estudos que aqui apresentamos²². Por outro lado, o segundo autor especula sobre os antecedentes materiais do monumento ao afirmar, por mera observação no exterior da muralha, que detetou vestígios que lhe parecem de origem muçulmana. Até agora, a tese deste autor – de que existiria uma fortificação muçulmana que ocuparia uma área original que supera a do castelo de Pombal – não se confirmou. Tudo o que temos por parte deste é um relato que peca pela falta de sustentação histórica e arqueológica, apoiando-se unicamente numa observação superficial do local, sem que seja demonstrada qualquer evidência material²³.

Jorge das Neves Larcher publica o seu levantamento de estruturas presentes nos distritos de Leiria (em 1933) e de Coimbra (em 1935), sendo o primeiro volume de bastante utilidade para o nosso caso de estudo. O autor reuniu algumas referências bibliográficas em que é feita a referência ao castelo de Pombal. O autor aponta que são “muito escassas as notas”²⁴ que conseguiu reunir sobre o castelo. No entanto, as fontes que apresenta permitem-nos perceber como era entendido o castelo até à data²⁵.

A primeira grande obra a dedicar o seu título ao Castelo de Pombal foi o boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N.) por ocasião do restauro realizado nesta estrutura durante a década de 30, fruto da campanha do Estado Novo para a valorização de património nacional no qual se incluíam os castelos. Nesta publicação, pela primeira vez, é feito o enquadramento do castelo em termos históricos contribuindo para uma delimitação aproximada da cronologia da sua construção e para a descrição arquitetónica do castelo, fornecendo importantes informações sobre as intervenções a que foi sujeito permitindo-nos definir o estado do monumento antes do restauro e após o mesmo através das descrições fornecidas, das plantas e registos fotográficos apresentados²⁶. Gustavo Sequeira é o primeiro autor a publicar sobre o

²² D´ALMEIDA, 1945: 232-234.

²³ CAMPOS, 1970: 66-67.

²⁴ LARCHER, 1933: 183.

²⁵ LARCHER, 1933: 184-194.

²⁶ D.G.E.M.N, 1940.

castelo após o já referido boletim da D.G.E.M.N., descrevendo a arquitetura do monumento ao mesmo tempo que não sublinha os elementos que o tornam relevante do ponto de vista da arquitetura militar portuguesa, como é o caso da sua Torre de Menagem, caso que destacaremos mais à frente neste trabalho²⁷. Outros autores contribuíram para o estudo da história do castelo de Pombal como é o caso de Damião Peres que elabora uma breve cronologia para o castelo desde o séc. XII até às invasões francesas no séc. XIX sem arriscar a definição de uma data precisa para a sua construção, não entrando em detalhes sobre a arquitetura do monumento²⁸. Carlos Alberto Ferreira de Almeida também faz uma pequena referência ao castelo de Pombal, que salienta a solução apresentada na base da Torre de Menagem²⁹. Também Júlio Gil fez uma abordagem semelhante em termos históricos, sendo mais detalhado no que se refere à arquitetura do monumento, da qual faz uma descrição geral³⁰.

Os primeiros trabalhos académicos que abordam, mais profundamente, tanto os aspetos históricos como arquitetónicos do castelo de Pombal, e a importância das inovações introduzidas pela Ordem do Templo nesta fortificação, foram realizados por Mário Barroca no âmbito do estudo arquitetura militar em Portugal³¹. Neste contexto, o autor é primeiro a estabelecer uma cronologia para o início da construção do castelo, dúvida que vinha sendo colocada nos estudos realizados até então. Também definiu a possibilidade de terem existido duas fases de construção.

Luís Miguel Correia dedicou um artigo à Torre de Menagem do castelo de Pombal abordando as diferentes intervenções a que este elemento foi sujeito³². Num outro trabalho, apresenta uma breve explicação do que é o castelo românico, apresentando o

²⁷ SEQUEIRA, 1955: 106-107.

²⁸ PERES, 1969: 139-146.

²⁹ ALMEIDA, 1988: 138.

³⁰ GIL, 1992: 120-124.

³¹ BARROCA, 1990-1991: 121; 1996-1997: 176-177, 189-190; 1998: 815; 2001a: 536; 2001b: 217-222; 2017: 148-150.

³² CORREIA, 2003.

castelo de Pombal como um “adequado exemplo”³³ deste tipo de estrutura de defesa passiva³⁴.

Mais recentemente, Nuno Villamariz Oliveira, na sua obra *Castelos Templários em Portugal*, dedica um capítulo à história e arquitetura do castelo de Pombal, sendo assim, em comparação com outras obras por nós consultadas para a realização do presente trabalho, uma das abordagens mais detalhadas que foram realizadas para esta fortificação³⁵. O autor apoia a possibilidade já apresentada de se terem dado duas diferentes fases de construção, mas não arrisca a delimitação de uma data para a construção do monumento. Também destaca as mesmas inovações que o autor anterior apontou, sugerindo uma outra forma de utilização original para os contrafortes que estão presentes na Torre de Menagem, hipótese que apresentaremos mais à frente. O mesmo autor considera que, através da observação da arquitetura do monumento, este terá sido organizado segundo uma tipologia de castelo-mosteiro.

Joaquim Rodrigues dos Santos na sua dissertação de doutoramento³⁶ aborda os processos de restauro em vários castelos portugueses fazendo referência aos realizados pela DGEMN e aos mais recentes, explicando quais os tipos de materiais e métodos utilizados para consolidar as estruturas. Ainda no âmbito das intervenções em castelos, Ana de Almeida aborda na sua dissertação de mestrado as realizadas mais recentemente para os castelos de S. Jorge e Pombal³⁷.

Miguel Gomes Martins, em nota de rodapé de um dos seus trabalhos, refere o castelo de Pombal como a primeira grande estrutura da ordem do Templo em Portugal³⁸. O autor retoma o assunto da castelologia medieval em trabalho mais

³³ CORREIA, 2007: 42.

³⁴ CORREIA, 2007: 42-46.

³⁵ OLIVEIRA, 2010: 302-315.

³⁶ SANTOS, 2012: 321-322; 401; 418-420.

³⁷ ALMEIDA, 2012.

³⁸ MARTINS, 2014: 170.

recente³⁹ destacando os contributos da Ordem do Templo para a arquitetura militar em Portugal⁴⁰ apesar de não se dedicar ao caso de Pombal.

Em artigo dedicado ao castelo de Pombal⁴¹, Nelson Pedrosa faz uma abordagem geral a esta edificação destacando alguns aspetos históricos do castelo no contexto da vila, reconhecendo as dificuldades existentes para o seu estudo devido ao abandono a que esteve sujeito antes de ser intervencionado no séc. XX.

Paula Noé em artigo para o Sistema de Informações do Património Arquitetónico⁴² faz um levantamento dos castelos templários em Portugal remetendo para página web da Sistema de Informações para o Património Arquitetónico (SIPA) onde compila vários dados relacionados com as fontes históricas, morfologia e contexto histórico do monumento⁴³.

Por fim, Paula Pinto Costa, em obra recente dedicada à história da Ordem do Templo em Portugal⁴⁴, faz também referência ao Castelo de Pombal, ao seu ano de construção e ao facto de que este estaria construído três anos depois do início do seu empreendimento⁴⁵.

³⁹ MARTINS, 2016.

⁴⁰ MARTINS, 2016: 24-26.

⁴¹ PEDROSA, 2014.

⁴² NOÉ, 2016.

⁴³ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3279 (consultado em 18 de março de 2021).

⁴⁴ COSTA, 2019.

⁴⁵ COSTA, 2019: 189.

2. A Ordem do Templo

2.1. Origens

Para uma melhor compreensão da temática que aqui nos interessa apresentar, é necessário abordar a história da Ordem do Templo, organização fundadora do Castelo de Pombal. Portanto, somos obrigados a explicar as motivações que levaram à fundação desta ordem militar, apresentando alguns dos seus aspectos históricos mais relevantes, passando, como não poderia deixar de ser, pela sua influência no contexto português e, posteriormente, na arquitetura militar do nosso país, principalmente no séc. XII.

As peregrinações a Jerusalém e aos lugares santos da Palestina já se realizavam antes de Urbano II pregar a 1ª Cruzada, mas incentivaram-se a partir do ano de 1099, quando as forças cristãs tomaram a cidade santa, após quatrocentos anos de domínio muçulmano. Este crescente movimento suscitava a atenção de grupos de salteadores que atacavam os peregrinos que estavam a caminho da Terra Santa, que se viam constantemente ameaçados por ataques e ações de saque.

As forças que se mantinham nessa região estavam reduzidas a pequenas guarnições, pois a maioria dos cruzados regressara aos seus reinos de origem. Alguns cavaleiros, familiarizados com essa situação, decidiram manter-se na Terra Santa, fazendo votos para proteger os peregrinos e os caminhos que levavam aos lugares sagrados através da criação de uma instituição para essa finalidade⁴⁶, estando ainda presente na memória as centenas de mortes de peregrinos que percorriam a estrada de Jerusalém para o Jordão⁴⁷.

⁴⁶ PERNOURD, 1974: 13-15; COSTA, 2019: 44; RILEY-SMITH, 2010: 10.

⁴⁷ RILEY-SMITH, 2010: 10.

Foi Hugues de Payns⁴⁸, um cavaleiro nascido por volta de 1070, em Troyes⁴⁹, na região de Champagne, em França, quem tomou a iniciativa de formar uma milícia vocacionada para a proteção dos peregrinos na Terra Santa. Este cavaleiro não participou na 1ª Cruzada. No entanto, terá partido para a essa região em 1104 com Hugo de Champagne, um conde ao qual estava unido por laços de vassalagem, regressando a casa no final de 1107. Em 1114, ambos voltaram a Jerusalém. Hugo de Champanhe regressa a França no ano seguinte, enquanto Hugues de Payns decide juntar-se aos cavaleiros que estavam ao serviço dos cónegos do Santo Sepulcro⁵⁰. Esta era uma confraria de cavaleiros voltada para a proteção do Santo Sepulcro e dos seus bens. Apesar dos seus cavaleiros estarem ao serviço dos cónegos, não estavam ligados a eles por votos, permanecendo laicos. Em 1118 ou 1119, em Jerusalém, Hugues de Payns decide reunir-se com o seu companheiro Geoffroy de Saint-Omer, com André de Montbard (tio de Bernardo de Claraval) e mais seis cavaleiros, constituindo assim o primeiro grupo de uma nova milícia dedicada a proteger a terra e os peregrinos de Jerusalém. Inicialmente viriam a utilizar a designação de "*Pauperi Equites Christi* ou *Militia Christi*"⁵¹. A sua primeira residência foi uma das salas da esplanada do Templo, onde o rei Balduíno II os acolheu. Os cónegos de Jerusalém seguiram o exemplo e doaram um terreno próximo. Mais tarde, quando receberam a doação de parte da residência do rei Balduíno II, que este monarca lhes confiou quando se instalou na Torre de David, os freires passaram a designar-se "*Militis Templi*", por acreditarem que essa residência, no local onde se situa a mesquita de al-Aqsa, correspondia ao antigo Templo de Salomão⁵².

⁴⁸ A grafia do seu nome costuma variar na bibliografia existente, decidimos adoptar "Payns". Alain Demurger assinala que, de acordo com documentação campanhesa, detetam-se, para este nome, vinte e duas grafias para os séculos XII e XIII; DEMURGER, 2006: 32. RILEY-SMITH, 2010 também utiliza a mesma grafia.

⁴⁹ Saúl Gomes assinala que Champanhe era uma "região muito marcada pelo fervor das experiências monásticas benedito-cluniacense e cisterciense", talvez isto explique alguma da influência a que Hugo de Payns terá estado sujeito, GOMES, 2009: 121.

⁵⁰ DEMURGER, 2006: 32-33.

⁵¹ FERNANDES, 2009: 49.

⁵² FERNANDES, 2009: 49; PERNOD, 1974: 14; RILEY-SMITH, 2010: 10-11.

A criação deste grupo representa algo original na história da cavalaria, porque pela primeira vez existia uma ordem militar “que se consubstanciava numa combinação única das figuras de cavaleiro e de monge”⁵³, ou seja, conciliava duas atividades aparentemente contraditórias: a vida laica, de guerreiro, e a vida religiosa. Esta originalidade atraiu cavaleiros seculares para a proteção daqueles que mais precisavam de ser defendidos⁵⁴.

Entre 1127 e 1129, Hugues de Payns e os seus companheiros levaram a cabo uma campanha de promoção da ordem entre os reinos do Ocidente de forma a atrair adeptos para a sua causa. Este acontecimento viria a produzir efeito, pois “os donativos fluíram” e “os alistamentos multiplicaram-se.”⁵⁵. O Outono de 1127 veio a ser especialmente importante devido ao facto de Hugo de Payns ter viajado, nessa altura, para Roma, juntamente com cinco outros companheiros, para solicitar ao papa Honório II o reconhecimento formal da Ordem do Templo. Isto vai suscitar o interesse de Bernardo de Claraval, um teólogo medieval e uma figura influente para a cristandade da época, vindo demonstrar o seu apoio a este grupo de cavaleiros⁵⁶.

Na criação de uma ordem deste género, o conflito de ideais é imediatamente patente na divergência entre a noção de guerra e a necessidade da prática espiritual. Isto remete-nos para o facto de que o cristianismo primitivo condenava todo o tipo de violência. Portanto, o único resultado seria a condenação da guerra. Posteriormente, iniciaram-se reflexões sobre este assunto, sendo Santo Agostinho, no séc. IV, o primeiro pensador cristão a refletir sobre esta questão, sugerindo a noção de “guerra justa”. Nas suas palavras, citado por Demurger, “São ditas justas as guerras que vingam as injustiças, quando um povo ou uma cidade, a quem a guerra deve ser feita, negligenciou o castigo dos malfeitos dos seus ou o restituir do que foi tomado por meio dessas injustiças”, acrescentando que “A ordem natural, que é fundada sobre a paz dos mortais, exige que a guerra não seja empreendida senão pela própria autoridade do príncipe e em virtude

⁵³ FERNANDES, 2009: 49.

⁵⁴ PERNOUD, 1974: 15.

⁵⁵ DEMURGER, 2006: 73.

⁵⁶ PERNOUD, 1974: 15-16.

da sua decisão”⁵⁷. Portanto, a guerra surge da necessidade de fazer justiça quando nenhum outro meio se mostrou eficaz, tendo de ser empreendida por decisão da mais alta autoridade, de acordo com uma circunstância que o justifique. Esta noção sobre o conflito armado virá a ser desenvolvida em contexto ibérico, no séc. VII, por Santo Isidoro de Sevilha, que considerava que a guerra “se tornava justa quando, após uma advertência, ocorresse uma luta para recuperar bens e repelir inimigos”, argumento que veio a ser “usado para justificar a cruzada no séc. XI”⁵⁸. Com a “guerra justa”, a violência continua a ser uma violação dos ideais cristãos, não sendo praticada pelos clérigos ou monges, por ser proibida. No entanto, podia ser praticada por laicos que, devido a terem derramado sangue, estavam sujeitos à prática de penitência⁵⁹.

Numa primeira fase do seu pensamento, Bernardo de Claraval apoiou a noção de guerra justa. Segundo ele, a guerra devia ser usada o menos possível. Só se devia recorrer a este meio, entre cristãos, se a unidade da Igreja estivesse em jogo. Por outro lado, devia ser evitada contra judeus, heréticos ou pagãos, que deviam ser convencidos da verdade cristã ao invés de serem confrontados. Contra os infiéis, a guerra devia ser usada para fins defensivos, reduzindo-a ao mínimo possível⁶⁰. No entanto, esta sua linha de pensamento acabou por evoluir. Bernardo de Claraval viria a abdicar da noção de guerra justa, passando a considerar a guerra necessária para combater os infiéis na Cruzada⁶¹. Nascia, assim, o conceito de “guerra santa”, cuja grande diferença radica na inversão da consequência que tem para quem a pratica. Ou seja, se antes o derramamento de sangue inimigo era considerado uma prática sujeita a penitência, agora passa a ser o oposto. A guerra torna-se um meio de servir a Deus e aos valores cristãos, passa a ser, por si mesma, uma penitência, tornando-se um mérito para quem a faz. A guerra santa passa a ter o mesmo estatuto que uma peregrinação. Isto vai redefini-la, tornando-se um meio para obter privilégios espirituais. No futuro, Bernardo

⁵⁷ PERNOUD, 1974: 42-43.

⁵⁸ JUNIOR, REIS, 2011: 2493.

⁵⁹ DEMURGER, 2006: 43.

⁶⁰ DEMURGER, 2006: 43.

⁶¹ JUNIOR; REIS, 2011: 2493.

de Claraval viria a pregar as cruzadas, como aconteceu em Vézelay e noutros lugares, entre 1146 e 1147⁶².

Na sequência da viagem de Hugue de Payns, a legitimação da Ordem do Templo aos olhos do Papado viria a ser feita no Concílio de Troyes, a 13 de janeiro de 1129⁶³. Este concílio foi presidido pelo legado papal, o cardeal Mathieu d'Albano, e participado pelos Arcebispos de Sens e Reims, os bispos de Troyes e de Auxerre, o abade de Cister - Stephen Harding - entre muitos outros bispos, abades e prelados, com destaque para a presença do abade de Claraval, Bernardo⁶⁴. A pedido de Hugo de Payns, Bernardo realizou a exortação da sua ordem – o conhecido *Liber ad milites Templi de laude novae militiae*, também designado por *De laude novae militiae* ou “Elogio da nova milícia”. Nele, Bernardo descreve as qualidades e as motivações que devem ser assumidas por esta nova cavalaria de Cristo⁶⁵. Apesar de ter elaborado a exortação à Ordem, Bernardo de Claraval não terá escrito a Regra do Templo, de cuja redação incumbiu o clérigo Jean Michel. Mesmo assim, na realização deste documento, a “influência cisterciense, a influência do próprio Bernardo é, de qualquer forma, extremamente importante.”⁶⁶, tendo sido o primeiro documento na história da Igreja a conciliar a vida monástica com a vida de armas⁶⁷. A esta norma seguir-se-á outra, a Regra Latina, elaborada por Étienne de Chartres, Patriarca de Jerusalém (1128-1130)⁶⁸, constituída por setenta e dois artigos⁶⁹, que viria a circular, segundo Saúl Gomes, “por toda a Europa ocidental a partir de cerca de 1140”⁷⁰.

A vida de um Templário viria então a ser caracterizada pelos votos de obediência, pobreza e castidade, valores já existentes nos meios monásticos, aliados à atividade guerreira. Um Templário afirmava-se como um cavaleiro de Cristo que teria de ser

⁶² DEMURGER, 2006. 44-45, 68.

⁶³ DEMURGER, 2006: 71.

⁶⁴ GOMES, 2009: 121; PERNOUD, 1974: 16; DEMURGER, 2006: 71-72.

⁶⁵ FERNANDES, 2009: 51; DEMURGER, 2006: 66, 69-71; GOMES, 2009: 122; COSTA, 2019: 77-81.

⁶⁶ DEMURGER, 2006: 72.

⁶⁷ RILEY-SMITH, 2010: 11.

⁶⁸ PERNOUD, 1974: 16.

⁶⁹ FERNANDES, 2009: 50.

⁷⁰ GOMES, 2009: 122.

“devoto, dedicado, disciplinado, ascético, e pronto a procurar martírio em imitação do seu Salvador”, ideal que representa a antítese do modelo de cavalaria secular, representando um afastamento de vários dos valores seculares⁷¹.

Todos estes fatores, como o apoio de ilustres figuras ligadas à Igreja Católica, o fervor associado à guerra cristã contra as forças muçulmanas, assim como o sentimento religioso associado à Terra Santa, fizeram com que os Templários conseguissem um significativo aumento do seu prestígio enquanto força ao serviço da Cristandade. Isto levou a que a sua influência não se limitasse ao Oriente e unicamente à defesa de Jerusalém, mas que começasse a alastrar pelo Ocidente. A presença da Ordem do Templo registou-se com maior dimensão em França e Inglaterra, mas também merece destaque a sua presença na Península Ibérica⁷². Este fenómeno de expansão dos Templários verifica-se particularmente entre os anos de 1128 e 1139, enquanto esta ordem militar estava sob tutela do Patriarca de Jerusalém, um problema para a gestão da ordem na Europa Cristã. Isto levou o Papa Inocêncio II a proclamar a Bula *Omne Datum Optimum* a 29 de março do ano de 1139, “tornando os freires unicamente dependentes do Papa e deixando ao Mestre e aos seus Capítulos a responsabilidade de administração e governo”⁷³.

O sucesso dos Templários não se limitou à sua eficácia na defesa da Terra Santa, ou seja, aos aspetos militares. Estes cavaleiros-monges também demonstraram uma considerável capacidade diplomática que se refletiu logo depois da sua aprovação do Concílio de Troyes, quando foram enviados emissários diplomáticos aos vários reinos cristãos. Estes conseguiram recrutar vários candidatos à sua ordem, ao mesmo tempo que receberam amplas doações por parte das monarquias⁷⁴, o que lhes permitiu financiar a defesa no Oriente. Em algumas das terras doadas no Ocidente, a ordem promoveu a construção de fortificações novas ou a remodelação de algumas já existentes nos territórios recebidos.

⁷¹ Tradução nossa, RILEY-SMITH, 2010: 12

⁷² FERNANDES, 2009: 50.

⁷³ FERNANDES, 2009: 54.

⁷⁴ GOMES, 2009: 122.

Desde o início da ordem, que esta encontrava o seu centro de governação em Jerusalém, mas esta cidade viria a ser perdida no ano de 1187 para Saladino⁷⁵. Foi necessário encontrar outro lugar para a casa-mãe, que passou a estar sediada em S. João de Acre. Aqui permaneceu até ao ano de 1291, ano da queda dessa mesma cidade e dos Estados Latinos do Oriente, retirando-se a sede da ordem para Limassol, no Chipre⁷⁶. Alain Demurger salienta que a ideia de que houve um regresso maciço dos Templários para o Ocidente, após a perda dos territórios do Próximo Oriente, é a repetição de “uma tradição historiográfica infundada”, pois estes mantiveram-se “até ao fim, no seu posto do Mediterrâneo oriental”⁷⁷.

No Ocidente, a Ordem do Templo viria a totalizar, ao longo da sua história, cerca de nove mil comendas. Nas palavras de Régine Pernoud, a maior parte seriam “aglomerados de construções agrícolas, erigidas em terras que os Templários tinham recebido como donativos de alguns senhores generosos e das quais eles extraíam os seus recursos mais importantes”, entre eles “trigo, vinho, azeite, ou ainda gado e produtos como a lã dos seus carneiros”⁷⁸. Estas comendas eram subdivisões de províncias maiores que eram ocupadas pela Ordem do Templo, tanto no Oriente como no Ocidente, sendo designados comendadores para as mesmas, que por sua vez designavam representantes para essas divisões territoriais mais pequenas. No Oriente localizavam-se as províncias de Trípoli e de Antioquia, enquanto no Ocidente, localizavam-se as de França, Inglaterra, Poitou, Aragão, Portugal, Apúlia e Hungria⁷⁹.

2.2. Arquitetura militar no Oriente Latino

Em termos de construção de estruturas defensivas, o primeiro grande foco da Ordem do Templo viria a localizar-se no Próximo Oriente, em virtude da sua fundação

⁷⁵ DEMURGER, 2006: 150; PERNOUD, 1974: 62.

⁷⁶ DEMURGER, 2006: 150; PERNOUD, 1974: 95-97.

⁷⁷ DEMURGER, 2006: 150.

⁷⁸ PERNOUD, 1974: 53.

⁷⁹ DEMURGER, 2006: 154-155; PERNOUD, 1974: 24-25.

que, como já constatamos, se deu na cidade de Jerusalém com a finalidade de proteger os peregrinos que circulavam nas estradas dessa região.

O contributo das Ordens Militares no Oriente Latino, e não é exceção o caso da Ordem do Templo, deu-se essencialmente de duas formas que passaremos a apresentar.

Em primeiro lugar, as Ordens Militares providenciavam o número de pessoas necessário à prática da guerra. Pertencer a uma organização desta dimensão significava estar sujeito a um conjunto de normas que incutiriam os mais altos padrões de disciplina, não só do ponto de vista religioso, mas também do ponto de vista da conduta militar. No caso da Ordem do Templo, isso está bem expresso nas suas normativas, onde se define o tipo de conduta que era esperado de um irmão freire. Portanto, a primeira função que era esperada das Ordens Militares no contexto das Cruzadas era a capacidade de providenciar efetivos militares capazes de fazer frente às árduas funções inerentes a um contexto da guerra.

Em segundo lugar, e estando intimamente ligada à dimensão atrás mencionada, está a capacidade das Ordens Militares fazerem frente aos desafios no âmbito da manutenção e construção das infraestruturas necessárias às funções defensivas nessa região. Referimos em primeiro lugar a manutenção das infraestruturas existentes, porque muitas ~~das~~ fortificações pertencentes às Ordens Militares seriam adquiridas por doação ou por compra, levando posteriormente às reformulações estruturais necessárias do ponto de vista defensivo, fosse pela expansão da estrutura existente, ou pela reconstrução de toda a fortificação, substituindo-a por uma nova.

O período das Cruzadas foi especialmente fértil no que diz respeito ao desenvolvimento do castelo medieval. O desenvolvimento de novas formas da arquitetura defensiva não se deu apenas pela introdução de elementos inteiramente novos, mas também readaptação de formas existentes, resultando em novas onde se cruzavam influências do ocidente cristão e do oriente bizantino e islâmico. Desta mescla de diversidade arquitetónica surge um castelo mais eficaz em termos defensivos, capaz

de fazer frente aos desafios de guerra, proteção de soldados e populações, e controle de territórios no Oriente Latino⁸⁰.

Na sua maioria, os castelos que conhecemos no contexto das Cruzadas foram elaborados pelas Ordens Militares, as instituições que possuíam recursos financeiros para os empreender. À medida que os foram reformulando, ampliando e introduzindo inovações, os seus castelos tornaram-se cada vez maiores e mais complexos⁸¹.

Para construir um castelo é fundamental ter em conta um conjunto de fatores. Daqui destacamos, em primeiro lugar, dois absolutamente fundamentais: a função a que se destina o castelo; e a natureza do terreno em que este deve ser implantado, ou seja, as condições topográficas em que se insere. Acrescentamos ainda um terceiro fator, que é específico apenas das Ordens Militares: a criação de condições para que no castelo se possam exercer as funções de tipo religioso.

O primeiro fator - a função do castelo - pretende responder às necessidades defensivas, ofensivas e administrativas da fortificação. Por exemplo, o posicionamento de mantimentos para um exército, pois o castelo serve como zona de armazenamento e proteção de mantimentos essenciais para o exército; o posicionamento de guarnições em zona de guerras; o fortalecimento de locais vulneráveis a ataques rápidos/saques; o estabelecimento de bases de assédio a fortificações inimiga; a criação de centros de administração de um território, como é o exemplo, no séc. XIII, dos castelos de Saphet e Château Pelerin, que terão “certamente desempenhado um importante papel na administração regional da Ordem do Templo”⁸².

O segundo fator - a natureza do terreno - corresponde ao conjunto de condições topográficas de que um castelo necessita para ser eficaz no cumprimento da sua função militar, principalmente na sua dimensão defensiva. O posicionamento em ponto alto é a primeira vantagem topográfica a ter em conta, pois serve para dificultar os possíveis ataques, ao mesmo tempo que permite uma melhor visibilidade do território

⁸⁰ BOAS, 2006: 99.

⁸¹ BOAS, 2006: 95.

⁸² Tradução nossa; BOAS, 2006: 105.

envolvente; a proximidade a fontes de materiais de construção; a defesa de estradas é um outro elemento essencial, principalmente as estradas que cruzavam a fronteira do território muçulmano para o território Cruzado; a existência de atravessamento de um rio, que dificulte o avanço das forças inimigas, ao mesmo tempo que permite o acesso ao bem mais importante - a água. No caso do abastecimento de água, isto nem sempre era possível, devido ao clima mais seco. Portanto, quando não era possível construir um castelo próximo de uma linha de água, tinham de ser escavadas e construídas cisternas que permitissem o armazenamento da água de chuva no inverno. Esta água “era suficientemente substancial para providenciar as necessidades da guarnição ao longo do verão”⁸³.

Outro dos fatores essenciais era a proximidade em relação a fontes de materiais de construção, ou seja, era dada preferência a locais onde existissem estruturas anteriores ou ruínas, das quais se pudesse ser feito o aproveitamento de *spolia*. A reutilização de materiais antigos terá sido extensiva, apesar de não ter sido feita em todas as circunstâncias por tal não ser possível alguns casos, tendo-se recorrido à importação de materiais de outras regiões. O castelo de Belvoir, propriedade da Ordem do Hospital, é um bom exemplo desta situação, pois foi construído com basalto local, um material bastante difícil de trabalhar devido à sua dureza, tendo sido importado calcário para ser usado nas suas aduelas e elementos decorativos⁸⁴.

O terceiro fator - a necessidade de estruturas para a prática religiosa - fez do castelo de uma ordem militar mais do que uma fortificação, sendo também uma estrutura onde se combinam as condições para o cumprimento de um modo de vida sujeito à regra monástica. Ao contrário do que acontece nas estruturas que não estavam ligadas a Ordens Militares, nos castelos destas podiam ser encontrados espaços como capelas, salas de capítulo, claustros, refeitórios e dormitórios, destinados aos freires-cavaleiros.

⁸³ Tradução nossa; BOAS, 2006: 107-108.

⁸⁴ BOAS, 2006: 108.

Mas nem todos os castelos das ordens militares se conformavam a estes requisitos. Isto era sobretudo notório nos casos em que as Ordens Militares compravam as fortificações ou recebiam-nas através de doação. Estas estruturas não teriam, à partida, condições adaptadas à vida religiosa, possuindo apenas as mais básicas condições militares e domésticas. Esta situação é ainda mais evidente quando olhamos para os exemplos de fortificações de pequena dimensão, que albergariam uma pequena guarnição de *confrates*⁸⁵, como é o caso da *Turris Rubea* (burj al-Ahmar), Maldoim e Beit Jubr at-tahtani⁸⁶. No entanto, noutros casos, os castelos adquiridos passavam por remodelações, através de expansão da estrutura, ou muitas vezes, a reconstrução, de forma a acomodar os irmãos cavaleiros.

Para um correto entendimento dos castelos das Ordens Militares, principalmente daqueles de maior dimensão, seria fundamental determinar o estado em que se encontravam antes de chegarem às mãos dos monges-cavaleiros. Mas a tarefa é difícil, dada a escassez de documentação sobre as estruturas mais antigas. Na maioria dos casos não é possível determinar como seriam as estruturas iniciais. Em termos de contexto arqueológico é uma questão igualmente complexa porque é difícil, através do trabalho de campo, determinar a forma das estruturas antes de terem recebido remodelações por parte dos novos proprietários. Esta questão é essencial, pois poderia permitir inferir até que ponto uma estrutura pré-existente influenciou a forma da fortificação dos Cruzados. No caso dos castelos das Ordens Militares, a maioria deles foi de tal forma reconstruída que só sobram estruturas dos Templários, Hospitalários ou Teutónicos, tornando menos certa a extensão das intervenções estruturais levadas a cabo por estas organizações⁸⁷.

Corremos o risco de cair no reducionismo ao tentar definir as tipologias de castelos das Ordens Militares no Oriente Latino tendo em conta a diversidade de estruturas que se podem encontrar, pois estas conformam-se, como já referimos, a

⁸⁵ Leigos associados às Ordens Militares, mas que não seguiriam o regime monástico sujeito ao cumprimento da Regra da Ordem.

⁸⁶ BOAS, 2006: 106.

⁸⁷ BOAS, 2006: 107.

várias necessidades funcionais, limitações militares e de terreno. Todavia, podemos definir tipologias gerais que nos permitem classificar de forma mais ou menos precisa os diferentes tipos de castelo que existiram. Adrian Boas classificou as estruturas defensivas presentes no Oriente Latino em quatro grandes tipos: torres, castelos de recinto, castelos de cume e castelos de esporão⁸⁸. David Nicolle propôs uma divisão semelhante acrescentando-lhe duas tipologias: castelos de mota e fortificações em gruta⁸⁹.

Estes dois autores dividem os castelos em diferentes tipologias com base na morfologia das suas plantas e no terreno em que se implantam. Eva Mol, num trabalho pioneiro sobre castelos Cruzados, propôs outra forma de classificação baseada em aspetos sociais, dividindo os castelos do Oriente Latino em duas categorias: castelos das Ordens Militares e castelos aristocráticos. A autora, através do método de sintaxe espacial, um método de análise de espaço e movimento utilizado em arquitetura, submeteu alguns exemplos de plantas de castelos das Cruzadas a ferramentas informáticas que conseguem calcular elementos como a distribuição do espaço, movimento espacial de indivíduos e a visibilidade a partir de qualquer ponto da planta, detetando padrões que diferenciam os castelos construídos pelas Ordens Militares dos construídos por iniciativa aristocrática ou régia, surgindo daí duas formas de configuração distintas baseadas em quem construiu o castelo⁹⁰.

Outros autores têm abordado a questão dos castelos dos Cruzados do ponto de vista geográfico e da distribuição espacial das estruturas, questionando a forma como foram criadas as noções tipológicas, preferindo analisar os castelos através da sua importância no contexto político vivido ao longo da presença ocidental no Médio

⁸⁸ Respetivamente “Towers”, “Enclosure castles”, “Hilltop castles” e “Spur castles” no original; BOAS, 1999: 90-116. Sobre os “enclosure castles”, estes dois autores também os definem com o termo “*castra*”, por terem configurações que lembram os antigos povoados fortificados. Em trabalho mais recente, Boas propõe mais subcategorias. Por exemplo, o autor separa os “enclosure castles” em duas subcategorias: “Large enclosure castles” e “Quadrangular enclosure castles with projecting towers” ou “*quadriburgia*” em BOAS, 2006, 113-125, isto baseado nas diferenças geométricas apresentadas pelas plantas.

⁸⁹ Respetivamente “Motte and bailey castles” e “cave-fortresses” no original, NICOLLE, 2004: 15-17.

⁹⁰ MOL, 2012: 63-104 para a análise de castelos das Ordens Militares; MOL, 2012: 105-142 para a análise de castelos da monarquia e aristocracia; MOL, 2012: 143-169 para as análises complementares de outros casos que incluem, para além de amostras no Oriente Latino, estruturas na Europa de Leste e Báltico.

Oriente⁹¹. Mesmo que se assuma que as divisões tipológicas de castelos podem ser questionáveis, por uma questão pragmática adotamos aqui a divisão proposta por Adrian Boas e David Nicolle.

As torres retangulares e quadradas são um tipo de construção muito presente entre as fortificações das Ordens Militares no Oriente Latino. Apesar de existirem formas de construir na Terra Santa que são de influência Oriental, a torre é um elemento que parece ter sido originado no Ocidente⁹². A classificação de “torre” é usada pelos autores para definir uma diversidade de estruturas que vão desde torres de vigia às torres de menagem. Estas variam nas suas funções, podendo servir para proteger estradas, pontos de portagem em vias, centros administrativos de zonas rurais, e pontos de refúgio para pequenas guarnições. No caso particular dos Templários, as torres construídas junto a estradas tinham a função principal de proteger os peregrinos, enquanto outras eram construídas ou adquiridas para servirem de administração de propriedades rurais. Dois exemplos de torre com o objetivo de administração de propriedade rural são Le Destroit (*Districtum*), sendo aí mais tarde construído ‘Atlit (Château Pelerin), e a Torre Vermelha (*Turris Rubia*). Le Destroit é também um bom exemplo de torre com o objetivo de proteger viajantes de salteadores. Esta estrutura revela o aproveitamento do terreno para construção, pois utilizava o afloramento rochoso em arenito para assentar a estrutura, após ter sido trabalhado o pódio para esse propósito, do qual foi aproveitado o material para construir a torre⁹³. Noutro caso, temos conhecimento dos Templários terem construído uma torre com função de posto de portagem, sendo conhecido por “Pilar de Jonas” e por “Portella”, localizado 1 km a sul de Sari Seki, na atual Turquia junto de uma estrada que levaria aos planaltos da Cilícia⁹⁴, sendo o único caso que se conhece deste tipo de estrutura com esta função

⁹¹ ELLENBLUM, 2007. Este autor considera que algumas divisões tipológicas são feitas mais com base em questões ideológicas do que históricas. Cita o exemplo da ideia de “castelo concêntrico” que considera uma definição problemática cuja origem e influência não estão bem claras; cf. ELLENBLUM, 2007: 62-72.

⁹² BOAS, 2006: 108; NICOLLE, 2004: 11.

⁹³ BOAS, 2006: 108.

⁹⁴ BOAS, 2006: 104.

para a Ordem do Templo. Noutras situações as torres de menagem⁹⁵ viriam a assumir maior protagonismo na arquitetura dos Templários não sendo apenas estruturas isoladas, mas estando em articulação com panos de muralha formando castelos com recinto. Estas nunca viriam a ultrapassar os dois andares de altura, sendo a sua dimensão vertical limitada pelo peso da pedra utilizada na sua construção. Normalmente o acesso era feito por escada construída na espessura do próprio muro ou por escada de madeira lançada para o primeiro andar⁹⁶. A iluminação do seu interior era feita através de seteiras, na maioria dos casos implantadas no primeiro andar, conferindo-lhe carácter defensivo⁹⁷.

Os castelos com recinto são o tipo de castelo que melhor poderia colmatar as necessidades das Ordens Militares, pois permitiriam albergar todos os elementos necessários ao cumprimento das suas funções, servindo de residência a uma guarnição e espaço de manutenção para os seus mantimentos, como local onde os soldados poderiam treinar em segurança e como mosteiro fortificado onde os freires-cavaleiros poderiam praticar a sua vida comunitária de acordo com a regra conventual. O espaço deste tipo de castelo é organizado de forma muito semelhante ao de um mosteiro, pois as suas divisões desenvolvem-se à volta do seu pátio no interior do perímetro da muralha. Rodeando o pátio podem-se encontrar as estruturas habitacionais, zonas de armazenamento de comida, armas, gado e outros bens necessários às necessidades dos habitantes do castelo. Este tipo de castelo encontra o seu paralelo no modelo de mosteiro, pois contém o claustro, espaço central à volta do qual estão presentes igreja ou capela, sala do capítulo, dormitórios, refeitório, entre outros, conferindo um espaço retirado do mundo exterior. O facto das Ordens Militares, como é o caso da do Templo, terem adotado este modelo de castelo com pátio central reflete a natureza deste tipo de organizações que combinavam as dimensões militares e monástica⁹⁸. A ideia de que estes castelos se desenvolveriam de forma semelhante a um mosteiro está patente num

⁹⁵ Normalmente designados na literatura internacional com o termo francês “*donjon*” ou pelos termos em inglês “*keep*” e “*tower keep*”.

⁹⁶ BOAS, 1999: 92.

⁹⁷ BOAS, 1999: 92.

⁹⁸ BOAS, 2006: 113.

estudo já por nós aqui citado que também faz a comparação dos castelos das Ordens Militares com mosteiros, apresentado padrões semelhantes de desenvolvimento e distribuição do espaço⁹⁹.

O castelo de recinto foi também o resultado do crescimento financeiro das Ordens Militares. À medida que os seus recursos aumentavam, eram investidos na melhoria das suas construções, sendo um dos focos o alargamento dos seus castelos mais pequenos. Nos casos das torres isoladas, uma das formas mais práticas de melhorar esse elemento e transformá-lo numa estrutura mais eficaz era acrescentar panos de muralha com torreões a reforçar os pontos críticos do perímetro, transformando essas torres em tornando os seus castelos estruturas de maior dimensão, maior complexidade e mais bem defendidos¹⁰⁰, sendo um resultado do casamento dos *castra* com a torre de menagem, originando um dos mais significativos avanços na arquitetura militar¹⁰¹. Entre os exemplos Templários deste tipo de castelo podemos encontrar o *Castellum Arnaldi* (Chastel Hernaut) e o Toron des Chevalier, que começaram por ser castelos de menor dimensão e que cresceram em complexidade ao longo do tempo¹⁰².

Dentro da tipologia de castelos de recinto, existiram também os *quadriburgia*¹⁰³, que eram castelos de perímetro quadrangular com torres embutidas nos ângulos da muralha e, nos casos de maior dimensão, ao longo da mesma em intervalos regulares, de forma a se poder fazer tiro ao longo de todo o perímetro¹⁰⁴. Este tipo de planta encontra inspiração em estruturas que já existiriam no Próximo Oriente e Norte de África pelo menos desde a Idade do Ferro tardia, e cuja forma se repetiu em época helenística, nos períodos romano e bizantino e nos inícios da época islâmica¹⁰⁵. As Ordens Militares não possuíam muitos exemplares deste tipo de fortificação. No

⁹⁹ MOL, 2012: 151-161.

¹⁰⁰ BOAS, 2006: 113.

¹⁰¹ NICOLLE, 2004: 14.

¹⁰² BOAS, 2006, 113-116.

¹⁰³ Em grego *tetrapyrgion*, e no latim o *quadriburgium*, sendo este último o termo pelo qual Adrian Boas designa este tipo de fortificação, remetendo-nos para a semelhança de planta com os acampamentos fortificados romanos.

¹⁰⁴ BOAS, 2006:116.

¹⁰⁵ BOAS, 1999: 98; BOAS, 2006: 116.

entanto, para a Ordem do Templo temos o exemplo do castelo de Arima, que não sendo originalmente uma construção dos Templários, beneficiou das suas melhorias¹⁰⁶.

O castelo de esporão é uma tipologia de castelo que está mais dependente do tipo de terreno em que se implantou do que da sua planta¹⁰⁷. São castelos construídos em locais onde o declive serve de defesa natural, em zona alta normalmente rodeada por dois vales. Este tipo de implantação tinha a vantagem de tornar praticamente impossível a aproximação de equipamentos de cerco. A maioria do perímetro exterior do castelo apresentava-se protegida pelas condições naturais do terreno, pelo que os defensores que só teriam de concentrar os seus esforços na zona de acesso. Os castelos templários de Beaufort e 'Atlit (Château Pelerin) são dois exemplos deste tipo de implantação, sendo este último construído numa localização costeira¹⁰⁸, mas seguindo os mesmos princípios deste tipo de castelo¹⁰⁹.

Por último, os castelos de cume seriam fortificações que, tal como a tipologia anteriormente referida, tirariam enorme proveito do seu terreno¹¹⁰. Eram construídos no topo de montes ou, em alternativa, em ilhas, colocando o perímetro defensivo a cobrir todo o cume. Tinham, tal como os castelos de esporão, a vantagem defensiva de evitar a aproximação de equipamentos de cerco. O exemplo mais emblemático da Ordem do Templo para este tipo de estrutura é o castelo de Saphet, estrutura com várias fases de construção e diferentes proprietários ao longo da sua existência. Os Templários terão adquirido esta estrutura em 1168, ao mesmo tempo que os Hospitalários adquiriram o castelo de Belvoir. Perderam o castelo para mãos muçulmanas em 1188, tendo, mais tarde, recuperado e reconstruído o castelo em 1240¹¹¹. Esta reconstrução tem a particularidade de possuir um relato anónimo - *De Constructione Castri Saphet* -

¹⁰⁶ BOAS, 2006: 119.

¹⁰⁷ Mesmo assim, existem similaridades de planta entre esta tipologia; cf. NICOLLE, 2004: 14-15.

¹⁰⁸ Construído no mesmo local onde existia o Le Destroit.

¹⁰⁹ BOAS, 1999: 105-113; BOAS, 2006: 126-136.

¹¹⁰ NICOLLE, 2004: 14.

¹¹¹ BOAS, 1999: 114-115; BOAS, 2006: 138-139.

que nos permite perceber como se processava a construção de um castelo, qual a sua importância do ponto de vista defensivo e qual o custo de tal empreendimento¹¹².

As tipologias que referimos acima englobam a generalidade dos castelos que podemos encontrar no Oriente Latino, tanto as construções da Ordem do Templo como outras construções defensivas.

Apesar de ser uma estrutura essencialmente defensiva, sabemos que um castelo não se limitava à sua função militar. E os castelos da Ordem do Templo são um excelente exemplo de construções que foram para além dessa dimensão, pois também eram lugar de práticas monásticas e de vida comunitária dos freires-cavaleiros. Para tanto, teria de existir uma capela ou igreja, dependendo a sua dimensão e complexidade do tamanho do castelo, dos fundos investidos, de quem o construía, da dimensão da guarnição e da importância que o castelo assumia para o prestígio da ordem¹¹³.

Além das capelas ou igrejas, existiam ainda as salas do capítulo (elemento presente em estruturas de tipo monástico), dormitórios, cozinhas, refeitórios, zonas de banho, latrinas, estábulos, sistemas de captação e armazenamento de água, entre outros, variando a necessidade de acordo com a dimensão e importância do castelo¹¹⁴.

2.3. Templários em Portugal no séc. XII

A primeira referência que possuímos sobre a presença da Ordem do Templo em Portugal é a doação que D. Teresa lhe concedeu, em 19 de março de 1128¹¹⁵, na pessoa de Raimundo Bernardo, emissário enviado pela ordem à Península Ibérica. D. Teresa assinou a doação do castelo de Soure e seu território¹¹⁶. Este será o mesmo ano em que a nobreza do Condado Portucalense, não satisfeita com a crescente influência do conde galego Fernão Peres de Trava, decide apoiar Afonso Henriques, filho de D. Teresa, na

¹¹² KENNEDY, 1994: 190-198.

¹¹³ BOAS, 2006: 149. Para as tipologias de igreja, cf. BOAS, 2006: 149-153.

¹¹⁴ BOAS, 2006: 149-164.

¹¹⁵ DMP, DR 79; FERNANDES, 2007: 411; 2009: 72.

¹¹⁶ FERNANDES, 2009: 72.

Batalha de S. Mamede, travada a 24 de junho de 1128. Na sequência da vitória de Afonso Henriques, este assume o poder do território portugalense¹¹⁷. Esta doação foi assinada antes de o Concílio de Troyes promulgar a Regra da Ordem. E numa altura em que Hugo de Payns, como já referimos, se deslocou à Europa (1127-1129) numa tentativa de aumentar a ajuda das monarquias ocidentais para a sua causa. No entanto, não terá passado pela Península Ibérica¹¹⁸. Portanto, deverá ser “neste ambiente que devemos perspectivar a doação de D. Teresa”¹¹⁹. Implantado poucos quilómetros a sul de Coimbra, o território de Soure era de extrema importância para a defesa desta cidade, reconquistada de forma definitiva no ano de 1064 por Fernando Magno. Este é o contexto militar que vai assinalar também o início da influência da Ordem do Templo em Portugal. Segundo Pedro Gomes Barbosa, a fortificação de Soure liga-se, numa lógica defensiva, “à cidade de Condeixa e, em sequência a Coimbra”, espaço atravessado pela antiga via romana que vinha de Lisboa¹²⁰. Ou seja, em termos estratégicos, a posse de Soure assegurava o controlo do importante itinerário que ligava Lisboa a Coimbra e a Braga,-usado por cristãos e por muçulmanos para a realização de incursões militares¹²¹. A doação de Soure configura o início da “formação do vasto domínio dos Templários em torno de Pombal, Ega, Redinha, Soure, Tomar, Ceras, Zêzere e Almourol”¹²². Desta forma, Soure tornou-se a primeira sede da Ordem do Templo em território português. Consciente do papel deste território, D. Afonso Henriques confirma à Ordem do Templo o diploma de sua mãe, promulgando nova doação do castelo e seu termo, a 14 de março de 1129 ou 1130¹²³, acontecimento que, segundo Maria Alegria Fernandes Marques, “foi o prenúncio do grande envolvimento de Afonso Henriques nas terras a sul de Coimbra” que encontrou a sua primeira resposta à ameaça almorávida na fundação do castelo de Leiria em 1135¹²⁴.

¹¹⁷ MATTOSO, 1997: 53-55.

¹¹⁸ COSTA, 2019: 61.

¹¹⁹ BARROCA, 1996-1997: 172.

¹²⁰ BARBOSA, 2008: 112.

¹²¹ BARROCA, 2001b: 216.

¹²² BARROCA, 1990-1991: 104.

¹²³ DMP, DR I, doc. 96: 120.

¹²⁴ MARQUES, 1996: 26.

Convém salientar que esta atenção reservada à cidade de Coimbra conquistada em 1064, resulta das ameaças de incursões militares por parte das forças almorávidas¹²⁵. Na altura em que foi feita a doação deste território aos Templários, eram ainda relativamente recentes – e certamente encontravam-se bem presentes na memória das populações cristãs – os acontecimentos que marcaram o ano de 1111, data de uma investida almorávida e da revolta moçárabe em Coimbra¹²⁶. Outro acontecimento fora a incursão de 1116, quando as forças almorávidas avançaram em direção a Coimbra destruindo pelo caminho, a oriente, o Castelo de Miranda do Corvo e, a ocidente, o de Santa Eulália¹²⁷. A ameaça iminente deste ataque levou os habitantes de Soure a incendiar o castelo e a vila, para impedir que as forças tomassem os recursos e meios de subsistência, “inviabilizando a utilização desse ponto de fixação para o exército inimigo”¹²⁸, refugiando-se posteriormente em Coimbra. Pouco depois, no ano de 1117, Coimbra sofreu um novo cerco, comandado por Alī ibn Yūsuf ibn Tashfin, que se prolongou por três semanas¹²⁹. A doação de Soure aos Templários procurou, portanto, estabilizar a presença militar da zona, para impedir que acontecimentos semelhantes se voltassem a repetir no flanco sul da cidade de Coimbra¹³⁰.

Depois de 1128 inaugura-se um período relativamente obscuro, para o qual não se reconhece grande atividade dos Templários em Portugal. As notícias dos feitos templários ressurgem em 1144, com a defesa de Soure de uma incursão muçulmana, logo após o aparecimento das primeiras referências ao “Procurador dos Templários”, Hugo de Martónio (que surge em 1143)¹³¹. Apesar da defesa por parte dos templários ter impedido a conquista do castelo, foram feitos vários prisioneiros pelas forças atacantes, entre os quais Martinho de Soure, que morreu no cativeiro, vindo a ser considerado santo¹³². Descrevendo o ambiente vivido na época, Pedro Gomes Barbosa

¹²⁵ BARROCA, 2001b: 216.

¹²⁶ BARBOSA, 1991: 21.

¹²⁷ BARBOSA, 1991: 21; BARROCA, 1996-1997: 173.

¹²⁸ BARROCA, 1996-1997, 173.

¹²⁹ BARBOSA, 1991: 21.

¹³⁰ FERNANDES, 2009: 72.

¹³¹ BARROCA, 1996-1997, 174.

¹³² *Vita S. Martini Sauriensis, PMH – Scriptorum*: 60-62; RUAS, 1947: 249.

diz-nos que “as ameaças a Soure eram agora feitas por núcleos de muçulmanos que habitavam zonas muito próximas do castelo e que faziam incursões por esses campos não permitindo a segurança das estradas, matando e aprisionando os cristãos”¹³³.

A primeira colaboração direta da Ordem do Templo com D. Afonso Henriques verificou-se na conquista da cidade de Santarém a 15 de março de 1147¹³⁴. Em reconhecimento do auxílio prestado pela ordem, o rei português concedeu aos Templários os direitos eclesiásticos de Santarém¹³⁵. Depois da conquista de Lisboa, a 25 de outubro do mesmo ano, a doação do Eclesiástico de Santarém deu origem a uma prolongada disputa com o novo bispo de Lisboa, Gilberto de Hastings, que se prolongou por doze anos¹³⁶.

Aquele que foi, talvez, o acontecimento mais importante para a Ordem do Templo em Portugal, foi o regresso ao reino de Gualdim Pais depois de ter participado num conjunto de ações militares no Próximo Oriente, onde adquiriu experiência e conhecimentos que se viriam a mostrar de imensa importância para a arquitetura militar da ordem no nosso território. Este cavaleiro tinha participado na Segunda Cruzada, pregada em 1146 pelo mentor espiritual da Ordem do Templo, S. Bernardo de Claraval. Tendo partido para o Próximo Oriente por volta de 1151-1152, Gualdim Pais regressou em 1155-1156¹³⁷, sendo nomeado Mestre da Ordem dos Templários em Portugal, lugar que ocuparia até à sua morte, no ano de 1195, sendo sucedido por D. Lopo Fernandes¹³⁸.

Em 1159, já com Gualdim Pais à frente do destino da Ordem do Templo em Portugal, D. Afonso Henriques concede o castelo de Ceras, no território de Tomar¹³⁹. A doação foi feita como reconhecimento do acordo celebrado entre o mestre da Ordem e o bispo de Lisboa, Gilberto de Hastings¹⁴⁰. Em troca, o prelado de Lisboa concedeu à Ordem do Templo, através de carta datada de fevereiro de 1159, a igreja de Santa Maria

¹³³ BARBOSA, Pedro Gomes, 1991: 24.

¹³⁴ MARQUES, 1996: 29; FERNANDES, 2009: 72.

¹³⁵ DMP, DR I, doc. 221. *Monumenta Henricina, I*, 1960, doc. 2: 3-4.

¹³⁶ BARROCA, 1996-1997: 175.

¹³⁷ Altura em que, como veremos à frente, terá sido construído o castelo de Pombal.

¹³⁸ BARROCA, 1996-1997: 176; MATTOSO, 1985: 215, 228-231.

¹³⁹ FERNANDES, 2009: 73; DMP, DR I, doc. 271: 344-345.

¹⁴⁰ BARROCA, 1996-1997: 175

da Alcáçova de Santarém e seu território. Com este documento, doou-lhes também todas as igrejas que os Templários viessem a edificar na região de Tomar¹⁴¹.

Devido ao mau estado em que se encontrava o castelo de Ceras, Gualdim Pais decidiu não restaurar essa fortificação. Em vez disso, mandou construir o castelo de Tomar, por alguns autores considerado “o mais notável castelo português do séc. XII, capaz de ombrear com as melhores e mais importantes fortificações europeias”¹⁴². O início da sua construção ficou assinalado por uma inscrição datada de 1 de março de 1160¹⁴³. A construção veio ocupar toda essa década, não havendo registo do empenho da ordem na construção ou remodelação de outras fortificações, tendo aplicado todos os seus esforços no Castelo de Tomar, talvez já com a intenção de este se tornar a sede da Ordem do Templo em Portugal, tal como se veio a verificar¹⁴⁴.

Durante a mesma década, verificaram-se algumas doações concedidas aos Templários, como foi o caso de Idanha-a-Velha e de Monsanto, em 1165¹⁴⁵ “com a condição de esta milícia servir ao monarca e a seu filho”¹⁴⁶. O monarca doou também a terça parte de todos os territórios que os Templários viessem a conquistar a Sul do Tejo¹⁴⁷, e os castelos de Cardiga e Zêzere no ano de 1169. Em outubro desse ano, D. Afonso Henriques confirmou a doação do território de Tomar à Ordem¹⁴⁸.

Na década de 70 do séc. XII, os esforços da ordem já não se focavam na construção de Tomar, certamente obra já concluída, permitindo que os seus recursos fossem ~~serem~~ canalizados para importantes obras noutras fortificações como foi o caso da reforma de Pombal, logo no início da mesma década (1171); da construção, de raiz, do castelo de Almourol, no mesmo ano; das reformas realizadas em Penas Róias e

¹⁴¹ *Monumenta Henricina I*, 1960, doc. 3: 5-6.

¹⁴² BARROCA, 2001a: 537.

¹⁴³ BARROCA, 2000: 271-276 (Inscrição Nº 104); BARROCA, 2017a: 323-329 (inscrição nº 123).

¹⁴⁴ BARROCA, 1996-1997: 179.

¹⁴⁵ DMP, DR I, doc. 288

¹⁴⁶ FERNANDES, 2009: 82.

¹⁴⁷ DMP, DR I, doc. 295: 384-385.

¹⁴⁸ DMP, DR I, doc. 297: 388-389.

Longroiva, nos anos de 1172 e de 1174, respetivamente¹⁴⁹; e da reforma do castelo de Soure, que teve lugar entre cerca de 1171 e 1175¹⁵⁰.

Mais tarde, em julho de 1190, os Templários foram colocados à prova, mais uma vez, com o cerco muçulmano a Tomar, liderado por Abu Yacub Yussuf, situação na qual “o potencial militar destes freires é confirmado, estabelecendo como necessária a sua presença na defesa do território, situação que se faria sentir até ao reinado de D. Dinis”¹⁵¹.

Nos finais do séc. XII, a Ordem do Templo possuía, segundo Mário Barroca, “territórios periféricos e de fronteira, que se concentravam sobretudo a Norte do Tejo, onde a única exceção seria Nisa (a-Velha), a Sul do Tejo, doada em 1198”¹⁵². O mesmo autor, acrescenta ainda que “se tivermos em conta que, nos finais do séc. XII, o reino apoiava a sua defesa em pouco mais de 200 fortificações, o papel da Ordem do Templo, detentora de 10% destas estruturas, não pode ser negligenciado”¹⁵³.

Foi no reinado de D. Afonso Henriques que a Ordem do Templo foi contemplada com maior número de doações, e foi em vida deste monarca que a ordem militar consolidou o seu território, pois não podemos separar estas aquisições do esforço demonstrado pela milícia no processo da Reconquista¹⁵⁴. Maria Cristina Fernandes sublinha que ao analisar o número de doações concedidas no reinado de Afonso Henriques, “encontramos mais registos do que em qualquer outro reinado”, compreendidos entre fevereiro de 1129 e 30 de novembro de 1169¹⁵⁵.

2.4. Gualdim Pais

¹⁴⁹ BARROCA, 1996-1997: 179; BARROCA, 2001b: 220.

¹⁵⁰ BARROCA, 2001a: 537.

¹⁵¹ FERNANDES, 2007: 411; FERNANDES, 2009: 74. Vd. também COSTA, 2019: 190.

¹⁵² BARROCA, 2001a: 538.

¹⁵³ BARROCA, 2001a: 538.

¹⁵⁴ FERNANDES, 2009: 88.

¹⁵⁵ FERNANDES, 2009: 88.

A arquitetura militar da Ordem do Templo em Portugal apresenta, como iremos constatar, semelhanças com exemplos congéneres no Oriente Latino, algo que é evidente se observarmos os elementos defensivos introduzidos pelos Templários nas suas fortificações em Portugal, em particular na época em que D. Gualdim Pais esteve à frente dos destinos desta ordem em território português.

D. Gualdim Pais é uma figura incontornável no panorama da defesa e da administração dos territórios da Ordem do Templo em Portugal. A introdução no nosso território de elementos que já se encontravam nos castelos do Oriente Latino é o aspeto mais importante do desenvolvimento da arquitetura militar portuguesa na segunda metade do séc. XII, após um período de resistência à inovação, no qual a paisagem defensiva cristã em Portugal era bastante modesta¹⁵⁶.

Não se conhece nenhuma biografia ou crónica medieval para Gualdim Pais, e muitos relatos sobre o mesmo são feitos após a sua morte, na forma de lendas e tradições orais que procuram exaltar a sua obra em termos de fundação de castelos e povoações. Acrescente-se que não se conhecem referências ao mesmo na documentação internacional¹⁵⁷. A maior parte dos dados biográficos sobre este freire-guerreiro encontram-se registados nas inscrições de Pombal¹⁵⁸ e de Almourol¹⁵⁹, que procuram enaltecer o seu papel como combatente na Terra Santa e como construtor em Portugal.

Nascido em Priscos¹⁶⁰, a sul da cidade de Braga, por volta de 1118-1120, era filho de D. Paio Ramires e da sua segunda esposa D. Gontrode Soares, e irmão de D. Gomes Pais de Priscos, de D. Estevaínha Pais e de D. Sancha Pais¹⁶¹. Segundo a tradição,

¹⁵⁶ BARROCA, 2017b: 147.

¹⁵⁷ GOMES, 2015: 11-12.

¹⁵⁸ BARROCA, 2000: 348-361 (inscrição nº 136); BARROCA, 2017a: 416-430 (inscrição nº 157).

¹⁵⁹ BARROCA, 2000: 361-367 (inscrição nº 137); BARROCA, 2017a: 430-437 (inscrição nº 158).

¹⁶⁰ BARROCA, 2000: 526.

¹⁶¹ FERNANDES, 2009: GOMES, 2015: 11; BARROCA, 2017b: 147.

participou ao lado de D. Afonso Henriques na Batalha de Ourique (1139), tendo sido aí armado cavaleiro¹⁶², e no cerco e tomada de Santarém e Lisboa (1147)¹⁶³.

Entre 1151-1152 e 1155-1156 esteve no Oriente Latino, totalizando uma permanência de cinco anos, onde participou em operações militares enquadradas na 2ª Cruzada (1147-1149), pregada por Bernardo de Claraval, o mentor espiritual da Ordem do Templo. A passagem de Gualdim Pais pelos territórios no Mediterrâneo Oriental permitiu ao cavaleiro adquirir uma vasta experiência no âmbito das práticas militares nessa região. Como já tivemos a oportunidade de demonstrar, era no Oriente Latino que se concentrava o que de mais diverso e avançado existia do ponto de vista construtivo e da atividade militar em geral naquela época. Tendo a Ordem do Templo a sua sede em Jerusalém, Gualdim Pais estaria envolvido no cerne da atividade desta ordem militar, tendo contacto com diversos métodos construtivos, formas de combater e, também, de viver a Regra da Ordem, que não estariam presentes no Ocidente. Conviver diretamente com o capítulo geral da Ordem do Templo no Mediterrâneo Oriental era uma experiência substancialmente diferente de viver numa comenda ocidental, devido às diferenças em termos de riqueza, de membros efetivos e no rigor com que a Regra e os estatutos hierárquicos seriam cumpridos¹⁶⁴. Mesmo que Gualdim Pais tenha estado apenas cinco anos nesse ambiente, não será estranho inferir que, aquando do seu regresso a Portugal, terá trazido a mesma conduta a que estaria sujeito no Oriente, não se limitando apenas às questões do âmbito militar, mas também às questões de âmbito monástico, como se pode inferir da sua preocupação com a construção de estruturas religiosas no espaço dos castelos.

Tanto quanto nos é possível saber, segundo as inscrições comemorativas de Almourol¹⁶⁵ e de Pombal¹⁶⁶, Gualdim Pais terá percorrido grande parte do território dos Estados Cruzados tendo participado na tomada de Escalona no ano de 1153, em

¹⁶² VITERBO, 1865: 237.

¹⁶³ GOMES, 2015: 14.

¹⁶⁴ COSTA, 2019: 176-177.

¹⁶⁵ BARROCA, 2000: 361-367 (inscrição nº 137); BARROCA, 2017a: 430-437 (inscrição nº 158).

¹⁶⁶ BARROCA, 2000: 348-361 (inscrição nº 136); BARROCA, 2017a: 416-430 (inscrição nº 157).

combates contra o Rei do Egito e da Síria, na defesa de Antioquia e também contra o Sultão da Cónia¹⁶⁷.

A Ordem do Templo teria maiores meios financeiros e logísticos no Oriente Latino, em virtude de se encontrar no coração da ação militar no contexto das cruzadas. No Ocidente a ordem tinha de lidar com meios mais modestos e com menos efetivos do que no Oriente porque não existiriam as mesmas necessidades. No entanto, o caso português é bastante particular pois vivia o ambiente da Reconquista, uma espécie de cruzada em menor escala, mas que não seria de muito menor importância para o mundo cristão, tendo um forte suporte régio. Mesmo com menos recursos materiais do que no Oriente, isto não limitou Gualdim Pais nos empreendimentos que levou a cabo em Portugal. A sua primeira iniciativa deu-se logo após o regresso do Oriente, em 1156, com a construção do castelo de Pombal, que marca o início de um panorama bastante diferente na arquitetura da Ordem do Templo em Portugal quando comparada com as soluções defensivas encontradas nas construções anteriores. A partir de 1 de março de 1160¹⁶⁸ inicia-se a construção do maior exemplo da arquitetura da Ordem do Templo em Portugal, o castelo de Tomar, que se tornaria a sede da Ordem do Templo no reino, tendo a sua construção se prolongado até ao final dessa década, apresentando-se como o primeiro castelo em Portugal a ser dotado de torre de menagem¹⁶⁹. Além de Tomar, as mais antigas torres de menagem que conhecemos em Portugal são Pombal (1171), Almourol (1171), Penas Róias (1172) e Longroiva (1174)¹⁷⁰.

Além da torre de menagem, Gualdim Pais introduziu em Portugal a solução de alambor. Também conhecido na bibliografia anglo-saxónica pelos termos “*talus*” e “*glacis*”, este elemento já era conhecido em estruturas bizantinas no Mediterrâneo Oriental, como por exemplo em Nicéia e Antioquia¹⁷¹, sendo esta última uma área geográfica com que Gualdim Pais teve contacto. Colocado na face exterior da base de

¹⁶⁷ Segundo a mais recente tradução presente em BARROCA, 2017a: 416-430 (inscrição nº 157).

¹⁶⁸ BARROCA, 2000: 271-276 (inscrição nº 104); BARROCA, 2017a: 323-329 (inscrição nº 123).

¹⁶⁹ BARROCA, 2017b: 148-149.

¹⁷⁰ BARROCA, 2001: 220.

¹⁷¹ BOAS, 2006: 178.

torres ou muralhas, esta solução construtiva consistia num formato rampeado, aumentando a largura da base, que conferia uma maior estabilidade e robustez à estrutura, trazendo várias vantagens defensivas: impedia as forças atacantes de ter pontos de apoio para escadas de assalto; impedia a aproximação de arietes ou torres de assalto; criava maior resistência a projéteis; impedia os trabalhos de sapa ou mina; eliminava ângulos mortos, que tornava os atacantes mais expostos a tiro realizado das muralhas e torreões; serviria de reforço da estrutura devido a terremotos¹⁷². No Oriente Latino, esta solução pode ser observada em castelos como Belmont, Belvoir, Crac des Chevaliers, Arima, Toron des Chevalier, Beaufort, Kerak, Saone e Margat¹⁷³. Esta solução foi aplicada no castelo de Pombal, estando visível de forma pontual junto à entrada a sudeste. No castelo de Tomar esta solução viria a ser utilizada em muito maior escala, estendendo-se por todo o perímetro da muralha, sendo a sua dimensão bastante notável não só em comprimento, mas também em altura. A escala em que o alambor foi aplicado em Tomar nunca mais se viria a repetir em território português¹⁷⁴.

No tempo de Gualdim Pais foi também introduzido o hurdício. Esta solução defensiva era aplicada no topo das paredes exteriores de torres ou muralhas, permitindo a realização de tiro vertical sobre zonas onde tal não seria possível sem essa estrutura. Com efeito, a partir do momento em que o inimigo alcançasse a base das torres ou muralhas, fazer tiro na vertical não seria possível através de seteiras ou das posições entre as ameias. Portanto, tornava-se necessário recorrer a outra solução que diminuísse o ângulo morto junto da base dos muros. Esta solução era construída com recurso a madeira tendo sido utilizada no Oriente Latino, em castelos como o Château Pelerin e Saphet. No entanto, a construção em madeira passaria mais tarde a ser em pedra, tal como se pode observar pelos *machicoulis* presentes em estruturas como o Crac des Chevalier, Beaufort, Tukhlah, Burj al-Arab, Saone, Belvoir, Margat, Monfort,

¹⁷² BOAS, 2006: 178.

¹⁷³ LAWRENCE, 1988: 82; KENNEDY, 1994: 41-48, 68,112, 117, 149, 152; 158-159; BOAS, 2006: 178-179.

¹⁷⁴ BARROCA, 2017b: 149-150.

Sidon, Chateau Pelerin, Saphet, entre outros¹⁷⁵. Em Portugal, o primeiro exemplo de utilização de hurdício encontra-se na torre de menagem de Longroiva em 1174¹⁷⁶.

Aquando do falecimento do mestre templário, em 1195, a marca que deixou na paisagem defensiva portuguesa era notável. A segunda metade do séc. XII ficaria definida por um salto quantitativo que se deveu ao seu dinamismo à frente da Ordem do Templo em Portugal, beneficiando da sua experiência internacional, sem a qual tão cedo não se teria dado esse impulso tão necessário na defesa dos territórios confiados a esta ordem militar. Ao longo da sua liderança de quarenta anos estabeleceu povoações e castelos, ofereceu segurança às povoações que se encontravam mais expostas aos ataques do outro lado da fronteira, outorgou cartas de foral às povoações da Redinha (1159), Tomar (1162 e 1174), Castelo de Zêzere (1174) e Pombal (1174-1176)¹⁷⁷ e, já com idade avançada, defendeu o castelo de Tomar de um cerco de *Abū Ya'qūb Yūsuf al-Mansur* que durou seis dias¹⁷⁸. Morreu com uma idade compreendida entre os setenta e os setenta e sete anos de idade¹⁷⁹. A sua epígrafe sepulcral, datada de 13 de outubro de 1195, conserva-se na Igreja de Santa Maria dos Olivais, templo que foi panteão dos mestres da Ordem do Templo em Portugal¹⁸⁰.

3. O castelo de Pombal - enquadramento

3.1. Enquadramento histórico e geográfico

Quando observamos as referências a Pombal no séc. XII na maioria da literatura tradicional existe a tendência para essas serem feitas dentro de um âmbito mitológico em vez de histórico, sendo as mais populares as lendas do mouro *Al-Pal-Omar*, cujo

¹⁷⁵ LAWRENCE, 1988: 83-88; KENNEDY, 1994: 43, 75-76, 91, 93, 111, 115-117, 152-159, 170-172; BOAS, 2006: 170-173.

¹⁷⁶ BARROCA, 2000: 389-391 (inscrição nº 148); BARROCA, 2017a: 464-466 (inscrição nº 170).

¹⁷⁷ PMH, *Leges*: 386, 388-389, 399-401, 398-399, 402-405.

¹⁷⁸ BARROCA, 2000: 483-491 (inscrição nº 188); BARROCA, 2017a: 585-595 (inscrição nº 215); COSTA, 2019: 190.

¹⁷⁹ COSTA, 2019: 133.

¹⁸⁰ BARROCA, 2000: 522-527 (inscrição nº 203); BARROCA, 2017a: 636-643 (inscrição nº 231).

personagem mítico viveria no lugar onde fica o castelo, ou a lenda de um rei, que passando por esta terra e observando um grupo de pombas sobre o lugar do castelo, terá dito “Famoso Pombal”¹⁸¹ ou “Formoso pombal!”¹⁸².

Deixando as questões lendárias de parte, na sua maioria, a toponímia de Pombal e da Reconquista fazem referência a elementos da paisagem, fauna, flora ou intervenção humana na mesma, e o termo *Palumbar(e)*, segundo Saul Gomes, seria um topónimo frequente no Noroeste peninsular¹⁸³. Será assim provável que o topónimo de Pombal seja inspirado pela fauna da região.

Na *Vita S. Martini Sauriensis*, observamos a utilização do termo “*columbarii castrii*”¹⁸⁴, tendo sido este documento elaborado entre 1147-1150, podendo constatar que o nome deste lugar já existia, não podendo precisar se corresponderia totalmente à povoação que só alguns anos depois se viria a formar com a construção do castelo.

No foral da Redinha em 1159¹⁸⁵ encontramos o termo “*terrae Palumbarii*”, isto numa altura em que o castelo de Pombal já existiria e a povoação estaria estruturada desenvolvendo-se junto ao castelo.

No foral concedido por Gualdim Pais em 1174¹⁸⁶ podemos observar que já estava definido o nome da terra como “*palumbare*”, sendo o mesmo nome utilizado no foral da Redinha. Uma variante semelhante ao anteriormente referido vai ser usada no testamento de D. Afonso Henriques de 1179 no qual se constata o termo “*Palumbar*”¹⁸⁷.

Vemos, portanto, que os termos *Columbare* ou *Palumbare* já eram utilizados pelo menos desde a segunda metade do séc. XII para designar esta povoação, sendo incerta a origem concreta do topónimo.

¹⁸¹ LARCHER, 1933: 184.

¹⁸² EUSÉBIO, 2007: 39.

¹⁸³ GOMES, 2010: 8.

¹⁸⁴ PMH, *Scriptores*: 60.

¹⁸⁵ PMH, *Leges*: 386; Doc, 7 em EUSÉBIO, 2007: 255.

¹⁸⁶ PMH, *Leges*: 398-399.

¹⁸⁷ DMP, DR: doc. 334.

Apesar de desconhecermos por completo a origem remota do termo pelo qual se passou a designar esta povoação, a Gualdim Pais e à Ordem do Templo não terá sido estranha também a ideia de implantar um castelo num lugar cujo nome é evocativo da pomba, elemento tão importante para a Cristandade por simbolizar o Espírito Santo, sendo topónimo semelhante também encontrado no Oriente Latino entre populações de influência helénica, bizantina e muçulmana e com o qual o mestre poderá ter tido contacto, apesar de não podermos neste caso afirmar que seja essa a sua origem¹⁸⁸, mesmo sabendo que o paralelismo toponímico com o oriente não é algo estranho entre os lugares das Ordens Militares¹⁸⁹.

A fundação da povoação de Pombal continua a suscitar dúvidas quando se tenta estabelecer uma data em que a mesma se poderá ter dado. Joaquim Eusébio, referindo-se à Alta Idade Média, diz-nos que existe “uma lacuna no nosso conhecimento” relativamente a essa época para o concelho, destacando que do séc. VIII até à concretização da Reconquista no séc. XII, o pouco que se sabe é que na região se fazia sentir a presença de alguns núcleos populacionais moçárabes que era caracterizada, segundo o mesmo autor, por uma “síntese de uma remota origem cristã e a vivência da civilização e da cultura muçulmanas” cujo testemunho material se verifica através dos lintéis que encimam as portas laterais da Igreja Matriz de Abiúl¹⁹⁰.

É possível que o povoamento da região a Sul de Coimbra só se tenha desenvolvido a partir da segunda metade do séc. XI. Ao contrário de grande parte do entre Douro e Mondego, cujo território era ocupado, segundo Rui de Azevedo, por uma “população agrícola numerosa” que se atesta pela existência de documentação para os séculos X e XI¹⁹¹, a margem esquerda do Mondego terá sido repovoada, em larga escala,

¹⁸⁸ Por exemplo, dentro do itinerário de Gualdim Pais pelo Mediterrâneo Oriental, podemos encontrar a cidade de Hamama (حمامة) a 27 km a Norte de Gaza, localizada entre as cidades de Escalona e Ashdod correspondendo à antiga cidade bizantina de Peleia (πέλεια) e que terá sido desocupada nos anos 40 do séc. XX. Ambos os termos, do grego e do árabe, significam “pomba”. Vd. TAXEL et al., 2019. Não fosse a referência encontrada na *Vita S. Martini Sauriensis* (anterior a 1156, data da construção do castelo) e poderíamos especular sobre uma possível origem no Oriente Latino.

¹⁸⁹ Sobre os paralelos na toponímia dos lugares das Ordens Militares: Vd. OLIVEIRA, 2001; 2017.

¹⁹⁰ EUSÉBIO, 2007: 38.

¹⁹¹ AZEVEDO, 1937: 10.

a partir da reconquista de Coimbra por Fernando Magno no ano de 1064, por população de duas proveniências: colonos cristãos vindos do Norte do Mondego, e moçárabes provenientes da Espanha muçulmana¹⁹². No entanto, isto não sugere que nessa altura já existisse uma intensa ocupação no que viria a ser o espaço pombalense. Não nos esqueçamos que esta área, a Sul do Mondego, constituía a fronteira meridional com o território muçulmano, sendo uma zona de alto risco para quem se aventurasse a migrar para esta região, que ainda não tinha a sua defesa totalmente estruturada. Por outro lado, não podemos ignorar o facto de que este processo de povoamento e repovoamento não foi realizado de uma só vez. Tem diferentes fases, sendo feito gradualmente à medida que se assegura um território e, por vezes, existem fugas de colonos que já se tinham estabelecido, devendo-se essas situações às incursões que eram realizadas pelas forças Almorávidas.

No princípio do séc. XII assistimos a uma crescente preocupação com a defesa de Coimbra, situação confirmada pela atribuição de forais a Sátão, Soure, Tavares e Azurara da Beira em 1111 ou 1112 com o objetivo de reforçar os privilégios de comunidades locais para as incentivar a participar ativamente na defesa do território contra os muçulmanos, o que levou a consolidar a autonomia dos concelhos de fronteira¹⁹³. As agressões que se deram em 1116, na qual foram destruídos os castelos de S. Eulália, em Montemor-o-Velho, Miranda do Corvo e Soure (sendo este último destruído devido ao facto de a população, temendo não poder resistir ao ataque almorávida, o ter incendiado antes de ter abandonado a área), levaram ao aumento do sentimento de risco. Isto confirmou-se com o ataque, saque e abandono da cidade de Coimbra no ano de 1117, situação que revelou a necessidade de uma reorganização administrativa e de defesa da região¹⁹⁴.

Neste contexto, mais tarde, como já tivemos a oportunidade de referir, D. Teresa doa à Ordem do Templo, através do seu representante D. Raimundo Bernardo, o castelo

¹⁹² AZEVEDO, 1937: 11.

¹⁹³ MATTOSO, 1997: 41-42; EUSÉBIO, 2007: 43.

¹⁹⁴ EUSÉBIO, 2007: 42.

de Soure e o seu território, a 19 de março de 1128, para que aí os Templários fossem responsáveis pelos aspetos defensivos, e também pelo povoamento e exploração do termo concedido¹⁹⁵. Mais tarde, com D. Afonso Henriques à frente do destino do Condado, a preocupação com a mesma região reflete-se com a confirmação do mesmo território à referida ordem militar. Não se ficando por aí, Afonso Henriques estabelece o castelo de Leiria, em 1135, para servir de apoio à posição estratégica do castelo de Soure, resultando numa “ocupação humana intensiva da bacia hidrográfica do rio Lis numa bolsa coincidente, sensivelmente, com os limites que, ainda hoje, possui a Diocese de Leiria-Fátima, herdeira da geografia eclesiástica do Priorado Crúzio de Santa Maria de Leiria.”¹⁹⁶. Portanto, Pombal tinha já, nesta altura, condições para se formar entre estas duas povoações que já possuíam estrutura defensiva, situação que facilitava a circulação de bens e pessoas pela via que servia Coimbra em direção a Santarém. A Norte tinha a fortificação de Soure, em cuja dependência estava inserido Pombal¹⁹⁷, a Sul deste encontrava-se o castelo de Leiria¹⁹⁸. Estes dois dispositivos militares foram até à conquista de Santarém e Lisboa em 1147, os mais importantes elementos de defesa dos territórios meridionais de Coimbra, e também de grande relevância para a defesa da faixa ocidental-litorânea¹⁹⁹. No entanto, nada nos leva a crer que a área de Pombal já estivesse habitada por colonos.

Segundo Saúl Gomes, Pombal foi uma fundação que se deu na década de 1150, “numa fase clara de pós-esforço de guerra ofensiva no corredor estremenho-atlântico, a ocidente das grande serras de Sicó, Aire e Candeeiros, protagonizada por D. Afonso Henriques.” e deverá relacionar-se com a organização demonstrada pela Ordem do Templo, sob o comando de D. Gualdim Pais, que encontrou no “eixo estremenho Toma-Pombal-Soure uma das mais importantes e frutuosas, de um ponto de vista económico

¹⁹⁵ DMP, DR I, doc. 79.

¹⁹⁶ GOMES, 2010: 9.

¹⁹⁷ Tenha-se em conta que o território de Soure compreendia, além da área de Pombal, a de Ega e a da Redinha.

¹⁹⁸ Sobre este castelo vd. GOMES, 1995.

¹⁹⁹ GOMES, 1997: 145.

e militar, linhas de ocupação territorial”²⁰⁰. Também existem alguns testemunhos em relação à ocupação de Pombal, que nos podem sugerir uma cronologia mais ou menos certa sobre a sua ocupação, nomeadamente numa inquirição no âmbito de uma disputa da Ordem do Templo com a Sé de Coimbra pelos direitos das igrejas de Ega, Redinha e Pombal, e que incidiu sobre o povoamento destes lugares, tendo sido realizada entre 1183-1185²⁰¹. Nesta inquirição testemunhou o presbítero Pedro Omariz, na qual refere que estes três lugares haviam sido povoados após a conquista de Santarém e Lisboa, remetendo, portanto, para depois de 1147²⁰². Uma outra testemunha, um presbítero Senior, recordava-se de um pacto estabelecido entre o arcediogo de Coimbra, Domingos Eanes, e o mestre do Templo, D. Gualdim Pais, tendo sido feito na época do bispo de Coimbra D. Miguel Salomão (1159 e 1162-1176), e que tinha a ver com o dízimo e outros rendimentos destes lugares, situação que é confirmada na mesma inquirição por outra testemunha, o presbítero Soeiro²⁰³. O testemunho, da mesma inquirição, que apresenta dados cronológicos mais precisos é o do presbítero Cipriano, que se recordava do povoamento de Ega, Redinha e Pombal, quando tinham já passado uns oito anos desde que tinham sido conquistadas as cidades de Santarém e Lisboa; a mesma testemunha declarou também que estas terras haviam sido doadas pelo rei Afonso depois de os Templários as terem tomado dos muçulmanos, e que quando obtiveram estas terras já uma quarta parte das terras de Ega tinham sido cultivadas, sendo as restantes terras incultas apesar de nos seus confins trabalharem alguns homens de Soure²⁰⁴. Portanto, através destes testemunhos, podemos identificar uma tendência por parte dos inquiridos, para colocar o início da exploração destes lugares numa data posterior à

²⁰⁰ GOMES, 2010: 12.

²⁰¹ GOMES, 2010: 12, 76-81 para o referido documento (Veja-se o mesmo no apêndice documental); GOMES, 1997: 149. Sobre este conflito, veja-se: MARQUES, 1983: 5-22.

²⁰² “(...) *Item dicit quod tempore quo populati fuerunt predicti tres loci quod tunc jam Ulixbona et Sancta Arena ad manibus christianorum (...)*”; GOMES, 2010: 76.

²⁰³ GOMES, 2010: 12-13, 76, 78.

²⁰⁴ GOMES, 1997: 149-150; GOMES, 2010: 13, 78-79, “ (...) *Item dicit quod recordatur de populatione illorum trium locorum et tunc jam omnia per octo annos ad manus christianorum pervenerent Sancta Arena et Ulixbona que sunt antequam dictas villas versus sarracenos et nunquam a mauris terra in qua ville ille sunt constitute exempta fuit Templarios. rex Aldefonsus dedit eam illis et dicit quod cum ipsas terras aquisiverant Templarii jam quarta pars terre de Ega culta erat. Terra vero aliorum locorum erat inculta sed tamen et in confinibus earum laborabant quasdam pecias terre homines de Soria et dicit ipsas terras esse de episcopatu Colimbrie.(...)*”.

conquista de Santarém e Lisboa (1147). Assim, a confiar nestes relatos, será mais ou menos seguro afirmar, que a povoação de Pombal terá surgido numa data que se compreende entre o período da conquista das cidades anteriormente referidas e a primeira metade da década de 50 do séc. XII, tendo-se realizado o povoamento, segundo Saúl Gomes, de Norte para Sul, de Soure para Ega e para a Redinha, e só posteriormente para Pombal²⁰⁵.

Quando se trata de estabelecer o local inicial de desenvolvimento da vila de Pombal as opiniões dos autores dividem-se, existindo diferentes sugestões para o ponto de partida da mesma, que Joaquim Eusébio considera serem “hipóteses carecidas de fundamentação.” avançando “que a hipótese mais plausível se situará em torno da encosta do Castelo, como de resto acontece com inúmeras terras.”²⁰⁶ Esta possibilidade parece-nos ser a mais provável tendo em conta que a existência de um castelo nestas terras fomentaria um maior sentimento de segurança para as populações levando-as a fixarem-se junto do mesmo.

3.2. Fatores de implantação

Determinada a data de origem do nosso objeto de estudo, é necessário, contextualizar a implantação desta estrutura, tendo em conta os fatores que terão levado D. Gualdim Pais e a Ordem do Templo a empreenderem a construção desta fortificação.

Como já tivemos a oportunidade de abordar anteriormente no nosso subcapítulo dedicado à arquitetura militar no Oriente Latino, existia um conjunto de condições que os construtores de castelos teriam em conta ao iniciarem os seus empreendimentos. Estas preocupações eram tão verdadeiras no Mediterrâneo Oriental como no território português. Chegados ao Pombal, os templários tiveram em conta os desafios a que o castelo procuraria responder. Este não era, como noutros casos, uma mera aquisição de

²⁰⁵ GOMES, 2010: 14.

²⁰⁶ EUSÉBIO, 2007: 41.

uma fortificação existente que precisaria de ser remodelada, mas sim, um castelo que teria de ser construído de raiz. Em primeiro lugar, era necessário conceber uma estrutura funcional do ponto de vista das suas funções defensivas, ofensivas e administrativas. Em segundo lugar, os freires construtores tiveram de ter em conta a natureza do terreno, ou seja, as condições topográficas em que seria implantado, e os recursos existentes na região. Por último, mas não menos importante, era a necessidade de conceber uma estrutura que não se descurasse das suas funções de tipo monástico, tendo em conta que o castelo se destinaria a ser usado por um grupo de homens que seguiam as regras da vida monástica.

O castelo de Pombal foi erguido, numa posição que se destaca na paisagem, no alto de um monte a 114 m de altitude²⁰⁷. A escolha da sua posição, tal como é típico deste tipo de estrutura, teve em conta vários elementos. Entre estes, encontra-se, obviamente, o facto de permitir uma excelente visibilidade em todas as direções da paisagem envolvente da fortificação. Este fator permitiria a deteção de forças inimigas que viessem a aproximar-se da povoação, permitindo a preparação antecipada da guarnição do castelo. Como se sabe, era bastante comum que os castelos desta altura se articulassem com outro tipo de estruturas mais pequenas, mas bem localizadas ao longo da região, tendo as funções de auxílio à defesa e vigia do território, como é o exemplo das torres e atalaias, cuja comunicação entre estes dispositivos era efetuada com recurso a sinais de fumo ou luminosos (à noite). Para o caso de Pombal não podemos afirmar, com certeza, se existiriam tais estruturas, pelo que nos parece bastante plausível que estas tivessem sido, a determinada altura, empreendidas na região, servindo de apoio defensivo ao castelo, isto se tivermos em conta a extensão da região e o perigo que ainda se vivia devido à possibilidade das investidas por parte das forças muçulmanas que ameaçavam os territórios entre o Mondego e o Tejo. Temos de ter em conta que os acontecimentos que se deram, por exemplo, em Soure e Leiria, que aqui já referimos, ainda estariam bastante presentes para as populações da região,

²⁰⁷ Segundo a medida apresentada pelo *Google Earth*.

assim todos os cuidados tinham de ser empreendidos para impedir a repetição dessas situações.

A escolha de uma zona alta para a implantação desta fortificação não terá sido o único elemento a contribuir para a escolha do local de construção da fortificação, é também necessário ter em conta a sua envolvência. A este do castelo encontra-se a Serra de Sicó, que por si só deveria representar uma espécie de fronteira natural devido à irregularidade topográfica que se constata nessa faixa da paisagem. A oeste encontra-se, muito próximo do castelo, o Rio Arunca, o que denota a preocupação dos Templários de se localizarem perto de uma linha fluvial, permitindo o acesso rápido a água, um elemento indispensável, sem esquecer o controlo que poderia ser exercido à circulação de bens e pessoas pelo rio. Saúl Gomes, sobre as linhas de água, assinala também que a proximidade “da faixa atlântica, com a navegabilidade que então permitiam os rios Mondego e, também, o próprio Liz, sobretudo até à zona onde, mais tarde, foi fundada a povoação de Monte Real, ou seja, num ponto já muito próximo de Soure e Pombal, devem ter sido critérios altamente valorizados por D. Gualdim Pais e pelos seus companheiros de armas ao tempo que fizeram levantar o castelo de Pombal.”²⁰⁸. Além disso, no caso do rio Arunca, este poderia servir de obstáculo defensivo para forças que se aproximassem vindas da margem Oeste. Também é possível que essa escolha se deva à possibilidade de a povoação se ter desenvolvido nessa posição devido à proximidade com a respetiva linha de água, o que permitiria o transporte de produtos e pessoas, e também as atividades de pesca. No entanto, ainda existem muitas dúvidas em relação à zona exata onde a primeira povoação se terá instalado. Podemos apenas inferir que os Templários, por razões que nos parecem óbvias, terão implantado o castelo tendo em conta a proximidade dos poucos povoadores que já estariam instalados na área, incentivando-os a fixarem-se junto ao castelo, levando assim ao desenvolvimento da vila junto à fortificação à medida que chagavam novos povoadores.

²⁰⁸ GOMES, 2010: 20.

Outro elemento, muito importante, terá sido a proximidade a linhas de comunicação terrestre, ou seja, estradas nas quais circulavam constantemente bens e pessoas, sendo estas vias, normalmente, de origem romana ou islâmica. Na altura da construção do castelo de Pombal, a principal estrada a ser utilizada era de origem romana, servindo como a maior via de comunicação terrestre em território português. Esta via terrestre, segundo Oliveira Marques, passava por “Ponte de Lima, Braga e Porto, recomeçava em Gaia, seguindo por Vila da Feira, Águeda, Coimbra e Tomar, até Santarém e Lisboa.”; Esta longa estrada seria esporadicamente interrompida a faixa entre Gaia e Coimbra, sendo o percurso feito por Viseu e Castro de Aire. No entanto, uma variante desta estrada passou a ser trilhada a partir da construção do castelo de Leiria em 1135. Este trilho seguia por “Pombal, Leiria, Alcobaça, Óbidos e Torres Vedras, confluindo depois para Lisboa.”²⁰⁹. Era este último trilho, que passava por Pombal que interessava ter em conta, pois era um ponto essencial para o contacto, com as importantes cidades de Coimbra²¹⁰ (a Norte), e Santarém e Lisboa (a Sul), isto sem esquecer o fator de segurança que o castelo de Pombal, articulado com outros ao longo do caminho, transmitia a quem circulava vindo dessas cidades ou em direção às mesmas por via terrestre.

Um importante aspeto que não pode ser ignorado é a proximidade de Pombal ao território e ao castelo de Leiria que se localizava a sul encontrando-se numa posição privilegiada pois, como salienta Saúl Gomes, em Leiria “confluíam estradas que ligavam o Norte como sul do país e era esta a cidade mais importante nas proximidades de grandes senhorios económicos”²¹¹. Aqui, Pombal serviria de apoio defensivo pela sua proximidade com esse território e também, com o castelo de Soure que nessa altura era a sede da Ordem do Templo em território português.

²⁰⁹ MARQUES, 1996a: 487.

²¹⁰ Convém lembrar que a cidade Coimbra albergava, já nesta altura, a residência da família real, outro fator que poderá ter contribuído para a implantação do castelo de Pombal numa zona de proximidade e proteção a esta cidade.

²¹¹ GOMES citar trabalho sobre o castelo de Leiria

3.3. Cronologia do castelo

Alguns autores têm vindo a sugerir nos seus diferentes estudos uma cronologia para a construção do castelo de Pombal. Sobre isto, o padre Carvalho da Costa refere o castelo “que mandou fazer D. Gualdim Paes, Mestre dos Templários, pellos anos de 1181”²¹². Pinho Leal também defende a mesma data quando diz que “D. Affonso Henriques, deu o senhorio deste território aos templários, pelos annos de 1160, e, pellos annos de 1181, o seu mestre, o famosíssimo D. Gualdim Paes, de Marecos, tratou de lhe edificar o castello no sítio mais apropriado, no topo do cabeço, pois foi com tal obrigação que o rei lhe deu este senhorio”²¹³. Sobre a data de construção, o boletim da D.G.E.M.N. refere que “os acontecimentos históricos da época parecem-nos suficientes para legitimar a conjectura de ter sido edificado em 1161, o Castelo de Pombal”²¹⁴. João de Almeida sugere que foi implantado “em 1160”²¹⁵. Gustavo Sequeira é prudente ao referir que o Castelo de Pombal foi “fundado pelo nomeado Mestre dos Templários Gualdim Pais, em data mal averiguada”²¹⁶, enquanto Damião Peres diz-nos que a data da construção do castelo “constitui um problema que não tem sido possível resolver, pois documentalmente apenas se sabe que em 1171 já existia”²¹⁷. Por seu turno, Júlio Gil também afirma que foi fundado “por volta de 1160”. Joaquim Eusébio adota a data de 1161, apoiando-se na cronologia definida pelo boletim da D.G.E.M.N.²¹⁸.

Do nosso ponto de vista, nenhum dos autores anteriormente referidos estão a ser exatos nas suas sugestões em relação à data de construção do castelo de Pombal. O primeiro autor a demarcar de forma mais precisa a construção do castelo de Pombal foi Mário Barroca através da leitura do foral de Pombal, outorgado no ano de 1174 por D. Gualdim Pais e que diz o seguinte “(...) *Facta firmamenti karta a construtioni opidi Anno*

²¹² COSTA, 1868: 74.

²¹³ LEAL, 1876: 129.

²¹⁴ D.G.E.M.N., 1940: 10.

²¹⁵ D’ALMEIDA, 1945: 234.

²¹⁶ SEQUEIRA, 1955: 106.

²¹⁷ PERES, 1969: 140.

²¹⁸ EUSÉBIO, 2007: 45.

*Decimo Octavo Mense Iunio Era Millesima Ducentesima XIII^a*²¹⁹. Ou seja, o foral foi concedido no décimo oitavo ano da construção do castelo, situação que também é relatada por Saúl Gomes²²⁰. Este dado remete-nos para o ano de 1156, na mesma altura em que D. Gualdim Pais regressa a Portugal vindo do Próximo Oriente. Num outro documento, a que já fizemos referência num outro capítulo, de uma Inquirição realizada em 1183-1185, uma testemunha, o Presbítero Cipriano, diz lembrar-se do povoamento que se deu em Ega, Redinha e Pombal uns oito anos depois da reconquista de Lisboa, a outubro de 1147, remetendo-nos para finais de 1155²²¹. Não será, desta forma, improvável, que a obra se tenha iniciado por volta de 1156. Estes fatores parecem ser suficientes para colocar o castelo de Pombal como a primeira obra da iniciativa do importante dirigente da Ordem do Templo em Portugal, cujo mérito pela sua construção é assegurado pela bula do papa Urbano III, datada de 22 de Maio de 1187, intitulada *Cum pro defensione*, na qual refere várias fortificações que terão sido erguidas por iniciativa da Ordem do Templo, entre estas a de Pombal²²². Por outro lado, Nuno Villamariz Oliveira diz que, analisando o conjunto dos factos, é levado “por prudência, a não atribuir uma datação precisa às campanhas de obras de que este castelo terá sido alvo por parte da Ordem do Templo”, embora concorde com Mário Barroca que as mesmas sejam “atribuíveis, na sua esmagadora maioria, à segunda metade do século XII”²²³.

Em 1171, três anos antes da elaboração do primeiro foral de Pombal, o seu castelo vai assistir ao seu primeiro reforço estrutural, através da construção da sua Torre de Menagem e de outros elementos que abordaremos à frente nesta exposição. Um pouco mais tarde, no ano de 1176, Gualdim Pais outorga um segundo foral para Pombal devido à necessidade de definir regras penais devido à elevada criminalidade que se constatava na vila, assunto a que já demos a nossa atenção²²⁴.

²¹⁹ *PMH, Leges*: 398-399. Ver doc. 3 no apêndice documental.

²²⁰ GOMES, 2010: 13.

²²¹ Ver doc. 5 no apêndice documental.

²²² “(...) *ubi oppidum fecistis, quod Plumar nominatur (...)*”: ERDMANN, 1927, doc. nº 118: 333-335.

²²³ OLIVEIRA, 2010: 307.

²²⁴ Ver doc. 4 do apêndice documental.

Portanto, podemos concluir que o período cronológico em que se dá a construção do castelo de Pombal encaixa-se num momento que corresponde ao mestrado de D. Gualdim Pais, uma época que pode ser considerada como o expoente do poder dos Templários em território português, pois nenhum outro Mestre da Ordem do Templo angariou tanta projeção e prestígio para esta Ordem. O castelo de Pombal pode, neste contexto, “ser considerado a primeira obra de vulto de iniciativa de Gualdim Pais”²²⁵. Desta forma, inicia-se “um período de acentuado dinamismo construtivo” que se vai prolongar até à década de 70 do séc. XII²²⁶.

Não possuímos dados arqueológicos que nos auxiliem com muito detalhe no estudo das diferentes fases de construção do castelo de Pombal devido à ausência de intervenções arqueológicas que nos forneçam informação para compreender esse aspeto. No entanto, podemos utilizar alguns relatos antigos que nos oferecem uma panorâmica mais ou menos detalhada sobre a história castelo e sobre o que existia nesta estrutura, visto que não existem textos desse tipo para o séc. XII. Apesar dessa lacuna de conhecimento, apresentaremos algumas deduções que podem ser feitas tendo em atenção os exemplos do que Gualdim Pais poderá tido acesso do ponto de vista construtivo na sua passagem pelo Oriente Latino ao serviço da Ordem do Templo, tendo em conta que não temos evidências de que o castelo tenha sofrido profundas alterações estruturais no seu aspeto geral ao longo da sua história.

4. A arquitetura atual

4.1. A planta

Antes de entrarmos em pormenores de cariz cronológico em relação aos elementos presentes a arquitetura do castelo de Pombal, iremos realizar uma descrição da planta que podemos observar nos dias de hoje, procedendo posteriormente à apresentação de uma proposta das diferentes fases em que terão sido construídos,

²²⁵ BARROCA, 1996-1997: 176.

²²⁶ BARROCA, 1996-1997: 182.

articulando com dados relacionados com as ações de restauro a que o castelo terá sido sujeito.

O castelo de Pombal apresenta uma planta poligonal irregular que se assemelha ao formato de um escudo. Localizado no alto de um morro com uma cota de 127 metros de altitude, tal como já referimos, numa posição de domínio em relação à paisagem pombalense. O seu formato irregular resulta de dois fatores: um adaptativo e outro funcional. Em primeiro lugar, o afloramento rochoso granítico em que se encontra implantada a estrutura não é plano, apresentando bastante irregularidade resultante de acidentes de terreno, tendo sido uma das primeiras dificuldades encontradas pelos construtores Templários quando tentaram fixar as muralhas e torreões no local. Por outro lado, a irregularidade da planta do castelo não resulta apenas das condições topográficas em que este assenta. Muito provavelmente, tendo em conta a observação do seu perímetro, já seria a intenção inicial dos construtores usar o relevo do monte a seu favor. Assim, a irregularidade do perímetro da planta assume o seu carácter funcional através das suas muralhas e dos seus torreões de formato retangular que marcam todas as inflexões presentes na muralha, sendo os torreões distribuídos equitativamente ao longo de todo o perímetro, enquanto as suas faces principais estão voltadas para o exterior da muralha, e as suas faces laterais estão voltadas para as mesmas dos outros torreões que se encontrem imediatamente ao lado. Estas pequenas estruturas adossadas aos muros do castelo são munidas de seteiras direcionadas para o exterior, o que permitiria a execução de tiro flanqueado para a base da muralha e para a base do torreão oposto que estivesse a ser atacado, mantendo todo o perímetro exterior da fortificação protegido através da sua irregularidade, o que impedia a existência de ângulos mortos. Portanto, podemos concluir, sobre este aspeto, que a irregularidade da implantação do castelo de Pombal parece, à primeira vista acidental, mas, no entanto, assume-se plenamente funcional do ponto de vista defensivo, com a sua planta irregular e com torrões adossados à muralha, relembrando as soluções encontradas em algumas fortificações almorávidas²²⁷.

²²⁷ BARROCA, 1996-1997: 189.

No entanto, apesar da existência dos elementos essenciais anteriormente descritos, se optarmos por enquadrar o castelo de Pombal num âmbito geral da arquitectura militar, a sua constituição, quando observada na totalidade da sua planta, é típica do ambiente construtivo vivido no contexto do castelo românico, ou seja, a fortificação é desenvolvida no quadro de um conceito de defesa passiva, cuja intenção se baseia em elaborar uma estrutura defensiva que reduza as probabilidades de sucesso em caso de cerco estabelecido por forças inimigas, impedindo que haja, em primeira instância, um contacto directo entre as duas forças opostas. Portanto, este tipo de castelo baseia a sua integridade, em primeiro lugar, na espessura da sua muralha, em segundo lugar, na altura do mesmo, visto que deve possuir altura suficiente para dificultar a utilização de dispositivos de assalto por parte das forças sitiadas e, em terceiro lugar, na existência dos já referidos torreões, cujo acesso aos mesmos era realizado através do adarve que encima toda a parte superior do muro do castelo, servindo como um caminho por onde se realizava a circulação ao longo de todo o perímetro do mesmo. No caso do castelo de Pombal verifica-se a existência destes elementos essenciais que constituem o castelo românico e de outros que teremos a oportunidade de abordar.

Para aceder à parte de dentro do castelo, existem duas portas: a primeira colocada na posição Sudeste e, a segunda porta, na posição Noroeste. No interior da sua planta existiriam outras estruturas que constituíam todo o sistema funcional de um castelo, cujas ruínas, hoje em dia, nos permitem ter apenas um reduzido vislumbre do que seria a vida na parte de dentro do seu perímetro. Ainda se encontram vestígios de estruturas habitacionais, aposentos para a guarnição, de uma capela, de duas bocas de cisterna, sem esquecer, obviamente, a sua imponente Torre de Menagem, elemento arquitectónico defensivo que melhor resistiu ao percurso histórico pelo qual passou esta fortificação.

No exterior do castelo de Pombal, observam-se, hoje em dia, vestígios da barbacã de porta junto à entrada Sudeste do castelo. Uma linha exterior de muro apresenta-se no exterior, circundando quase toda a muralha principal a uma cota mais

baixa, e existem vestígios de uma antiga igreja que se localiza junto a uma outra linha de barbacã que possui três cubelos adossados, localizando-se a Este das muralhas do castelo. A Norte, ao lado da segunda porta do castelo (a Nordeste), apresentam-se vestígios de uma outra barbacã que se conecta a uma segunda linha de muralha. Assim se totalizam todos os elementos gerais do castelo de Pombal que iremos abordar com mais detalhe.

Abordados os anteriores aspectos gerais sobre a planta do castelo, é necessário sublinhar que o que hoje encontramos não corresponde ao estado da construção original. O castelo de Pombal sofreu significativas alterações derivadas das campanhas de restauro de que esta estrutura foi alvo nos anos 30 do século passado. A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais restaurou vários elementos importantes para o castelo, no entanto, existem outros que não estariam presentes e que foram acrescentados nas referidas obras de reabilitação do castelo. Durante as referidas obras, também se constata que houve vestígios de estruturas que foram demolidos não sobrando hoje grandes indícios para a sua existência. Este assunto será abordado com mais detalhe recorrendo aos registos fotográficos feitos nessa altura pela D.G.E.M.N., que estão presentes no boletim, publicado pela mesma instituição em 1940, dedicado ao castelo de Pombal. Também utilizaremos os registos fotográficos e documentais da D.G.E.M.N. presentes no arquivo digital do Sistema de Informação para o Património Architectónico (S.I.P.A.) mas que não foram publicados no referido boletim²²⁸.

4.2. Os torreões e panos de muralha

O castelo de Pombal possui dez torreões adossados à sua linha de muralha. Para perceber melhor a articulação destes elementos no seu conjunto, achamos conveniente

²²⁸ “Castelo de Pombal”, Boletim da D.G.E.M.N., vol. 21, Porto, 1940; Boletim, S.I.P.A, *Sistema de Informação para o Património Architectónico*, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3279 (consultado a 7 de outubro de 2022).

atribuir designações alfabéticas para os referidos torreões, tendo sido estes definidos por letras de A a J²²⁹. Para melhor entender o pano de muralha principal do castelo, atribuímos designações numéricas de 1 a 9 aos espaços de muralha que se compreendem entre dois torreões, passando a designá-los como “panos de muralha”²³⁰. A descrição destes elementos terá em conta o seu estado atual, a articulação com os outros elementos, o tipo de aparelho construtivo, pretendendo, assim, compreender a amplitude das intervenções de restauro a que terão sido sujeitos e o seu papel original. Para a sua concretização, iremos descrever estes aspectos desde a entrada Sudeste do castelo, proseguindo no sentido dos ponteiros do relógio começando pelo torreão A que se situa imediatamente à esquerda da referida entrada.

A muralha e os seus torreões terão sido os primeiros elementos a ser construídos a partir de cerca de 1156, tendo em conta o cruzamento dos dados que já apresentamos noutra sub-capítulo. Isto acontece porque, é necessário que o perímetro defensivo esteja constituído para que uma castelo deste tipo possa existir e exercer a sua função defensiva. Por outro lado, não podemos esquecer o facto de que estruturas habitacionais e de armazenamento de equipamento teriam também de ser construídos nesta altura para que o castelo pudesse albergar a guarnição que seria então responsável pela operação do castelo. Mais à frente, faremos uma abordagem à evolução arquitectónica do castelo. Por enquanto, abordaremos os aspetos descritivo e funcional.

O **torreão A**²³¹ localiza-se do lado esquerdo da porta a Sudeste, e distingue-se de todos os outros por ser o único que não se encontra com três faces voltadas para o exterior. Com formato rectangular, serve de reforço de defesa em relação à referida entrada e, juntamente com os torreões B e J, serviria para defender toda a fachada Sudeste. Na sua face exterior (Sudeste), que se confunde com o pano de muralha 1,

²²⁹ Portanto, cada torreão será designado da seguinte forma, a título de exemplo: “torreão A, torreão B, torreão C” e assim sucessivamente. No anexo 8.3.4, ver Figura 1.

²³⁰ Neste caso, cada espaço de muralha que estiver entre dois torreões passa a denominar-se: “pano de muralha 1, pano de muralha 2, pano de muralha 3”, etc. No anexo 8.3.4, ver Figura 1.

²³¹ No anexo 8.2.3.1, Fotos 1 e 2.

observam-se vestígios da solução de alambor que terá sido aplicado na parte inferior do mesmo²³². Possuindo dois andares, o seu acesso é feito por uma entrada que hoje podemos observar no andar térreo na sua face a oeste²³³, o que permite aceder à seteira que se localiza na já referida fachada Sudeste, acima do alambor, facilitando a defesa do pano de muralha 1 a uma maior altura. Temos de ter em conta que a referida entrada, no interior, localiza-se a uma cota mais alta, podendo ser percebida como o primeiro andar em relação a quem se encontre do lado de fora da muralha. O segundo e último andar deste torreão é o seu terraço que está nivelado à altura do adarve²³⁴, sendo o seu acesso feito através de duas escadas, uma localizada no pano de muralha 2, entre os torreões B e C (onde se situa outra escada pequena) ao nível do adarve, e outra localizada no adarve do pano de muralha 9, dando acesso ao torreão J, a partir do qual se podia aceder ao torreão A. Denota-se, através da observação do topo deste torreão, que este é mais baixo em altura do que os dois que o ladeiam, servindo como forma de contacto entre os torreões B e J, podendo aceder, ao primeiro, através do adarve que encima o pano de muralha 1 e, ao último, através da linha de adarve que passa por cima da porta Sudeste.

O **pano de muralha 1**²³⁵ está assente à esquerda da porta a Sudeste confundindo-se com a face exterior do **Torreão A**. Apresenta alambor na sua base, ou seja, uma solução com o formato de rampa com um aparelho constituído por pedras calcárias de formato mais ou menos quadrado, de corte bastante irregular, com presença de pedras de pequeno porte entre as mesmas. Aqui, as pedras são salientes, havendo uma argamassa acinzentada que é pouco perceptível. Isto acontece na sua metade que conecta ao torreão B²³⁶. Enquanto que, o aparelho, mais à direita, confundindo-se com uma das faces do já referido torreão A, apresenta-se mais regularizado, com pedra predominantemente rectangular de maior dimensão,

²³² No anexo 8.2.3.2, Fotos 1 e 2. No anexo 8.3.4, figura 2.

²³³ No anexo 8.2.3.2, Foto 3.

²³⁴ No anexo 8.2.3.2, Foto 4.

²³⁵ No anexo 8.2.3.1, Fotos 1 e 2.

²³⁶ No anexo 8.2.3.2, Foto 5.

apresentando a mesma argamassa de cor acinzentada, mas em maior quantidade²³⁷. O alambor ocupa toda esta face, totalizando, a mesma, uma comprimento de 8,55 m, desde a face do torreão A, junto à porta Sudeste, conectando-se ao torreão B.

O **torreão B** ²³⁸, tal como todos os outros torreões do castelo (à excepção do torreão A), encontra três das suas faces no exterior da muralha, estando uma das suas faces voltada ao pano de muralha 1 conectada ao alambor que aí se apresenta. Este torreão apresenta dois andares. Ao primeiro andar, acede-se por uma entrada na sua face Norte ao nível térreo²³⁹. Nesse andar existe uma seteira na sua face Nordeste o que direccionada para a base do pano de muralha 1 onde existe o alambor, não se verificando seteiras nas outras faces deste andar. No segundo andar deste torreão, ao qual se acede pelo adarve depois de se subir pela escada localizada no pano de muralha 2, a Sul, a entrada é feita por uma porta antecedida por uma pequena escada ao nível do adarve. Neste segundo andar, que está ao nível do adarve, podemos observar 3 seteiras, cada uma, localizada nas faces exteriores deste torreão. A seteira da face voltada para a porta está apontada à base do pano de muralha 1, onde se localiza o alambor, assim como para a porta de entrada a Sudeste, protegendo também uma das faces do torreão J. A seteira, localizada na sua face principal voltada para o exterior, permite observar o exterior da muralha a Sul, assim como para a base desta face do torreão. Existe ainda outra seteira na face a Oeste que está apontada à base do pano de muralha 2 e uma das faces do torreão C. Convém ainda salientar que este torreão possui seteiras ao nível do adarve, enquanto outros torreões no castelo apresentam as suas seteiras a um nível mais baixo, mais ou menos à altura das janelas ds antigas estruturas habitacionais. Isto acontece porque o seu muro, coroado por ameias, é mais alto permitindo-lhe a adaptação de seteiras nesse nível. O seu aparelho é constituído, na face voltada para o pano de muralha 2, por pedra calcária com dimensões que variam entre os 20 e 80 cm, de formato rectangular, localizando-se, as pedra de maior porte, na sua base, servindo

²³⁷ No anexo 8.2.3.2, Foto 6.

²³⁸ No anexo 8.2.3.1, fotos 1 e 2, o torreão localizado mais à esquerda.

²³⁹ No anexo 8.2.3.2, foto 7.

aí de reforço²⁴⁰. Na face principal observa-se o mesmo formato de pedra com dimensões que variam entre os 20 e 50 cm²⁴¹. Nestas duas faces verifica-se a existência de argamassa de cor alaranjada com pequenas pedras imbutidas nos pequenos espaços entre as outras de maior dimensão. Na face voltada para o alambor no pano de muralha 1, o aparelho apresenta-se com pedras entre os 15 e os 60 cm, de formato tanto rectangular como quadrangular, sendo colmatados os espaços por pedras de menor porte colocadas de forma irregular e unidas por argamassa alaranjada, existindo ainda vestígios de uma argamassa de cor cinzenta semelhante à que se encontra no alambor²⁴². A sua face voltada ao alambor e pano de muralha 1 apresenta um comprimento de 1,90 m, enquanto a sua principal, mais comprida, apresenta um comprimento total de 4,14 m e, por último, a sua face voltada ao pano de muralha 2 possui um comprimento de 2,15 m.

O **pano de muralha 2**²⁴³ localiza-se imediatamente à esquerda do torreão B, conectando-se ao torreão C, apresentando-se com 11,37 m de comprimento. O seu aparelho caracteriza-se maioritariamente por pedras de face rectangular e mais ou menos quadrada com dimensões entre os 30 e os 50 cm de comprimento, acompanhadas com pedras calcárias de pequeno porte com cerca de 10 e 15 cm, verificando-se também a presença de seixos, sendo estes últimos, muito provavelmente, provenientes do rio Arunca, localizado na proximidade do castelo a Oeste. A ligar estas pedras encontra-se a mesma argamassa alaranjada que já tivemos a oportunidade de referir para as outras secções. Neste pano de muralha, à direita, próximo ao torreão B observam-se vestígios de um alambor que terá sido, muito provavelmente, amputado no decorrer da intervenção da DGEMN²⁴⁴.

²⁴⁰ No anexo 8.2.3.2, foto 8.

²⁴¹ No anexo 8.2.3.2, foto 9.

²⁴² No anexo 8.2.3.2, foto 10.

²⁴³ No anexo 8.2.3.2, fotos 11, 12, 13, 14, 15 e 16.

²⁴⁴ No anexo 8.2.3.2, fotos 13, 14, 15 e 16. No anexo 8.3.4, figura 2.

O **torreão C**²⁴⁵ localiza-se à esquerda do pano de muralha 2 e apresenta dois andares. Ao primeiro, acede-se por uma entrada ao nível do chão²⁴⁶, mais ou menos à mesma cota de implantação da Torre de Menagem, e ao mesmo nível que as janelas da antiga alcáçova e do torreões A e B. Para se aceder ao segundo andar utiliza-se a escada que está anexa ao pano de muralha 2²⁴⁷, entrando-se pela porta ao nível do adarve que se localiza na face Sudeste deste torreão, existindo do lado oposto outra porta que permite aceder, pelo adarve, ao pano de muralha 3. Na totalidade, existem seis seteiras neste torreão, três em cada andar. Em ambos, cada seteira está localizada em cada uma das faces, estando apontadas para cada um dos panos de muralha adjacentes (2 e 3) e para o exterior da muralha na direcção Sul. Na sua face voltada para o pano de muralha 3, o seu aparelho caracteriza-se por pedras de formato predominantemente rectangular de médio e grande porte, entre 20 e 80 cm, com destaque para o facto de as pedras melhor talhadas e de maior porte encontram-se na base, suportando as pedras de menor porte e mais irregulares que se encontram em cima²⁴⁸. Esta face apresenta um comprimento de 3,30 m. A face principal deste torreão, com 6 m de comprimento, apresenta um aparelho bastante irregular, com pedras de cerca de 30 cm de comprimento, rectangulares e polidas, enquanto as fileiras de cima se caracterizam por um misto de pedras, com comprimentos situados entre os 10 e os 50 cm, interrompidas por pedras de pequeno porte muito irregulares e seixos rolados, muitos destes colocados na vertical, todos ligados por argamassa alaranjada com alguns vestígios de uma argamassa de cor cinzenta²⁴⁹. A face voltada para o pano de muralha 2 apresenta um aparelho constituído por pedras irregulares com dimensões entre os 20 e 40 cm, cuja ligação é feita pela já referida argamassa alaranjada acompanhada de pedra calcária de pequeno porte e seixos²⁵⁰. Esta face apresenta 3,50 m de comprimento.

²⁴⁵ No anexo 8.2.3.2, fotos 17 e 18.

²⁴⁶ No anexo 8.2.3.2, foto 19.

²⁴⁷ No anexo 8.2.3.2, foto 20.

²⁴⁸ No anexo 8.2.3.2, foto 21.

²⁴⁹ No anexo 8.2.3.2, foto 22.

²⁵⁰ No anexo 8.2.3.2, foto 23.

O **pano de muralha 3**, que conecta o torreão C ao torreão D, desenvolve-se na posição Sul do castelo, totalizando uma dimensão de 15 m de comprimento. Neste pano de muralha encontramos duas janelas²⁵¹, fruto da adaptação a paço a que terá sido sujeito o castelo de Pombal no séc. XIV, o que demonstra que este pano de muralha terá servido como parede dessa estrutura habitacional interior. As janelas do seu lado exterior apresentam formato quadrado, enquanto que no seu interior observam-se, em ambas, um arco abatido²⁵². Observando do exterior, neste pano de muralha, pode-se verificar a existência de uma seteira, à esquerda das duas janelas, muito próxima do torreão D, direccionada para Sudoeste. Entre esta seteira e a janela do lado direito observa-se uma pequena inflexão, apenas perceptível quando vistas as plantas existentes²⁵³. O seu aparelho apresenta pedras entre os 20 e os 50 cm de comprimento, intercaladas por outras mais pequenas, maioritariamente com cerca de 10 cm de comprimento, unidas com uma argamassa muito mais saliente e em melhor estado de conservação neste pano de muralha do que naqueles elementos que tivemos a oportunidade de descrever²⁵⁴.

O **torreão D**²⁵⁵ situa-se, sensivelmente, ao centro da parede exterior da antiga área habitacional do castelo, o que corresponde aos panos de muralha 3 e 4. Possui uma entrada para o seu primeiro andar, ao nível do que seria o primeiro andar da alcáçova, isto é, no lado interior da fachada Este²⁵⁶. Possui, também, um terraço, ao qual se acede pelo adarve através da escada situada junto ao torreão C, de que já falámos, ou seja, acede-se ao torreão D passando pelo interior do torreão C. Este torreão apresenta apenas uma seteira localizada na sua face principal, direccionada para Sudoeste, não apresentando seteiras nas suas faces laterais. Na sua face, voltada para o pano de muralha 4, com 2,22 m de comprimento, o aparelho constitui-se de pedras entre os 20 e 70 cm de comprimento, acompanhadas por muitas, bastante pequenas (pedra calcária

²⁵¹ No anexo 8.2.3.2, foto 24. Veja-se também, no mesmo anexo, lado esquerdo da foto 18.

²⁵² No anexo 8.2.3.2, foto 25.

²⁵³ No anexo 8.3.2, Planta 2 (DGPC/SIPA DES.00040963).

²⁵⁴ No anexo 8.2.3.2, fotos 26 e 27.

²⁵⁵ No anexo 8.2.3.2, foto 28.

²⁵⁶ No anexo 8.2.3.2, foto 29.

e seixos), que servem para unir as maiores juntamente com a argamassa de cor laranja²⁵⁷. Na sua face principal, o torreão D, apresenta a medida de 3,85 m de comprimento. O aparelho desta face apresenta pedras bastante irregulares entre os 20 e 70 cm de comprimento unidas por argamassa laranja com pequenos indícios de outra argamassa de cor acinzentada²⁵⁸. Na sua base, algumas pedras estão mais salientes do que nas fileiras de cima, solução que terá servido para uma melhor estabilidade da estrutura. Na sua face voltada para o pano de muralha 3, as pedras, de formato irregular, apresentam dimensões mais pequenas com cerca de 30 e 40 cm de comprimento, sendo maior o espaço deixado entre elas quando comparado com as outras faces. Apresenta pedras com cerca de 50 centímetros de comprimento, mas em menor quantidade. Também possui argamassa laranja com vestígios muito pequenos de uma coloração cinzenta²⁵⁹. Esta face apresenta uma dimensão de 2,50 m de comprimento.

O **pano de muralha 4**²⁶⁰, conectando os torreões D e E, mede 11,20 m de comprimento. Neste pano de muralha podemos constatar a existência de uma janela bífora²⁶¹, com formato de ajimez, coeva da reforma manuelina, e em cujo mainel se observa o brasão de armas da família Sousa Vasconcelos, família que deteve, a determinada altura, a alcaidaria do castelo e da vila de Pombal. Do lado direito da mesma, quando observada de fora, existe uma seteira, rasgada no pano de muralha, direccionada para Sudoeste. O seu aparelho apresenta pedras com medidas entre os 20 e 60 cm de comprimento, de formato mais ou menos rectangular, mas irregular no seu corte, com bastantes inflexões nas suas faces exteriores, havendo pedras mais achatadas, na sua base, sendo todas unidas pelo mesmo tipo de argamassa laranja que já verificamos noutras zonas do perímetro do castelo. Também se verificam alguns, mas

²⁵⁷ No anexo 8.2.3.2, foto 30.

²⁵⁸ No anexo 8.2.3.2, foto 31.

²⁵⁹ No anexo 8.2.3.2, foto 32.

²⁶⁰ No anexo 8.2.3.2, fotos 33 e 34.

²⁶¹ No anexo 8.2.3.2, foto 34 e 35.

muito poucos, seixos rolados, acompanhados de pequenas pedras calcárias, localizados nos espaços entre as pedras maiores²⁶².

O **torreão E²⁶³** situa-se numa inflexão entre os panos de muralha 4 e 5, apontado para a direcção Oeste. Este torreão, quando vista as plantas existentes, distingue-se de todos os outros presentes no castelo por apresentar um perímetro trapezoidal. A entrada para o seu interior é feita através de uma porta localizada no primeiro andar²⁶⁴, no ponto de encontro entre os panos de muralha 4 e 5, para a qual hoje em dia não constatamos a existência de escada ou de alguma estrutura que lhe permitisse o acesso. No entanto, localiza-se no primeiro andar, no espaço abrangido pelas antigas estruturas habitacionais, o que sugere que o seu acesso fosse feito através desse antigo edifício. Neste torreão verifica-se a presença de três seteiras, sendo, cada uma destas, rasgada numa das suas faces. Uma delas aponta para a base do pano do muralha 4, enquanto a seteira da sua face principal está apontada para Oeste. A face do torreão que está voltada para o pano de muralha 5, apresenta uma seteira apontada para a base do mesmo abrangendo a zona onde se localiza a porta Noroeste. Ao seu terraço acede-se depois de se passar pelo torreão D e pelo pano de muralha 4. O aparelho da sua face voltada para o pano de muralha 5 caracteriza-se pela existência de pedras rectangulares com medidas que variam entre os 10 e 60 cm ligeiramente afastadas por espaços onde existe argamassa laranja com presença de pedras pequenas e restos minúsculos de materiais cerâmicos. Também possui pedras, com cerca de 50 cm, mais salientes na sua base. Esta face tem 2,43 m de comprimento²⁶⁵. Na sua face principal, com 6,14 m de comprimento, o aparelho é mais disforme, com pedras bastante irregulares entre os 20 e os 40 cm de comprimento, acompanhadas de pedras mais pequenas, pequenos seixos e materiais cerâmicos, todos unidos pela mesma argamassa laranja²⁶⁶. Na face voltada para o pano de muralha 4, com a medida de 2,63 m de comprimento, as pedras encontram-se mais afastadas umas das outras do que na face principal, com dimensões

²⁶² No anexo 8.2.3.2, foto 36.

²⁶³ No anexo 8.2.3.2, foto 37.

²⁶⁴ No anexo 8.2.3.2, foto 38.

²⁶⁵ No anexo 8.2.3.2, foto 39.

²⁶⁶ No anexo 8.2.3.2, foto 40.

entre os 10 e os 60 cm de comprimento²⁶⁷. Também apresenta muitas pedras de pequena dimensão, todas unidas pela mesma argamassa laranja presente nas outras faces. Apresenta pedras de menor dimensão na sua base do que nas fileiras imediatamente acima.

O **pano de muralha 5**²⁶⁸, que se localiza entre os torreões E e F, apresentando um comprimento total de 12,41 m. Nesta fachada, localizada a Noroeste, encontra-se rasgada a segunda porta de entrada do castelo²⁶⁹, com arco quebrado, e com as armas do monarca D. Manuel I (com a cruz da Ordem de Cristo e a Esfera Armilar) a marcarem a parte superior da mesma. Visto do exterior, observa-se, do lado direito desta porta, uma seteira mais próxima do torreão E do que da referida porta. Do lado esquerdo, entre a porta e o torreão F, podemos observar outra seteira. Ambas estão direccionadas para Noroeste, rasgadas no primeiro andar. O aparelho desta fachada apresenta pedra calcária de formato rectangular na sua base, enquanto apresenta pedras mais quadradas em cima, com medidas entre os 20 e os 40 cm de comprimento. Também se observam, aqui, pedras de dimensões muito pequenas e seixos rolados, com vestígios mais escassos de materiais cerâmicos, todos unidos por uma argamassa laranja com vestígios de uma coloração cinzenta na base²⁷⁰.

O **torreão F**²⁷¹ encontra-se entre o pano de muralha 5 e o pano de muralha 6. Para aceder ao primeiro andar do mesmo, existe uma entrada que se encontra acima do arcos, que se localizam no interior, encostados ao pano de muralha 6²⁷². Nesse andar, encontra-se uma seteira, rasgada na face voltada para o pano de muralha 6, sendo a única existente neste torreão. Tendo em conta que só existe uma escada de acesso ao adarve, não sabendo se existiria outra, o acesso ao terraço deste torreão é feito depois de se subir pela escada, que aqui já tivemos a oportunidade de referir, junto ao torreão C. A sua face voltada para o pano de muralha 5 apresenta 2,33 m de comprimento,

²⁶⁷ No anexo 8.2.3.2, foto 41.

²⁶⁸ No anexo 8.2.3.1, fotos 3 e 4.

²⁶⁹ No anexo 8.2.3.2, foto 42.

²⁷⁰ No anexo 8.2.3.2, foto 43.

²⁷¹ No anexo 8.2.3.1, ao centro das fotos 3, 4 e 5. No anexo 8.2.3.2, foto 44.

²⁷² No anexo 8.2.3.2, foto 45.

enquanto a sua face principal possui a dimensão de 3,48 m, e por último, a sua face voltada para o pano de muralha 6, tem a medida de 2,40 m de comprimento. Na sua face direccionada para o pano de muralha 6, o seu aparelho é constituído por pedras que têm entre cerca de 20 e 50 cm de comprimento, com um formato mais regular e rectangular na sua base, enquanto outras pedras de formato de formato poligonal irregular em cima. Nesta fachada é notória uma argamassa de cor cinzenta, acompanhada de uma argamassa de cor alaranjada mais escura com pedras de muito pequenas dimensões²⁷³. Na sua face principal observam-se pedras rectangulares com cerca de 20 a 90 centímetros de comprimento unidas por argamassa laranja²⁷⁴. Na face voltada para o pano de muralha 5, encontram-se pedras entre os 10 e os 60 cm de comprimento com formato predominantemente rectangular unidas pelo mesmo tipo de argamassa da anterior²⁷⁵.

O **pano de muralha 6**²⁷⁶ desenvolve-se entre os torreões F e G na direcção Sudoeste-Norte. Esta apresenta um comprimento total de 12,80 m de comprimento, tendo duas seteiras rasgadas no primeiro andar da sua fachada. Vista do interior do castelo, constata-se que o acesso seria feito por cima dos arcos que se situam do lado Noroeste e Norte do castelo, que seriam parte de uma estrutura cujas ruínas ainda se observam. Portanto, cremos que nessa zona existiria uma escada de acesso ao primeiro andar para se aceder às respectivas seteiras, ou então não se justificaria a existência das mesmas nessa fachada. Ambas se encontram direccionadas para Noroeste. Uma fica próxima do torreão F, numa posição perpendicular à seteira existente nesse torreão. A outro fica mais próxima da posição do torreão G, mas não tão próxima ao torreão como a anterior. O seu aparelho apresenta pedras maioritariamente rectangulares com a presença de argamassa laranja com pedras de pequena dimensão e fragmentos de materiais cerâmicos. As suas dimensões variam entre os 20 cm e os 90 cm de

²⁷³ No anexo 8.2.3.2, foto 46.

²⁷⁴ No anexo 8.2.3.2, foto 47.

²⁷⁵ No anexo 8.2.3.2, foto 48.

²⁷⁶ No anexo 8.2.3.1, foto 5.

comprimento²⁷⁷. Observa-se uma pequena inflexão, mais próxima ao torreão G, apenas perceptível pela observação das plantas existentes²⁷⁸.

O **torreão G**²⁷⁹ está localizado no vértice Norte da muralha do castelo, situando-se na intercepção entre os panos de muralha 6 e 7. Este torreão apresenta quatro faces exteriores, sendo uma menos pronunciada. No seu primeiro andar, existem três seteiras. Para se aceder às mesmas, entra-se por uma porta rasgada, no primeiro andar, no interior no vértice Norte da planta do castelo, onde se interceptam os panos de muralha 6 e 7²⁸⁰, num lugar que se encontra próximo dos arcos de que já aqui falámos. Na face voltada para o pano de muralha 6, com um comprimento de 1,93 m, apresenta-se uma seteira que permite fazer tiro ao longo da base do mesmo. Duas das faces não estão voltadas para nenhum pano de muralha, possuindo, ambas, seteiras direccionadas para o exterior: a primeira tem um comprimento de 3,17 m, enquanto a segunda tem um comprimento de 3,37 m. A face restante, encontra-se direccionada para o pano de muralha 7, não sendo munida por seteira, apresentando um comprimento de 1,34 m. Nesta última face, podemos encontrar, ao nível do aparelho, pedras de formato rectangular, entre os 10 e os 70 cm de comprimento, alternadas por pedra calcária de menor tamanho²⁸¹. Nas duas faces principais, existem pedras rectangulares, mais talhadas que nas outras duas faces do torreão, com medidas entre 30 e 60 cm de comprimento, sendo o seu aparelho mais regular. Estas duas faces, com as pedras mais pequenas na base, têm uma grande quantidade de pedras minúsculas, incluindo seixos e restos cerâmicos, todos unidos por argamassa laranja²⁸². A face restante, voltada ao pano de muralha 6, apresenta um aparelho mais irregular, mas com as pedras maiores na sua base. Nesta face, são visíveis vestígios de argamassa cinzenta²⁸³.

²⁷⁷ No anexo 8.2.3.2, foto 49.

²⁷⁸ No anexo 8.3.2, Planta 2 (DGPC/SIPA DES.00040963).

²⁷⁹ No anexo 8.2.3.2, foto 50.

²⁸⁰ No anexo 8.2.3.2, foto 51.

²⁸¹ No anexo 8.2.3.2, foto 52.

²⁸² No anexo 8.2.3.2, foto 53.

²⁸³ No anexo 8.2.3.2, foto 54.

O **pano de muralha 7**²⁸⁴ conecta os torreões G e H, localizando-se na fachada Nordeste, com um comprimento de 18,25 m. Neste pano de muralha, encontra-se uma seteira rasgada num lugar mais próximo ao torreão G, cujo acesso é feito, no primeiro andar, do lado direito da entrada do torreão G, ainda dentro do espaço do compartimento com os dois arcos que já referimos noutra situação. O seu aparelho é constituído por pedras entre os 40 e os 60 cm, de formato rectangular, articuladas com pedras mais pequenas que com cerca de 10 cm, todas unidas por argamassa laranja²⁸⁵.

O **torreão H**²⁸⁶, situa-se entre os panos de muralha 7 e 8, com a sua face principal voltada a Noroeste. Este torreão apresenta 2 seteiras, uma voltada para o pano de muralha 7 e outra apontada para o pano de muralha 8. Na sua face principal tem a particularidade de possuir uma abertura semelhante a uma janela. O acesso ao compartimento onde se encontram as seteiras é feito pelo primeiro andar, por uma porta rasgada na fachada Nordeste²⁸⁷, local onde se situaria uma estrutura, que certamente teria escada de acesso ao primeiro andar, para que se pudesse chegar à referida entrada. O acesso ao seu terraço é feito pelo adarve, através de duas portas, uma rasgada do lado do do pano de muralha 7, e outra localizada do lado do pano de muralha 8, sendo as suas paredes mais altas, ao nível do adarve, justificando, assim, a existência das referidas portas. Nesse andar, não se verificam seteiras, apesar de os muros se apresentarem mais altos a esse nível. Na sua face voltada para o pano de muralha 8, com 1,80 m de comprimento, o seu aparelho é constituído por pedras de face predominantemente rectangular entre os 40 e 90 cm de comprimento, unidas por argamassa laranja e cinzenta²⁸⁸. Na sua face principal, que possui a dimensão de 3,77 m de comprimento, as pedras apresentam uma largura menor, entre os 20 e os 40 cm, com presença de pedras, muito mais pequenas, a colmatarem espaços entre as maiores, com recurso aos mesmos tipos de argamassa²⁸⁹. A face, deste torreão, que está voltada

²⁸⁴ No anexo 8.2.3.2, foto 55.

²⁸⁵ No anexo 8.2.3.2, foto 56.

²⁸⁶ No anexo 8.2.3.2, foto 57.

²⁸⁷ No anexo 8.2.3.2, foto 58.

²⁸⁸ No anexo 8.2.3.2, foto 59.

²⁸⁹ No anexo 8.2.3.2, foto 60.

para o pano de muralha 7, tem a medida de 1,83 m de comprimento, constituída por pedras, de face rectangular, com medidas entre os 30 e os 80 cm de comprimento, acompanhadas por pequenas pedras calcárias e seixos pequenos, unidas pelos tipos de argamassa já referidos para as outras faces²⁹⁰.

O **pano de muralha 8**²⁹¹, localiza-se entre os torreões H e I, na fachada Noroeste do perímetro do castelo. Ao contrário de outras zonas do perímetro do castelo, este pano de muralha não possui qualquer seteira rasgada no seu perfil, tendo apenas a seteira, posicionada na face do torreão H voltada para este pano de muralha. O seu aparelho apresenta pedras com face predominantemente quadrada, com outras rectangulares em menor quantidade, bastante unidas, com presença de pedras de 10 e 20 cm a colmatarem os espaços entre as mesmas²⁹². O comprimento total do pano de muralha 8 é de 14,52 m.

O **torreão I**²⁹³, implantado entre os panos de muralha 8 e 9, e sendo o mais próximo da torre de menagem, possui apenas uma seteira no seu primeiro andar, localizada na face voltada para o pano de muralha 9, estando essa seteira bastante próxima do referido pano de muralha. Esse torreão difere dos restantes, devido ao facto de o seu terraço não cobrir a totalidade da parte superior do mesmo, existindo apenas um estreito corredor de adarve que coroa as suas extremidades, deixando o primeiro andar aberto, incluindo a área onde se localiza a já referida seteira. O acesso ao primeiro é feito através do terraço, ao contrário do que acontece noutros torreões, cujo acesso é feito através de porta rasgada no primeiro andar. Para se lhe aceder, usa-se a escada de acesso junto ao torreão C, passando-se, em primeiro lugar, respectivamente, pelos torreões B, A e J. Na sua face voltada para o pano de muralha 9, com um comprimento de 1,72 m, observam-se, ao nível do aparelho, pedras com comprimento que variam entre o 30 e 60 cm, unidas por pedras mais pequenas e uma argamassa de cor

²⁹⁰ No anexo 8.2.3.2, foto 61.

²⁹¹ No anexo 8.2.3.2, foto 62.

²⁹² No anexo 8.2.3.2, foto 63.

²⁹³ No anexo 8.2.3.2, foto 64.

cinzenta²⁹⁴. A sua face principal, com 5,57m de comprimento, apresenta pedras de face rectangular que variam os seus comprimentos entre 20 e 60 cm, com uma argamassa de cor laranja acinzentada a unir as mesmas²⁹⁵. Por último, a sua face voltada para o pano de muralha 8, com um comprimento de 1,20 m, apresenta pedras de face rectangular com dimensões entre os 10 e os 70 cm de comprimento, alternadas por pedras, mais pequenas, de face mais ou menos quadrada, unidas por argamassa laranja com vestígios de uma cor cinzenta²⁹⁶.

O **pano de muralha 9**²⁹⁷ desenvolve-se, a Este, entre os torreões I e J, tendo um comprimento de 8,65 m, não apresentando seteiras no seu perfil. Este pano de muralha é o que se encontra mais próximo da torre de menagem. O seu aparelho constitui-se de pedras de face rectangular, com dimensões entre os 30 e 50 cm, alternadas por outras mais pequenas, unidas por argamassa cinzenta²⁹⁸.

O **torreão J**²⁹⁹ localiza-se na extremidade Sudeste do perímetro do castelo, unido ao pano de muralha 9 e, observando-se do exterior, encontra-se enconstado ao lado direito da porta Sudeste do castelo. Este torreão serviria para proteger directamente esta entrada, em articulação com os **torreões A e B**, que se localizam dentro do mesmo espaço de reforço defensivo da referida porta. O interior desta torreão, distingue-se de todos os outros do castelo por apresentar uma planta de formato semicircular³⁰⁰, apesar do seu exterior ser bastante semelhante ao **torreão G**, excepto nas suas dimensões. No seu primeiro andar, encontram-se duas seteiras, uma rasgada na face voltada para o pano de muralha 9, muito próxima a esse muro, e outra localizada na face voltada para a entrada a Sudeste e para uma das faces do torreão A. A entrada para o seu primeiro andar seria feita pelo torreão A, passando por um corredor interior que encima a porta de entrada do castelo (Sudeste). Para se aceder ao seu terraço, o acesso é feito pela

²⁹⁴ No anexo 8.2.3.2, foto 65.

²⁹⁵ No anexo 8.2.3.2, foto 66.

²⁹⁶ No anexo 8.2.3.2, foto 67.

²⁹⁷ No anexo 8.2.3.2, foto 68.

²⁹⁸ No anexo 8.2.3.2, foto 69.

²⁹⁹ No anexo 8.2.3.2, foto 70.

³⁰⁰ No anexo 8.3.2, Planta 19 (DGPC/SIPA DES.00041743).

mesma escada que já referimos noutras situações. Nas face voltada para Sudeste, o aparelho é composto por pedras cuja face apresenta medidas entre 20 a 40 cm de comprimento, unidas por argamassa laranja acinzentada, com vestígios de uma argamassa cinzenta, e de outra da mesma cor mas bastante mais escura³⁰¹. A outra face do torreão, que está virada para Este, constitui-se de pedras com medidas entre os 10 e os 40 cm de comprimento, acompanhadas por pedras minúsculas e seixos rolados, unidas por argamassa laranja com vestígios de uma outra mais cinzenta³⁰². Por último, a face que se apresenta direccionada para o pano de muralha 9 é constituída por pedras cuja face tem entre 20 e 70 cm de comprimento, unidas argamassa laranja, com pequenos vestígios de uma argamassa cinzenta³⁰³. A sua face junto à porta Sudeste tem a dimensão de 4,49 m de comprimento, a face voltada para a **barbacã de porta (a Sudeste)** tem 3,53 m, a face voltada para Este tem 5,90 m e, por último, a face voltada para o **pano de muralha 9** apresenta 1,67 m de comprimento.

No **pano de muralha 10**, com 1,82 m de comprimento, implanta-se a porta Sudeste do castelo³⁰⁴, onde se localizava a entrada original do castelo. Este é o pano de muralha mais estreito, devendo-se isso a uma necessidade de maior defesa dessa área por ser a entrada principal do castelo aquando da sua construção.

4.3. A torre de menagem

A torre de menagem do castelo de Pombal está localizada no ponto mais alto do interior da fortificação³⁰⁵. Não nos esqueçamos do facto de que o interior do castelo apresenta duas áreas distintas em termos de altura: o pátio do castelo, na cota mais baixa onde se situam as ruínas de antigos edifícios (habitação, capela, etc.), e abrange o espaço interior do perímetro que compreende parte do pano de muralha 3, o torreão D, o pano de muralha 4, o torreão E, o pano de muralha 5 e porta Noroeste, torreão F,

³⁰¹ No anexo 8.2.3.2, foto 71.

³⁰² No anexo 8.2.3.2, foto 72.

³⁰³ No anexo 8.2.3.2, foto 73.

³⁰⁴ No anexo 8.2.3.2, foto 74.

³⁰⁵ No anexo 8.2.3.2, foto 75. No anexo 8.3.4, figura 3.

pano de muralha 6, torreão G, pano de muralha 7, torreão H e parte do pano de muralha 8; a outra área, a uma cota mais alta, onde está implantada a torre de menagem, compreende o perímetro abrangido por uma parte do pano de muralha 8, torreão I, pano de muralha 9, torreão J, porta Sudeste, torreão A, pano de muralha 1, torreão B, pano de muralha 2 e torreão C.

Construída em 1171, de acordo com inscrição comemorativa³⁰⁶, a Torre de Menagem do castelo de Pombal representa uma inovação em termos defensivos no território português. Foi pela primeira vez aplicada pela Ordem do Templo em Portugal, provavelmente, fruto do contacto que o mestre da Ordem do Templo no nosso território, D. Gualdim Pais, terá tido no Próximo Oriente, quando ali participou de um conjunto de acções militares no âmbito da Segunda Cruzada, antes de regressar ao reino português por volta de 1156, data que já afirmamos ser a do início da construção desta fortificação.

O local de construção escolhido, para erguer este importante elemento arquitectónico foi a plataforma mais alta, que já descrevemos, onde o edifício se destaca em relação a todos os outros que no interior do castelo podemos encontrar. Esta torre de menagem, à primeira vista, evidencia a sua largura e robustez. Para a sua adaptação à irregularidade de terreno nesta plataforma superior, os construtores Templários resolveram reforçá-la com dois enormes contrafores que podemos observar, ladeando a face principal, voltada para Noroeste. Isto confere-lhe uma face bastante peculiar, parecendo mais larga e mais baixa quando observada a partir dessa direcção. Na sua base, a Torre de Menagem apresenta outra solução vanguardista, ou seja, o alambor, solução que também foi aplicada, como já vimos na descrição do perímetro, no pano de muralha 1, do lado direito da porta, a Sudeste. Esta solução, em forma de talude, que Carlos Ferreira de Almeida descreveu como “um maciço troncopiramidal”³⁰⁷, é um reforço de base que tinha como objectivo impedir a utilização de dispositivos de assalto, como torres de assalto, ou prevenir trabalhos de sapa ou minagem por parte de forças

³⁰⁶ BARROCA, 2000: 348-361 (inscrição nº 136); BARROCA, 2017a: 416-430 (inscrição nº 157).

³⁰⁷ ALMEIDA, 1988: 165.

ofensivas, verificando-se a aplicação desta solução nas quatro faces, sendo menos notória na sua face principal em virtude dos já referidos contrafortes, parecendo, assim, que o perfil dessa face é mais plano. No entanto, a distribuição do alambor nas quatro faces é, mais ou menos, equitativa³⁰⁸.

Na base, a face principal, que está voltada para Noroeste, para o pátio do castelo, apresenta a dimensão de 10,54 m de comprimento, juntamente com os contrafortes, que dela fazem parte em ambas as extremidades. A sua face Nordeste, voltada para o pano de muralha 9 e para o torreão I, mede 6,90 m de comprimento se não incluirmos o contraforte do lado direito. Este último mede 2,64 m, totalizando 9,54 m de comprimento desta fachada. A face Sudeste está voltada para os torreões A, B e J, pano de muralha 1 e porta principal, medindo 10,07 m de comprimento. E, por último, a fachada Sudoeste da Torre de Menagem mede 6,75 m de comprimento, sem contar com o contraforte que se destaca do lado esquerdo. Se juntarmos os 2,27 m de largura deste último, obtemos um comprimento total de 9,02 m para esta face.

A entrada para a Torre de Menagem, como era típico neste tipo de solução, é feita pelo primeiro andar, situando-se a porta na face principal. Isto acontece porque a Torre de Menagem era o último reduto de defesa de um castelo típico românico, funcionando quase como uma fortificação independente, localizada do lado de dentro da muralha, ou seja, um castelo dentro de um castelo. Em caso de ataque e tomada da restante fortificação, a guarnição refugiava-se dentro da Torre de Menagem através do acesso por escada, sendo esta recolhida para o seu interior, impedindo o acesso do inimigo à entrada da mesma. No caso da Torre de Menagem do castelo de Pombal, esta possui um rés-do-chão (abaixo do nível da porta de entrada), dois andares no seu interior (ambos munidos de seteiras), e um terraço coroado por ameias.

No primeiro andar, além da entrada na fachada Sudeste, constata-se a existência de uma seteira rasgada no pano Sudoeste e de outra rasgada no pano Sudeste. A primeira seteira está direccionada para o pano de muralha 2, exactamente para o lugar

³⁰⁸ No anexo 8.2.3.2, fotos 76 e 77. No anexo 8.3.4, figura 2.

onde se situa a escada de acesso ao adarve; possivelmente, também seria possível fazer tiro para o exterior, tendo em conta que o adarve, nessa posição, é mais baixo do que a posição da seteira. A outra seteira está voltada para o torreão A, pano de muralha 1 e entrada do castelo.

O segundo andar, apresenta três seteiras e uma janela, cada um destes elementos, localizado numa das faces. Uma das seteiras, apresenta-se na face principal, permitindo fazer tiro para o pátio do castelo. Outra seteira, localizada na parede Nordeste, está direccionada para o pano de muralha 9 e torreão I. A terceira seteira localiza-se na face Sudeste apontada para o torreão A e pano de muralha 1, servindo para proteger, essencialmente, a área de entrada. Por último, neste andar, na face Sudoeste encontramos uma janela direccionada para o pano de muralha 2, permitindo a entrada de luz natural para este andar.

O terraço da Torre de Menagem, tendo em conta o formato geral da mesma, apresenta dimensões menores do que na base. A nível de comprimento, o topo da face principal (Noroeste), apresenta a dimensão de 6,95 m, a face Nordeste tem 6,38 m, a face Nordeste tem exactamente 7 m, e a face Sudoeste apresenta 6,19 m. A Torre de Menagem apresenta, ainda, 13,32 m de altura. Este terraço, ergue-se a uma altura superior à das ameias, permitindo visibilidade para todo o castelo e também para o exterior do espaço da muralha.

4.4. Outras ruínas

Observando a actual planta do castelo de Pombal, ainda se consegue inferir a existência passada de estruturas que se desenvolviam no interior do perímetro da muralha do castelo. Teriam várias funcionalidades que serviriam inicialmente a vida monástica dos freires templários e que ao longo do tempo foram sofrendo mutações de acordo com as necessidades de quem se foi servindo do castelo. Hoje em dia, resta uma configuração fruto da degradação a que o castelo foi votado pelo menos a partir do séc. XVII, e também, resultado das intervenções que a DGEMN realizou nos anos 30 do séc.

XX que resultaram em demolição de estruturas e “restauros” cujo carácter científico não teria a maior precisão. Mesmo com esta intervenção, ainda se observam as bocas de cisterna, que são um dos elementos melhor preservados no castelo, e linhas de muro que nos permitem vislumbrar com mais ou menos exatidão o espaço que seria ocupado por algumas das estruturas no interior do castelo³⁰⁹.

Um dos elementos que hoje em dia se destacam é a existência de uma pequena estrutura com formato de abside que, como demonstraremos mais à frente, foi fruto de de “restauração” no decorrer da intervenção da DGEMN no castelo, mas da qual não existe nenhum indício prévio. Esta situa-se na posição Norte³¹⁰, entre as bocas de cisterna³¹¹, que se encontram mais ou menos ao centro do pátio, e a estrutura que apresenta dois arcos junto ao pano de muralha 6³¹².

As bocas de cisterna apresentam um dos elementos melhor preservados no castelo de Pombal, tendo sido alvo do restauro por parte da DGEMN, sendo reconstituídas através de fragmentos encontrados durante a remoção de sedimentos no interior do castelo³¹³.

Junto à face principal da torre de menagem, na parte superior do castelo acima do pátio, apresenta-se um pavimento de pedra que ainda demonstra indícios de antigas estruturas que aí se implantavam. Quando observamos atentamente essa secção podemos observar as linhas de implantação de estruturas já desaparecidas³¹⁴, destacando-se um troço mais saliente de um antigo muro que se localizava junto à base do alambor da face principal da torre de menagem³¹⁵.

³⁰⁹ No anexo 8.2.3.1, foto 6.

³¹⁰ No anexo 8.3.4, figura 4.

³¹¹ No anexo 8.2.3.2, foto 78. No anexo 8.3.4, figura 5.

³¹² No anexo 8.2.3.2, fotos 79 e 80. No anexo 8.3.4, figura 6.

³¹³ No anexo 8.2.3.2, foto 81. No anexo 8.3.4, figura 5.

³¹⁴ No anexo 8.2.3.2, fotos 82, 83, 84 e 85.

³¹⁵ No anexo 8.2.3.2, foto 86.

Ainda se encontram também alguns vestígios de um sistema de drenagem de água³¹⁶. No entanto, estas não parecem ter conexão direta com a cisterna. Não podemos afirmar a sua existência anterior ao séc. XX, pois a DGEMN pode ter elaborado este elemento no decorrer da sua intervenção. Mas, tendo existido previamente, pode ter servido para escoar a água acumulada em excesso no pátio do castelo devido às chuvas, sendo a restante água captada diretamente pelas bocas de cisterna.

No exterior, existem vestígios de três diferentes barbacãs: uma localizada junto à porta a sudeste³¹⁷, outra que circunda grande parte do perímetro do castelo³¹⁸, e por fim, uma barbacã localizada mais exteriormente e que possui três torreões adossados que definimos aqui como **K**, **L** e **M**³¹⁹. Além das referidas barbacãs, encontram-se também os vestígios da antiga igreja de Santa Maria do Castelo³²⁰.

5. O percurso do castelo

5.1. Um castelo-mosteiro templário – Séc. XII

Quando o castelo de Pombal foi construído em 1156, a sua estrutura seria mais simples, tendo algumas alterações estruturais sido feitas em obras posteriores, como veremos adiante.

Não sabemos se existiria uma estrutura defensiva prévia no mesmo local onde foi erguido o castelo, apesar de essa possibilidade já ter sido sugerida³²¹. A falta de trabalhos arqueológicos nesse sentido deixa essa possibilidade por confirmar. Mas podemos afirmar que no boletim da DGEMN é referido que foram encontradas moedas romanas³²², o que por si só não confirma a existência de uma estrutura

³¹⁶ No anexo, 8.2.3.1, foto 6 (ao centro) e no anexo 8.2.3.2, fotos 87, 88, 89 e 90. No anexo 8.3.4, figura 7.

³¹⁷ No anexo, 8.2.3.1, fotos 1 e 2. No anexo 8.3.4, figura 8.

³¹⁸ No anexo, 8.2.3.1, fotos 3, 4, e 5. No anexo 8.3.4, figura 9.

³¹⁹ No anexo, 8.2.3.1, fotos 7, 8 e 9. No anexo 8.3.4, figura 10.

³²⁰ No anexo 8.2.3.2, fotos 91 e 92. No anexo 8.3.4, figura 11.

³²¹ OLIVEIRA, 2010: 304.

³²² DGEMN, 1940: 26.

prévia. No entanto, essa possibilidade não se exclui, mas carece de sustentação material que só poderá ser constatada através da realização de escavações que o possam verificar.

Como já demonstramos em subcapítulo anterior, os dados apontam para que o castelo tivesse sido construído por volta de 1156 aquando do regresso de Gualdim Pais da Terra Santa. Não sabemos exatamente quanto tempo terá demorado a primeira fase construtiva, mas podemos estimar que terá sido por volta de 1159, pois encontramos no foral da Redinha do mesmo ano a referência ao pagamento de foros “*per fórum terrae palumbarii*”³²³. Esta referência documental sugere que a povoação de Pombal já estaria estabelecida nessa altura, usufruindo já da segurança providenciada pela existência de uma fortificação. Por outro lado, sabemos, através da inscrição da torre de menagem do castelo de Tomar, que Gualdim Pais terá tomado a decisão de construir esse castelo a 1 de março de 1160³²⁴, ou seja, nessa altura já teria os recursos necessários para levar a cabo tal projeto. Assim, podemos estimar uma primeira fase construtiva que se compreende num período entre 1156 e 1159. Na década seguinte, fruto dos esforços da Ordem do Templo, que foram concentrados no empreendimento daquela que viria a ser a sua sede em território português, o castelo de Tomar, é pouco provável que algo tenha sido empreendido em Pombal. Os esforços em Pombal só viriam a ser retomados com a construção da torre de menagem em 1171³²⁵ quando os templários já tinham concluído uma década de foco construtivo na sua “capital” no Reino, tendo, portanto, nesse momento, mais recursos disponíveis para se focarem noutras construções.

Inicialmente, no período que se compreende entre 1156 e 1159, a estrutura albergaria o estritamente essencial para que os freires-cavaleiros pudessem desenvolver as suas atividades. Num primeiro momento construtivo, existiria um

³²³ PMH, Leges: 386; Doc. 7 em EUSÉBIO, 2007: 255.

³²⁴ BARROCA, 1996/1997: 190; BARROCA, 2000: 271-276 (inscrição nº104); BARROCA, 2017a: 323-329 (inscrição nº 123).

³²⁵ BARROCA, 2000: 348-361 (inscrição nº136); BARROCA, 2017a: 416-430 (inscrição nº 157).

perímetro, como o conhecemos hoje, com uma muralha, e os seus dez torreões adossados munidos de seteiras. Este conjunto amuralhado era encimado com adarve e rematado com ameias. Nessa fase, não existiria a torre de menagem, havendo apenas os elementos que normalmente encontramos para colmatar as necessidades básicas à prática de uma vida monástica e militar. Podemos, portanto, inferir que já existiriam dormitório e refeitório comuns, cozinha, estábulos, cisterna, área de armazenamento de bens essenciais, e um espaço de culto. Tal como podemos observar nalguns dos exemplos no Oriente Latino³²⁶, este tipo de construções desenvolve-se à volta de um pátio à semelhança do que acontece também nos mosteiros onde as várias estruturas funcionais são implantadas à volta de um claustro, tornando-o o centro de toda a estrutura³²⁷. Ainda hoje podemos observar na planta do castelo de Pombal essa disposição de elementos à volta de um centro, neste caso o seu pátio, na metade norte da planta. Esta distribuição permite entender o castelo de Pombal no âmbito de uma tipologia de castelo-mosteiro como já foi sugerido por Nuno Villamariz Oliveira³²⁸ ou, como acontece na Terra Santa, um claustro fortificado. Assim, também classifica Hugh Kennedy ao referir que as Ordens Militares favoreciam, devido a questões funcionais, este tipo de planta³²⁹. Isto reflete, portanto, a dupla natureza que nelas se pode encontrar: a militar e a monástica³³⁰. Devemos sempre ter em conta que os castelos da Ordem do Templo, em geral, são um excelente exemplo de construções que refletem a conduta desta organização. Neste caso específico, são uma representação da vivência dos freires-cavaleiros num espaço que, além de militar, é principalmente comunitário. Tal como demonstra Eva Mol no seu trabalho dedicado aos castelos construídos pelos cristãos no Oriente Latino³³¹, os castelos das Ordens Militares apresentam especificidades que os tornam numa categoria distinta dos castelos construídos nessa

³²⁶ O Castellum Arnaldi (Chastel Hernaut) é um bom exemplo de planta com pátio central, à volta do qual se desenvolvem outras estruturas; BOAS, 2006: 113-114.

³²⁷ MOL, 2012: 175.

³²⁸ OLIVEIRA, 2010: 306.

³²⁹ Em inglês, “fortified cloister”; KENNEDY, 1994: 57. Adrian Boas chama a este tipo de planta “monastery-like layout” em BOAS, 2006: 149.

³³⁰ BOAS, 2006: 113.

³³¹ MOL, 2012.

mesma área geográfica pela nobreza, portanto, devemos observar esses castelos em termos de vida monástica em vez de vida aristocrática, pois as mesmas estruturas sociais estão presentes formalmente em todos os edifícios das Ordens Militares, prevalecendo a vida religiosa sobre todas as outras atividades num castelo³³², sendo mesmo a própria vida militar “uma forma de vida penitencial pelo amor a Deus”³³³. O castelo reflete, portanto, uma materialização da própria Regra do Templo a que os Irmãos estavam sujeitos, tendo de existir os elementos para concretizar esse ideal comunitário. Esta equivalência entre as noções de castelo e mosteiro já existia como ideal através do próprio mentor espiritual da Ordem do Templo, Bernardo de Claraval, que estabeleceu “a analogia entre o mosteiro e o castelo como se se tratasse de uma única realidade”³³⁴.

Definido o tipo de castelo, procederemos então à nossa proposta de como poderia ser esta estrutura numa primeira fase construtiva, descrevendo em primeiro lugar o seu perímetro amuralhado.

A única entrada do castelo de Pombal localizava-se onde hoje podemos observar a **porta a sudeste**, não existindo ainda a porta localizada a noroeste, apesar de não excluirmos a possibilidade de nessa área se ter localizado uma porta da traição, pois não constatamos nenhum indício da sua existência noutra local³³⁵. Portanto, a porta da traição tendo existido, parece-nos plausível que terá sido a noroeste onde hoje observamos a porta que haveria de se tornar a principal em períodos posteriores. A porta a sudeste teria uma diferente configuração em relação à que podemos encontrar hoje em dia. A aparência da porta surge de alteração feita durante o restauro da DGEMN tal como se pode observar nos registos fotográficos feitos antes e depois do mesmo. A porta original de estilo românico com arco abatido, que julgamos ser coeva da fundação do castelo, foi alterada para um formato de arco quebrado, conferindo-lhe uma

³³² MOL, 2012: 178.

³³³ MOL, 2012: 179. (Tradução nossa).

³³⁴ OLIVEIRA, 2006: 10.

³³⁵ Tal como também observa Nuno Villamariz Oliveira em OLIVEIRA, 2010: 307.

aparência mais alta e pontiaguda, notando-se também alguma assimetria fruto dessa alteração³³⁶.

O **perímetro amuralhado e os seus torreões** estariam na mesma posição em que se encontram, não havendo indícios de alteração das suas respetivas posições. Todavia, existem alguns aspetos que devemos ter em conta, isto devido às sucessivas fases de construção que impactaram a estrutura, e também por causa das intervenções da DGEMN que, como veremos, também interferiram nalgumas das secções da muralha e nos próprios torreões, nomeadamente fazendo reconstruções completas de alguns desses elementos.

Numa primeira instância, quando observamos os torreões, verificamos que quase todos possuem todos mais ou menos a mesma altura, à exceção dos torreões B e C. O mesmo acontece com todo o perímetro da muralha, que se denota ter sido completamente uniformizado na sua altura. Sabemos que devido às dificuldades encontradas em adaptar a construção ao terreno que, sendo bastante irregular, as alturas destes elementos não poderiam ser iguais. E se excluirmos as questões topográficas, também existem as questões defensivas, em que seria pertinente ter diferentes alturas de adarve ao longo do perímetro para reforçar as áreas que os construtores tivessem considerado mais sensíveis, e para facilitar a realização de tiro para o exterior. No nosso caso de estudo, a maior necessidade defensiva, encontrar-se-ia na secção sudeste do castelo em virtude de aí se localizar a porta. Não é acidental que tenha sido nessa secção da planta que se viriam a concentrar posteriormente vários reforços estruturais como a utilização de alambor e barbacã de porta. Nesta mesma secção do castelo, hoje observamos os três torreões que defenderiam a entrada: A, B e J. Dos dez torreões presentes no perímetro amuralhado, estes três são os que se encontram mais próximos. Ao observarmos os registos fotográficos da DGEMN, anteriores à intervenção, nota-se que, destes três, só o torreão J preservava

³³⁶ No anexo 8.2.1, veja-se a diferença entre a Foto 46 (DGCP/SIPA FOTO.00077420) e a Foto 86 (DGCP/SIPA FOTO.00077499).

parcialmente as suas ameias, o que permitiu perceber a sua altura. O **torreão A** estava completamente destruído³³⁷, mas foi reconstruído a uma altura mais baixa que o J, ficando as suas ameias ao mesmo nível do pano de muralha 1³³⁸. O torreão B é o mais alto que hoje podemos observar e, antes do restauro, não era possível saber a sua altura original, mas o facto de ainda preservar nessa altura uma das seteiras no primeiro andar, faz sugerir que teria uma altura aproximada da que podemos ver hoje. Outro indício de que esta secção do castelo seria mais alta, é sugerido pela altura do pano de muralha 2 que era maior antes dos referidos restauros³³⁹.

No seu interior teria de ser garantida a subsistência dos freires. A água, além de outros recursos alimentares, é o elemento mais importante que um castelo pode ter para poder subsistir em caso de cerco, e para poder colmatar as necessidades diárias de quem habita o castelo. No Oriente Latino, isto era ainda mais notório, como Gualdim Pais terá observado no seu percurso, tendo em conta as condições climáticas desse território. Nesse sentido, em vários castelos dessa área podemos encontrar cisternas para armazenamento de água e até poços de água fresca³⁴⁰. Apesar de não encontrarmos as mesmas condições ambientais no nosso território, esse aspeto não foi descuidado no castelo de Pombal, pois a importância da água continua a ser a mesma, apenas numa escala menor. Em território português, também existem vários exemplos de castelos que recorrem a esta solução, que na sua maioria consistem, segundo Miguel Gomes Martins, em “depósitos subterrâneos, abobadados, por vezes com várias naves, revestidos por uma pintura impermeável e dotados de respiradouros que serviam, por um lado, para recolher as águas pluviais e, por outro, para o arejamento do local, condição essencial para manter a boa qualidade da água.”³⁴¹. No caso do castelo de Pombal, encontramos uma **cisterna** na posição noroeste do pátio, perto da atual porta

³³⁷ No anexo 8.2.1, foto 38 (DGPC/SIPA FOTO.00077412).

³³⁸ No anexo 8.2.1, foto 1 (DGPC/SIPA FOTO.00077371).

³³⁹ No anexo 8.2.1, foto 43 (DGCP/SIPA FOTO.00077417).

³⁴⁰ Por exemplo, entre outros, o castelo de Saphet. Sobre sistemas de abastecimento de água vd. BOAS, 2006: 156-157.

³⁴¹ MARTINS, 2016: 154.

do castelo, onde hoje podemos observar duas bocas pelas quais se faria a captação das águas³⁴². Esta cisterna com cerca representada no alçado feito pela DGEMN³⁴³, serviria para captar água da chuva e para armazenar água que seria recolhida de linhas de água próximas como é o caso do rio Arunca. É possível que tenha sido um dos primeiros elementos a serem construídos no local, à semelhança do que acontece noutros locais onde, em vez de cisternas, se escavavam poços, sendo “alguns deles abertos ainda antes do processo de amuralhamento”³⁴⁴.

Existiria **cozinha** para preparar as refeições dos freires, que seriam realizadas num refeitório comum, sendo um requisito nos castelos das Ordens Militares, como pode ser observado nos castelos tanto da Ordem do Templo como da Ordem do Hospital no Oriente Latino³⁴⁵. Assim, como também acontece nos mosteiros medievais, a cozinha localizar-se-ia perto do refeitório e do dormitório³⁴⁶.

Para sua acomodação, os freires cavaleiros precisariam de **dormitório**. Sabemos que a sua vivência era de tipo monástico, o que implicava que o local para dormir seria comum a todos os freires³⁴⁷, não existindo acomodações individuais, sendo semelhante ao que podemos encontrar entre os mosteiros beneditinos ou cistercienses onde a Ordem do Templo colhe as suas principais influências em termos de conduta religiosa.

Através destes padrões encontrados nos castelos das Ordens Militares, podemos inferir uma subdivisão funcional, entre os espaços das atividades diárias comuns e o espaço religioso. A esta regra não escapa o castelo de Pombal, permitindo-nos colocar a hipótese de que os espaços para dormir, para preparar e realizar as refeições localizar-se-iam numa posição em que estariam diretamente em articulação, permitindo uma relação logística entre os mesmos. Portanto, aqui surge a questão da localização destas

³⁴² No anexo 8.3.4, figura 5.

³⁴³ No anexo 8.3.2, planta 9 (DGPC/SIPA DES.00040977), planta 10 (DGPC/SIPA DES.00040978) e planta 14 (DGPC/SIPA DES.00041738).

³⁴⁴ MARTINS, 2016: 153.

³⁴⁵ BOAS, 2006: 159-160; MOL, 2012: 103, 173.

³⁴⁶ BOAS, 2006: 160.

³⁴⁷ BOAS, 2006: 156; MOL, 2012: 103.

estruturas no castelo. Para respondermos à mesma, convém, perceber em primeiro lugar onde se localizaria o espaço religioso, pois a partir da sua localização será possível perceber em que medida outras estruturas estariam articuladas com esta.

Em termos práticos, quando observamos um castelo de uma Ordem Militar, a existência de uma igreja ou capela, sejam quais forem as suas dimensões, é uma realidade incontornável. O mesmo se aplica ao castelo de Pombal, onde se verifica a existência de uma **capela de S. Miguel** consagrada ao Arcanjo, chefe das hostes celestes, cujo símbolo reflete a própria natureza da Ordem do Templo e que se pode observar em castelos como é o caso de Chastel-Blanc que possuía igreja com a mesma evocação³⁴⁸. Os Tombos de 1508 e 1663 apresentam-nos alguns elementos que nos permitem localizar e saber as dimensões que apresentaria essa estrutura. Designamos aqui como capela e não como igreja, devido às suas dimensões que seriam bastante reduzidas segundo a descrição presente no Tombo de 1663 que a descreve como tendo “de comprido tres varas e de largo duas e meya”³⁴⁹, o que significa que teria cerca de 3,30m de comprimento e 2,75 m de largura³⁵⁰. Os freires-cavaleiros que habitavam o castelo servir-se-iam desse reduzido espaço para as suas atividades religiosas, o que nos deixa concluir que o número de templários que viviam no castelo também seria reduzido, o que não seria fora da norma, pois o número de membros da Ordem do Templo em Portugal nunca foi muito elevado³⁵¹ e era normal ser modesto o número de pessoas a constituir a guarnição do castelo³⁵². O formato de abside que hoje observamos a norte do pátio do castelo poderia ser interpretado como tendo pertencido a essa estrutura³⁵³. Na nossa perspetiva, a esse vestígio não podemos atribuir uma estrutura religiosa. Em

³⁴⁸ BOAS, 2006: 152.

³⁴⁹ EUSÉBIO, 2007: 73

³⁵⁰ Uma vara corresponde a 1,10m; BARROCA, 1992: 55.

³⁵¹ COSTA, 2019: 192.

³⁵² Vd. BARROS, 1945-54, vol.V: 232; MARQUES, 1980: 55 onde se assinala a presença de 21 besteiros em Pombal; Sobre o número de efetivos nos castelos MARTINS, 2016: 132. Assinale-se que esse número não seria necessariamente constituído por membros da guarnição do castelo, pois existiriam alguns entre a população. No entanto, isto permite-nos perceber que os meios humanos de defesa eram de pequeno número.

³⁵³ No anexo 8.3.4, figura 4.

primeiro lugar, por uma questão de funcionalidade. As bocas de cisterna³⁵⁴ encontram-se demasiado próximas dessa “abside” para que aí existisse um edifício, por muito pequeno que este fosse, do qual os Templários pudessem fazer uso para fins religiosos. E em segundo lugar, devido à sua direção, pois uma igreja ou capela têm, na maioria dos casos, uma orientação cardinal definida, com mais ou menos precisão, ou seja, o altar para oriente. Tendo em conta essa impossibilidade, temos de utilizar uma outra abordagem que nos permita localizar o sítio exato dessa estrutura no interior do castelo. Com esse fim, podemos recorrer às descrições já referidas sobre o castelo e aos registos fotográficos da DGEMN, como veremos de seguida.

No Tombo dos bens pertencentes à comenda de Pombal de 27 de março de 1508 podemos encontrar a seguinte descrição da capela de S. Miguel: *“aa mão seestra da entrada da torre de menagem estaa huua capeella da juocação de sam miguel oliuellada e ladrilhada e bem guarnecida. e nella huua bõoa jimagem de pedra bem pintada”*³⁵⁵. Numa outra descrição presente no Tombo de S. Martinho, datada de 1663, encontramos referência à mesma estrutura: *“Item entrando pella torre de Menagem e caza da cadeya no andar da esquadra a mão direita digo esquerda della está huma Irmida do bem aventurado Sam Miguel com seu altar levantado e nelle huma Imagem de pedra do dito Santo hé forrada e pintada toda de obra romana assim o forro como as paredes tem huma fresta para a banda do levante, tem de comprido tres varas e de largo duas e meya, dizia se na dita capella missa quando o comendador a mandava dizer, ou qualquer outra pessoa por sua devossam”*³⁵⁶. O primeiro elemento que podemos deduzir destas duas descrições é o facto de a capela se localizar à esquerda da torre de menagem. Assim, levanta-se a primeira questão: de que forma é que a estrutura se encaixa numa posição que esteja à esquerda da torre de menagem? Registos fotográficos feitos durante os trabalhos de restauro da DGEMN nos anos 30 respondem à nossa questão, mostrando uma ruína que terá sido destruída durante esta

³⁵⁴ No anexo 8.3.4, figura 5.

³⁵⁵ GONÇALVES, 2006: 231.

³⁵⁶ EUSÉBIO, 2007: 73.

intervenção³⁵⁷. Nessas fotografias, observam-se vestígios de uma estrutura pequena, mais ou menos quadrada, que se localiza junto à face principal da torre de menagem à esquerda da sua entrada. Não consideramos que essa seja a ermida de S. Miguel, no entanto, este indício auxilia-nos na sua localização, pois na descrição de 1508 é dito que existiria *“huua casa de bemguarda. e outra sobre a dita capeella ladrilhada.”*³⁵⁸, indicando que haveria uma estrutura acima da capela. Na descrição de 1663, refere o seu autor que *“em sima desta capella vay huma cazinha do seu tamanho forrada de telha vaã”*³⁵⁹, confirmando o anteriormente descrito. Assim, existiria uma estrutura de igual dimensão que se localizava logo acima da capela, e que julgamos ser o que se observa junto da torre de menagem aquando da intervenção da DGEMN. Com estes dados, podemos concluir que a capela localizar-se-ia do lado esquerdo da entrada da torre de menagem, próxima ao pano de muralha 8³⁶⁰.

Normalmente, nos castelos das Ordens Militares, verifica-se uma clara divisão funcional entre os espaços de habitação e alimentação, de armazenamento de bens essenciais e armas, e de ofício religioso sem, no entanto, perderem a sua articulação entre si. Temos assim, um cenário em que *“comunidade, ordem e controlo eram implementados na organização espacial.”*³⁶¹. Podemos assim extrapolar um modelo conceptual semelhante para o castelo de Pombal. Propomos, assim, a subdivisão das estruturas que circundavam o pátio do castelo em quatro grandes áreas funcionais: **habitacional, de subsistência, militar e religiosa**. Estas quatro são interdependentes e estão representadas na própria estrutura do castelo, não podendo uma funcionar sem outra.

Não nos parece muito provável que ao longo dos séculos se fossem alterando estas áreas de forma muito significativa, mantendo-se por exemplo as dependências

³⁵⁷ No anexo 8.2.1, fotos 13 (DGPC/SIPA, FOTO 00077386), 30 (DGPC/SIPA, FOTO 00077404) e 55 (DGPC/SIPA, FOTO 00077467).

³⁵⁸ GONÇALVES, 2006: 231.

³⁵⁹ EUSÉBIO, 2007: 73.

³⁶⁰ No anexo 8.3.4, figura 12.

³⁶¹ Tradução nossa; MOL, 2012: 103.

habitacionais na mesma área, isto devido às limitações existentes no espaço que não poderiam permitir alterações excessivamente significativas sem alterar a própria configuração do castelo, que como sabemos através da observação do seu perímetro, manteve sempre a mesma configuração, não havendo indícios do contrário.

No que diz respeito ao aspeto habitacional, através dos dois documentos que já referimos, sabemos que as **áreas de habitação** se localizavam na margem oeste do pátio do castelo, abrangendo um espaço junto do pano de muralha 3, do torreão D, do pano de muralha 4, torreão E, e de uma porção do pano de muralha 5. Daqui podemos concluir que essa zona seria bastante propícia, mesmo no século XII, a ser uma área de habitação, tendo em conta fatores como é o caso da exposição solar. Podemos sugerir assim, que a área de dormitório dos freires se localizaria sensivelmente na parte oeste do pátio do castelo. Esta estrutura seria partilhada por todos os freires, pois, segundo as normativas da Ordem, o espaço para dormir teria de ser comum³⁶².

Sobre o aspeto de subsistência do castelo, teria de existir um **espaço para comer** que, tal como o dormitório, também seria comum³⁶³, existindo assim um **refeitório** onde os freires partilhavam os momentos de refeição. Este elemento estava em articulação com o dormitório, permitindo que os freires se deslocassem facilmente do dormitório para o refeitório e vice-versa. Desta forma, parece-nos plausível a hipótese de se situar perto do pano de muralha 5, onde se passou a situar mais tarde a porta a noroeste.

Para confecionar as refeições seria necessária uma **cozinha**. O melhor indício para detetar esta área é através da localização das bocas de cisterna. A proximidade à água teria de ser suficiente para que esta pudesse ser transportada para a mesma. A área de melhor acesso às bocas de cisterna está na parte mais a norte do castelo, abrangendo uma área que se compreende junto de uma porção do pano de muralha 5, do torreão F, do pano de muralha 6 e do torreão G, sendo o mais provável ter-se

³⁶² BOAS, 2006: 156; MOL, 2012: 103.

³⁶³ BOAS, 2006: 159-160; MOL, 2012: 103, 173; COSTA, 2019: 98.

localizado aí uma estrutura que necessitasse de utilizar a água. Além desse aspeto, a cozinha também teria de estar conectada ao refeitório por razões práticas.

O **armazenamento de bens essenciais**³⁶⁴ é algo que qualquer fortificação teria em conta. Sem comida para alimentar a guarnição, o gado e os cavalos, não seria possível subsistir no dia-a-dia, e muito mais dificilmente o seria em caso de cerco. Assim, teria de existir uma área ou mais que pudessem ser usadas para guardar os bens e conservá-los das condições ambientais através dos meios que estavam disponíveis na época. Os bens essenciais teriam de estar próximos da cozinha e abrigados da exposição solar. Ao mesmo tempo, parece-nos plausível que teria de estar mais distante do espaço religioso e habitacional.

Como aqui estamos a tratar de um castelo, não podemos excluir que existiria uma **área para fins militares**, que estaria circunscrita ao **pátio** (que serviria para treino dos freires-cavaleiros, pois era o único espaço aberto do castelo), **uma zona de armazenamento de armas e estábulos**³⁶⁵.

Outro elemento que nos parece bastante plausível de ter existido e que se encaixa no contexto de uma vida monástica, sendo observado noutros casos é a **Sala do Capítulo**, ou seja, um tipo de divisão existente em estruturas monásticas e em castelos das ordens militares³⁶⁶ para que os freires se pudessem reunir.

Pretendemos que este panorama aqui apresentado nos permita conjeturar, com base num modelo de castelo-mosteiro, o tipo de estrutura que em Pombal existiria nesta primeira fase construtiva. Estes elementos que sabemos que existiriam noutros castelos, nomeadamente no Oriente Latino, entre as construções da Ordem do Templo, permitem-nos assim inferir uma visão geral de como este seria. Não podemos precisar a posição dos estábulos, da casa do capítulo ou do armazenamento de bens. No entanto,

³⁶⁴ BOAS, 2006: 163-164.

³⁶⁵ BOAS, 2006: 164.

³⁶⁶ BOAS, 2006: 155; MOL, 2012: 175.

parece-nos razoável apresentar uma proposta das posições gerais do dormitório, refeitório e cozinha, tendo como base a posição da capela e das bocas de cisterna³⁶⁷.

Descritos os elementos referentes a uma primeira fase construtiva, que podemos compreender entre 1156-1159, podemos agora proceder à descrição de uma segunda fase construtiva que sabemos estar concluída em 1171.

Como já tivemos a oportunidade de referir, durante a década de 60 do séc. XII³⁶⁸, os esforços construtivos da Ordem do Templo foram concentrados em Tomar, deixando para segundo plano outras construções, incluindo o castelo de Pombal, que já teria os elementos essenciais para se constituir como uma fortificação plenamente operacional. Todavia, sabemos que houve um esforço por parte de Gualdim Pais para dotar as fortificações templárias de elementos defensivos de vanguarda, nisto incluindo-se a torre de menagem.

Temos conhecimento que, segundo as fontes epigráficas disponíveis³⁶⁹, a torre de menagem do castelo de Pombal estava já construída no ano de 1171, sendo coeva do castelo de Almourol³⁷⁰. Não sabemos quanto tempo terá demorado a ser construída, mas podemos estimar um espaço de tempo aproximado, baseando-nos no facto de que os recursos da Ordem do Templo já estariam mais disponíveis a partir de 1170, data em que o castelo de Tomar já estaria concluído. Tendo em conta este facto, podemos inferir o início da construção por volta dessa data, ficando concluída no ano de 1171, data presente nas inscrições comemorativas das construções das torres de menagem de Pombal e Almourol.

5.2. Reformas defensivas- Sécs. XIII e XIV

³⁶⁷ No anexo 8.3.4, figura 13.

³⁶⁸ BARROCA, 1996/1997: 179.

³⁶⁹ BARROCA, 2000: 348-361 (inscrição nº136); BARROCA, 2017a: 416-430 (inscrição nº 157).

³⁷⁰ BARROCA, 2000: 361-367 (inscrição nº 137); BARROCA, 2017a: 430-437 (inscrição nº 158).

Em finais do séc. XII, o castelo que encontramos em Pombal, era um recinto de tipo claustro fortificado, com todos os elementos anteriormente descritos. Ainda não possuía recintos defensivos exteriores, pois a estrutura era suficientemente robusta para resistir aos desafios defensivos do séc. XII e incentivar a implantação de uma povoação junto do mesmo, como pode ser confirmado pelas concessões de foral em 1174 e 1176³⁷¹.

O mestre Gualdim Pais viria a falecer a 13 de outubro de 1195³⁷², deixando uma enorme herança de inovações construtivas e tendo garantido a o desenvolvimento e segurança de várias povoações enquanto liderava a Ordem do Templo em território português. Seguiu-se no comando dos templários, D. Lopo Fernandes que não terá exercido as suas responsabilidades durante mais de cinco anos, registando-se apenas algumas doações, não sendo o seu impacto notório devido à curta duração do exercício do seu cargo.

No século seguinte, registamos um hiato do ponto de vista documental não se encontrando referências documentais para o castelo. Sabemos que à frente da Ordem do Templo, já em 23 de janeiro de 1206, encontrava-se D. Fernando Dias, sendo sucedido pouco tempo depois por D. Gomes Ramires, que já era mestre da Ordem em setembro de 1208³⁷³.

No entanto, através das cronologias em que certos elementos defensivos foram introduzidos em Portugal podemos datá-los desse século. Para essa altura, o primeiro aspeto a ter em conta para o castelo de Pombal é a barbacã de porta situada em frente à sua entrada a sudeste. No princípio desse século ainda se faziam sentir os efeitos da incursão de al-Mansur que colocou à prova o castelo de Tomar no cerco de 1190. Daí poderá ter-se concluído que o castelo de Pombal não estaria imune à possibilidade de

³⁷¹ PMH, Leges: 398-399; 404-405.

³⁷² BARROCA, 2000: 522-527 (inscrição nº 203); BARROCA, 2017a: 636-643 (inscrição nº 231).

³⁷³ BARROCA, 1996/1997: 181.

um ataque do mesmo tipo, surgindo daí a necessidade de melhorias defensivas no exterior do perímetro do castelo.

Este elemento terá sido difundido na segunda metade desse século, e servia normalmente como uma forma de reforçar defensivamente alguns pontos estratégicos de um castelo, como era o caso das torres de menagem e das portas³⁷⁴. No nosso caso de estudo, serviria como primeiro obstáculo às forças atacantes que tentassem avançar na direção da porta³⁷⁵, que está também próxima da área onde se localiza a torre de menagem. Usava-se também como um ponto de onde as forças sitiadas podiam efetuar tiro através das suas seteiras.

Da mesma época poderão ser também as cinturas de barbacã que podemos observar hoje em dia na planta do castelo, assemelhando-se aos castelos concêntricos que apresentam duas ou mais linhas de muralha a rodear o seu perímetro³⁷⁶.

A sudeste, encontramos hoje em dia, uma linha de barbacã com três torreões junto à igreja de Santa Maria que poderá ser um vestígio desse tipo de reforço defensivo.

Sabemos que esta solução já era utilizada no Oriente Latino, e que os Cruzados já teriam contactado com este tipo de construção durante a Primeira Cruzada³⁷⁷. Em Portugal, a sua introdução foi relativamente tardia, registando-se os primeiros exemplos de utilização desta solução no século XIII, ao contrário do que era sugerido há pouco tempo, em que se pensava que teria sido introduzida no nosso território no séc. XIV³⁷⁸. Portanto, será possível que algum tipo de reforço defensivo no exterior da muralha castelo pudesse ter sido empreendido nesse século, não podendo precisar qual a sua extensão ou se poderá corresponder a alguma das barbacãs existentes no castelo.

³⁷⁴ MARTINS, 2016: 28.

³⁷⁵ No anexo, 8.2.3, figura 8.

³⁷⁶ No anexo, 8.2.3, figuras 9 e 10.

³⁷⁷ BOAS, 2006: 175-176.

³⁷⁸ MARTINS, 2016: 28.

5.3. Um castelo da Ordem de Cristo – Séc. XIV

A 13 de outubro de 1307, dá-se a prisão dos templários presentes em França, por Ordem do rei Filipe IV. No decorrer das acusações imputadas à Ordem do Templo e de discussões decorridas sobre que destino lhe dar, o papa Clemente V decreta a sua extinção pela bula *Vox in excelso*, a 22 de março de 1312³⁷⁹. A 2 de maio do mesmo ano, o papa ordena a transferência dos bens templários para a Ordem do Hospital³⁸⁰.

Sabemos que a 1 de maio de 1309, Lourenço Martins era o procurador-geral da Ordem do Templo em Portugal, e comendador de Pombal e Santarém³⁸¹. Portanto, nessa altura teria residência dentro do castelo de Pombal numa altura em que estava eminente a sua extinção.

Em Portugal, a extinção da Ordem do Templo assume contornos bastante diferentes. Inicialmente, D. Dinis garantiu que os bens da Ordem do Templo ficassem nas mãos da Coroa. Posteriormente, a Ordem de Cristo é criada a 14 de março de 1319 através da bula *Ad ea ex quibus* do papa João XXII³⁸². A 24 de junho do mesmo ano, D. Dinis decreta que todos os castelos e lugares da Ordem do Templo deviam ser doados à recém-fundada Ordem de Cristo³⁸³.

Na sequência da criação desta nova Ordem Militar, o castelo de Pombal passava a ser parte do património da mesma. Daqui terá surgido a necessidade de algum tipo de adaptação, nomeadamente da parte habitacional do castelo, pois apesar da Ordem de Cristo ser herdeira patrimonial da Ordem do Templo, a vivência no castelo não seria, a partir desse momento, a mesma.

Não temos dados documentais que nos permitam verificar quantos freires a Ordem do Templo teria no castelo de Pombal até ao momento da sua extinção. Sabemos, através de um documento de 1326, sete anos após a criação da Ordem de Cristo, que *“en Poonbal aia huu comendador caualeiro e mantenha consigo huum*

³⁷⁹ COSTA, 2019: 237.

³⁸⁰ COSTA, 2019: 237

³⁸¹ COSTA, 2019: 250.

³⁸² COSTA, 2019: 248.

³⁸³ GOMES, 2010: 82-84.

*caualeiro freyre, guisado de cavalos e darmas. e de, en cada huu ano, ao studo de Coinbra mil e oytocentas libras e as terças do anno, conuen a saber: por Natal e por Pascoa e por San Johanne. E esse comendador aia as rendas do tenporal e do Spiritual desse logo e paresse aos encarregos.*³⁸⁴. Portanto, no castelo de Pombal estariam dois efetivos da Ordem de Cristo, ou seja, o comendador acompanhado de um outro freire-cavaleiro. Em 1383, temos confirmação de que o Mestre da Ordem de Cristo mantinha aí a sua residência através da Carta de Procução do Concelho de Pombal às Cortes desse ano, que se deu *“dentro do Castelo da dicta vila nos Paaços umde pouosa o Meestre de Christos(...)*³⁸⁵. Assim, tendo havido uma adaptação do castelo a residência do comendador da Ordem de Cristo em Pombal, poderá ter-se dado no período que se compreende entre a doação de 1319 e 1326. Tal área habitacional, se tivermos em conta as de períodos posteriores que já aqui referimos, deverá ter-se localizado na parte Oeste do pátio do castelo, num espaço entre os torreões C e E nos quais se vai verificar a existência de área habitacional em épocas posteriores.

5.4. Reforma do Infante D. Henrique – Séc. XV

Numa altura em que o castelo de Pombal já estava há muito estruturado como espaço da Ordem de Cristo, esta construção não se manteve estática, conhecendo no séc. XV pelo menos uma intervenção.

Sabemos que o Infante D. Henrique na qualidade de mestre da Ordem de Cristo mandou fazer obras em vários lugares sob o governo da mesma. Entre essas obras, contam-se algumas igrejas que terá mandado construir ou reparar. Encontramos referência à preocupação que terá demonstrado com alguns lugares de culto como podemos verificar através de documento datado de 13 de novembro de 1460 que nos diz o seguinte: *“E, porque era muy deuoto da Virgem Marya, mandou fazer, aa sua honra, hua muy deuota casa de oraçom, hua legoa de Lixboa, acerco do mar, onde se*

³⁸⁴ EUSÉBIO, 2007: 262.

³⁸⁵ MARQUES, 1993: 269.

chama Restello, cuja enuocação se diz Sancta Marya de Belleem. E, em Poomball e em Soure, mandou fazer duas igrejas muy notaaees.”³⁸⁶. Ao lermos esta afirmação, e sabendo que o Infante “era muy deuoto da Virgem Marya”, a igreja de Pombal a quem o autor do documento se refere é provavelmente a igreja de Santa Maria do Castelo, cujos vestígios se encontram a sudeste do castelo fora das portas do mesmo. Gomes Eanes de Zurara, que escreveu este relato, diz-nos que o Infante “mandou fazer”, pressupondo que a igreja foi construída de raiz, não havendo registo histórico da sua existência anterior ao mestrado do Infante. No entanto, não se exclui a possibilidade de ter existido uma outra igreja mais antiga no mesmo local, ou de terem sido realizadas obras numa igreja já existente.

5.5. Reforma manuelina – o castelo segundo o Tombo de 1508

D. Manuel passou por Pombal no ano de 1506³⁸⁷. O castelo que aí encontrou estaria degradado, havendo necessidade de acomodar as suas funções que, nessa altura, estariam longe serem de cariz militar devido à perda do valor estratégico do castelo. Longe, já estavam também as práticas monásticas a que outrora a Ordem do Templo lhe havia devotado o espaço, tendo-se perdido, além do valor militar, o valor religioso do mesmo.

O monarca, que também tinha em seu poder a Ordem de Cristo, considerou de mais-valia uma reforma da estrutura. Pouco mais tarde, a 27 de março de 1508, o resultado dessas obras foi registado no *Tombo dos bens pertencentes à comenda de Pombal* que procura descrever o estado dos bens da mesma Ordem nesta região, e cuja descrição do castelo é bastante importante para formarmos uma ideia de como este seria nessa data:

“Tombo de pombal Villa da hordem de christos no bispado de cojmbra o qual tomo mandarom fazer frey dom joam pereira do conselho d el rey nosso senhor.comendador do pinheiro grande, e o bacharel frey diego do Rego do seu desembargo Visitadores da dicta hordem e meestrado de christos. Deputados pera ello pello dicto senhor Rey como regedor e gouernador e perpetuu aministrador da dita hordem. com consentimento [sic] do

³⁸⁶ *Monumenta Henricina*, doc.14, de 13 de novembro de 1460, p. 50.

³⁸⁷ PEDROSA, 2014: 14.

*capitolo geeral çellebrado no conuento da Villa de thomar aos çinquo dias do mes de dezembro do anno do senhor de mjl b^c.iij. feito per mym frey françisco capelãao do dicto senhor. Notairo appostolico e publico scrjuam da Visitaçom que pello dicto meestrado se fazia. Quando este tombo se mandou fazer./ a xxvij de março de b^c.viiij^o *

Jesus

tem primeiramente a hordem na dicta villa de pombal tres egrejas curadas e duas hermidas fora das quaaes egrejas e hermidas largamente se faz mençom no proçesso das visiaçõoes. Na visitaçom das ditas egrejas que se fez quando este tombo se mandou fazer:

açima da dita villa em huu cabeça. Tem a hordem huu castelo feroso e forte. cuja entrada he per huu baluarten que estaa junto da porta prinçipal da igreja de santa maria. o qual castello he bemçercado de boom muro ameado. e baluartes a logares asi aa entrada prinçipal como aa entrada da porta noua e tem outro baluarte atrauees da porta da treiçom e chama se o baluarte da redinha

dentro na çerca e muro do dito castello. Tem huua torre de menagem forte e de bõoa altura de tres sobrados e huu terreiro lageado. e no meyo huua grande çisterna com seu bocal de canto laurado./

*aa mão seestra da entrada do dito terreiro. Estaa huu apousamento a que sobem per huua escaada de pedra com seu mainel bem obrada. e logo huua salla de bõoa grandura oliuellada de pinho em tres painees. e nella tres janellas. huua no muro ferrada e junto della huua chamjnee de pedraria. e as outras duas janellas sobre o terreiro outrosi ferradas./ E junto da dicta chaminee. Huua casa d aboueda ladrilhada: *

aa mão seestra da entrada da dita salla tem huua camera oliuellada de pinho sobre as asnas com huua janella ferrada. e junto della huua chaminee de pedraria. e outra casa d aboueda./

aa mão direita da dita salla. tem outra camera grande oliuellada. com sua janella e chaminee. e aalem desta tem outra camera asi oliuellada sobre as asnas e outra casa d aboueda e outra janella ferrada contra a villa da parte do norte./

aa mão direita da dita camera. estaa huua grande casa bem madeirada. E tem mujtos repartimentos. Telhada de telha vãa e no cabo della huua chamjnee./

todas estas casas. leuam suas logeas per baixo./

ao pee da dita torre da menagem tem huua grande estrebaria com suas manjadoiras. e junto com ella huua casa armada sobre esteos e arcos que serue de palheiro

aa mão seestra da entrada da torre da menagem estaa huua capeella da jnuacaçom de sam miguel aliuellada e ladrilhada e bem guarneçida. E nella huua bõoa jmagem de pedra bem pintada:

e sobre a porta principal. huua casa de bemguarda. e outra sobre a dita capeella ladrilhada.

aalem da dita capeella outra casa argamassa com sua chaminee e huua janella pequena ao ponente e debaixo della huua logea./

ao pee da dita torre. Outra casa ladrilhada e mal \\ madeirada. Com quatro janellas pequenas e huua chamjnee de barro velha./

dentro na dita çerca honde se chama a adega do meestre estaa huu pomar em que estam figueiras maçeyras. pereiras. pereiros e outras aruores de fruito

E antre este pomar e a seruintia do castello estaa huu baluarte pequeno em que se estam dous açipestres e huua palmeira e çidreiras e limoeiros e alegretes:

as sobreditas cameras e casas som ora de nouo feitas e repairadas. aa custa d el rey nosso senhor.”³⁸⁸.

Podemos assim, perceber a importância deste testemunho, que regista a adaptação do castelo a funções puramente residenciais, domésticas e de subsistência que serviriam o alcaide-mor do castelo e a sua família. Essas funções já estavam bem patententes desde o séc. XIV, que como já referimos, já era residência do mestre da Ordem de Cristo. Com este documento, sabemos o que existiria com bastante detalhe, e que a sua estrutura abrigaria provavelmente, mais gente do que em épocas anteriores tendo em conta que, além do alcaide-mor e da sua família, também aqui habitariam outras pessoas que facilitariam a manutenção do castelo, como pode ser constatado pelo número de divisões referidas no documento anteriormente transcrito. Passaremos de seguida a explicar com mais detalhe alguns aspetos desta descrição.

É notado que o castelo se encontra num ponto alto acima da vila (“*açima da dita villa em huu cabeço. tem a hordem um castello fermoso e forte.*”). É descrito que a entrada se faz pela porta a sudeste (“*cuja entrada he per huu baluarte que estaa junto da porta principal da igreja de santa maria.*”), sendo este “baluarte”, muito provavelmente, um dos torreões que ladeiam a referida porta (o torreão A ou o torreão J), ou a barbacã de porta. O autor aqui não nos deixa explícito a que tipo de estrutura é que se estaria a referir.

³⁸⁸ GONÇALVES, 2006: 229-231.

O facto de a muralha ser ameada e possuir torreões e barbacã é notada na descrição quando faz a seguinte referência: *“o qual castello he bemçercado de boom muro ameado. e baluartes”*. Estes “baluartes”, ou seja, torreões ou barbacãs, pois não podemos precisar o que seriam, estariam *“asi aa entrada principal como aa entrada da porta noua”*, portanto, perto de ambas as portas a sudeste e noroeste, onde podemos observar tanto torreões que as ladeiam como linhas de barbacã que as antecedem. É acrescentado ainda o facto de que existe *“outro baluarte atrauees da porta da treição e chama se o baluarte da redinha”*. Aqui, torna-se mais difícil precisar qual das duas portas corresponde à *“porta da treição”* e qual será este *“baluarte da redinha”*. Se interpretarmos esta porta da traição como sendo a porta sudeste, o referido baluarte pode ser o torreão A, o torreão J ou a barbacã de porta. Se tomarmos a descrição como sendo referente à porta noroeste, podemos estar perante a referência aos torreões E ou F ou a barbacã que antecede esta entrada.

Os primeiros elementos que o autor do Tombo de 1508 nota *“dentro na çerca e muro do dito castello”* são a torre de menagem e a cisterna. Refere uma torre de menagem robusta com três andares e um espaço do pátio com pavimento em pedra (*“Tem huua torre de menagem forte e de bõoa altura de tres sobrados e huu terreiro lageado”*), e a cisterna no no pátio do castelo (*“e no meyo huua grande çisterna com seu bocal de canto laurado”*).

Ao entrar pela porta sudeste, do lado esquerdo, encontrava-se um alojamento com escada de pedra levando a uma sala espaçosa com painéis de pinho e três janelas, uma delas aberta no muro perto de uma chaminé de pedra, com as outras duas voltadas para o pátio, todas elas com grades em ferro. Assinale-se que no pano de muralha 3 ainda se observa uma das janelas com indícios de utilização de tirantes de ferro. Perto da chaminé existia uma casa com abóbada e ladrilho (*“aa mão seestra da entrada do dito terreiro. Estaa huua apousamento a que sobem per huua escaada de pedra com seu mainel bem obrada. e logo huua salla de bõoa grandura oliuellada de pinho em tres painees. e nella tres janellas. huua no muro ferrada e junto della huua chamjnee de pedraria. e as outras duas janellas sobre o terreiro outrosi ferradas./ E junto da dicta chaminee. Huua casa d aboueda ladrilhada”*).

À esquerda da anterior estrutura existiria uma outra divisão, que possuiria uma janela com tirantes de ferro (*"a mão seestra da entrada da dita salla tem huua camera oliuellada de pinho sobre as asnas com huua janella ferrada"*), tendo uma chaminé, e também outra casa perto desta (*"huua chaminee de pedraria. e outra casa d aboueda"*).

Do lado direito do anterior alojamento, existiria outra divisão com janela e chaminé, tendo outro compartimento acima das suas asnas, com outra divisão com abóbada e uma janela voltada para norte (*"aa mão direita da dita salla. tem outra camera grande oliuellada. com sua janella e chaminee. e alem desta tem outra camera asi oliuellada sobre as asnas e outra casa d aboueda e outra janella ferrada contra a villa da parte do norte."*). À direita desta última, teria uma casa de madeira com vários compartimentos, telhado e chaminé (*"aa mão direita da dita camera. estaa huua grande casa bem madeirada. E tem mujtos repartimentos. Telhada de telha vãa e no cabo della huua chamjnee"*). Refere ainda, que todas estas divisões têm rés-do-chão, o que significa toda a descrição têm como foco o primeiro andar (*"todas estas casas. leuam suas logeas per baixo."*).

Perto da torre de menagem estaria o estábulo e um palheiro (*"ao pee da dita torre da menagem tem huua grande estrebaria com suas manjadoiras. e junto com ella huua casa armada sobre esteos e arcos que serue de palheiro"*).

À esquerda da torre de menagem localizava-se a capela dedicada a S. Miguel (*"aa mão seestra da entrada da torre da menagem estaa huua capeella da jnuacaçom de sam miguel aliuellada e ladrilhada e bem guarneçada. E nella huua bõoa jmagem de pedra bem pintada"*).

O relato segue com uma descrição que parece referir-se a um dos torreões perto da porta sudeste (*"e sobre a porta prinçipal. huua casa de bemguarda"*).

Perto da capela de S. Miguel localizar-se-ia uma outra *"casa de bemguarda"* (*"e outra sobre a dita capeella ladrilhada"*), sendo muito provavelmente o torreão I. E acima desta pequena estrutura religiosa, uma casa de argamassa com rés-do-chão e primeiro andar, com chaminé e uma janela voltada a oeste (*"alem da dita capeella outra casa"*).

argamassada com sua chaminee e huua janella pequena ao ponente e debaixo della huua logea.”).

Ao pé da torre de menagem existiria uma outra casa com ladrilho e madeira com quatro janelas e uma chaminé de barro (*“ao pee da dita torre. Outra casa ladrilhada e mal \\ madeirada. Com quatro janellas pequenas e huua chamjnee de barro velha.”*).

Este tombo oferece-nos ainda a notícia da existência de um pequeno pomar e jardim (*“dentro na dita çerca honde se chama a adega do meestre estaa huu pomar em que estam figueiras maçeyras. pereiras. pereiros e outras aruores de fruto”/ E antre este pomar e a seruintia do castello estaa huu baluarte pequeno em que se estam dous açipestres e huua palmeira e çidreiras e limoeiros e alegretes”*).

Esta descrição termina salientando que os elementos descritos foram construídos e reparados por ordem do Rei D. Manuel (*“as sobreditas cameras e casas som ora de nouo feitas e repairadas. aa custa d el rey nosso senhor.”*).

Analisada esta descrição, parece-nos plausível a conjectura presente no anexo 8.3.4 deste trabalho no qual demonstramos a distribuição espacial dos diferentes elementos segundo a nossa interpretação³⁸⁹.

5.6. O castelo segundo o Tombo de 1663

Em 1663, encontramos a seguinte descrição do castelo:

“ao dicto Castello se entra por duas portas por huma das quais se vay por hum baluarte que juncto da Igreja de Nossa Senhora está; a outra hé de hum portado novo de cantaria lavrada que cay sobre a villa na verga do qual portal estam esculpidas as armas do Reyno e sobre ellas há huma crux de Christo e entrando pella porta do dito baluarte vay hum grande patio e recibimento no qual está hum posso de systema que empreza a agoa per a banda dereyta do dito patio vay hum jardim cerrado de muitas arvores de espinho e do dito patio nasse huma escada larga de pedradria por que se sobe aos altos do dito apovento e Castello no simo da qual escada está huma varanda coberta sobre cumunas de pedra e forrada de pinho e nella hum portal de cantaria lavrada por que se entra a huma formozza sala que tem doze varas de comprido e des de largo toda forrada

³⁸⁹ No anexo, 8.3.4, figura 14.

de pinho com huns tirantes de ferro; e tem huma janela de grades de grande vista para a banda do sul, levante e puente e huma boa chaminé de cantaria e por baixo sua logia da mesma grandeza e logo no mesmo andar da dita sala a má esquerda della quando entram está huma camara boa forrada de pinho de boa maneyra; tem outra janela vaza da mesma vista da outra sala com outra boa chaminé, tem seis varas e meya de comprido e cinco e meyo por onde vay a hum baluarte do dito castello, e por baixo tinha huma logia da dita grandeza: Item pella entrada da dita sala há mão dereyta tem outra caza no mesmo andar della que serve outro sim de camara forrada do mesmo pinho com huma janella de cantaria para o pateo e outra para hum baluarte tem cinco varas e meya de comprido e o mesmo de largo; de baxo desta tinha outra caza outro sim forrada de pinho toalhada de taboado; em o andar do páteo com sua serventia pera elle; e a dita camara tinha huma chaminé de cantaria pello mesmo andar da camara atras; tem outra camara forrada do mesmo pinho com huma janela de grades de ferro toda cerrada que cae sobre a villa, e outra porta que vay para outro baluarte; tem de comprido cinco varas e meya e quatro de largo e tem huma logia por baxo da mesma grandeza que servia de lenha

= Item tem no mesmo andar outra caza de mulheres tilhada de telha vam com muitos repartimentos e no cabo della tem huma dispença e cozinha, que toda a caza junctamente tem dezanove varas de comprido e seis de largo; e as logias de baxo que servem de pouzadas de homens da mesma grandeza; e a dita caza de sima tinha janela de alvanaria que cahe sobre o jardim e outra janella para hum baluarte:

Item no dito patio tinha huma caza terrea que servia de estrevaria de pedra e cal telhada de telha vam que tem de comprido nove varas e cinco de largo com suas mangedouras bem conservadas; junto desta estrevaria pegado com ella tem outra caza que serve de forno de pedra e cal e telha vam tem de comprido quatro varas e de largo duas e meyas com seu forno; Item entrando pella torre de Menagem e caza da cadeya no andar da esquada a mão direita digo esquerda della está huma Irmida do bem aventurado Sam Miguel com seu altar levantado e nelle huma Imagem de pedra do dito Santo hé forrada e pintada toda de obra romana assim o forro como as paredes tem huma fresta para a banda do levante, tem de comprido tres varas e de largo duas e meya, dezia se na dita capella missa quando o comendador a mandava dizer, ou qualquer outra pessoa por sua devossam, e em sima desta capella vay huma cazinha do seu tamanho forrada de telha vã;

Item sobindo pella mesma escada arriba entram em huma caza em que vive o Alcayde pequeno a qual caza hé de telha vã tem de comprido sete varas e meya, e de largo per hma parte seis varas, e por outro outto, tem duas janellas huma para o norte, e outra para o sul de avanaria no andar desta caza assim entrando a mão dereyta tem huma camara em que outro sim vive o Alcayde de telha vã que de comprido tem quatro varas, e de largo tres com huma janella de pedra e cal que cahe sobre a villa neste mesmo andar está a torre de menagem dentro da qual estão os presos que tem de vão e cumprido cinco varas e largo quatro e meya e de baxo desta dita torre está outro sobrado a chamão Aljube que hé do mesmo tamanho; e mais de baxo há huma logia que não serve de couza alguma e tudo hé da dita torre de baxo da caza do dito Alcayde pequeno há outra logia

da mesma grandeza que serve de palheyro as quais cazas todas estavam dentro do dito castello que as cercava estava neste tempo mal reparado e sem artelharía e tem por fora sua barbação, e tem duas portas pequenas e huma das de Frey João.”³⁹⁰

Esta descrição, que data de 1663, mas que está presente numa transcrição feita em 1733 no *Tombo da Commenda de S. Martinho da Villa de Pombal*³⁹¹, apresenta alguns elementos que já estavam presentes na descrição feita em 1508. No entanto, difere, por ser mais detalhada e por nos apresentar medidas dos vários elementos aí presentes. A existência, não só da localização das diferentes estruturas, mas também das medidas (em varas) permite-nos formular um panorama mais ou menos preciso do estado do castelo em 1663.

Neste relato, cuja linguagem do séc. XVII pode causar algumas dificuldades de interpretação, achamos aqui necessário fazer um comentário que facilite a sua compreensão e nos elucide em relação ao que o autor nos transmite no mesmo.

O relato começa por referir a existência de duas portas pelas quais se pode entrar no castelo. Sabemos que estas são as que podemos observar hoje: a sudeste, que seria a original, e a porta a noroeste que foi aberta durante a intervenção feita na época de D. Manuel. A estas se refere o autor quando diz que por uma das portas se entra passando “*por hum baluarte que junto da Igreja de Nossa Senhora está*”. O referido “baluarte” será provavelmente um dos torreões mais próximos da igreja de Santa Maria do Castelo: o **torreão J** ou um dos que se podem observar na barbacã exterior que possui os **torreões K, L e M**, ou a barbacã que a antecede. Sobre a segunda porta, da época de D. Manuel, o autor diz-nos que era “*de hum portado novo de cantaria lavrada que cay sobre a villa na verga do qual portal estam esculpidas as armas do Reyno e sobre ellas há huma crux de Christo*”, fazendo referência às armas de D. Manuel que encimam a parte exterior da porta **no pano de muralha 5**.

Ao entrar no castelo, o autor da descrição deparou-se, em primeiro lugar, com “*hum grande patio e recibimento no qual está hum posso de systema que empresa a*

³⁹⁰ EUSÉBIO, 2007: 72-73.

³⁹¹ PEDROSA, 2014: 16.

agoa”, sendo o pátio e as bocas de cisterna que hoje em dia podemos observar logo que entramos pela mesma porta. Do lado direito do pátio, observou *“hum jardim cerrado de muitas arvores de espinho”*. Do pátio se subiria por uma *“escada larga de pedraria”* pela qual se poderia aceder *“aos altos do dito apozeno e Castello”*. Portanto, existiria uma larga escada que permitiria através do pátio, aceder a um nível superior do castelo. Esta escada não nos parece ser o mesmo caminho, junto **ao pano de muralha 8**, que possibilita o acesso ao nível mais alto do pátio onde se encontra a torre de menagem. Parece-nos sim, que poderá ter sido outra que hoje não existe e que se localizaria à direita do pátio. De qualquer das formas, quando o autor nos diz que se acederia *“aos altos do dito apozeno”*, deixa patente que tal acesso pertencia à parte habitacional do castelo, o que nos remete para a parte oeste do castelo onde está o **pano de muralha 4**. No alto dessa escada estava uma varanda coberta que assentaria em colunas de pedra, ou como nos diz a descrição: *“no cimo da qual escada está huma varanda coberta sobre culumnas de pedra”*. Essa varanda era *“forrada de pinho”*, e nela encontrava-se uma porta em pedra talhada (*“hum portal de cantaria lavrada”*) pelo qual se acedia a uma sala com *“doze varas de comprido e des de largo toda forrada de pinho e com huns tirantes de ferro”*. Fazendo a conversão das medidas em varas, podemos estimar que esta sala teria 13,20 m de comprimento e 11 m de largura. Nesta divisão, havia uma janela com grades com *“vista para a banda do sul, levante e poente”*. Esta teria de estar voltada para o pátio para se conseguirem ver essas três direções, pois as janelas que hoje em dia podemos observar no **pano de muralha 4** estão voltadas para poente. Nessa mesma divisão existiria *“huma boa chaminé de cantaria”*. No andar de baixo, existia uma divisão com a mesma dimensão da primeira sala (*“por baixo sua logia da mesma grandeza”*), ou seja, também com 13,20 m de comprimento e 11 m de largura³⁹².

No primeiro andar, à esquerda da primeira sala, quando se entrava pela referida porta, encontrava-se uma outra divisão (*“huma camara boa forrada de pinho de boa maneira”*) que teria, como a anterior, uma chaminé e uma janela com a mesma vista, totalizando uma divisão com *“seis varas e meya de comprido e cinco e meyo”*, que são

³⁹² Veja-se a Estrutura 1 (a azul) no anexo 8.3.4, figura 15.

7,15 m de comprimento e 6,05 m de largura. Desta divisão dava para aceder a um dos torreões (*“por onde vay a hum baluarte do dito castello”*), que julgamos ser o torreão B. Por baixo desta divisão, tinha *“huma logia da dita grandeza”*, que seriam os mesmos 7,15 m de comprimento e 6,05 de largura³⁹³.

No primeiro andar, à direita da entrada da primeira sala, tinha uma *“camara forrada do mesmo pinho”* que tinha duas janelas: *“huma janela de cantaria para o pateo e outra para hum baluarte”*. Portanto, teria uma janela voltada para o pátio e outra para um torreão que sugerimos ser o torreão D. Esta divisão tinha *“sinco varas e meya de comprido e o mesmo de largo”*, que são 6,05 m de largura e 6,05 m de comprimento. O seu andar de baixo é descrito como uma *“caza outro sim forrada de pinho toalhada de taboado”*. Portanto, o seu forro era semelhante às outras divisões já descritas e o seu chão era de soalho. Daqui, dava para aceder ao pátio (*“em o andar do pateo com sua serventia para elle”*) e havia uma chaminé que passava pelo primeiro andar (*“e a dita camara tinha huma chaminé de cantaria pello mesmo andar da camara atras”*)³⁹⁴.

Unida às divisões anteriormente descritas existiria *“outra camara forrada do mesmo pinho”* no primeiro andar. Esta teria uma *“janela de grades de ferro toda cerrada que cae sobre a villa”* com acesso a um dos torreões (*“e outra porta que vay para outro baluarte”*), que julgamos ser o torreão E.. No rés-do-chão desta, tinha uma divisão para guardar a lenha (*“tem huma logia por baxo da mesma grandeza que servia de lenha”*). Estas são descritas como tendo *“de comprido sinco varas e meya e quatro de largo”*, o que significa que mediam, segundo o relato, 6,05 m de comprimento e 4,40 m de largura³⁹⁵.

Existia ainda uma *“caza de mulheres tilhada de telha vam com muitos repartimentos”* e que na sua ponta teria uma dispensa e uma cozinha (*“no cabo della tem huma dispença e cozinha”*). O seu andar de baixo serviria de *“pouzadas de homens”*. Teria uma dimensão de *“dezanove varas de comprido e seis de largo”*, que são 20,90 m

³⁹³ Veja-se a Estrutura 2 (a rosa) no anexo 8.3.4, figura 15.

³⁹⁴ Veja-se a Estrutura 3 (a bege) no anexo 8.3.4, figura 15.

³⁹⁵ Veja-se a Estrutura 4 (a castanho) no anexo 8.3.4, figura 15.

de comprimento e 6,60 m de largura. Esta teria no andar de cima uma janela com vista para o pátio e jardim (*“tinha janela de alvenaria que cahe sobre o jardim”*), e outra com vista para um torreão (*“e outra janella para hum baluarte”*), que propomos ser o G ou H³⁹⁶.

É referida a existência de uma casa de um só andar, caiada e feita de pedra com cobertura de telha vã e que funcionava como estábulo (*“no dito patio tinha uma caza terrea que servia de estrevaria de pedra e cal telhada de telha vam”*). Esta tinha *“de comprido nove varas sinco de largo”*, o que se traduz em 9,90 m de comprimento e 5,50 m de largura. Devido às suas dimensões e à proximidade da porta Noroeste, parece-nos possível que se localizasse junto do torreão F e pano de muralha 6³⁹⁷.

Junto ao estábulo, existia uma *“caza”* com as mesmas características que esse (*“de pedra e cal e telha vam”*). Esta *“servia de forno”*, e media *“de comprido quatro varas e de largo duas e meya com seu forno”*, o que é 4,40 m de comprimento e 2,75 m de largura³⁹⁸.

Sabemos que ainda existia a capela de S. Miguel, como já tivemos a oportunidade de referir noutro subcapítulo onde discutimos uma proposta da sua localização e as suas dimensões. O autor da descrição diz-nos que *“entrando pella torre de Menagem e caza da cadeya no andar da esquada a mão direita digo esquerda della está huma Irmida do bem aventurado Sam Miguel com seu altar levantado e nelle huma Imagem de pedra do dito Santo hé forrada e pintada toda de obra romana assim o forro como as paredes tem huma fresta para a banda do levante”*. Isto sugere-nos, como já referimos, a existência da capela do lado esquerdo da torre de menagem, tendo *“em cima desta capella vay huma cazinha do seu tamanho forrada de tela vã”*, ou seja, uma estrutura com as mesmas dimensões, que seriam, para ambas as construções, *“de comprido tres varas e de largo duas e meya”*. Assim, existiriam duas estruturas, cada uma com 3,30 m de comprimento e 2,75 m de largura, que estariam implantadas do

³⁹⁶ Veja-se a Estrutura 5 (a laranja) no anexo 8.3.4, figura 15.

³⁹⁷ Veja-se a Estrutura 6 (a verde escuro) no anexo 8.3.4, figura 15.

³⁹⁸ Veja-se a Estrutura 7 (a cinzento) no anexo 8.3.4, figura 15.

lado esquerdo da entrada da torre de menagem. Mais perto desta, teríamos uma pequena *“cazinha (...) forrada de telha vã”*³⁹⁹, e logo abaixo estaria a capela de S. Miguel⁴⁰⁰.

Ao subir por uma escada, encontraríamos uma casa em que viveria o *“Alcayde pequeno”*⁴⁰¹. Tinha *“de comprido sete varas e meya, e de largo por uma parte seis varas”*, traduzindo-se em 8,25 m de comprimento e 6,60m de largura. Esta estrutura teria duas janelas: uma com vista para norte e outra com vista para sul (*“tem duas janellas huma para o norte, e outra para o sul de alvanaria”*). No andar de cima deste edifício, viveria o Alcaide⁴⁰². Esse andar que tinha um comprimento de *“quatro varas, e de largo tres”*, ou seja, dimensões de 4,40 m comprimento por 3,30m de largura. Tinha uma janela com vista para a vila (*“huma janella de pedra e cal que cahe sobre a villa”*). O referido andar estaria ao nível da torre de menagem, portanto, implantado ao mesmo nível da parte superior da planta onde se encontra a mesma. De baixo da casa do *“Alcayde pequeno”* haveria ainda outro compartimento com a função de palheiro (*“de baxo da caza do dito Alcayde pequeno há outra logia da mesma grandeza que serve de palheyro”*).

Sobre a torre de menagem, são feitas algumas considerações pelo autor da descrição. É-nos dito que esta estrutura teria a função de prisão. Sabemos que era comum o piso mais baixo das torres de menagem serem usados como cárcere⁴⁰³. Na descrição dada no Tombo de S. Martinho, o autor descreve a torre de menagem do castelo de Pombal como *“torre de Menagem e caza da cadeya”*, e *“torre de menagem dentro da qual estão os prezos que tem de vão e cumprido cinco varas e de largo quatro e meya”*. O autor coloca assim esta construção com uma medida de 5,50 m de comprimento e 4,95 m de largura. Abaixo da torre estaria *“um sobrado a que chamão Aljube”* e que seria da mesma dimensão, havendo também um espaço sem função (*“e mais de baxo há huma logia que não serve de couza alguma”*).

³⁹⁹ Veja-se a Estrutura 10 (a vermelho) no anexo 8.3.4, figura 15.

⁴⁰⁰ Veja-se a Estrutura 8 (a verde claro) no anexo 8.3.4, figura 15.

⁴⁰¹ Veja-se a Estrutura 9 (a amarelo claro) no anexo 8.3.4, figura 15.

⁴⁰² Veja-se a Estrutura 11 (a amarelo escuro) no anexo 8.3.4, figura 15.

⁴⁰³ MARTINS, 2016: 42.

No final deste documento, é referida a presença de uma barbacã (*“e tem por fora sua barbação”*), fazendo referência à existência de *“duas portas pequenas e huma das Frey João”*, não sendo possível identificar a que porta se refere nesta última designação.

Em último lugar, esta preciosa descrição de 1663 deixa patente que o castelo se encontrava nessa altura em mau estado de preservação, provavelmente porque não teria sido alvo de reparações desde época em que D. Manuel tinha ordenado obras de remodelação do mesmo. Após a descrição de todos os elementos que aqui apresentamos, termina com a seguinte afirmação: *“estava neste tempo mal reparado e sem artilharia”*. Assim, o seu estado, já prenunciava o abandono a que estaria sujeito no século seguinte.

Com este relato que, como tivemos a oportunidade de abordar, tem a particularidade de apresentar dimensões aproximadas das estruturas, podemos fazer uma reconstituição aproximada do interior do castelo. O seu autor não nos diz como obteve as dimensões, que podemos afirmar que poderão não ser exatas, mas sim medidas aproximadas. No entanto, oferece-nos a oportunidade de aqui fazer uma proposta sobre a distribuição das estruturas segundo o tombo de 1663⁴⁰⁴, permitindo-nos uma comparação com o que nos é apresentado pela descrição de 1508⁴⁰⁵, oferecendo-nos assim uma panorâmica do percurso de 155 anos do castelo de Pombal desde uma data até à outra.

5.7. O abandono – Séc. XVIII

Após o final do séc. XVII começa a tornar-se cada vez mais evidente o estado de crescente degradação a que estaria sujeito o castelo, pois não assistiremos a mais obras até ao séc. XX, altura em que será alvo das intervenções da DGEMN.

⁴⁰⁴ No anexo 8.3.4, figura 15.

⁴⁰⁵ No anexo 8.3.4, figura 14.

O castelo de Pombal não era uma estrutura que teria a importância de outrora, tornando-se cada vez mais apenas um símbolo imponente que dominava do alto do seu monte a paisagem de Pombal. Isto não impediu que vários viajantes, tantos portugueses como estrangeiros, o notassem e fizessem algumas observações a seu respeito, sendo esses registos de viagem importantes para percebermos o seu estado.

Sabemos que em 1733 o castelo já se encontrava abandonado. Nessa data, presente no Tombo dos bens de S. Martinho, onde é feita a transcrição da descrição de 1663 que comentamos anteriormente, faz-se um breve apontamento após a referida: *“e no tempo prezente se acha o ditto castello ainda com mayores ruínas que nelle vão continuando por estar de todo desemparado sem habitação nem reparo algum, e ainda se conservão as armas de que acima se fez menção sobre a porta que cae para a parte desta villa”*⁴⁰⁶. Se, no ano de 1663 o castelo já se encontrava em mau estado de preservação, em 1733, a sua degradação tornava-se cada vez mais evidente. Recordamos, que as últimas obras a que este tinha sido sujeito deram-se no princípio do séc. XVI por ordem de D. Manuel, estando já concluídas em 1508 segundo a outra descrição que já tivemos a oportunidade de abordar. Havia, portanto, passado mais de dois séculos, e isso seria o suficiente para o castelo cair num estado de ruína.

O estado de degradação do castelo de Pombal viria posteriormente a ser confirmado por alguns viajantes que passaram pela vila, como poderemos constatar de seguida através de alguns relatos.

Em 1766, o milanês Giuseppe Gorani faz a seguinte descrição após passar pela vila: *“Pombal era um lugar considerável para a sua categoria e pitorescamente situado. A curta distância da vila observamos no cimo de uma colina as ruínas de um castelo que a defendeu.”*⁴⁰⁷. Pela sua observação, percebemos que este viajante não terá visitado o castelo, no entanto, é assinalado o facto de que seriam *“as ruínas de um castelo”*.

⁴⁰⁶ PEDROSA, 2014: 16.

⁴⁰⁷ GOMES; OLIVEIRA, 2012: 86.

No ano de 1774, o viajante britânico William Dalrymple refere no seu diário que *“neste lugar que pertence, e dá o título ao Marquês de Pombal, há um velho castelo assente num alto; fui informado que era digno de nota, mas eu estava muito cansado para o visitar”*⁴⁰⁸, não havendo nenhum elemento importante notado pelo viajante e que nos ajude a perceber o estado do castelo.

No relato do irlandês James Murphy, feito em 28 de janeiro de 1789, pelas 17 horas, este diz-nos que em Pombal existia *“pouca coisa ha que possa chamar a atenção do viajante, além de um castelo situado, como de costume, num alto e cujas ruínas não são suficientes a habilitar qualquer artista a fazer ideia do que foi esse castelo”*⁴⁰⁹.

O alemão Heinrich Friedrich Link, no ano de 1798, diz nas suas notas de viagem que Pombal tinha *“algumas belas casas e fica à beira de um rio numa região bem cultivada e muito alegre. Uma igreja dos Capuchinhos com uma célebre e milagreira imagem de Maria, as ruínas de um velho castelo destruído no cimo de uma colina”*⁴¹⁰.

Robert Southey, historiador e poeta britânico, residiu em Portugal em 1800 e 1801, e no seu diário descreve Pombal como *“uma pequena vila – ou antes uma aldeia – com um castelo arruinado”*⁴¹¹.

Posteriormente, já no séc. XIX, o advento das invasões francesas poderá ter impactado o castelo, mesmo este já estando em ruínas. Como descreve Joaquim Eusébio, *“As invasões provocam no Concelho a morte, a tortura, a pilhagem e a destruição.”*⁴¹². O mesmo autor sugere que o castelo terá sido *“dinamitado pelos sapadores do merechal Ney.”*⁴¹³, e reforça ainda a ideia de destruição da seguinte forma: *“O castelo é dinamitado. No morro escaldado ficam juntas as ruínas da fortaleza e da Igreja de S. Maria. Refira-se, no entanto, que já antes de 1811 era deplorável o seu*

⁴⁰⁸ Tradução nossa do relato presente em GOMES; OLIVEIRA, 2012: 86.

⁴⁰⁹ GOMES; OLIVEIRA, 2012: 87; PEDROSA, 2014: 16.

⁴¹⁰ GOMES; OLIVEIRA, 2012: 87.

⁴¹¹ Tradução nossa do relato presente em GOMES; OLIVEIRA, 2012: 87.

⁴¹² EUSÉBIO, 2007: 157

⁴¹³ EUSÉBIO, 2007: 156.

estado de conservação, conforme refere o Tombo de S. Martinho.”⁴¹⁴. Neste ponto, o autor não refere fontes que sugiram que o castelo tenha sido “dinamitado”, mas podemos aceitar que terá sido alvo de algum tipo de vandalização por parte do exército francês, no entanto, o castelo já se encontrava em ruínas, tornando mais difícil avaliar os possíveis estragos a que terá sido sujeito. Nelson Pedrosa diz-nos que “Um secular abandono deixa o castelo de Pombal entregue às forças depredadoras do tempo e à desagregadora acção humana, entrando num processo de ruína acelerado com as Invasões Francesas, cuja acção foi igualmente gravosa para a vila, saqueada e incendiada.”⁴¹⁵.

Assim o castelo de Pombal, viria a ficar em abandono até à primeira metade do século XX, altura em que surgiria o interesse por este símbolo implantado na paisagem pombalense.

5.8. O impacto da DGEMN – séc. XX

No início do séc. XX, o castelo era irreconhecível em relação a qualquer outro período da sua existência. A 23 de junho de 1910, mesmo estando em ruínas, é classificado como Monumento Nacional, antevendo a posterior valorização do lugar como símbolo histórico dos tempos de formação da nacionalidade.

Para um eficaz entendimento da profunda influência que os restauros da primeira metade do século tiveram no castelo de Pombal, os melhores recursos de que dispomos são o Boletim nº21 da DGEMN dedicado a este monumento, e os registos fotográficos publicados na plataforma do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) ⁴¹⁶, que englobam os que foram feitos pela DGEMN e dos quais nos auxiliamos para entender as diferenças existentes entre a anterioridade e a

⁴¹⁴ EUSÉBIO, 2007: 158.

⁴¹⁵ PEDROSA, 2014: 17.

⁴¹⁶ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3279 (consultado a 7 de outubro de 2022).

posterioridade do restauro. Portanto, usamos aqui essas fotografias, presentes no nosso apêndice fotográfico para melhor exemplificar essas alterações.

Começaremos por explicar as alterações junto à entrada sudeste e procederemos no sentido horário desde a face onde se encontra a porta sudeste. Faremos de seguida uma abordagem ao impacto desta intervenção no interior do mesmo, finalizando com uma abordagem às estruturas exteriores à muralha do castelo.

Nos registos fotográficos realizados pela DGEMN na parte sudeste do castelo⁴¹⁷ podemos observar o estado em que se encontrava toda a faixa que compreende os **torreões A, B, C e J** e os **panos de muralha 1, 2 e 10**. Numa foto posterior, foi registado o resultado da intervenção nessa área do castelo⁴¹⁸. Tendo estes registos como princípio para a nossa análise, observamos, em primeiro lugar, o **torreão J**, localizado à direita da porta sudeste. A sua face interna, à esquerda, estava destruída, fruto de uma derrocada que se terá dado devido ao abandono a que o castelo foi sujeito, deixado à mercê dos elementos da natureza. Em duas fotos de pormenor do **torreão J**⁴¹⁹ pode-se observar o crescimento de vegetação no seu interior e exterior, o que contribuiu para uma maior degradação da estrutura. Nesse mesmo registo ainda se observa uma seteira que se mantinha intacta e que serviria para fazer tiro para o exterior e para a base deste torreão a sudeste. Não possuía o seu terraço, que também havia derrocado, mas conservavam-se duas das ameias como se pode constatar através de outros registos que aqui já citamos⁴²⁰.

O **pano de muralha 10**, onde encontramos a porta principal do castelo, manteve-se mais ou menos intacto com a intervenção da DGEMN, exceto em dois aspetos: o formato da porta e nas ameias. Na fotografia anteriormente citada, vemos que antes da intervenção não existiam as ameias que podemos observar hoje em dia, e que o arco da

⁴¹⁷ No anexo 8.2.1, Fotos 9, 10, 34, 36, 38, 48 e 62 (DGPC/SIPA FOTO.00077381, DGPC/SIPA FOTO.00077382, DGPC/SIPA FOTO.00077408, DGPC/SIPA FOTO.00077410, DGPC/SIPA FOTO.00077412, DGPC/SIPA FOTO.00077422 e DGPC/SIPA FOTO.00077475).

⁴¹⁸ No anexo 8.2.1, Foto 63 (DGPC/SIPA FOTO.00077476).

⁴¹⁹ No anexo 8.2.1, Fotos 12 e 21 (DGPC/SIPA FOTO.00077385 e DGPC/SIPA FOTO.00077395).

⁴²⁰ No anexo 8.2.1, Foto 25 (DGPC/SIPA FOTO.00077399). Nesta foto, onde se observa toda esta fachada a sudeste, podemos ver de frente estas duas ameias no lado direito deste torreão.

porta tinha uma diferente configuração, assunto que já tivemos a oportunidade de abordar anteriormente neste trabalho⁴²¹.

O **torreão A** encontrava-se destruído⁴²², sendo a sua configuração atual quase totalmente fruto de reconstrução, como o podemos constatar através de comparação de fotografias que mostram esta secção do castelo num momento anterior à intervenção nessa área⁴²³, e num momento posterior ao restauro⁴²⁴. Apesar do seu estado, podemos perceber que os vestígios de alambor que podemos observar hoje em dia, tanto na base do **torreão A** como na base **pano de muralha 1**, eram mais proeminentes antes da intervenção da DGEMN. Por exemplo, em dois dos registos fotográficos, podemos observar que o alambor era mais saliente e de maior dimensão do que aquilo que hoje em dia podemos observar.⁴²⁵ Isto poderá sugerir que a solução de alambor que foi aqui utilizada seria coeva da primeira fase de construção do castelo (1156 a 1159), e anterior à torre de menagem, construída em 1171, tendo em conta que já se encontrava embutida na própria estrutura desta área do castelo de Pombal e não poderia ter sido acrescentada em obras posteriores, pois implicaria a demolição dessa área para se poder acrescentar o alambor.

O **torreão B** encontrava-se bastante completo, não tendo sofrido um significativo impacto ao longo do tempo. Antes do restauro mantinha a sua estrutura praticamente intacta⁴²⁶, excetuando as suas aberturas que apresentavam pedras colocadas no seu espaço⁴²⁷. Estas pedras colocadas entre as ameias viriam a ser retiradas e o seu topo reconstruído⁴²⁸.

O lado esquerdo do **pano de muralha 2** encontrava-se bastante degradado antes da intervenção da DGEMN. O facto de o **torreão C**, que lhe conecta, estar derrubado,

⁴²¹ No anexo 8.2.1, veja-se a diferença entre a Foto 46 (DGCP/SIPA FOTO.00077420) e a Foto 86 (DGCP/SIPA FOTO.00077499).

⁴²² No anexo 8.2.1, Fotos 24 e 29 (DGPC/SIPA FOTO.00077398 e DGPC/SIPA FOTO.00077403).

⁴²³ Entre outras: No anexo 8.2.1, Foto 62 (DGPC/SIPA FOTO.00077475).

⁴²⁴ Entre outras: No anexo 8.2.1, Foto 70 (DGPC/SIPA FOTO.00077483).

⁴²⁵ No anexo 8.2.1, Foto 46 e 48 (DGPC/SIPA FOTO.00077420 e DGPC/SIPA FOTO.00077422).

⁴²⁶ No anexo 8.2.1, Foto 10 (DGPC/SIPA FOTO.00077382).

⁴²⁷ No anexo 8.2.1, Foto 10 e 36 (DGPC/SIPA FOTO.00077382 e DGPC/SIPA FOTO.00077410).

⁴²⁸ No anexo 8.2.1, Foto 1 (DGPC/SIPA FOTO.00077371).

terá contribuído para a derrocada desse lado do referido pano de muralha⁴²⁹. A reconstrução do **pano de muralha 2** e do **torreão C** terá sido feita em paralelo⁴³⁰. Destaca-se o facto de o **torreão C** ter sido resultado de uma reconstrução completa da sua estrutura, desde a sua base até ao topo⁴³¹.

Só possuímos um registo fotográfico para o **pano de muralha 3** a partir do seu exterior por parte da DGEMN⁴³². Esta face também pode ser vista em alguns dos registos feitos a partir do interior do castelo⁴³³. Também, através de fotografias de antigos postais com data indeterminada, mas anteriores aos restauros, é possível observar o estado dessa face do castelo⁴³⁴. A sua integridade manteve-se ao longo do tempo excetuando as suas ameias que foram reconstruídas⁴³⁵. Este pano de muralha tem rasgadas na sua face duas janelas que terão pertencido às desaparecidas estruturas habitacionais que ocupavam esse lado do pátio. A integridade do **pano de muralha 3** manteve-se devido à robustez das janelas que terá ajudado a sustentar a sua estrutura.

O estado do **torreão D** antes do restauro pode ser observado a partir do exterior através de um registo já anteriormente referido⁴³⁶. Este, à semelhança de outros, encontrava-se completo com a exceção das suas ameias que haviam de lhe ser acrescentadas⁴³⁷.

Antes do restauro, o **pano de muralha 4** apresentava-se com a sua integridade estrutural particularmente intacta à exceção das suas ameias⁴³⁸ que, à semelhança de

⁴²⁹ No anexo 8.2.1, Foto 10 e 25 (DGPC/SIPA FOTO.00077382 e DGPC/SIPA FOTO.00077399).

⁴³⁰ No anexo 8.2.1, Foto 36 e 62 (DGPC/SIPA FOTO.00077410 e DGPC/SIPA FOTO.00077475).

⁴³¹ No anexo 8.2.1, Foto 62 e 63 (DGPC/SIPA FOTO.00077475 e DGPC/SIPA FOTO.00077476).

⁴³² No anexo 8.2.1, Foto 22 (DGPC/SIPA FOTO.00077396).

⁴³³ No anexo 8.2.1, Foto 51, 54 e 64 (DGPC/SIPA FOTO.00077462, DGPC/SIPA FOTO.00077465 e DGPC/SIPA FOTO.00077477).

⁴³⁴ <http://ww3.aeje.pt/avcultor/Avcultor/Postais/PombalPostais05.htm> (consultado a 8 de outubro de 2022). Vd. postais 7, 8, 11, 12, 14, 46 e 76 também presentes em anexo.

⁴³⁵ No anexo 8.2.1, Fotos 60, 66, 73 e 94 (DGPC/SIPA FOTO.00077473, DGPC/SIPA FOTO.00077479, DGPC/SIPA FOTO.00077486 e DGPC/SIPA FOTO.00541114).

⁴³⁶ No anexo 8.2.1, Foto 22 (DGPC/SIPA FOTO.00077396).

⁴³⁷ No anexo 8.2.1, Fotos 60, 66 e 94 (DGPC/SIPA FOTO.00077473, DGPC/SIPA FOTO.00077479 e DGPC/SIPA FOTO.00541114).

⁴³⁸ No anexo 8.2.1, Foto 22 (DGPC/SIPA FOTO.00077396).

outras zonas do castelo, viriam a ser reconstruídas⁴³⁹. Uma notável diferença, após a intervenção, pode ser observada na janela que aí se encontra rasgada, observando os registos fotográficos anteriormente referidos: a janela atual possui ajimez com brasão na sua parte superior voltado para o exterior, o que não se constata num momento anterior⁴⁴⁰. Assim, surge a questão de ser dessa janela a proveniência original desse elemento que terá provavelmente sido encontrado entre as ruínas do castelo aquando da limpeza no seu interior. No entanto, esse elemento encaixou no espaço da janela aquando do restauro, mas não podemos afirmar com certeza se aí lhe pertence, pois, a janela poderá ter sido adaptada para que aí pudesse ser colocado.

O **torreão E**, presente do lado direito da porta noroeste do castelo, encontrava-se em bom estado de conservação, tendo-lhe sido colocadas as ameias que lhe faltavam no seu topo. Antes de lhe ter sido rematado com as ameias que hoje se observam, constata-se que a sua altura foi nivelada para o mesmo nível dos panos de muralha que lhe são adjacentes⁴⁴¹.

No **pano de muralha 5**, observam-se alterações que nos oferecem uma diferente perspetiva em relação ao que hoje pode ser observado. Antes da intervenção da DGEMN, existiam duas janelas rasgadas nesta secção do castelo⁴⁴², tendo sido transformadas em seteiras⁴⁴³. Esta alteração fez com que desaparecessem dois importantes elementos associados à sua função habitacional, substituindo-os por elementos defensivos que não fazem sentido tendo em conta a existência de seteiras nos torreões que defenderiam a base dos panos de muralha.

⁴³⁹ No anexo 8.2.1, Fotos 60, 66 e 94 (DGPC/SIPA FOTO.00077473, DGPC/SIPA FOTO.00077479 e DGPC/SIPA FOTO.00541114).

⁴⁴⁰ Observe-se a janela do pano de muralha 4 o anexo 8.2.1, Foto 22 (DGPC/SIPA FOTO.00077396) e no postal 14 presente em <http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm> (consultado a 8 de outubro de 2022).

⁴⁴¹ Compare-se, no anexo 8.2.1, a Foto 22 (DGPC/SIPA FOTO.00077396) com as fotos 60, 66 e 94 (DGPC/SIPA FOTO.00077473, DGPC/SIPA FOTO.00077479 e DGPC/SIPA FOTO.00541114).

⁴⁴² Uma dessas janelas observa-se, no anexo 8.2.1, na Foto 54 (DGPC/SIPA FOTO.00077465) do lado direito da entrada para o torreão E. A outra janela pode ser vista, no anexo 8.2.1, na Foto 5 (DGPC/SIPA FOTO.00077375) do lado esquerdo da entrada para o torreão F. As duas janelas podem ser observadas, no anexo 8.2.1, nas Fotos 53 e 95 (DGPC/SIPA FOTO.00077464 e DGPC/SIPA FOTO.00828958).

⁴⁴³ No anexo 8.2.1, Foto 96 (DGPC/SIPA FOTO.00828959).

O **torreão F** manteve a sua estrutura intacta, da mesma forma que outros elementos que já tivemos a oportunidade de abordar, tendo sido necessário apenas acrescentar-lhe as ameias em falta⁴⁴⁴.

Hoje em dia, no **pano de muralha 6** existem duas seteiras. Não podemos afirmar com certeza se estas existiriam antes da intervenção da DGEMN. Quando observamos o único registo fotográfico que capta essa secção do castelo no exterior, estas não são perceptíveis⁴⁴⁵. E o único registo de pormenor existente, feito a partir do exterior, para esse pano de muralha só foi realizado após o restauro⁴⁴⁶. Atentando às fotografias realizadas a partir do interior do castelo, a dúvida persiste, pois, as seteiras do **pano de muralha 6** estão presentes antes de as janelas do **pano de muralha 5** serem convertidas em seteiras⁴⁴⁷. Assim, existem três possibilidades que nos parecem plausíveis: em primeiro lugar, é possível que não existisse nenhuma abertura neste pano de muralha, sendo abertas as seteiras no decorrer da intervenção; em segundo lugar, as seteiras já poderiam existir, levando a que se transformassem as janelas do **pano de muralha 5** para que fosse uniformizada toda esta secção do castelo; e por último, existe a possibilidade de, à semelhança do que aconteceu do **pano de muralha 5**, existirem aí janelas que foram convertidas em seteiras. A primeira possibilidade é a que nos parece mais provável quando atentamos a alguns dos postais antigos que já aqui apresentamos, onde não parece existir qualquer abertura no **pano de muralha 6** antes do restauro⁴⁴⁸. Um desenho de Gabriel Pereira feito entre 1871 e 1872⁴⁴⁹ também parece sugerir a inexistência de qualquer abertura neste pano de muralha. Aqui, além do que apresentamos anteriormente, e à semelhança do que aconteceu na maioria do

⁴⁴⁴ Compare-se, no anexo 8.2.1, Foto 22 (DGPC/SIPA FOTO.00077396) com Fotos 60, 66 e 94 (DGPC/SIPA FOTO.00077473, DGPC/SIPA FOTO.00077479 e DGPC/SIPA FOTO.00541114).

⁴⁴⁵ Observe-se à esquerda a porção perceptível do pano de muralha 6: No anexo 8.2.1, Foto 22 (DGPC/SIPA FOTO.00077396).

⁴⁴⁶ No anexo 8.2.1, Foto 2 (DGPC/SIPA FOTO.00077372).

⁴⁴⁷ No anexo 8.2.1, Fotos 50 e 53 (DGPC/SIPA FOTO.00077461 e DGPC/SIPA FOTO.00077464).

⁴⁴⁸ Postal 7, 8, 12 e 14 presentes em <http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm> (consultado a 8 de outubro de 2022).

⁴⁴⁹ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL; PEREIRA, Gabriel, *Castelo de Pombal. - entre 1871 e 1872? - 1 desenho: lápis; 14,9x23,8 cm*, <https://purl.pt/25192> (consultado a 20 de janeiro de 2023).

perímetro do castelo, terão sido também reconstruídas as suas ameias, algo que é notório pela linha que se observa abaixo das mesmas quando observado pelo exterior após a intervenção⁴⁵⁰.

Da face Norte-Este do castelo (que compreende os **torreões G, H, I** e uma parte do **torreão J**, juntamente com os **panos de muralha 7, 8 e 9**) são insuficientes os registos publicados da DGEMN que apresentem uma perspetiva geral dessa secção do castelo, existindo, assim, alguma dificuldade em determinar o estado em que se encontravam antes da intervenção da DGEMN. No entanto, com recurso ao desenho, anteriormente citado, de Gabriel Pereira⁴⁵¹, juntamente com o esboço dessa secção do castelo feito por Armando Lucena no segundo volume dos *Castelos de Portugal* de Jorge Larcher⁴⁵², e recorrendo à vista parcial dessa secção presente num dos postais que já tivemos a oportunidade de referir⁴⁵³, podemos ter uma ideia do estado em que se encontravam esses torreões e panos de muralha a partir do exterior. Podemos observar numa das fotos⁴⁵⁴ que o **torreão G** aparentava estar intacto, excetuando as suas ameias que haveriam de ser repostas no decorrer nos trabalhos⁴⁵⁵. A mesma situação verifica-se para o **pano de muralha 7 e 8** que se apresentam intactos ao nível do adarve segundo um dos registos fotográficos⁴⁵⁶. Nesta mesma fotografia pode-se constatar que o **torreão H** também estava em bom estado de conservação, excetuando as ameias que se encontravam apenas parcialmente preservadas, sendo posteriormente restauradas como se constata por registos fotográficos feitos a partir do interior do castelo⁴⁵⁷.

A mesma escassez de registos fotográficos realizados a partir do exterior verifica-se para o **torreão I**, mas a existência de registos fotográficos feitos a partir do interior

⁴⁵⁰ No anexo 8.2.1, Foto 2 (DGPC/SIPA FOTO.00077372).

⁴⁵¹ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL; PEREIRA, Gabriel, *Castelo de Pombal. - entre 1871 e 1872? - 1 desenho: lápis; 14,9x23,8 cm*, <https://purl.pt/25192> (consultado a 20 de janeiro de 2023).

⁴⁵² LARCHER, 1933: 185. No anexo 8.3.1, gravura 2.

⁴⁵³ Postal 46 presente em <http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm> (consultado a 8 de outubro de 2022).

⁴⁵⁴ No anexo 8.2.1, Foto 22 (DGPC/SIPA FOTO.00077396).

⁴⁵⁵ No anexo 8.2.1, Foto 2 (DGPC/SIPA FOTO.00077372).

⁴⁵⁶ No anexo 8.2.1, Foto 50 (DGPC/SIPA FOTO.00077461).

⁴⁵⁷ No anexo 8.2.1, Fotos 6, 72, 73 e 75 (DGPC/SIPA FOTO.00077378, DGPC/SIPA FOTO.00077485, DGPC/SIPA FOTO.00077486 e DGPC/SIPA FOTO.00077488).

do castelo permite-nos vê-lo do lado esquerdo da torre de menagem, em que aparentava estar parcialmente destruído na sua parte superior, mantendo alguns vestígios das suas ameias⁴⁵⁸. No decorrer do restauro, este teve o seu topo demolido tal como se pode confirmar a partir de outros registos fotográficos⁴⁵⁹, tendo sido reconstruída toda esta parte de cima do torreão⁴⁶⁰.

A partir de fotografias realizadas a partir do interior do castelo, é possível ver parcialmente o **pano de muralha 9**⁴⁶¹, não sendo possível determinar em que estado estaria a sua parte superior, mas tendo em conta o estado restante do castelo, estas estariam, pelo menos, destruídas parcialmente. Num dos registos, podem-se ver as ameias, mas não sabemos se estas teriam aí sido implementadas durante esta intervenção⁴⁶², e o único registo fotográfico que possuímos feito a partir do exterior apresenta este pano de muralha após os trabalhos de restauro aí realizados⁴⁶³.

Explicado o impacto da intervenção da DGEMN, no dos torreões A ao J e panos de muralha 1 ao 10, cabe-nos de seguida abordar as principais alterações ocorridas no interior do castelo.

É na parte interna do seu perímetro que se verificam as maiores alterações no decorrer destas obras. Analisando os registos fotográficos, é possível constatar a destruição de vestígios de estruturas que aí existiriam, assim como, a construção de elementos sem qualquer critério científico ou estudo histórico prévio que permitisse perceber o que realmente poderia ter existido no interior do castelo.

Num registo fotográfico feito dentro do castelo antes da intervenção, podemos encontrar um conjunto de vestígios que seriam demolidos posteriormente⁴⁶⁴. Existia um muro encostado à face principal da torre de menagem, situação que Nuno Villamariz

⁴⁵⁸ No anexo 8.2.1, Fotos 6 e 30 (DGPC/SIPA FOTO.00077378 e DGPC/SIPA FOTO.00077404).

⁴⁵⁹ No anexo 8.2.1, Fotos 55 e 59 (DGPC/SIPA FOTO.00077467 e DGPC/SIPA FOTO.00077472).

⁴⁶⁰ Do lado esquerdo da torre de menagem, no anexo 8.2.1, Foto 67 (DGPC/SIPA FOTO.00077480).

⁴⁶¹ No anexo 8.2.1, Fotos 8 e 30 (DGPC/SIPA FOTO.00077380 e DGPC/SIPA FOTO.00077404).

⁴⁶² No anexo 8.2.1, Foto 55 (DGPC/SIPA FOTO.00077467).

⁴⁶³ No anexo 8.2.1, Foto 90 (DGPC/SIPA FOTO.00077520).

⁴⁶⁴ No anexo 8.2.1, Foto 6 (DGPC/SIPA FOTO.00077378).

Oliveira também observou⁴⁶⁵, do qual ainda hoje se observam alguns indícios junto à base do alambor. Do lado direito da face principal da torre de menagem, podemos observar também os únicos vestígios de muros ao nível do segundo andar do castelo e que viriam a ser demolidos no decorrer da intervenção⁴⁶⁶.

Outros dois elementos que já tivemos a oportunidade de referir neste capítulo são a desaparecida capela de S. Miguel e uma “casa” da mesma dimensão que existiria acima desta, segundo os dois documentos (de 1508 e 1663) que já aqui discutimos. Julgamos que essa pequena estrutura de três varas de comprimento e duas e meia de largura (3,30 m x 2,75 m) que estaria acima da referida capela é a que se pode observar em três dos registos fotográficos, onde se pode confirmar a existência de uma pequena estrutura mais ou menos quadrangular com uma das faces encostada à torre de menagem⁴⁶⁷. Segundo as mesmas fotografias, abaixo dessa estrutura, encontram-se vestígios em menor estado de conservação, mas que parecem sugerir uma estrutura de dimensão semelhante que julgamos ser parte da antiga capela de S. Miguel. De qualquer modo, ambas as estruturas foram destruídas no decorrer da intervenção, havendo apenas o aproveitamento parcial de um dos muros que é o que hoje encontramos do lado direito da escada que permite o acesso à parte superior do pátio.

No pátio do castelo, perto da porta noroeste, observam-se hoje duas bocas de cisterna. Este é dos poucos casos, em que a intervenção da DGEMN no interior do castelo repôs os seus elementos no lugar devido. Podemos constatar pela diferença entre duas das fotografias: uma antes⁴⁶⁸, outra após a intervenção⁴⁶⁹, nas quais se observa que a estrutura quadrangular que envolve as bocas de cisterna é muita próxima daquela encontrada aquando da escavação do pátio, tendo sido apenas nivelada, sendo

⁴⁶⁵ OLIVEIRA, 2010: 307.

⁴⁶⁶ No anexo 8.2.1, Fotos 6, 11, 19, 20, 26, 35, 37, 40, 41, 54, 58 e 61 (DGPC/SIPA FOTO.00077378, DGPC/SIPA FOTO.00077384, DGPC/SIPA FOTO.00077392, DGPC/SIPA FOTO.00077393, DGPC/SIPA FOTO.00077400, DGPC/SIPA FOTO.00077409, DGPC/SIPA FOTO.00077411, DGPC/SIPA FOTO.00077414, DGPC/SIPA FOTO.00077415, DGPC/SIPA FOTO.00077465, DGPC/SIPA FOTO.00077470 e DGPC/SIPA FOTO.00077474).

⁴⁶⁷ No anexo 8.2.1, Fotos 13, 30 e 55 (DGPC/SIPA FOTO.00077386, DGPC/SIPA FOTO.00077404 e DGPC/SIPA FOTO.00077467).

⁴⁶⁸ No anexo 8.2.1, Foto 77 (DGPC/SIPA FOTO.00077490).

⁴⁶⁹ No anexo 8.2.1, Foto 78 (DGPC/SIPA FOTO.00077491).

também repostas as duas bocas que lhe faltavam, e que terão sido encontradas no decorrer dos trabalhos.

Na parte mais a norte do castelo, junto ao **torreão F** e **pano de muralha 6**, hoje encontram-se dois arcos que não existiam antes destas obras. Os seus vestígios, estariam fragmentados quando foram encontrados e não podemos precisar a sua localização original. Em nenhum dos dois documentos, tanto o de 1508 como o de 1663, é feita menção aos mesmos. No entanto, sabemos que eles não existiriam nessa secção⁴⁷⁰, tendo sido acrescentados posteriormente⁴⁷¹.

Uma estrutura, que tem sido interpretada como sendo a antiga capela de S. Miguel, mas que, como demonstramos anteriormente não o poderia ser, é a pequena estrutura semicircular, que aparente ser uma antiga abside. Esta estrutura não aparece em nenhum dos registos publicados pelo SIPA, excetuando numa fase já avançada das obras por parte da DGEMN⁴⁷², o que nos leva a inferir que essa estrutura foi construída no decorrer desses trabalhos, à semelhança do que aconteceu com os arcos que já aqui referimos, recorrendo a materiais encontrados no local, como é o caso das duas bases de coluna. A inexistência desta pequena estrutura pode ser constatada atentando a alguns dos registos fotográficos⁴⁷³.

A barbacã de porta que antecede a entrada a sudeste foi intervencionada no decorrer destes restauros. Esta encontrava-se parcialmente destruída nas suas extremidades, mas o seu formato não foi significativamente alterado, mantendo-se o seu aspeto, que será muito próximo do original. Vista a partir do exterior, sabemos que o seu lado esquerdo foi restaurado, sendo também reconstituídas as suas seteiras⁴⁷⁴.

⁴⁷⁰ No anexo 8.2.1, Foto 28, 53 e 56 (DGPC/SIPA FOTO.00077402, DGPC/SIPA FOTO.00077464 e DGPC/SIPA FOTO.00077468).

⁴⁷¹ No anexo 8.2.1, Foto 44 (DGPC/SIPA FOTO.00077418) observam-se os fragmentos de arco que foram recolhidos para serem colocados nesta área do castelo. O resultado final encontra-se, entre outras fotografias, nas Foto 75 (DGPC/SIPA FOTO.00077488).

⁴⁷² Do lado direito dos arcos, no anexo 8.2.1, Fotos 75 e 78 (DGPC/SIPA FOTO.00077488 e DGPC/SIPA FOTO.00077491).

⁴⁷³ No anexo 8.2.1, Fotos 28, 31 e 56 (DGPC/SIPA FOTO.00077402, DGPC/SIPA FOTO.00077405 e DGPC/SIPA FOTO.00077468).

⁴⁷⁴ No anexo 8.2.1,

No exterior, verifica-se a existência de uma outra barbacã que apresenta maior extensão, e que circunscreve grande parte do perímetro exterior do castelo. Não conseguimos determinar com exatidão o estado destas antes da intervenção porque as fotografias realizadas pela DGEMN apresentam uma maior ênfase no registo na muralha, torreões e interior do castelo. Todavia, existem alguns registos que apresentam parcialmente algumas secções onde se implanta esta estrutura. Num registo, que compreende a secção noroeste do castelo pode se observar uma linha de barbacã que se desenvolve à frente do **pano de muralha 5**, junto à porta, e uma porção da mesma estrutura junto ao **torreão E e pano de muralha 4**⁴⁷⁵. Nas fotografias de postais, que já aqui citamos, vemos que esta estrutura se desenvolvia até junto do **torreão G e pano de muralha 7**⁴⁷⁶. A falta de fotografias de pormenor não nos permite avaliar se existiriam vestígios desta barbacã onde hoje podemos encontrar a reconstrução feita pela DGEMN, compreendendo uma linha que vai desde o **torreão E** até junto à barbacã de porta a sudeste. Quando observados os registos a sudeste⁴⁷⁷, também não se encontram vestígios dessa estrutura que, confiando no “restauração”, teriam de aparecer do lado esquerdo da barbacã de porta, situação que não se verifica nas fotografias aí tiradas. Devido a essa ausência de indícios que nos permitam determinar qual a extensão da barbacã original, podemos apenas constatar a sua extensão desde perto do **pano de muralha 7** até perto do **pano de muralha 4**, sendo a restante extensão da estrutura fruto da intervenção da DGEMN.

Uma outra barbacã, mais afastada do que a anteriores, observa-se na posição este/sudeste, possuindo três torreões adossados a que atribuímos as designações **K, L e M**. Em primeiro lugar, quando observados os registos anteriores à intervenção, só está visível o **torreão M**⁴⁷⁸, não nos permitindo avaliar qual seria o estado dos outros dois e

⁴⁷⁵ No anexo 8.2.1, Foto 22 (DGCP/SIPA FOTO.00077396).

⁴⁷⁶ Postais 7, 8, 12 e 14, presentes em <http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm> (consultado a 8 de outubro de 2022).

⁴⁷⁷ No anexo 8.2.1, Foto 25 (DGCP/SIPA FOTO.00077399), Foto 29 (DGCP/SIPA FOTO.00077403), Foto 36 (DGCP/SIPA FOTO.00077410), Foto 43 (DGCP/SIPA FOTO.00077417) e Foto 62 (DGCP/SIPA FOTO.00077475).

⁴⁷⁸ No anexo 8.2.1, Foto 25 (DGCP/SIPA FOTO.00077399) e Foto 42 (DGCP/SIPA FOTO.00077416).

da maioria da barbacã. No entanto, a partir destas fotografias conseguimos perceber que existiria um muro, onde hoje em dia existe uma “porta de entrada” exterior em formato de arco, e que é visível do lado direito desses dois registos. Este foi demolido e reconstruído⁴⁷⁹, sendo-lhe ainda acrescentada uma maior linha de muro que faz com que este conjunto se assemelhe ao formato de “U” que se estende desde perto do **torreão I** até à proximidade com a igreja de Santa Maria do Castelo. Todo esse conjunto terá sido nivelado, fazendo com que a altura ficasse mais baixa do que antes da intervenção⁴⁸⁰.

Em baixo desta última barbacã, existem os vestígios daquela que foi outrora a igreja de Santa Maria do Castelo. Mais saliente é a estrutura que corresponderia ao altar da igreja, e que é a que mantém o melhor estado de conservação. Junto ao **torreão M**, ainda se podem observar indícios da nave esquerda num formato de abside.

6. Considerações finais

O castelo de Pombal, como pudemos constatar, é um excelente exemplo do tipo de fortificação que começou a surgir em território português a partir das contribuições iniciadas por Gualdim Pais e pela Ordem do Templo na segunda metade do séc. XII em Portugal. A sua dimensão inovadora não pode ser negada quando observamos as soluções defensivas inspiradas nas que existiam no Oriente Latino em fortificações de maior dimensão e complexidade. Numa menor escala, o castelo de Pombal reflete o espírito construtor que se vivia na Segunda Cruzada no Médio Oriente, num momento histórico em que o território do Reino de Portugal se encontrava em progressivo avanço para sul, vivendo um ambiente semelhante numa diferente realidade geográfica, também esta com as suas particularidades e desafios.

A introdução de perímetros irregulares, com recurso a torreões intercalados munidos de seteiras, as torres de menagem implantadas estrategicamente no interior

⁴⁷⁹ Tal como se pode confirmar a partir das fotos 42 e 62 (DGCP/SIPA FOTO.00077416 e DGCP/SIPA FOTO.00077475).

⁴⁸⁰ No anexo 8.2.1, Foto 63 (DGCP/SIPA FOTO.00077476), Foto 70 (DGCP/SIPA FOTO.00077483) e Foto 71 (DGCP/SIPA FOTO.00077484).

do perímetro da muralha, os alambores capazes de afastar o inimigo dos muros, e a forte coesão de uma vida comunitária simultaneamente guerreira e monástica constituíam um verdadeiro obstáculo a qualquer força que decidisse fazer frente aos freires-cavaleiros neste cenário de constante risco devido às vicissitudes de um clima de Guerra Santa. No entanto, este ambiente não impedia uma vivência religiosa com base nos três pilares da pobreza, obediência e castidade a que os Templários entregavam a sua vida a partir do momento em que ingressavam na Ordem. Para isso, o castelo de Pombal representa a primeira manifestação de uma planta de castelo-mosteiro ou claustro fortificado em Portugal.

Com este trabalho, tentamos demonstrar que um tipo de construção reflete um tipo de vida e de comportamento, não sendo possível separar um do outro.

Apesar de, ao longo do tempo, o castelo de Pombal ter perdido a sua função original, isto não impediu que a sua disposição de elementos continuasse a influenciar a forma como as suas estruturas foram adquirindo forma ao longo dos séculos. A delimitação estabelecida por Gualdim Pais aquando da construção do castelo, influenciou ao longo de todo o seu percurso a forma como as estruturas se foram desenvolvendo no seu interior. À volta de um pátio, desenvolveram-se construções e vivências humanas num espaço de tempo que se compreende entre o ano de 1156 e a primeira metade do séc. XVIII, fazendo deste monumento uma das mais importantes construções da Idade Média em Portugal.

7. Bibliografia

7.1. Fontes documentais

Cortes Portuguesas. Reinado D. Fernando I (1367-1383), vol.II, ed. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993

Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios, Documentos dos Conde Portugalenses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185, 2 tomos, ed. Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1948

ERDMANN, Carl (1927) - *Papsturkunden in Portugal*, Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen, Phil.-Hist. Kl, Neue Folge 20, Berlin

EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira (2007) - *Pombal - 8 Séculos de História*, 2ª ed., Pombal: Câmara Municipal de Pombal

GOMES, Saul António (2010) - *Pombal Medieval e Quinhentista - Documentos da sua História*, Leiria: CEPAE – Centro de Património da Estremadura

Monumenta Henricina, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1960

Portugaliae Monumenta Historica..., *Leges et Consuetudines*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1856-1868

Portugaliae Monumenta Historica..., *Scriptores*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1856-1861

Portvgaliae Monvmenta Historica..., Nova Série, vol. VIII, *Inscriptiones – Corpvs Epigraphicvm Portvgalensivm. Pars Prima: IX-XII Saecvla*, ed. de Mário Jorge Barroca, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 2017 (vd. BARROCA, Mário Jorge 2017a)

Tombos da Ordem de Cristo, Vol. 3. Comendas do vale do Mondego, Ed. Iria Gonçalves, Lisboa, CEH-UNL, 2006

7.2. Estudos

“Castelo de Pombal”, Boletim da D.G.E.M.N., vol. 21, Porto, 1940

ALMEIDA, Ana Sofia Fernandes de (2012) - *Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal: Dois Casos de Estudo, S. Jorge e Pombal*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1988) - *História da Arte em Portugal*, Vol. II, Lisboa: Ed. Alfa

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1988) - *História da Arte em Portugal*, Vol. III, Lisboa: Ed. Alfa

AZEVEDO, Rui de (1937) - “*Período da Formação Territorial. Expansão pela Conquista e Consolidação pelo Povoamento. As Terras Doadas, Agentes Colonizadores*” in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, pp. 7-64.

BARBOSA, Pedro Gomes (1991a) - *Cavaleiros do Templo e Cavaleiros de Leiria – A defesa dos campos de Coimbra* in *As Ordens Militares em Portugal*, Actas do Primeiro Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, pp. 191-203

BARBOSA, Pedro Gomes (1991b) - *Documentos, Lugares e Homens – Estudos de História Medieval*, Lisboa: Edições Cosmos

BARBOSA, Pedro Gomes (2008) - *Reconquista Cristã nas origens de Portugal, Séculos IX a XII*, Lisboa: Ésquilo

BARBOSA, Pedro Gomes; VARANDAS, José; VICENTE, António (1991) - “*Propriedades das Ordens Militares na Estremadura Central (sécs. XII e XIII)*” in *As Ordens Militares em Portugal*, Actas do Primeiro Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, pp. 91-99.

BARROCA, Mário Jorge (1990-1991) - “*Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*” in *Portugalia*, Nova Série, Vol. XI-XII, Porto: IAFLUP, pp. 89-136.

BARROCA, Mário Jorge (1992) - “*Medidas-padrão medievais portuguesas*” in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, pp. 53-85.

BARROCA, Mário Jorge (1996-1997) - “*A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII*”, *Portugalia*, Nova Série, Vol. XVII-XVIII, IAFLUP, pp. 171-209.

BARROCA, Mário Jorge (1998) - “*D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa*” in Revista da Faculdade de Letras-História, 2ª Série, Vol. 15, Tomo 1, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 801-822.

BARROCA, Mário Jorge (2000) - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Vol.II, Tomo I, FCG-FCT, Lisboa, 2000

BARROCA, Mário Jorge (2001a) - “*Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Séc. XII a XIV) in Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 535-548.

BARROCA, Mário Jorge (2001b) - “*Os Castelos dos Templários em Portugal e a organização da defesa do reino no Séc. XII*”, *Acta Medievalia*, Vol.22, tomo 2, Barcelona: Universitat de Barcelona, pp. 213-227.

BARROCA, Mário Jorge (2003) – *Uma paisagem com Castelos. Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metapolis*, Porto/Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, p. 173-181.

BARROCA, Mário Jorge (2017b) - “*A arquitectura militar portuguesa no tempo de D. Afonso Henriques*” in *No tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*, Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 125-158.

BARROS, Henrique da Gama (1945-52) - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª edição por Torcato de Sousa Soares, 11 volumes, Lisboa: Sá da Costa, Vol V.

BOAS, Adrian J. (1999) - *Crusader archaeology - The material culture of the Latin East*, London-New York: Routledge

BOAS, Adrian J. (2006) - *Archaeology of the Military Orders: A Survey of the Urban Centres, Rural Settlements and Castles of the Military Orders in the Latin East (c. 1120-1291)*, London-New York: Routledge

CAMPOS, Correia de (1970) - *Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal*, Lisboa: Edição do autor

CORREIA, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos (2003) - *Torre de Menagem. Castelo de Pombal. Um olhar (in)discreto. Monumentos*, 18, Lisboa, pp. 118-121.

CORREIA, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos (2007) - *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, dissertação de mestrado, Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

COSTA, António Carvalho da (1868) - *Corografia Portuguesa e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal com as Noticias das Fundações das Cidades, Villas & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios & outras curiosas observaçoens*. Tomo III, 2ª Ed., Braga: Typographia de Domingos Gonçalves Gouveia

COSTA, Paula Maria de Carvalho (2006) - “*Ordens Militares e Fronteira: um Desempenho Militar, Jurisdicional e Político em Tempos Medievais*” in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol. 7, Porto, pp. 79-91.

COSTA, Paula Pinto (2019) - *Templários em Portugal: Homens de Religião e de Guerra*, Lisboa: Editorial Presença

COSTA, Ricardo da (1996) - “*D. Dinis e a supressão da Ordem do Templo (1312): O processo de formação da identidade nacional em Portugal*” in *Cultura e Imaginário no Ocidente Medieval – Cadernos de História, Série I*, Niterói: UFF, pp. 90-95.

D’ALMEIDA, João (1945) - *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Vol. II, Lisboa

DIAS, Luís Fernando de Carvalho (1962) - *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve*, vol. Estremadura, Beja

ELLENBLUM, Ronnie (2007) - *Crusader Castles and Modern Histories*, New York: Cambridge University Press

EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira (2007) - *Pombal - 8 Séculos de História*, 2ª ed., Pombal: Câmara Municipal de Pombal

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa (2007) - *“A Ordem do Templo em Portugal: algumas considerações em torno das fontes para o seu estudo”* in *Revista da Faculdade de Letras, História*, III Série, Vol. 8, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 409-420.

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa (2009) - *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, Dissertação de Doutoramento, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

GIL, Júlio (1992) - *Os mais belos castelos de Portugal*, Lisboa

GOMES, Saul António (1995), *Introdução à história do Castelo de Leiria*, Leiria: Câmara Municipal de Leiria

GOMES, Saul António (1997) - *“A Presença das Ordens Militares na Região de Leiria (Séculos XII-XV)”* in *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa – Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 143-204.

GOMES, Saul António (2009) - *“Observações em torno da chancelaria da Ordem do Templo em Portugal”* in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente – Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela: Câmara Municipal de Palmela, Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, pp. 121-155.

GOMES, Saul António (2010) - *Pombal Medieval e Quinhentista - Documentos da sua História*, CEPAE – Centro de Património da Estremadura

GOMES, Saul António (2011) - *“A Extinção da Ordem do Templo em Portugal”* in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 11, Coimbra: Universidade de Coimbra-CHSC, pp. 75-116.

GOMES, Saul António (2015) - *“D. Gualdim Pais (C. 1118/20-1195)”* in *População e Sociedade*, Vol. 23, Porto: CEPESE, pp. 11-23.

GOMES, Saul António; OLIVEIRA, Ricardo Pessa de (2012) - *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas, 11, Pombal*, Coimbra: CHSC – Centro de História da Sociedade e Cultura

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne (1984) - *The Social Logic of Space*, Cambridge: Cambridge University Press

KENNEDY, Hugh (1994) - *Crusader Castles*, Cambridge: Cambridge University Press

LARCHER, Jorge das Neves (1933), *Castelos de Portugal. Distrito de Leiria*, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa

LAWRENCE, T. E. (1988) - *Crusader Castles*, Edited by Denys Pringle, Oxford: Oxford University Press

LEAL, Augusto Soares d`Azevedo Barbosa de Pinho (1876) - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionario Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de Todas as Cidade, Villas e Freguezias de Portugal e de Grande Número de Aldeias*, Volume Sétimo, Editora de Mattos Moreira & Companhia

MARQUES, A. H. de Oliveira (1980), “*A população portuguesa nos fins do séc. XIII*” in *Ensaio de História Medieval Portuguesa, Lisboa* (1ª Edição 1958)

MARQUES, A. H. de Oliveira (1996a), “*Vias de comunicação*” in *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão; A.H. de Oliveira Marques, Vol. III - *Portugal em definição de fronteiras: 1096-1325: Do Condado Portucalense à crise do séc. XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Editora Presença, pp. 487-493.

MARQUES, António Manuel Erse (2011) - *O Concelho de Pombal nos Finais do Antigo Regime - Aspectos Demográficos e Sociais (1782-1834)* (Dissertação de Mestrado), Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1983) - “*O Litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das Igrejas de Ega, Redinha e Pombal*” in *Actas das Jornadas sobre Portugal Medieval, Leiria*, pp. 5-22.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1996b), “A viabilização de um Reino” in *Nova História de Portugal*, Dir. de José Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. III - *Portugal em definição de fronteiras: 1096-1325: Do Condado Portucalense à crise do séc. XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Editora Presença, pp. 23-37.

MARTINS, Miguel Gomes (2014) - *A Arte da guerra em Portugal: 1245 a 1367*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

MARTINS, Miguel Gomes (2016) - *Guerreiros de Pedra – Castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*, Lisboa: Esfera dos Livros

MATTOSO, José (1985) - *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros – A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, 2ª Edição, Lisboa: Guimaráes Editores

MATTOSO, José (1997) - “Dois séculos de vicissitudes políticas” in *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, dir. e coord. de José Mattoso, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 65-139.

MATTOSO, José (2021) - *D. Afonso Henriques*, coord. cient. Artur Teodoro de Matos, João Paulo Oliveira e Costa, 2ª ed., Temas e Debates

MOL, Eva (2012) - *Hidden complexities of the Frankish castle - Social aspects of space in the configurational architecture of the Frankish castles in the Holy Land, 1099-1291*, Archaeological Studies Leiden University, Leiden: Leiden University Press

MOLLIN, Kristian (2001) - *Unknown Crusader Castles*, New York and London: Cambridge University Press

MONTEIRO, João Gouveia (1999) - *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando. (Estudos da Faculdade de Letras de Coimbra; 29)*, Lisboa: Edições Colibri

MORETTI JUNIOR, Augusto João; REIS, Jaime Estevão (2011) - *A Estruturação do Poder na Ordem Militar dos Cavaleiros Templários in Actas do V Congresso Internacional de História*, Universidade Estadual de Maringá, pp. 2491-2501.

NICOLLE, David (2004) - *Crusader castles in the Holy Land: 1097-1192*, Fortress 21, Oxford: Osprey Publishing

NICOLLE, David (2005) - *Crusader castles in the Holy Land: 1192-1302*, Fortress 32, Oxford: Osprey Publishing

NOÉ, Paula (2016) - *Os Castelos da Ordem do Templo em Portugal*, DGPC/SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, (presente em http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/STUDYandDOCUMENTS/NORMAL/d021f272-c826-4418-9694-7cd86c955283/Artigo%20desenvolvido.pdf, consultado a 18 de março de 2021)

OLIVEIRA, Nuno Villamariz (2000) - “*Algumas considerações sobre os castelos da Ordem do Templo em Portugal – o exemplo paradigmático de Castelo Branco*”, *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – Vol. VII, Porto: ADECAP, pp. 153-167.

OLIVEIRA, Nuno Villamariz (2001) - “*A influência do Oriente em Portugal através da arquitectura militar templária: o paralelo entre Chastel Blanc e Castelo Branco*” in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*: Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 909-913.

OLIVEIRA, Nuno Villamariz (2006) - *O ideário de S. Bernardo e a sua influência na arquitectura militar templária*, *Medievalista*, ano 2, número 2, Coimbra: IEM – Instituto de Estudos Medievais

OLIVEIRA, Nuno Villamariz (2010) - *Castelos Templários em Portugal*, Lisboa: Ésquilo

OLIVEIRA, Nuno Villamariz (2017) - “*Toponímia e arquitectura das Ordens Militares em Portugal: A memória do Oriente Latino*” in *Genius Loci – Lugares e Significados*, vol. II (coord. Lúcia Rosas, Ana Cristina Sousa e Hugo Barbosa), Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 121-131.

PEDROSA, Nelson (2014) - *Castelo de Pombal: da ruína à salvaguarda da sua memória* in *Cadernos de Estudos Leirienses*, Vol. 2, Leiria, pp. 9-24.

PERES, Damião (1969) - *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto: Portucalense Editora

RILEY-SMITH, Jonathan (2010) - *Templars and Hospitallers as Professed Religious in the Holy Land*, Notre Dame: University of Notre Dame Press

RUAS, Henrique Barrilaro (1947) - "A «Vida de Martinho de Soure» como fonte de História das instituições eclesiásticas", in *Revista Portuguesa de História*, t. 3, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 231-256.

SANTOS, Joaquim Manuel Rodrigues dos (2012) - *Anamnesis del castillo como bien patrimonial: Construcción de la imagen, forma e (re)funcionalización en la rehabilitación de fortificaciones medievales en Portugal*, Disertación de Doctorado en Arquitectura, Universidad de Alcalá

SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1955) - *Inventário Artístico de Portugal, Vol. V, Distrito de Leiria*, Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1865) - *Elucidário das palavras, termos e frases que antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Tomo II, Segunda Edição, Lisboa: A. J. Fernandes Lopes

7.3. Sítios informáticos

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL; PEREIRA, Gabriel, *Castelo de Pombal. - entre 1871 e 1872? - 1 desenho: lápis; 14,9x23,8 cm*, <https://purl.pt/25192> (consultado a 20 de janeiro de 2023)

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL, *Portal do Município do Pombal*, <https://www.cm-pombal.pt/castelo-de-pombal/> (consultado a 15 de outubro de 2022)

<https://www.archdaily.com.br/br/756658/centro-de-visitantes-do-castelo-de-pombal-comoco-arquitectos> (consultado a 7 de outubro de 2022)

<https://www.archdaily.com/205989/castle-of-castelo-novo-comoco> (consultado a 7 de outubro de 2022)

D.G.P.C., *Portal da Direcção Geral do Património Cultural*, <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71165> (consultado a 18 de março de 2021)

S.I.P.A, *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3279 (consultado a 7 de outubro de 2022)

S.I.P.A, *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*, http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/STUDYandDOCUMENTS/NORMAL/d021f272-c826-4418-9694-7cd86c955283/Artigo%20desenvolvido.pdf (consultado a 18 de março de 2021)

S.I.P.A, *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*, http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/EstudosDocumentos/Guia%20fortifica%C3%A7%C3%B5es%20-%202022%20AA%20edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20final.pdf (consultado a 19 de outubro de 2022)

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm> (consultado a 8 de outubro de 2022).

7.4. Ferramentas informáticas

Google Earth

Zoom Earth

SketchUp Pro 2021

8. Anexos

8.1 Apêndice documental

Documento 1

1128, Março, 19 - Doação do castelo de Soure e seu termo à Ordem do Templo

Publ.: *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios, Volume I, Documentos dos Condes Portugaleses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185*, Tomo I, ed. Rui Pinto de Azevedo, Academia Portuguesa da História, 1943, pp. 101-102.

In Dei nomine. Ego regina Tarasia facio ista kartula testamenti Deo et militibus Templi Salomonis pro remedium animarum mearum et remissionem peccatorum meorum de castello scilicet quod Saurium uocatur. Damus istud castellum Deo et supra dictis militibus Templi per suos terminos anticos cum aquis et pascuis terrenis cultis uel incultis cum omnibus suis directis ad supra nominatum castellum pertinentibus, id est cum omnibus que mihi de supra dicto opido eul loco solito more erant reddenda ad milites Templi Salomonis deinceps reddeatur, itaque cum quanto tunc in eo aprestitum est uel fuerit dono et concedo. Est igitur opidum illud in territorio Colimbriensi discurrente aqua Mondego. Si quis ergo hoc factum uel scriptum irrumpere uoluerit anatema sit. Et ego comite Fernandus ipso dono que michi fecit regina domna Taresa ibi ego dono et concedo Deo et Templum. Facta kartula testamenti XIII Kalendas Aprilis Era M.^a C.^a LX.^a VI.^a nos supra dictos hunc testamentum propriis manibus ro +++ boramus.

Qui presentes fuerunt: Aldefonsus Legionensis rex conf., comes Rodrigus Gallicianus conf., Pellagius Suarides conf.

Egas Gonsendiz conf., Gunsalmus Didaz alcaid Colinbrie conf., Pelagius Midiz alcaiad de Monte Maiore conf.

Randulfus ts., Zalama ts., Zoleima ts.

Menendus proprie curie notarius scripsit.

(Sinal) T [ARASIA] CONF.

Et hanc kartam fuit roborata in manu domni Ramondi Bernardi in ciuitate Bracara tali modo et tali pacto ut si illud castellum ante morte nostra dederimus nullis de nostris inimicis in eo recipiant et si ibi intrauerit mittant eum foras sic qui nulli contraria inde nobis exeat.

Documento 2

[1129-1130], Março, 14, Guimarães – Doação do castelo de Soure à Ordem do Templo.

Publ.: *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios, Volume I, Documentos dos Condes Portugaleses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185*, Tomo I, ed. Rui Pinto de Azevedo, Academia Portuguesa da História, 1943, p. 120.

In domine Sancte et indiuidue Trinitatis Patris ac Filij et Spiritus Sanctj Trinjtas indiuisibilis que nunquam erit finjenda set permanens per infinita secula seculorum amen. Obinde ego egregius infans domnus Alffonsus bone memorie magnj Adefonsi imperatoris Spanje nepos comitis Henrrici et regine Tarasie filius atque per Dej clementiam Portugalensium princeps in onore domjnj nostri Ihesu Christi do uobis militibus Templj Salomonjs quodam castellum nomine Saurium. Habet iacenciam in Extrematura territorio Colimbriensi discurrente aqua Mondego. Do atque concedo illud castrum uobis cum omnjbus suis locis et terinjs antiquis atque cum omnibus suis foris que sunt et fuerint, ut uos habeatis illud firmiter et omnes successores uestri post uos perenniter. Et hoc facio ego non gentis imperio nec suadente articulo sed pro amore Dej et pro remedio anime mee et parentum meorum et pro amore cordjs mej quem erga uos habeo et quoniam in uestra fraternitate et beneficio omnj sum frater. Et si aliquis homo tam de extraneis quam de propinquis ad hoc factum meum inrunpendum uenerit, quod fierj minime credo, uobis fratribus uel qui uocem uestram pulsauerit, illud castrum Saurium pariet in quadruplum et regie potestatj quod liber iudicum precipit. Facta karta donationis et firmitatis II.e Idus Martij sub Era T. C. LX. VIII.^a Ego infans domnus Alffonsus

hanc kartam propria manu roboro. Qui presentes fuerunt Vimarani: Bernardus Colimbriensis episcopus confirmo, Egas Gondesindiz confirmo, Pelagius Gutierrez de Silua confirmo, Ermigio Benegas conf., Johannes Tania conf., Sudario Menendez conf., Gunsallus de Sausa conf., Laurentius alferice conf., Reimundus Garsie conf., Petrus Pai conf., Petrus conf., Pelagius conf., Egas conf., Petrus cancellarius notauit.

(Sinal) PORTVGAL.'

Documento 3

1174 - Foral de Pombal

Publ.: *Portugaliae Monumenta Historica – Leges et Consuetudines*, Academia de Ciências, Lisboa, 1856-1868, pp. 398-399.

In Dei Domine. Ego magister gaudinus una cum fratribus meis uobis qui in palumbare estis habitaturi maioribus et minoribus cuiuscumque ordinis sitis, et filiis uestris et progeniis, fratribus templi salomonis ibidem parmanentibus. Placuit nobis facere kartam firmitudinis de iure hereditatum uestrarum quas ibi populatis et de foro atque seruitio. In primis ut nunquam faciatis nobis senaram. Et de preda de fossado non detis nisi ad zagam duas partes et uobis remaneant due. Et de azaria et de tota illa caualgada in qua non fuerit rex nobis quintam partem uobis quatuor partes absque ulla alkaidaria. Siquis militum emerit uineam a tributario sit libera. Et si acceperit in coniugium uxorem tributarii omnis hereditas quam habuerit sit libera. Et si tributarius potuerit esse miles habeat more militum. Milites habeant suas hereditates liberas: et si aliquis militum uenerit in senectute ut honore militum et si miles obierit uxor que remanserit sit horata uti in diebus mariti sui. Et nullus eam uel filiam alicuius accipiat in coniugium sine uoluntate sua et parentum suorum. Saion non eat domum alicuius sigillare. Et si aluiquis fecerit aliquid illicitum ueniat in concilium et iudicetur recte. Iudex et alcaide sint uobis positi sine offretione. Clerici palumbaris habeant morem et honorem militum in uineis et terris et domibus. Et si alicui militum obierit equus et non potuerit emere alterum nos damibus ei et si non dederimus stet honoratus donec possit

habere unde emat. Infanzon et aliquis homo non habeat in palumbare domum nec hereditatem nisi qui uoluerit habitare uobiscum et seruire sicuti uos. In illos molinos non detis plusquam quartam decimam partem sine offreccione. Pedites dent de ratione quantum solent dare pedites de colimbria per quartarium de XVI alqueires sine brachio posito et tabula. De uino et lino dent octavam partem. Et de madeira quam adducunt pro uendere dent octauam partem. In lagaridiga de uino de quique quinales inferius dent almude, et si super fuerit dent quartam sine offretione et iantare. Nullus miles extraneus intret domum alicuius sine uoluntate domni domus. Si aliquis laborator habuerit iuitionem non faciat cum ea aliquid fiscum. Almoqueueres faciant unum seruitium in anno. Et inter uos non sit ulla manaria. Et si aliquis uestrum uoluerit trasire ad alium dominum uel ad aliam terram habeat potestatem donandi seu uendendi suam hereditatem cuicumque uoluerit qui in ea habitet et sit noster homo sicut unus ex uobis. Atalaias ponamus nos mediatatem anni et uos alteram mediatatem. Et si nos atalaiam non teuerimos nec uos teneatis nec pro tenenda aliquid detis. Non detis portaticum uel alcaualam aut cibariam custodibus ciuitatis uel porte. Palumbare nunquam damus alicui per alcaualam. Hoc forum et hanc consuetudinem coram probis hominibus deo doanante statuimus atque concedimus et tam a nobis quam successoribus nostris perpetuo et illibate tenendum firmamus. Si quis uero quod fieri non credimus aliquis successorum nostrorum Magister siue fratres seu alienus hoc nostrum statutum infringere uoluerit iuxta dei ultione confringatur et pereat cum diabolo et angelis eius sine fin puniendus nisi digna satis se emendatione correxerit. Facta firmamenti karta a constructione opidi anno decimo octauo mense iunio Era Millesima ducentisima XII^a Regnante domno ildefonso portugalensium rege comitis henrici et regine tarasia filiu magni regis ildenfonsi nepote et cum eo sanchio filiu suo et uxore eius domna regina dulci nomine. Anno ab incarnatione domini Millesimo Centesimo septuagesimo quarto. Ego magister Gaudinus cum fratribus meis roboro atque confirmo. – Frater arnaldus de rochis conf. – Frater helias conf. – Frater domnus mancius conf. – Frater Petrus gonsalui conf. – Frater martinus petri conf. – Magister fernandus uidit. – Frater Johannes garsiei capellanus in tomar conf. – Alfonsus roderici test. – Pelagius allius test. – Pelagius nuniz

alcaide de tomar test. – Pelagius rodorici iustitia de tomar test. – Petrus meendiz de porta test. – Martinus de Roma test. – Gonsaluus gallecus test.

Data fuit karta apud thomar concilio de polumbari per manus Saluatoris monachini maiordomi eiusdem castelli, et menendi rauuani militis ipsius met castris, qui cum domno gaudino uenerunt ad tomar pro ipsa karta, concedente omni concilio atque rogante.

Martinus notuit.

Documento 4

1176

Foral de Pombal.

Publ.: *Portugaliae Monumenta Historica – Leges et Consuetudines*, Academia de Ciências, Lisboa, 1856-1868, pp. 404-405.

In nomine sancte et indiuidue trinitatis patris et filli et spirictus sancti Amem. Quoniam deus omnipotens iustus iudex, omnibus in terra potestatem exercentibus precepit subditum sibi populum in iustitia et equitate regere, vt in salomon legitur: Diligite iustitiam qui iudicatis terram. Ideo ego magister G. vna cum fratribus meis, diuino oraculo eruditus necessarium duximus rapinas et injurias a populo nobis subdito misericorditer remouere: meditates maius et melius in animarum salute quam in caducarum rerum acquisitionem lucrum nos esse conse quturos. Vnde in terra sub potestate nostra constitute talia damus decrete. Si quis rausum vel homicidium vel disruperit domum cum armis, vel cum feridas, vel fregerit portas intrans domum vt in cauto ville pectet D solidos. Sed mando vt unusquisque accipiat mulierem suam quam habet recabedadam, vel filiam suam que adhuc non fuit casada, ubicumque eam inuenerit sine pecto. Et dico de filio hominis quem pater tenet in domo sua pro suo malado vt accipiat eum ubique, preter vt non frangat portas super eum vel aliquem percutiat sine pecto. Si rausum vel homicidium extra villam LX solidos pectet. Pro

stercore in ore misso LX solidos ubique pectet. Siquis percusserit cum armis molictis de suo grado et per iram in cauto ville LX solidos pectet si foras XXX solidos pectet. Feridas consiliadas per veram exquisam et istas sunt et non alias. Qui que sierit amicos aut parentes vel arma vel cochos cum quibus vadat ferire et percusserit LX solidos pectet. Pro membro abseiso LX solidos pectet. Pro omnes feridas de quibus satisfacere debet intret in fustam secundum veterem forum colimbriensis aut comparet eas cui satisfacere debet. Sinal de alcaide aut iudicis cum testimonio teneatur. Domus alicuius non sigiletur nisi outra uocetur ad directum. Si quis ab aliquo aliquid que sierit antea justitias et comendatorem domus respondeat per directum. Siquis debitor alicui rebelis extiterit ab illo quod suum est habere non potuerit et conpusuerit se cum maiordomo, tamen maiordomus non habeat nisi X de quo traxerit de habere rebellis nisi fuerit de usura. Sed de usura accipiat quantum pepegenit cum eo. Omne vero intentiones nostri maiordomi sint inquisitionem de illis rebus vnde potuerit haber exquisam directam. Qui sciuerit veritatem et eam negauerit in exquisam componet quantum perdere fecerit illi, et domino terre aliud tantum, et ultra in testimonium non recipiatur. Si aliquis vozarius se cummayordomo, conpusuerit causa inde aliquid habendi; si probatus fuerit quod talis est per exquisam secundum quantitatem calumpnie quam obieccerit in corpore puniatur: si non habuerit quod pectet. Et non audiatur nisi prius dederit fideiubssorem in manibus de iustitis.

Prohibemus enim omnes qui se faciunt vozarios falsos et non habent tortum: per talles enim omnis terra perdita est. Quamuis mordomus et justitie sint presentes, et aliquis in concilio conqueratur de aliquo re maiordomus non accipiet querimoniam illam pro uoce, nisi ille qui querimoniam fecerit dixerit maiordomo: - do tibi istam querimoniam pro voce. Si quis in defensione sui agri aut vinee vel horti damnatiorem expoliauerit quamuis dampnator sit percussus aut vulneratus, tamen domnus vince non pot (sic).

Quod si dampnator domni vince percusserit satisfaciat ei et quamcumque calumniam fecerit pectet. Deffendimus vt nulus in villa arma trahat, quod si traxerit et nom percusserit perdet ea. Siquis menssuras aut cubitos falsauerit V solidos pectet. Siqui de domo alterius rem, aut extra domum per vim acceperit si dominus suus venerit cum

rancura ad comendatorem vel alcaide vel iudices vel maiordomo, in duplo componat. Siquis vxorem suam iusto indicio adulteram fecerit, res sue sit in potestate domini terre. Deffendimus vt nullus audeat taliar cum vallo carreiras vel stratas auctorizadas de concilio et si hoc fecerit sanet per forum terre. Jugada sit per quartarium XVI alqueires, per alqueire de directo. Almotace sit de concilio. Maiordomus et seyom et justitie et portitur de alcaide sint cauti in D soldos. Qui facerit furtum pectet sicut mos est terre, vel com dempenetur. Quicum que latronem vel male factorem in uenerit prenda eum secundam possa suum sine calumnie suorum parentum et homicidio. Siquis intrauerit vineam vel almoynham alicuius furtim in die causa comedendi, del cum manu sua bestiam in ferraginem alicuius miserit V solidos pectet. Si aliquid de vineo vel de almoynia in gremio vel in taleiga, vel in cesta attulerit, vel ferraginem seccaauerit I morabatinum pectet. Si in nocte deprehensius fuerit furtiue in vinea vel in ferraginem vel almoynam LX solidos pectet, et quod vestierit: et de isto pecto dominus laboris habeat medietatem. Et si non habuerit quod pectet clavificatur in porta per vnum diem: deinde flageletur. Si maurus alicuius fuerit solutus et fecerit calumpniam, dominus eius respondeat pro eo secundum calumpniam quam fecerit, vel dimitat eum in manu maiordomi. Maior domus non accipiat maurum alicuius qui fuerit in vinculis vel mauram solutam pro que cumque calumpnia quam fecerit: set si dominus terre et concilium viderint quod talem causam fecerit unde debet lapidari vel cremari lapidetur vel cremetur. Si vero talem causam facerit pro qua debet flagellari vel in corpore exterminari, flagelletur, deinde domino suo reddatur. Quamcumque fiaduriam quisque fecerit, si eam non compleurit secundum directum eadem pectet. Et quicumque venderit vinum in relego LX solidos pectet. Et per quantas vices inuenerit vendere tantas vices pectet LX solidos. Et tota illa bestia que vadit ad aream et ad lagar pro aluguer faciat forum de almuqueuer. Ista calumnias mandamus pectare e non alias. De molendinis non accipiat nisi XIII alqueires unum sine offretione. Kambe sint quales iustitie et concilium viverint pro directo. Et si molinarius in de aliud fecerit ipse cum habere suo sit in potestate mea. Si autem maiordomus vel iustitia hoc nostrum irrumperit pro offretione aut amore alicuius, ipse et res eius sint in potestate mea et fratrum. Facta carta firmitudinis mense aprilis Era M.CC.XIIII. Ego m. G. qui hanc cartam

facere iubssi vna cum fratribus meis habitantibus omnibus in palumbar, vobis et filiis vestris et progeniis vestris robore et confirmo Regnante domno A. Portugalensis Rege, Comitibus henrrenci et Regina Tharasie filio, magistri Regis Alfonsi nepote, eiusque filio cum eo Rege sancio vxoreque ipsius regina domna dulcia. Domnus arnaldus comendator de Thomar conf. Suerius Vermundi comendador de palumbar conf. Menendus gunsau signifer regis conf. Valascus fernandi dapifer conf. Suerius petri. Johannes presbiter conf. Gonsaluus presbiter conf. Frater Martinus. Saluator monachinus. G. pelagii. P. coruus conf. G. abbas test. Martinus nuniz test. P. zapatarius test. Suerius perna test. Domnus Godinus. Fernandus panchia test. G. tedoniz testi Johannis presbitet notuit.

Documento 5

[1183-1185]

Testemunho do Presbítero Cipriano no âmbito da Inquirição de testemunhas sobre o povoamento de Ega, Redinha e Pombal

Publ.: GOMES, Saúl António, *Pombal Medieval e Quinhentista - Documentos da sua História*, CEPAE – Centro de Património da Estremadura, 2010, pp. 78-79.

Presbiter Ciprianus juratus testis se ex mandato domni Michael episcopi iuisse Egam cum quodam alio sacerdote qui vocabatur Larencius ut excommunicaret ecclesiam illam eo quod non dabant terciam decimarum ipsi episcopo et ut ei preceperat axcommunicavit ecclesiam et villam et XV anni sunt et plus quod hoc fuit et dicit quod eundem episcopum multociens excommunicare Templarios per eandem causam. Item dicit quod vidit eundem Michaellem petentem a magistro Galdino illos redditus in capitulo Sancte Marie. Et tunc erat prior et nondum episcopus et Galdinus dicebat quod recordatur de populatione illorum trium locorum et tunc jam omnia per octo annos ad manus christianorum pervenerent Sancta Arena et Ulixbona que sunt antequam dictas villas versus saracenos et nunquam a mauris terra in qua ville ille sunt constitute

exempta fuit per Templarios. ... rex Aldefonsus dedit eam illis et dicit quod cum ipsas terras aquisiverant Templarii jam quarta pars terre de Ega culta erat. Terra vero aliorum locurum erat inculta sed tamen at in confinibus earum laborabant quasdam pecias terre homines de Soria et dicit ipsas terras esse de episcopatu Colimbrie.

Documento 6

1289, Julho, 10, Lisboa

D. Dinis determina aos concelhos que pertenciam à Ordem do Templo que continuassem a realizar as alçadas como sempre haviam feito por costume.

Publ.: GOMES, Saúl António, *Pombal Medieval e Quinhentista - Documentos da sua História*, CEPAE – Centro de Património da Estremadura, 2010, p. 82

Dom Denis por graça de Deos Rey de Portugal e do Algarve. A todollo conselhos de que a Ordem do Templo há em meu Reyno que esta carta virdes saude. Mando vos que as coldas que fichardes que as fichedes como de antes digo que as fichedes assim como de antes uzava de as fichar digo de antes uzavades a fichar athe que a vos eu mandey que totalas alçaldas que as fichasides para mim. Onde al não façades e mando que a ditta Ordem algum porteiro esta carta [sic].

Dada em Lisboa a des dias de Julho. El Rey o mandou por Pero Martins da Remeyra. Gonsalo Dominguis Pires a fez. Era de mil e trezentos e vinte e sete.

E era cellada do cello de cera amarellas de armas do Reyno pendente de huma correa.

Documento 7

1319, Junho, 24, Lisboa

D. Dinis doa à Ordem dos cavaleiros de Jesus Cristo todos os castelos e lugares que haviam sido da Ordem do Templo, nomeadamente Pombal com todos os seus direitos reais.

Publ.: GOMES, Saúl António, *Pombal Medieval e Quinhentista - Documentos da sua História*, CEPAE – Centro de Património da Estremadura, 2010, pp. 82-84.

Doação de El Rey Dom Denis.

Em nome de Deos amén. Saybão quantos esta carta virem como eu Dom Denis pela graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves temendo a Deos a cujo poder e juizo seu ser de hir e sabendo que as couzas que são com verdade e com direyta consciencia que aquellas quer Deos e leva adiante, e as outras não, e eu por isso as affirmo dezejo que nos mais dias sejam por mim corregidas e emendadas aquellas couzas que souber e entender que houve como não devia, porque as couzas não e podem tão bem, nem tão direytamente emendar como por aquelle que sabe de si; e dezejando que Deos, que sempre levou adiante e acrescentou nos Reynos de Portugal e do Algarve extremadamente nos meus dias o que lhe tenho em grande merce que elle haja razão de manter e levar assim adiante como athe qui levou e acres // [Fl. 7v] e acrescentou de bem em melhor despoes de meus dias tambem ao Infante Dom Affonso meu filho que os há de herdar depois de mim querendo Deos como os outros que depoes vierem; e sendo certo que metendo eu isto assim em obra que farey direyto eo que devo e darey de mim razão a Deos de cumprir em esta o meu dezejo; por onde eu sobredicto Rey Dom Denis entendendo e sabendo que as villas e castellos e lugares de Soure, e de Pombal, e da Ega, e da Redinha que são da Estremadura e Bispado de Coimbra; e outrosim a Idanha a Velha, e a Idanha a Nova, e Salvetera, e Segura, e Proensa, e Romasnhal que são na Beyra Bispado da Guarda sobre que o meu procurador ganhou sentenças que o Mestre e os Freyres que foram da Ordem do Templo que as havião e as trazião a sua mão sem contenda nenhuma de algum tempo; também no tempo dos Reys dante mim como no meu tempo; e havendo em qual guiza forão as sentenças dadas sem parte e sabendo que como quer que quando lhes o meu procurador começou a fazer a demanda sobre os dittos lugares hera ainda a Ordem em seu estado; e logo a pouco

tempo durando a dita demanda, e outorvação e dezasocego a ditta Ordem tal porque foy desfeyta, e que o Mestre nem os Freyres não poderão seguir esta demanda nem mostrar o seu direyto de guiza que antes que as sentenças dadas contra elles sore estes lugares e ao tempo que forão dadas herão já o Mestre e os Freyres amrados da terra e não poderão a este feyto vir; e venda a maneyra das sentenças em qual guiza sobre estes forão dadas; e vendo as cartas de doações dos reys dante mim por que havião estes lugares, e como sempre trouxerão e trazião os dittos lugares sem contenda athe o tempo da ditta demanda que lhe o meu procurador fêz em tempo que elles não poderão // [Fl.8] poderão vir defender nem pôr o seu direyto e aguardando eu o de Deos e direyto e verdadeyra consciencia, entendo que eu não hey direyto nos ditos lugares, e que se devem tornar a esta Ordem que se agora há de fazer em reformação da outra sobredita que foy do Templo, a qual o Papa agora outorgou que houvesse em meu senhorio, e aquella outorgou e eu outrossim todos os bens que hi o Templo havia tambem temporaes como espirituães e daqui em diante renuncio e tolho de mim toda a posse e propriedade que eu houve nos dittos lugares por aquellas sentenças que quero se tornem á dita Ordem cujas entendo que são de direyto fiquando guardando [sic] a mim e aos Reys que despos mim vierem nas dittas villas e lugares o direyto e conhecimento do senhorio que onde sempre fizerão a mim e aos Reys diante de mim, e nestes lugares e nos outros que a dita Ordem havia no meu senhorio quando os a ditta Ordem trazia a seu poder e a sua mão.

Em testemunho disto mandey dar esta minha carta â Ordem da Cavalaria de Jezus Christo que se fez em reformação daquella que se desfez que foy do Templo, e mandey cellar do meu cello de chumbo e subscrevi e em ella meu nome com minha mão [fiz]. Dado em Lisboa em dia de São João vinte e quatro dias de Junho, El Rey a subscrevi. Dom João Domingos a fez. Era de mil trezentos e sincoenta e sete annos.

Eu El Rey Dom Denis subscrevi aqui.

Documento 8

1326

2º Regimento da Ordem de Cristo.

Publ.: EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira, *Pombal - 8 Séculos de História*, 2ª ed., Câmara Municipal de Pombal, 2007, p. 262.

(...) Item, e na Redinha aia huu comendador caualeiro e aia ende o temporal e o spiritual e mantenha consigo huu freire caualeiro, guisado de cavalos e darmas.

Item, en Poonbal aia huu comendador caualeiro e mantenha consigo huum caualeiro freyre, guisado de cavalos e darmas. e de, en cada huu ano, ao studo de Coinbra mil e oytocentas libras e as terças do anno, conuen a saber: por Natal e por Pascoa e por San Johanne. E esse comendador aia as rendas do tenporal e do Spiritual desse logo e paresse aos encarregos.

Documento 9

1508, Março, 27

Tombo dos bens pertencentes à comenda de Pombal.

Publ.: *Tombo da Ordem de Cristo*, Vol. 3. Comendas do vale do Mondego, Ed. Iria Gonçalves, Lisboa, CEH-UNL, 2006, pp. 239-231.

Tombo de pombal Villa da hordem de christos no bispado de coimbra o qual tombo mandarom fazer frey dom joam pereira do conselho d el rey nosso senhor.comendador do pinheiro grande, e o bacharel frey diego do Rego do seu desembargo Visitadores da dicta hordem e meestrado de christos. Deputados pera ello pello dicto senhor Rey como regedor e gouernador e perpetuu aministrador da dita hordem. com consentimento [sic] do capitolo geral çellebrado no conuento da Villa de thomar aos çinquo dias do mes de dezembro do anno do senhor de mjl b^c .iij. feito per mym frey françisco capelão do dicto senhor. Notairo appostolico e publico scrjuam da Visitaçom que pello dicto meestrado se fazia. Quando este tombo se mandou fazer./ a xxvij de março de b^c .vijº \\

Jesus

tem primeiramente a hordem na dicta villa de pombal tres egrejas curadas e duas hermidas fora das quaaes egrejas e hermidas largamente se faz mençom no proçesso das visiações. Na visitaçom das ditas egrejas que se fez quando este tombo se mandou fazer:

açima da dita villa em huu cabeço. tem a hordem huu castelo fermoso e forte. cuja entrada he per huu baluarte que estaa junto da porta prinçipal da igreja de santa maria. o qual castello he bemçercado de boom muro ameado. e baluartes a logares asi aa entrada prinçipal como aa entrada da porta noua e tem outro baluarte atrauees da porta da treição e chama se o baluarte da redinha

dentro na çerca e muro do dito castello. Tem huua torre de menagem forte e de bõoa altura de tres sobrados e huu terreiro lageado. e no meyo huua grande çisterna com seu bocal de canto laurado./

aa mão seestra da entrada do dito terreiro. Estaa huu apousamento a que per huua escaada de pedra com seu mainel bem obrada. e logo huua salla de bõoa grandura oliuellada de pinho em tres painees. e nella tres janellas. huua no muro ferrada e junto della huua chamjnee de pedraria. e as outras duas janellas sobre o terreiro outrosi ferradas./ E junto da dicta chaminee. Huua casa d aboueda ladrilhada: \\

aa mão direita da dita salla. tem outra camera grande oliuellada. com sua janella e chaminee. e aalem desta tem outra camera asi oliuellada sobre as asnas e outra casa d aboueda e outra janella ferrada contra a villa da parte do norte./

aa mão direita da dita camera. estaa huua grande casa bem madeirada. E tem mujtos repartimentos. Telhada de telha vãa e no cabo della huua chamjnee./

todas estas casas. leuam suas logeas per baixo./

ao pee da dita torre da menagem tem huua grande estrebaria com suas manjadoiras. e junto com ella huua casa armada sobre esteos e arcos que serue de palheiro

aa mão seestra da entrada da torre da menagem estaa huua capeella da jnuacaçom de sam miguel oliuellada e ladrilhada e bem guarneçada. E nella huua bõoa jmagem de pedra bem pintada:

e sobre a porta principal. huua casa de bemguarda. e outra sobre a dita capeella ladrilhada.

aaalem da dita capeella outra casa argamassada com sua chaminee e huua janella pequena ao ponente e debaixo della huua logea./

ao pee da dita torre. Outra casa ladrilhada e mal \\ madeirada. Com quatro janellas pequenas e huua chamjnee de barro velha./

dentro na dita çerca honde se chama a adega do meestre estaa huu pomar em que estam figueiras maçeiras. pereiras. pereiros e outras aruores de fruto

E antre este pomar e a seruintia do castello estaa huu baluarte pequeno em que se estam dous açipestres e huua palmeira e çidreiras e limoeiros e alegretes:

as sobreditas cameras e casas som ora de nouo feitas e repairadas. aa custa d el rey nosso senhor.”

Documento 10

1512, Junho, 1, Lisboa

Foral de Pombal outorgado por D. Manuel I

Publ.: DIAS, Luís Fernando de Carvalho, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve*, vol. Estremadura, Beja, 1962, pp. 76-78.

Dom Manoel por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guiné e da Conquista Navegação Comercio da Euthiopia Arábia, Pércia e da India a quantos esta nossa Carta de Foral virem dada a nossa villa de Pombal fazemos saber que por bem das delegencias uzames e inquirições que em nossos Reynos e Senhorios mandamos fazer para justificação e declaração dos Forais

della e ver algumas sentenças e detriminaçoens que com os de nosso Conselho e Letrados passamos e fizemos acordamos visto o Foral da dita villa dado por mestre de christo que as rendas e dereytos que se devem na dita villa pagar e arrecadar na forma e maneyra seguinte.

Posto que pello dito forall antijgo fosse declarado que ho quartoeiro per que se avia de pagar Jugada na dita villa fosse de dezasseis alqueires, nam declarando de quanto avia de ser a dita Jugada toda. Por tanto avendo sobre esta duvida despois muytas contendas e demandas antre a dita ordem e os moradores da dita villa: foy finalmente per todos concordado, que todolos vizinhos e moradores da dita villa e termo que quiserem ser cavalleiros posto que nam tenham cavallos pagando cada anno aa dita ordem Cinquenta e quatro Reaes que se monta nos trinta soldos da dita composiçam seJam escusos da dita Jugada. E pella dita maneira. o serão as viuvras molheres dos taes cavalleiros: em quanto estiverem em sua honrra. E se alguumas pessoas de fora do dito termo em quall quer maneira hi vierem lavrar pagarão ho Oytavo de todo pam vinho e linho que hi lavrarem e colherem. E outro tanto pagarão quaesquer pessoas posto que moradores e vizinhos seJam da dita villa. se nam entrarem na dita liberdade de cavalaria, e pagarem por ella os ditos Çinquenta e quatro Reaes. E os lavradores da dita terra. nam serão constringidos pellos offiçiaes do mestre nem per outros alguuns que lavrem as herdades e terras contra folha. por assy ser neçessaryo pera paçiguo e soportamento de seus gados.

LAGARES

Os lagares o moinhos de fazer azeyte sam de ordem em solido. a quall hade dar lagares em abastança pera se fazer azeytona do povo em maneira que se nam perqua. Por que quando lhos assy nam derem cada huum Irra fazer sua azeitona onde lhe melhor vier. sem prema nem pena nenhuma. Nos quaes lagares e moendas da dita ordem se fará primeiro a azeytona do povo da dita villa. que azeytona da ordem. E os vereadores da dita villa buscarão em cada huum anno os lagareiros mais pertencentes e fiees que acharem pera averem de estar nos ditos lagares. Os quaes serão pagos aa custa da ordem. E os ditos vereadores terão cuidado de sempre proverem os lagares se estam

aparelhados e corregidos como compre ao proveito do dito azeite. Por que não estando assy em quall quer tempo os farão correger logo aa custa da dita ordem.

MOENDAS

E tem mais a dita ordem moinhos e moendas de pam no termo da dita villa. per prazos e aforamentos declarados nas escripturas dos aforamentos que hi ha. Nas quaes moendas. nam levarão de maquya mais que de quatorze alqueires huum. E por quanto ho povo se agrava de novamente lhe Requerem e fazerem pagar ho dizimo das ditas moendas contra costume que sempre teveram. Neste caso avemos por bem e Mandamos. que nam se leve das ditas maquyas mais dyzimo nem direito do que for ordenado e mandado pagar pollas constituições e Regimentos do prelado e doutra maneyra nam. Posto que ho contrario se atee ora customasse.

FORNOS

E sam Isso mesmo da dita ordem os fornos de poya na dita villa donde ninguem os nam poderá fazer se nam a dita ordem. E poderão porem as pessoas da dita villa fazer fornos ou fornalhas pera cozer seu pam soamente e de suas filhas ou noras. Dos quaes nam levarão poya nem direito. Porque levando o ser lheham dirribados e pagarám mais Cem Reaes de pena. Cada vez que forem culpados. Pera a ordem

GALINHAS

Item ha daver a ordem mals em cada huum anno de todos los moradores da dita villa e termo huma galinha boa e de Receber. Ou por ella aquelle preço que comumente valerem na terra. Da quall couza nam será escusa nenhuuma pessoa dos moradores da dita villa e termo por privilegio e liberdade nem lsençam que tenha. E por este dito direito: serão escuzos os sobre ditos de pagarem nem servirem pera fabrica das Igrejas do dito lugar. Nem Isso mesmo pagarão a primícia ordenada. Sobre as quaes cousas por a dita galinha foy feita composiçam e convença antre ho mestre e a dita villa. E per bem da dita composiçam: foy sobre Isso dada sentença de nossa corte. A quall mandamos poer em este nosso forall pera se cumprir. Como as outras couzas nelle contheudas. E a dita galinha se requererá pellos officiaes da ordem em cada huum anno.

por que nam se Requerendo em aquelle anno nam serão mais obrigadosa pagala em outro tempo a valia della.

AÇOUGAGEM

Daçougagem se paga de cada boy que se lhe talha no açougue huum aRatal. E da vaca meyo uvre. E de porco. os pees e hum lombinho.

ALMOCREVARIA

Os almocreves que carretam pescado do mar. E pam aos moynhos. pagarão soamente em cada huum anno dez Reaes cada anno.

MANINHOS E MONTADOS

E os Maninhos e Montados do termo da dita villa. se usará como atee quy fizeram. sem nenhuuma ennoaçam nem contradicam que ao diante aJam.

SERVIÇOS DAS PESSOAS

E ho almoxarife da ordem. Nem outro nenhuum offiçiall nam constrangerá nenhuuns dos moradores do dito lugar pera se servirem nas cousas da ordem contra suas vontades e de graça. E quando pera as cousas da ordem ou dos direitos Reaes forem neçessarios alguuns homens. Elle soamente Requererá aos Juizes que lhe dem aquellas pessoas que pera ho tal serviço forem neçessarias. os quaes serão pagos de seus serviços segundo ho estado da terra. E ho Juiz que os constranger. será obrigado a dar ho jornal aos que assy apremar. Pera as ditas cousas. Aa custa dos sobre ditos lho Requererem.

Do vinho soamente se ouver dos oytavos se fará Rellego E nam do vinho dos dizimos que a ordem tem na dita villa. nem de nenhuum outro. ho quall vinho no tempo do Rellego se venderá em duas cazas. A saber. Huuma na dita villa e outra no termo. no lugar que aos moradores do dito termo e aos camynhantes seja mais conveniente. E entender se há dos tres meses ante Sam Joham. No quall tempo nenhuuma pessoa da villa ou termo nam venderá nenhuum vynho na dita villa ou termo sem licença do almoxarife nosso ou nosso official ou Rendeyro delle. so pena de polla primeira vez ou segunda que for achado fazendo ho contrário pagara por cada huuma vez nove Reaes pera ho Rellego. E se a terceira vez vender sem a dita licença: ser lhe há entornado o

vinho e quebrada a vasilha em que o tiver. E as pessoas que no tempo do Rellego quiserem trazer vinho aa dita villa e vender de fora do termo della: podelo ham fazer pagando ao Rellego huum almude de cada huma carga. e se venderem ho dito vinho de fora do termo sem a dita paga ou licença perderão ho dito vinho.

E os ditos offiçiaes nam meterão no tempo do Rellego nem venderão nenhuum outro vynho assy da villa como fora della: salvo o que na dita villa e termo se ouver dos nossos oytavos ou Reguengos. Com tal entendimento. que se ho dito nosso vinho nam bastar aos ditos tres meses de Rellego que logo dy por diante em quall quer tempo que se acabar se fique em liberdade da dita villa poder vender seus vynhos quem quiser sem nenhuma pena nem paga. E se per ventura ho nosso vinho for tanto que se nam possa vender nos ditos tre mese de Rellego. Queremos e Mandamos que passados os ditos tres meses nam possam mais vender atavernado na dita villa nem no termo.

E por que somos certificads que com a venda do nosso vinho se mete por alguuns offiçiaes do Rellego e Rendeyro delle outro muyto vinho de que nosso povos se sempre agravaram Avemos por bem pera se isto evitar, que tanto que nossos vinhos forem Recolhidos aJam a vista delles os offiçiaes da camara da dyta villa. Os quaes escreverão passado dya dos Sanctos em cada huum anno a quantidade e qualiadde do dito vinho. e as vasilhas em que estiver pera se nam poder mais outro vinho com elle meter nem vender.

GADO DO VENTO

Ho gaado do vento he direito Reall. e Recadarse há na dyta villa per nossa ordenaçam. Com declaraçam que a pessoa a cuja mão ou poder for ter. ho dito gaado o venha escrever com as pessoas a Isso obrigadas a dez dias primeiros seguintes so pena de lhe ser demandado de furto.

DIZIMA DAS SENTENÇAS

Por quanto pollo forall antijguo dado aa dita villa foy posto por direito Reall a dizima das sentenças condemnatorias por tanto ho nosso moordomo que na dyta villa ouver Reçeberá com seu escrivam quaes quer sentenças condemnatorias que se na dita villa ouverem de executar. E de quall quer quantidade de que fezer a dita execuçam e

entrega levará ho dito moordomo a dyzima aa custa do comdemnado. Porem se de tall sentença se Jaa pagou a dizima em outra parte polla dada della nam se pagará mays outra dizima na execuçam. Posto que seJa feita pello dito moordomo. E se a parte condemnada quiser pagar ho contheudo na sentença ante de ser penhorado por ella. nam pagará a dita dizima. Nem se pagará Isso mesmo se ho moordomo por afeiçam ou por negligencia sendo Requerido ou por outro algum Respeito nam quyser fazer a dita execuçam. Nem menos levará a dita dizima ho porteiro allcaide ou meirinho se a tall execuçam fazer. Os quaes soamente averão por seu trabalho ho salario que devem daver per nossa ordenaçam.

PENA DA ARMA

A penna da arma se levará per nossa ordenaçam. a saber. Duzentos Reaes e arma perdida. Com estas declaraçoens. a saber que. a dita pena se nam levará quando alguumas pessoas apunharem espada ou quall quer outra arma sem atirar.

Nem pagarão a dita pena aquellas pessoas que sem proposito e em Reixa nova tomarem paaou ou pedra. posto que com ella façam mall. E posto que de proposito tomem ho dito paaou ou pedra se nam fizerem mall com elle. nam pagarão a dita pena. Nem a pagará moço de quinze annos pera baixo. Nem molher de quall quer Idade que seJa. Nem pagarão a dita pena aquellas pessoas que castigando a sua molher e filho e escravos e criados tirarem sangue. Nem pagará a dita pena quem Jugando punhadas sem armas tirar sangue com bofetada ou punhada.

E as ditas penas e cada huuma dellas nam pagarão Isso mesmo quaes quer pessoas que em defendimento de seu corpo ou por apartar e estremar outras pessoas em aRuido tirarem armas. posto que com ellas tirem sangue. E a portagem per cargas com todolos outros capitulos dy por diante atee fim deste forall de Pomball se nam escreve aquy, por que hé tall como a de Leiria. A quall se achará escripta no foral de Leiria aas trinta e quatro folhas deste livro. E somente se poee aquy ho capitollo dos lugares privilegiados que nom hé tal como Leiria, ho qual hé o seguinte.

PORTAGEM

Primeyramente declaramos e pomos por ley geral em todos os forais dos nosso Reynos e aquellas pessoas hám sómente de pagar portagem em Alguma villa em lugar que não forem moradores ou vezinhos delle e de fora do tal lugar e termo delle hajam de trazer as cousas para ahi vender de que a dita portagem houveren de pagar, ou se os ditos homens de fora comprarem couzas nos lugares donde assim nam sam vezinhos e moradores e as levaraem para fora do dito termo e por que as ditas condições se nam ponhem tantas vezes em cada hum capitullo do dito foral mandamos que todos os capitullos e couzas seguintes da portagem deste foral se entenda e cumpra com as ditas condições: que a pessoa que houver de pagar a dita portagem será de fora da villa e do termo e tragua de fora do dito termo couzas para vender ou as compre no tal lugar donde assim não fór vezinho e morador e as tire para fora do dito termo assim declaramos que de todas as cargas que ao diente vão postas e nomeadas em carga mayor se entenda que sam de besta muar, ou cavalam, e per carga menor se entenda carga de asno e posta a metade da dita carga menor que a quarta da carga de besta mayor; e assim acordamos por escuzas por lucidados que todas as cargas e couzas neste foral postas e declaradas se entendam, declarem e julguem na repartiçam e conta dellas assim como nos titulos seguintes de pam, e de panos hé lemitado sem mais se fazerem outos capitullos a dita repartição de carga mayor nem menor nem custal, nem arrobas, e do monte pello titullo da carga mayor de cada couza se entenderá o que por este respeito e presso se deve pagar das outras cargas e pezo pello presso de carga mayor se entende logo sem mais declara que a carga menor será de metade do presso della e o costal devia a metade do menor e assi dos outros pezos quantidade segundo nos ditos capitullos seguintes hé declarado e assim queremos que das couzas que adiente no fim de cada hum capitullo mandamos que se pague portagem declaramosque das tais couzas se não haja de fazer saber mais na portagem posto que particularmente nos ditos capitulos não sejam declarados; e assim declaramos e mandamos que quando algumas mercadorias ou couzas se perderem descaminhadas segundo as leys de condiçoens deste foral que aquelas sómente sejam perdidas para portagem que forem escondidas e sonegado o direyto dellas e não as bestas, e nem outras couzas; de todo o trigo, sevada, santeyo, milho paínço, milho, paínço, aveya e farinha de cada hum delles

ou de lenhaça, e de cal, e sal, e baguaço de azeytona que os homens de fora trouxeram para vender a dita villa ou termo ou ahi os dito homens de fora comprarem e tirarem para fora do termo pagará por carga mayor de carga cavalari ou moar tres seitis e por carga de asno que se chama menor dois seitis e do costal que hé metade da besta menor e dahi para baxo quando vier para ver dara hum seitel, e quem para fora tirar quatro alqueres e dahi para baxo não pagará, e se as ditas couzas ou outras quaisquer vierem ou forem em carros ou carretas contar se há cada huma por duas cargas mayores(...) a qual portagem se não pagará de todo o pam cozido quejado biscoito, farellos, nem de baguaço de azeitona ou azeite nem de couzas dellas que seja de metal nem de prata lavrada, nem de pão que troserem ou levarem ao moinho nem de canas verdes carqueja joyo e palha vassouras nem de pedra nem de barro nem de lenha nem erva nem de carne vendida a pezo ou alho nem se fará saber de nenhuma outras couzas nem se pagará portagem que quaisquer couzas que se comprarem e terarem da villa para o termo nem do dito termo para a villa posto que sejam para vender assim vezinhos como não vezinhos não se pagará das couzas nossas nem de quaisquer pessoas trouxerem para alguma armada nossa ou feita por nosso mandado ou autoridade; nem de pano ou fiado que se mandar fazer e tecer ou pisar ou tengir nem dos mantimentos que os caminhantes na dita villa ou termo comprarem e levarem para seus mantimentos e de suas bestas nem dos panos nem saiais que se emprestarem porvadas e feytas nem dos gados que vierem a pastar a alguns lugares passando nem estando salvo daquelles que somente venderem de caza movida se não há de levar nem pagar nenhum deryto de portagem de huma condiçam e nome que seja assim como por mar como por terra assim hindo como vindo salco se com caza movida trouxerem ou levarem couzas para vender de que se não deva e haja de pagar portagem porque tais se pagará como sómente as venderem e da outra maneira não a qual pagará segundo a a qualidade de que forem como em seus capitullos audiente se contém e de quaisquer mercadorias que da dita villa e termo vierem assim por agoa como por terra que forem de passagem para fora do termo da villa por quaisquer partes não se pagará deryto nenhum de portagem e nem serão obrigados do fazerem saber posto que ahi descarreguem e pouzem a qualquer tempo hora e lugar e se ahi mais houverem de estar que todo o outro dia por

alguma couza então o farão saber e esta liberdade de paragem se não entenderá quando forem e vierem para fora do Reyno (...) nem pagarão portagem os que da dita villa e termo herdarem alguns bens moveis ou novidades de outros de raiz que ahi herdassem ou os que ahi bens de raiz proprios ou rendados e levarem as novidades e frutos delles para fora, nem pagaram portagem quaisquer pessoas que houverem pagamento de seus cazamentos, tenças, morgados ou mantimentos em quaisquer couzas ou mercadorias posto que as levem para fora e sejão para vender por todos os panos de seda, brocado e laã, linho, algudam ou de palma e de todas as roupas feytas de cada hum dellas se pagará por carga mayor vinte e sete reis e por menor tres reis e meyo e por costal seis reis, e sinco seitis e por arrouba hum rial e quatro seitis e dahi para baixo por esse respeyto segundo se vender e quem levar retalhos dos ditos panos ou roupas para seu uzo não pagará nada e carga mayor se entende de dés arroubas e a menor em sinco e o costal em duas e meya e em arrouba a dois reis e quatro seitis segundo a qual se pagará quando forem menos de costal e assim se fará nas outras cargas (...) e de carga mayor de vinho ou de vinagre se pagará hum rial e das outras cargas por esse respeyto e quem levar ou trazer tres almudes para baixo para seu uzo não pagará portagem nem fará a saber e da laã ou linho ou seda já fiadas, tingidas ou por tingir se pagará como dos ditos panos e da laã por fiar se pagará sómente seis reis por carga mayor e de estoupa fiada ou por fiar e dos brugais tres feltros, burel emxerqua amafrega, mantas da terra e dos semelhantes panos grossos e baixos se pagará por carga mayor sómente treze reis e por menor seis reis e sinco seitis e por costal tres reis e meyo que será de duas arroubas e meya levando em des arroubas a carga mayor e por esse respeyto será cada arrouba a outto seitis e dahi para baixo por esse respeyto quando para vender porem que das ditas couzas em cada huma dellas levar para seu uzo não pagará portagem do boy tres reis e quatro seitis e da vaca hum rial e sinco seitis e de carneyro ou porco dois seitis e do bode ovelha ou cabra hum seitel e se as maes (mães) trouxerem criação que mame não pagará direyto se não das maes nem se paga de borregos, cordeyros, cabritos, leytoes salvo se cada huma das ditas couzas se comprarem ou venderem e juntamente de quatro cabeças para sima das quais então pagaram por cada huma hum seitel e do toucinho, ou marrans que se venderem enteyros por cada hum dois seitis e emsertado não pagarão

portagem nem se pagará de carne que se comprar de talho ou inxerga e de coelhos, lebres, perdizes, pattsos, aves, pombas e de todas as outras aves e casa (caça) se não pagará portagem assim pello comprador como pello vendedor de courama cortida assim valeril como de outra qualquer sorte e por conseguinte de todo o calçado, obra ou lavor que se deite, couro cortido possa fazer de qualquer nome e ferça que tenha por carga mayor de vinte e sete reis e as outras como atrás no capitulo dos panos se contem a quem das ditas couzas levar athe paga de hum rial não pagará e de couros cortidos ou por curtir e de qualquer courama em cabelo pagará sómente por carga mayor treze reis e meyo e das outras cargas por esse respeyto e que das ditas couzas não sendo pelles inteyras (...) levar para seu uzo e de que deva de pagar mei Rial e dahi para baixo não pagará e de pelles de coelhos, cordeyros, de coelhos mortos e de outro todo pellatorio ou ferros por carga mayor vinte e set reis e de pelecas ou pos feios de pelles por cada hum meyo rial e quem tiver huma das ditas couzas para seu uzo não pagará=de pimenta e canela e parte de outra especiaria e por rui barbo (...) e por todas as outras couzas de botica (...) e todos os perfumes cheiros e por agoa rozada e outras Agoas (...), e por assucar e todas as confeiçoins delle ou de mel e por todas as couzas para tingir e uvas, e por todas as couzas de algudam ou seda e por todas as couzas de vidro por carga mayor das ditas couzas ou cada huma dellas ou de todas as suas semelhantes assim como mercadorias e de outras tais se pagará vonte e sete reis quem das ditas couzas levar para seu uzo menos de hum rial de dereyto não pagará e do asso, ferro, e estanho, chumbo, arame, e das couzas feytas de cada hum delles e das couzas de ferro que forem moidas, limadas, estanhadasou inverizadas por carga mayor de cada hum delles vinte e sete reis dos quais não pagaram dos que as levarem para seu uzo athe hum rial=outro tanto lhes pagará das ferramentas e armas das quais levarem para seu uzo as que quizerem sem pagar nenhuma couza e de ferro em barra (...) e por todas outras couzas lavradas delle que não seram das assima declaradas como das moedas estanhadas ou envernizadas por carga mayor treze reis e meyo e quem as ditas couzas levar para seu uzo e de suas quintas vezinhas não pagará nada de qualquer quantidade=de sera, mel, azeyte, e sebo, unto, queijos secos, manteyga salgada, pes, rezina, breu, sumagre, sabam, alcatram por carga mayor treze reis e meyo e quem comprar para seu uzo athe

hum rial de portagem não pagará nada e de cada huma das ditas couzas forem ou vierem em toneis pagar se há por esse respeyto de seis cargas ao tonel e por essa maneyra nas outras vazilhas abaxo; e não pagará nada de louça, de castanhas verdes e secas, e nozes, amexas passadas, figos, uvas passadas, amendoas e pinhois por britar, avelans, bolotas, mostarda, lentilhas e de todas a droga, legumes secos por carga mayor quatro reys quem tiver menos de dois Alquieres para seu uzo não pagará de carga, de carga mayor de laranjas, sidras e peras, ser(e)jas, uvas verdes e figos e por toda a outra fruta verde meyo Rial e outro tanto se pagará por melois e ortalixa e quando a dita fruta e ortalixa fór menos de meya arrouba não se pagará portagem de palma, esparto, (...) ou junco para fazer empreyta delle ou de obras de taboa ou funcho por carga mayor seis reys, e quem levar de meya arrouba para baixo para pra seu uzo não pagará nada e das esteyras, (...) assaftes e cordas de quaisquer obras que se lhe fazem e das ditas couzas de palma e tem por carga mayor des reys e quem tiver de meyo rial para baxo de portagem não pagara=De escravo ou escrva que se vender treze reys e meyo e se a(s) maes truxerem crianças que mamem não pagarão mais dellas que pellas maes e se trocarem huns escravos por outros sem tornar dinheyro não pagaram e se tornar dinheyro por cada dos ditos huma parte pagarão a dita portagem e a dois dias depois da venda feyta hirão arrecadar com a portagem as pessoas a isso obrigadas=do cavalo ou rusim, ou mais de mula se fór vendida por menos de duzentos e sessenta reys pagará treze reys e meyo e dahi para sima em qualquer quantidade se pagará vinte e sete reys por cada huma dellas e de Egoa se pagará tres reys e quatro seitis de asno ou asna hum rial e sinco seitis e este dereyto não pagará os vaçallos escudeyros nossos da Rainha e dos nosso filhos; e suas egoas ou asnas se venderem com crianças não pagarão se não pelas mais e se trocarem humas por outras sem tornar denheyro não pagaram portagem e se o tornarem pagaram e a dois dias depois da venda feyta hiram arrecadar com a portagem com as pessoas a isso obrigadas e de cada louça de barro do Reyno que não seja vidrada a quatro Reis por carga mayor e se fór vidrada a outto reis pela dita carga mator e da louça não vidrada de fora do Reyno os ditos outto reis por carga mayor e se for vidrada e azolejos a saber a des reys por carga mayor e quem levar para seu uzo das ditas couzas athé hum Rial de portagem não pagará e de mó de barbeyro tres reys e de

moinhos ou atafonas quatro reis e de moer casca ou azeite outo reis e por mós de mão de moer pám ou mostarda hum rial e quem trazer ou levar cada huma das ditas couzas para seu uzo não pagará nada nem se pagará de barro nem de pedra que se leve nem traga por nenhuma maneyra salvo de marmore de levante dos quais se levará somente por carga mayor hum real e para seu uso não pagarão em qualquer quantidade que as trouxerem ou levarem as pessoas que algumas mercadorias trouxerem da dita villa de que pagarão dereyto de portagem posto que sejam de outra qualidade; porem se as de que primeyro pagarem forão de mor paga ou tamanho com as que tiverem tiradas han livremente sem outra paga e se forem de mayor presso as que tiverem que as trouxerem pagaram a mayor dellas e descontar lha ham da pagua que houverem de fazer para o cumprimento da pagua da carga mayor outro tanto quando das primeyras que meterem tiverem pago; e as outras couzas conteudas no foral antigo da dita villa houvemos aqui por escusadas por se não usarem já por tanto tempo que não há delles memoria e algumas dellas ter já sua provizam por leys e ordenaçoes gerais destes reynos=As mercadorias que vierem de fora para vender não as descargaram nem meteram am caza sem pymeiro notificarem aos rendeyros ou officiais da portagem e não os achando em caza tomaram hum vezinho ou pessoa conhecida a cada hum dos quais darão as bestas e mercadorias que trazem aonde hande pouzar e descarregar donde quizerem de noute ou de dia sem nenhuma penna assim poderam descarregar na nossa ou assogue do lugar sem a dita manifestacam dos quais lugares não tiraram as mercadorias sem o primeyro dizerem aos rendeyros ou officiais da portagem sob penna de perderem aquellas somente que tirarem e se obriguarem e não as bestas nem as outras couzas e se no termo do lugar quizerem vender farão outro tanto se ahi rendeyros ou officiais houver da portagem; e se os não houver notefiquem no ao Juiz ou vintaneyros ou quadrilheyros so se os achar ou a dois homens do dito lugar ou a hum se mais ahi não achar com os quais arrecadará sem ser mais obrigado a buscar officiais nem rendeyros nem incorrer em isso em nenhuma penna e os que houverem de tirar as mercadorias para fora podem nas comprar livremente sem nenhuma obrigaçam nem cautela e serão obrigados a mostrar aos Rendeyros ou officiais quando somente as quizesse tirar e não outro tempo e das ditas manifestaçoens de fazer saber a portagem

não serão escusos os privilegiados posto que a não hajaão de pagar segundo no capitullo seguinte dos preveligiados e os declarados sub dita penna de descaminhado as pessoas eclesiasticas de todas as Igrejas e mosteyros assim de homens como molheres e os provinciais dos mosteiros em que há frade e freiras ermitaes fazem voto de perfiçam e assim os clerigos de ordens sacras e os beneficiados e mordomos que posto que não sejaão de ordens sacras e vivão com clerigos e por tais sam avidos todos os sobreditos sam isentos e preveligiados de todo o direyto de portagem nem uzagens nem costumagem por qualquer nome que possuão chamr e assim das couzas que venderem de seus bens ou beneficios como das que comprem troxerem ou levarem para seus uzos ou despesas de seus beneficios caza e familia assim por como por terra.

E assy o serão os lugares seguintes. a saber. Villar mayor. Castel Rodrigo. Sabugall. BeJa. Monsaraz. Moura. Camjnha. Chaves. Castro Viçente. Covilhaã. Pinhel. Castell Mendo. Sortelha. Guarda. Evora. Hodemira. Viana. Vallença. Prado. Guimaraães. Crasto leboreiro. Mogadoiro. Bragança. Monforte de Rio livre. Por quanto os privilegios dados aos ditos lugares de nam pagarem portagem foram conçedidos ante da era de mijl e trezentos e conquoenta e sete em que foy dada a dita villa e direitos Reaes della aa Ordem de Christo. E per consequente o serão quaes quer outros lugares que ho semelhante privilegio tenham ante da dita era de mijl e trezentos e çinquenta e set. E assy o serão os moradores da dita villa e termo nella mesma de todo o que comprarem ou venderem. Posto que o tragam de fora pera vender ou o comprem pera hir vender fora; e as pessoas dos ditos lugares preveligiados não tiraram mais o treslado de seu privilegio nem o tiraram somente certidam feita pello escrivam da Camara e com o cello como sam vezinhos daquelle lugar e posto que haja duvida nas ditas certidoens se são verdadeyras ou daquelles que as apresentão poder lhe ham sobre isso dar juramento sem os mais na terra de terem, posto que se diga que nam sam verdadeyras ou da que as apresentão e se despois provar que foram falças pederá o escrivão que a fez ao officio e degredo dois annos para Septa e a parte pederá em dobro as couzas do que assim engana ou se obrigou a portagem a metade para a nossa Camara e a outra para dita portagem os quais privilegios uzarem as pessoas nelle contidas pellas ditas certidoens posto que não vão com as suas mercadorias nem mande suas procurações com tanto

que as pessoas que as levarem e virem que a certidão e verdadeyra e que as tais mercadorias sam daquelles cuja hé a certidam que apresentar e qualquer pessoa que fór contra este nosso foral levando mais dereytos dos aqui nomeados ou levando destes mayores quantias das aqui declaradas havemos por degradados por hum anno fora da villa e termo e mais paguem de cadeya trinta reis por hum de tudo o que assim levar para a parte qua os levem e se a não quizer levar será metade para quem o quizer acusar e a outra para os cativos do mesmo poder a qualquer justiça donde aconteser assim juizes com vintaneyros ou quadrilheyros que sem mais por isso nem ordem do juizo sumariamente sabida a verdade condemne os culpados no dito caso de degredo assim de dinheiro athé a quantia de dois mil reis sem apelação nem agravo e assim disso poder conheser Almojarife nem contador nem outro official nosso nem de nossa fazenda em caso que haja e se o senhorio dos ditos dinheiros do dito foral cobra antes por si ou por outrem seja logo suspenço delles e da jurisdição do dito lugar se a tiver enquanto nossa mersé fór e mais as pessoas que em seu nome ou por elle fizerem emcorreram em as ditas pennas e o official dos ditos direytos que assim não cumprirem perderão logo os ditos officiais e nem haverão mais outros e portanto mandamos por todasas couzas conteudas neste foral que nas pennas por ley se cumprirá sepre do theor do qual mandamos fazer tres hum delles para a Camara do Conselho outro para os senhorios dos ditos dereytos e outro para a nossa torre do tombo para em todo o tempo se poder tirar qualquer duvida que bobre isso possa haver ou sobrevir.

Dada em a nossa muy nobre e sempre leall çidade de Lixboa. Ao primeiro dia de Junho. de mijll e quynhentos e doze. E eu fernam de pina o fiz fazer e soescrevy. e vay escripto em dezassete meyas folhas com esta.=El Rey

Documento 11

1663

Descrição do interior do castelo de Pombal segundo o Tombo de S. Martinho.

Publ.: EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira, *Pombal - 8 Séculos de História*, 2ª ed., Câmara Municipal de Pombal, 2007, pp. 72-73.

ao dicto Castello se entra por duas portas por huma das quais se vay por hum baluarte que juncto da Igreja de Nossa Senhora está; a outra hé de hum portado novo de cantaria lavrada que cay sobre a villa na verga do qual portal estam esculpidas as armas do Reyno e sobre ellas há huma crux de Christo e entrando pella porta do dito baluarte vay hum grande patio e recebimento no qual está hum posso de systema que empreza a agoa per a banda dereyta do dito patio vay hum jardim cerrado de muitas arvores de espinho e do dito patio nasse huma escada larga de pedradria por que se sobe aos altos do dito apozento e Castello no simo da qual escada está huma varanda coberta sobre culumnas de pedra e forrada de pinho e nella hum portal de cantaria lavrada por que se entra a huma formosa sala que tem doze varas de comprido e des de largo toda forrada de pinho com huns tirantes de ferro; e tem huma janela de grades de grande vista para a banda do sul, levante e puente e huma boa chaminé de cantaria e por baixo sua logia da mesma grandeza e logo no mesmo andar da dita sala a máo esquerda della quando entram está huma camara boa forrada de pinho de boa maneyra; tem outra janela vaza da mesma vista da outra sala com outra boa chaminé, tem seis varas e meya de comprido e sinco e meyo por onde vay a hum baluarte do dito castello, e por baixo tinha huma logia da dita grandeza: Item pella entrada da dita sala há mão dereyta tem outra caza no mesmo andar della que serve outro sim de camara forrada do mesmo pinho com huma janella de cantaria para o pateo e outra para hum baluarte tem sinco varas e meya de comprido e o mesmo de largo; de baxo desta tinha outra caza outro sim forrada de pinho toalhada de taboado; em o andar do páteo com sua serventia pera elle; e a dita camara tinha huma chaminé de cantaria pello mesmo andar da camara atras; tem outra camara forrada do mesmo pinho com huma janela de grades de ferro toda cerrada que cae sobre a villa, e outra porta que vay para outro baluarte; tem de comprido sinco varas e meya e quatro de largo e tem huma logia por baxo da mesma grandeza que servia de lenha

= Item tem no mesmo andar outra caza de mulheres tilhada de telha vam com muitos repartimentos e no cabo della tem huma dispença e cozinha, que toda a caza junctamente tem dezanove varas de comprido e seis de largo; e as logias de baxo que

servem de pouzadas de homens da mesma grandeza; e a dita caza de sima tinha janella de alvanaria que cahe sobre o jardim e outra janella para hum baluarte:

Item no dito patio tinha huma caza terrea que servia de estrevaria de pedra e cal telhada de telha vam que tem de comprido nove varas e sinco de largo com suas mangedouras bem conservadas; junto desta estrevaria pegado com ella tem outra caza que serve de forno de pedra e cal e telha vam tem de comprido quatro varas e de largo duas e meyas com seu forno; Item entrando pella torre de Menagem e caza da cadeya no andar da esquadra a mão direita digo esquerda della está huma Irmida do bem aventurado Sam Miguel com seu altar levantado e nelle huma Imagem de pedra do dito Santo hé forrada e pintada toda de obra romana assim o forro como as paredes tem huma fresta para a banda do levante, tem de comprido tres varas e de largo duas e meya, dezia se na dita capella missa quando o comendador a mandava dizer, ou qualquer outra pessoa por sua devossam, e em sima desta capella vay huma cazinha do seu tamanho forrada de telha vã;

Item sobindo pella mesma escada arriba entram em huma caza em que vive o Alcayde pequeno a qual caza hé de telha vã tem de comprido sete varas e meya, e de largo per hma parte seis varas, e por outro outto, tem duas janellas huma para o norte, e outra para o sul de avanaria no andar desta caza assim entrando a mão dereyta tem huma camara em que outro sim vive o Alcayde de telha vã que de comprido tem quatro varas, e de largo tres com huma janella de pedra e cal que cahe sobre a villa neste mesmo andar está a torre de menagem dentro da qual estão os prezos que tem de vão e cumprido sinco varas e largo quatro e meya e de baxo desta dita torre está outro sobrado a chamão Aljube que hé do mesmo tamanho; e mais de baxo há huma logia que não serve de couza alguma e tudo hé da dita torre de baxo da caza do dito Alcayde pequeno há outra logia da mesma grandeza que serve de palheyro as quais cazas todas estavam dentro do dito castello que as cercava estava neste tempo mal reparado e sem artelharia e tem por fora sua barbação, e tem duas portas pequenas e huma das de Frey João.

8.2 Apêndice fotográfico

8.2.1 Fotografias DGPC/SIPA

SIPA FOTO.00077371



Foto 1 - DGCP/SIPA FOTO.00077371

SIPA FOTO.00077372



Foto 2 - DGCP/SIPA FOTO.00077372



Foto 3 - DGCP/SIPA FOTO.00077373



Foto 4 - DGCP/SIPA FOTO.00077374

SIPAFOTO.00077375



Foto 5 - DGCP/SIPA FOTO.00077375

SIPA FOTO.00077378



Foto 6 - DGCP/SIPA FOTO.00077378



Foto 7 - DGCP/SIPA FOTO.00077379



Foto 8- DGCP/SIPA FOTO.00077380

SIPA FOTO.00077381



Foto 9 - DGCP/SIPA FOTO.00077381

SIPA FOTO.00077382



Foto 10 - DGCP/SIPA FOTO.00077382



Foto 11 - DGCP/SIPA FOTO.00077384



Foto 12 - DGCP/SIPA FOTO.00077385

SIPA FOTO.00077386



Foto 13 - DGCP/SIPA FOTO.00077386



Foto 14 - DGCP/SIPA FOTO.00077387



Foto 15 - DGCP/SIPA FOTO.00077388



Foto 16 - DGCP/SIPA FOTO.00077389



Foto 17 - DGCP/SIPA FOTO.00077390

SIPA FOTO.00077391



Foto 18 - DGCP/SIPA FOTO.00077391



Foto 19 - DGCP/SIPA FOTO.00077392



Foto 20 - DGCP/SIPA FOTO.00077393



Foto 21 - DGCP/SIPA FOTO.00077395

SIPA FOTO.00077396



Foto 22 - DGCP/SIPA FOTO.00077396

SIPA FOTO.00077397

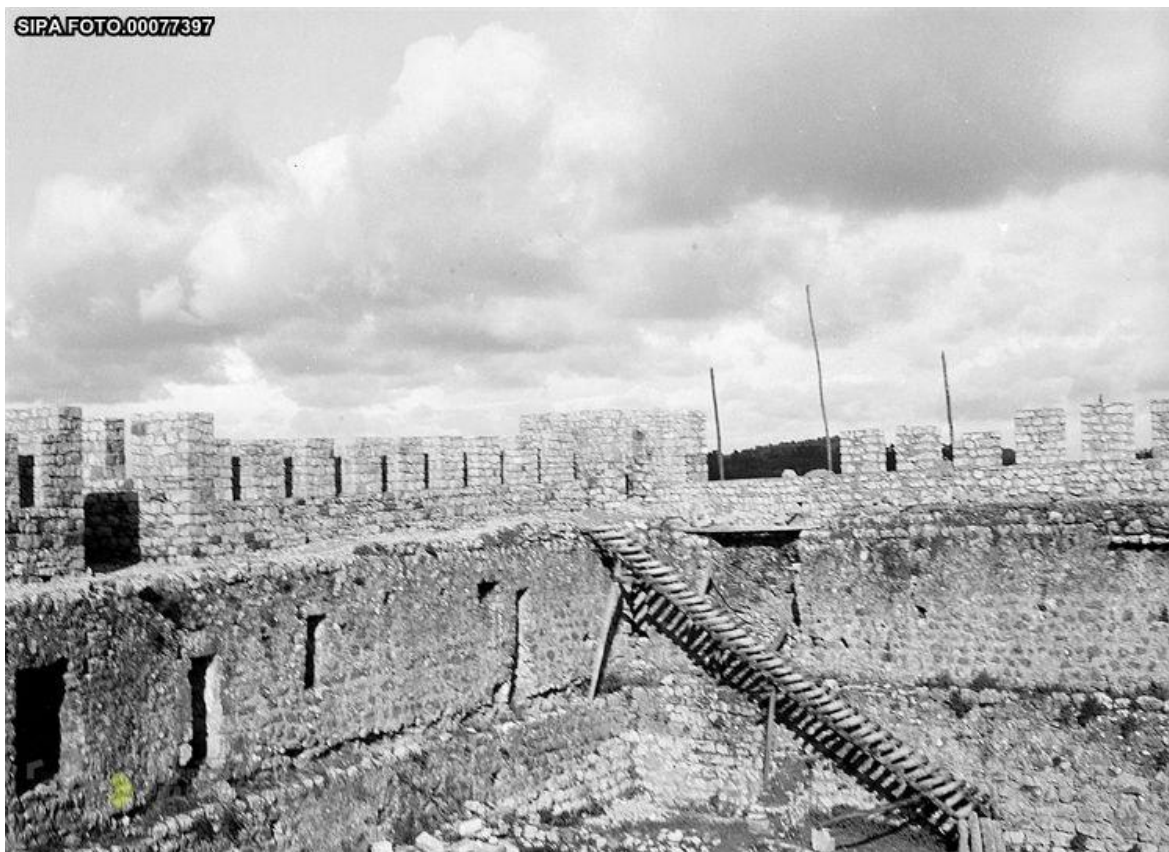


Foto 23 - DGCP/SIPA FOTO.00077397

SIPA FOTO.00077398



Foto 24 - DGCP/SIPA FOTO.00077398

SIPA FOTO.00077399



Foto 25 - DGCP/SIPA FOTO.00077399

SIPA FOTO.00077400



Foto 26 - DGCP/SIPA FOTO.00077400



Foto 27 - DGCP/SIPA FOTO.00077401



Foto 28 - DGCP/SIPA FOTO.00077402



Foto 29 - DGCP/SIPA FOTO.00077403



Foto 30 - DGCP/SIPA FOTO.00077404



Foto 31 - DGCP/SIPA FOTO.00077405



Foto 32 - DGCP/SIPA FOTO.00077406



Foto 33 - DGCP/SIPA FOTO.00077407

SIPAFOTO.00077408

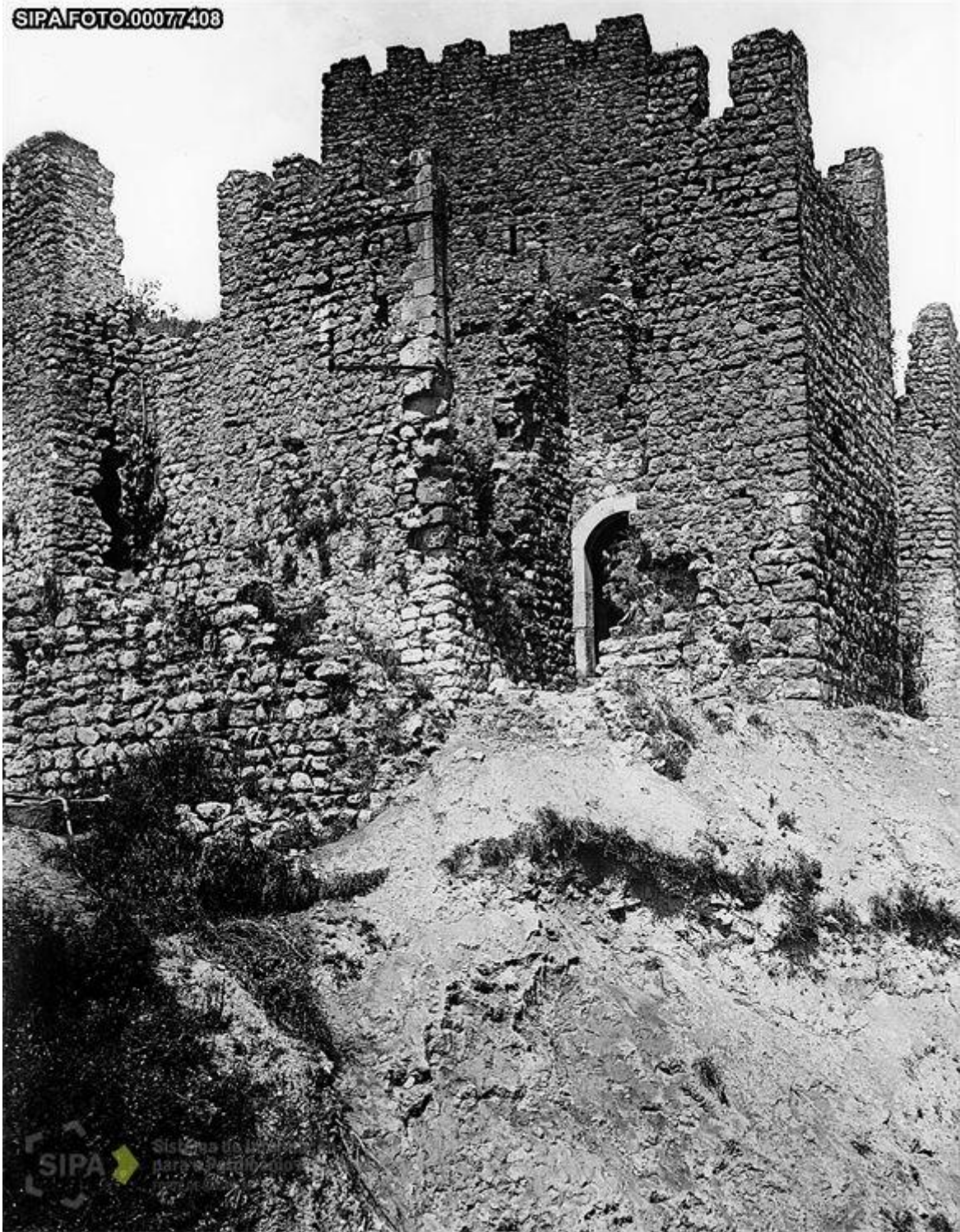


Foto 34 - DGCP/SIPA FOTO.00077408



Foto 35 - DGCP/SIPA FOTO.00077409



Foto 36 - DGCP/SIPA FOTO.00077410



Foto 37 - DGCP/SIPA FOTO.00077411

SIPA FOTO.00077412



Foto 38 - DGCP/SIPA FOTO.00077412



Foto 39 - DGCP/SIPA FOTO.00077413

SIPA FOTO.00077414



Foto 40 - DGCP/SIPA FOTO.00077414

SIPA FOTO.00077415



Foto 41 - DGCP/SIPA FOTO.00077415



Foto 42 - DGCP/SIPA FOTO.00077416

SIPA FOTO.00077417



Foto 43 - DGCP/SIPA FOTO.00077417



Foto 44 - DGCP/SIPA FOTO.00077418



Foto 45 - DGCP/SIPA FOTO.00077419



Foto 46 - DGCP/SIPA FOTO.00077420



Foto 47 - DGCP/SIPA FOTO.00077421



Foto 48 - DGCP/SIPA FOTO.00077422



Foto 49 - DGCP/SIPA FOTO.00077460

SIPA FOTO.00077461



Foto 50 - DGCP/SIPA FOTO.00077461

SIPA FOTO.00077462



Foto 51 - DGCP/SIPA FOTO.00077462



Foto 52 - DGCP/SIPA FOTO.00077463



Foto 53 - DGCP/SIPA FOTO.00077464



Foto 54 - DGCP/SIPA FOTO.00077465

SIPAFOTO.00077467



Foto 55 - DGCP/SIPA FOTO.00077467

SIPA FOTO.00077468



Foto 56 - DGCP/SIPA FOTO.00077468

SIPA FOTO.00077469



Foto 57 - DGCP/SIPA FOTO.00077469



Foto 58 - DGCP/SIPA FOTO.00077470



Foto 59 - DGCP/SIPA FOTO.00077472

SIPA FOTO.00077473

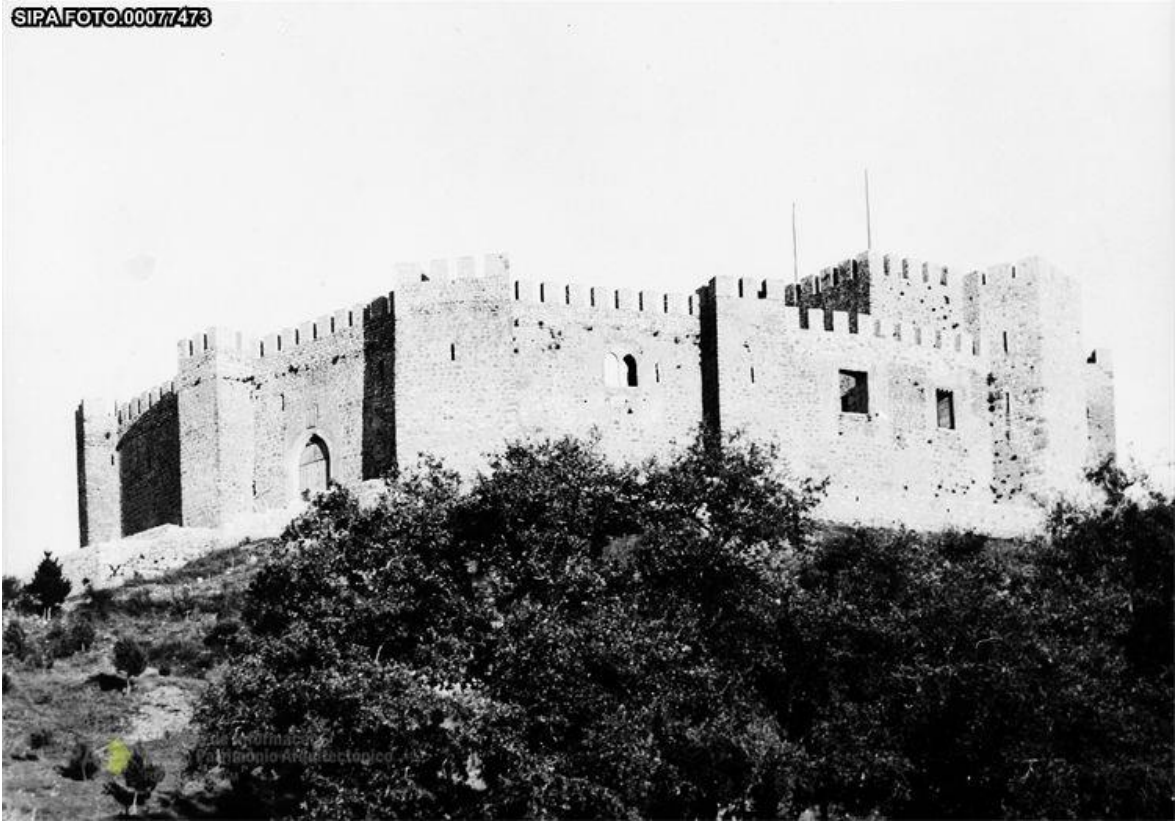


Foto 60 - DGCP/SIPA FOTO.00077473

SIPA FOTO.00077474



Foto 61 - DGCP/SIPA FOTO.00077474



Foto 62 - DGCP/SIPA FOTO.00077475



Foto 63 - DGCP/SIPA FOTO.00077476

SIPA FOTO.00077477



Foto 64 - DGCP/SIPA FOTO.00077477



Foto 65 - DGCP/SIPA FOTO.00077478

SIPA FOTO.00077479



Foto 66 - DGCP/SIPA FOTO.00077479



Foto 67 - DGCP/SIPA FOTO.00077480



Foto 68 - DGCP/SIPA FOTO.00077481

SIPA FOTO.00077482

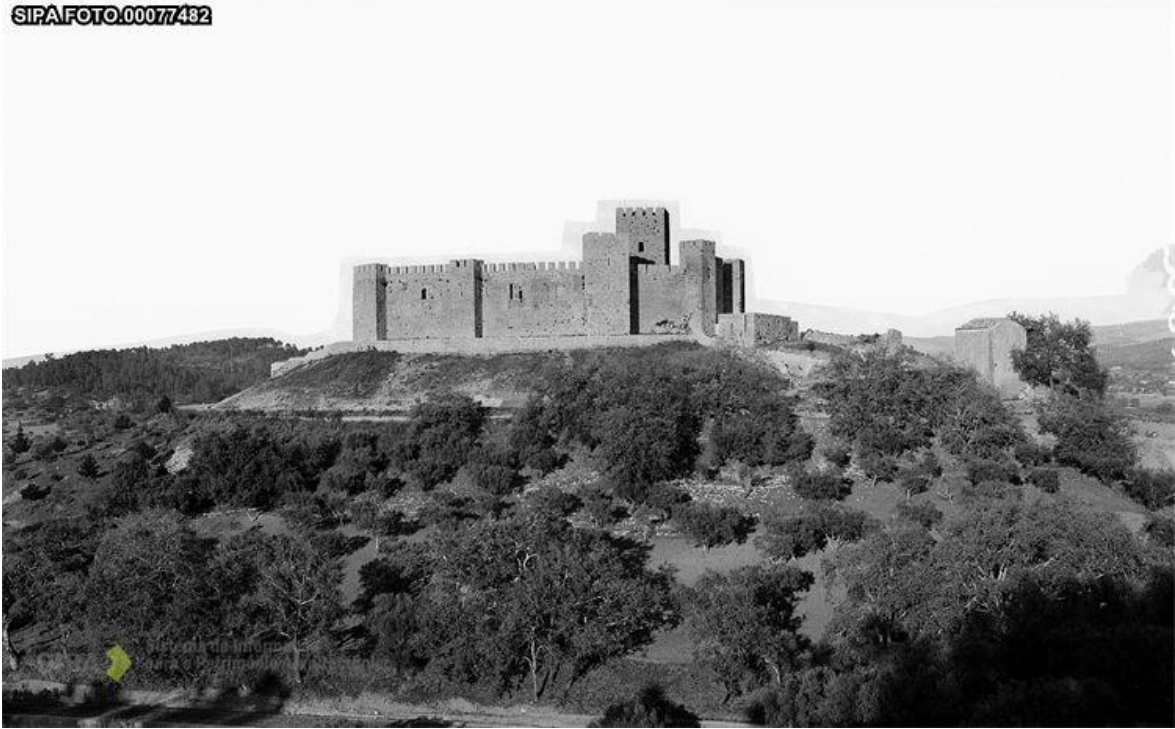


Foto 69 - DGCP/SIPA FOTO.00077482

SIPA FOTO.00077483



Foto 70 - DGCP/SIPA FOTO.00077483

SIPAFOTO.00077484



Foto 71- DGCP/SIPA FOTO.00077484

SIPAFOTO.00077485



Foto 72 - DGCP/SIPA FOTO.00077485



Foto 73 - DGCP/SIPA FOTO.00077486



Foto 74 - DGCP/SIPA FOTO.00077487



Foto 75 - DGCP/SIPA FOTO.00077488



Foto 76 - DGCP/SIPA FOTO.00077489



Foto 77 - DGCP/SIPA FOTO.00077490



Foto 78 - DGCP/SIPA FOTO.00077491

SIPAFOTO.00077492



Foto 79 - DGCP/SIPA FOTO.00077492



Foto 80 - DGCP/SIPA FOTO.00077493



Foto 81 - DGCP/SIPA FOTO.00077494

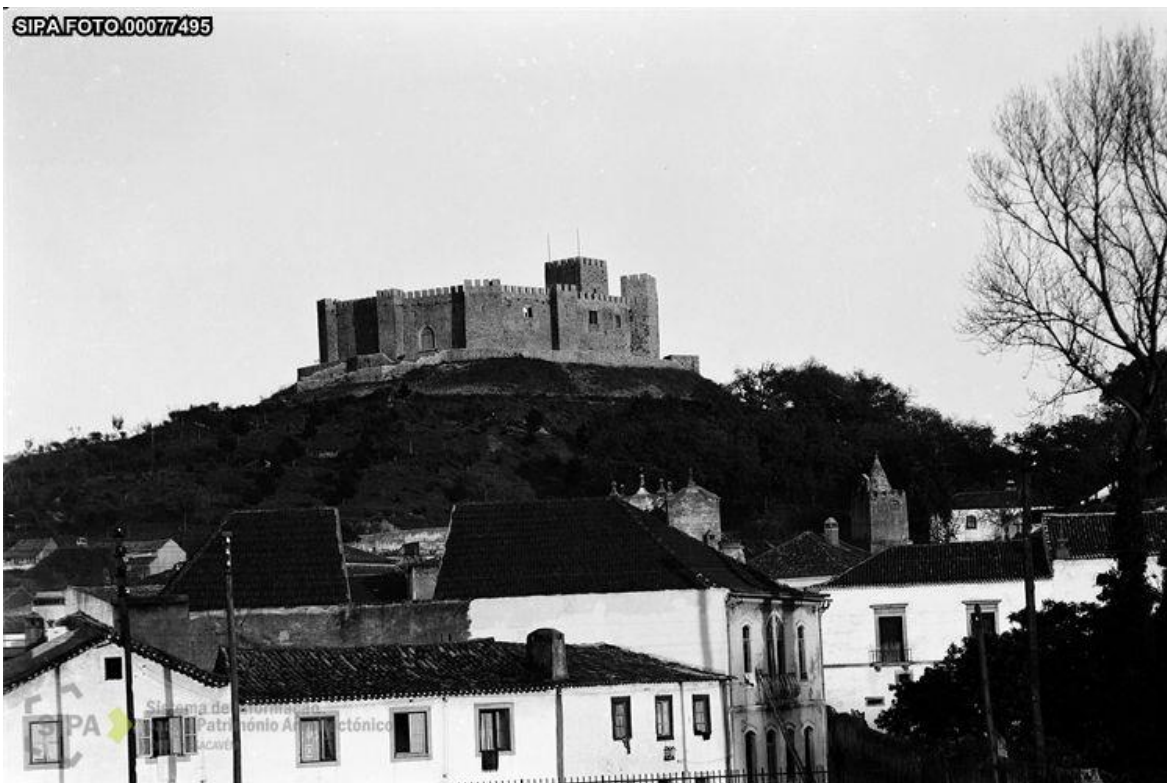


Foto 82 - DGCP/SIPA FOTO.00077495



Foto 83 - DGCP/SIPA FOTO.00077496



Foto 84 - DGCP/SIPA FOTO.00077497



Foto 85 - DGCP/SIPA FOTO.00077498



Foto 86 - DGCP/SIPA FOTO.00077499



Foto 87 - DGCP/SIPA FOTO.00077500



Foto 88 - DGCP/SIPA FOTO.00077501

SIPAFOTO.00077502



Foto 89 - DGCP/SIPA FOTO.00077502

SIPA FOTO.00077520



Foto 90 - DGCP/SIPA FOTO.00077520



Foto 91 - DGCP/SIPA FOTO.00077521



Foto 92 - DGCP/SIPA FOTO.00077522

SIPA/FOTO.00536562



Foto 93 - DGCP/SIPA FOTO.00536562



Foto 94 - DGCP/SIPA FOTO.00541114

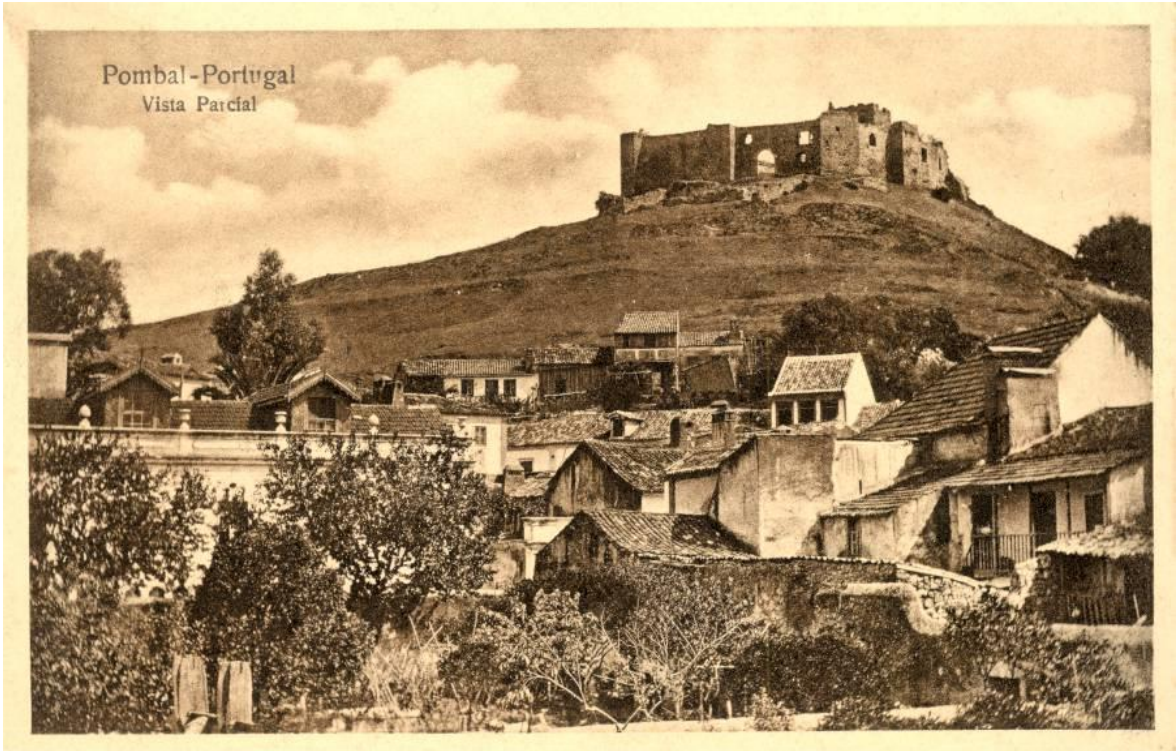


Foto 95 - DGCP/SIPA FOTO.00828958



Foto 96 - DGCP/SIPA FOTO.00828959

8.2.2. Postais



Postal 1 - presente em

<http://ww3.aeje.pt/avcultor/Avcultor/Postais/PombalPostais05.htm>



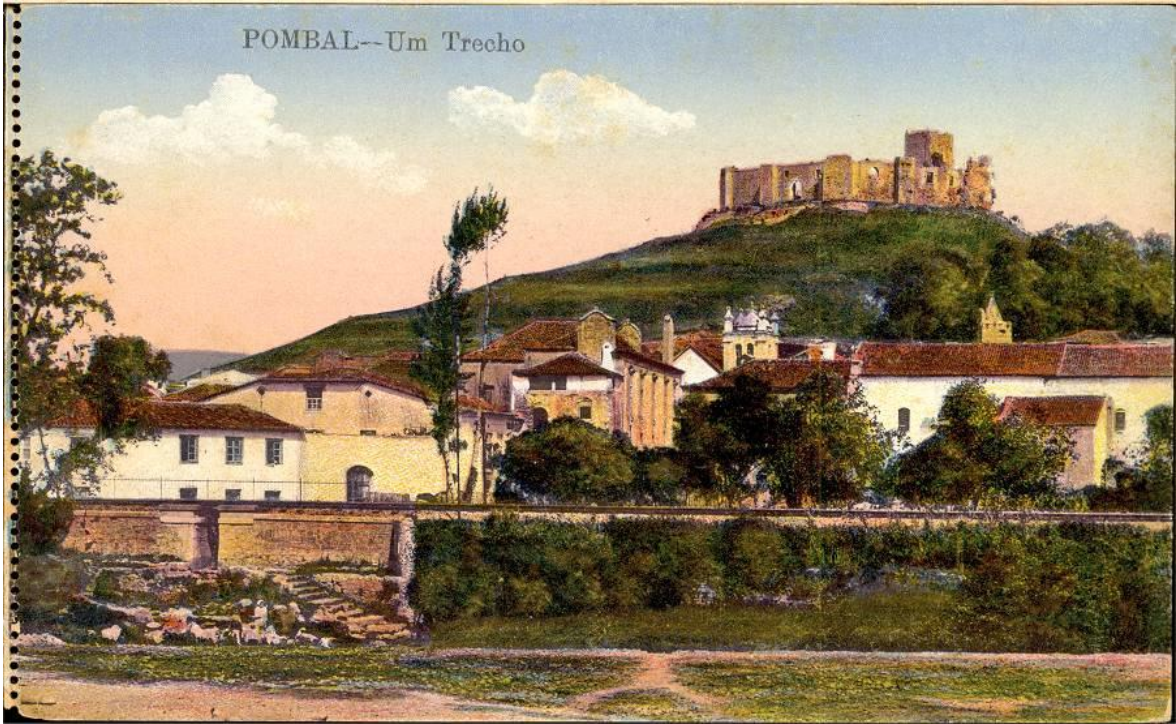
Postal 2 - presente em

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>



Postal 3 - presente em

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>



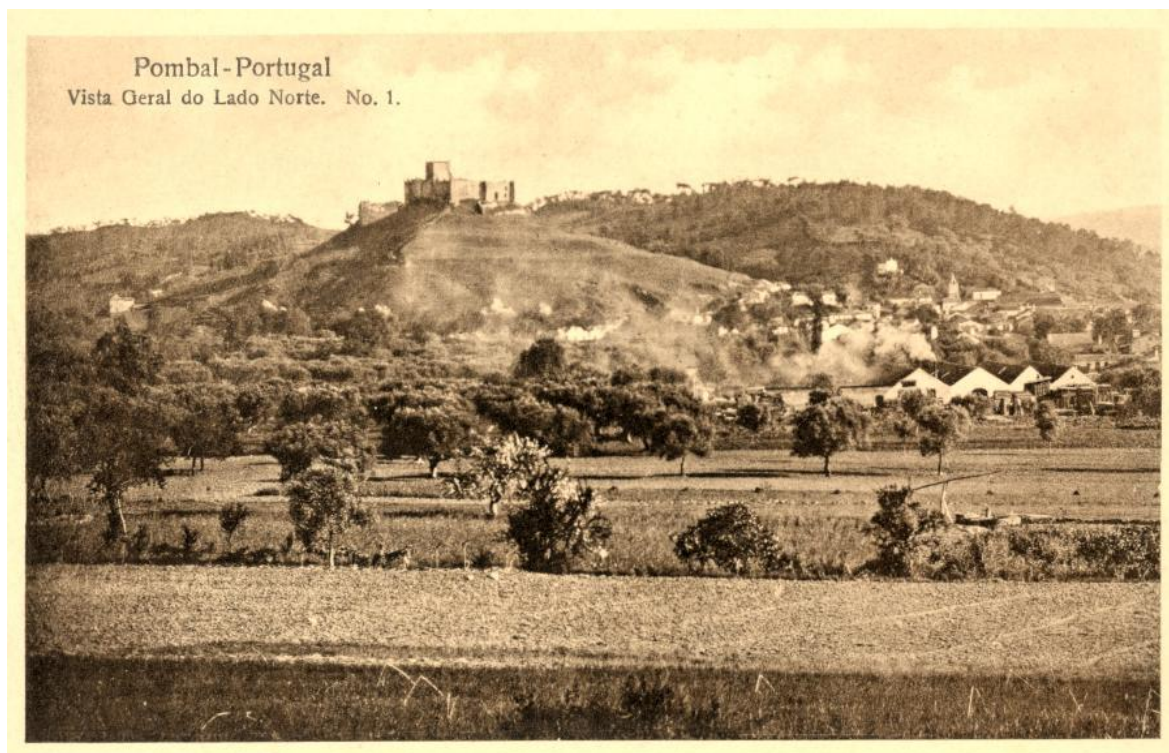
Postal 4 - presente em

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>



Postal 5 - presente em

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>



Postal 6 - presente em

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>



Postal 7 - presente em
<http://ww3.aeye.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>

Fotografias DGPC/SIPA

SIPA FOTO.00077371



Foto 1 - DGCP/SIPA FOTO.00077371

SIPA FOTO.00077372



Foto 2 - DGCP/SIPA FOTO.00077372



Foto 3 - DGCP/SIPA FOTO.00077373



Foto 4 - DGCP/SIPA FOTO.00077374

SIPA FOTO.00077375



Foto 5 - DGCP/SIPA FOTO.00077375

SIPA FOTO.00077378



Foto 6 - DGCP/SIPA FOTO.00077378



Foto 7 - DGCP/SIPA FOTO.00077379



Foto 8- DGCP/SIPA FOTO.00077380

SIPA FOTO.00077381



Foto 9 - DGCP/SIPA FOTO.00077381

SIPA FOTO.00077382

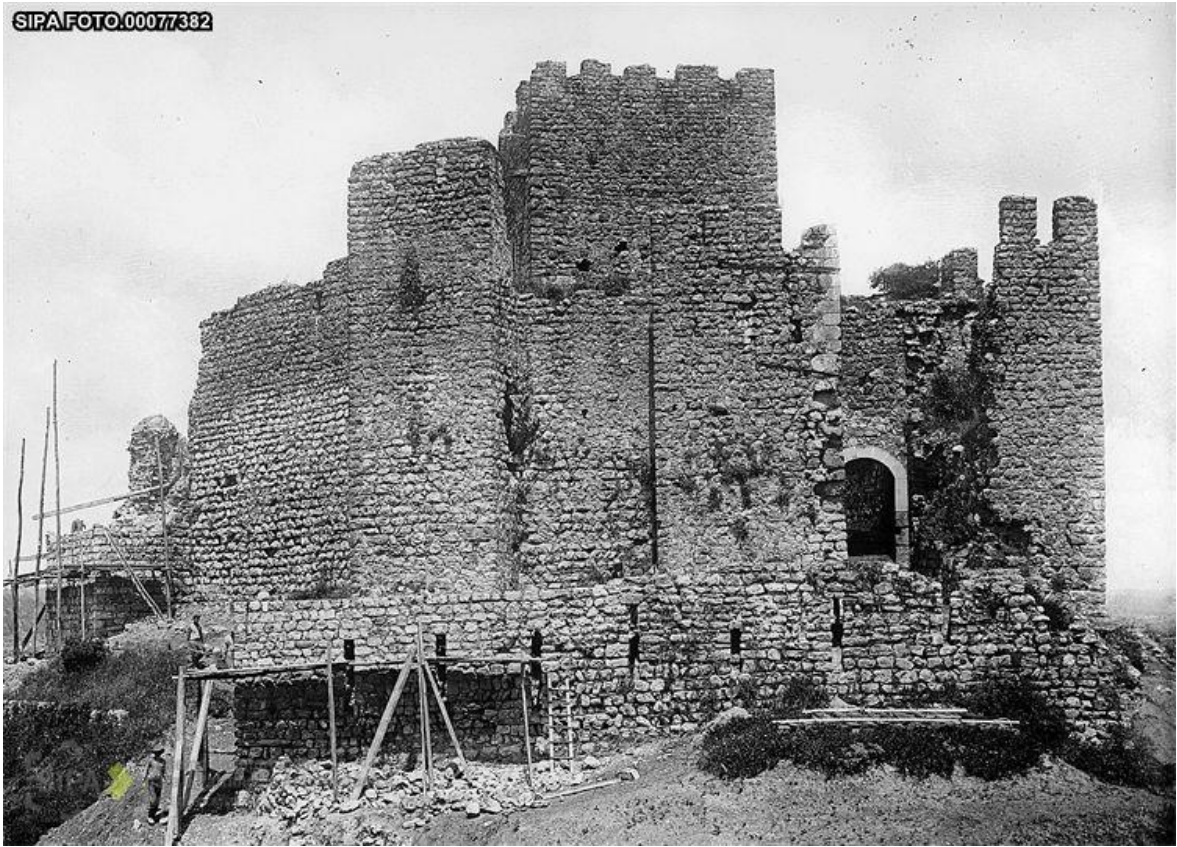


Foto 10 - DGCP/SIPA FOTO.00077382



Foto 11 - DGCP/SIPA FOTO.00077384



Foto 12 - DGCP/SIPA FOTO.00077385

SIPA FOTO.00077386



Foto 13 - DGCP/SIPA FOTO.00077386



Foto 14 - DGCP/SIPA FOTO.00077387



Foto 15 - DGCP/SIPA FOTO.00077388



Foto 16 - DGCP/SIPA FOTO.00077389



Foto 17 - DGCP/SIPA FOTO.00077390



Foto 18 - DGCP/SIPA FOTO.00077391



Foto 19 - DGCP/SIPA FOTO.00077392

SIPA FOTO.00077393



Foto 20 - DGCP/SIPA FOTO.00077393



Foto 21 - DGCP/SIPA FOTO.00077395

SIPA FOTO.00077396



Foto 22 - DGCP/SIPA FOTO.00077396

SIPA FOTO.00077397



Foto 23 - DGCP/SIPA FOTO.00077397

SIPA FOTO.00077398



Foto 24 - DGCP/SIPA FOTO.00077398

SIPA FOTO.00077399



Foto 25 - DGCP/SIPA FOTO.00077399

SIPA FOTO.00077400



Foto 26 - DGCP/SIPA FOTO.00077400



Foto 27 - DGCP/SIPA FOTO.00077401



Foto 28 - DGCP/SIPA FOTO.00077402



Foto 29 - DGCP/SIPA FOTO.00077403



Foto 30 - DGCP/SIPA FOTO.00077404



Foto 31 - DGCP/SIPA FOTO.00077405



Foto 32 - DGCP/SIPA FOTO.00077406



Foto 33 - DGCP/SIPA FOTO.00077407

SIPAFOTO.00077408



Foto 34 - DGCP/SIPA FOTO.00077408



Foto 35 - DGCP/SIPA FOTO.00077409



Foto 36 - DGCP/SIPA FOTO.00077410



Foto 37 - DGCP/SIPA FOTO.00077411

SIPA FOTO.00077412



Foto 38 - DGCP/SIPA FOTO.00077412



Foto 39 - DGCP/SIPA FOTO.00077413

SIPA FOTO.00077414



Foto 40 - DGCP/SIPA FOTO.00077414

SIPA FOTO.00077415



Foto 41 - DGCP/SIPA FOTO.00077415



Foto 42 - DGCP/SIPA FOTO.00077416

SIPA FOTO.00077417



Foto 43 - DGCP/SIPA FOTO.00077417



Foto 44 - DGCP/SIPA FOTO.00077418



Foto 45 - DGCP/SIPA FOTO.00077419



Foto 46 - DGCP/SIPA FOTO.00077420



Foto 47 - DGCP/SIPA FOTO.00077421



Foto 48 - DGCP/SIPA FOTO.00077422



Foto 49 - DGCP/SIPA FOTO.00077460

SIPA FOTO.00077461



Foto 50 - DGCP/SIPA FOTO.00077461



Foto 51 - DGCP/SIPA FOTO.00077462



Foto 52 - DGCP/SIPA FOTO.00077463



Foto 53 - DGCP/SIPA FOTO.00077464



Foto 54 - DGCP/SIPA FOTO.00077465

SIPAFOTO.00077467



Foto 55 - DGCP/SIPA FOTO.00077467

SIPA FOTO.00077468



Foto 56 - DGCP/SIPA FOTO.00077468

SIPA FOTO.00077469



Foto 57 - DGCP/SIPA FOTO.00077469



Foto 58 - DGCP/SIPA FOTO.00077470



Foto 59 - DGCP/SIPA FOTO.00077472

SIPA FOTO.00077473



Foto 60 - DGCP/SIPA FOTO.00077473

SIPA FOTO.00077474



Foto 61 - DGCP/SIPA FOTO.00077474



Foto 62 - DGCP/SIPA FOTO.00077475



Foto 63 - DGCP/SIPA FOTO.00077476

SIPA FOTO.00077477



Foto 64 - DGCP/SIPA FOTO.00077477



Foto 65 - DGCP/SIPA FOTO.00077478

SIPA FOTO.00077479



Foto 66 - DGCP/SIPA FOTO.00077479



Foto 67 - DGCP/SIPA FOTO.00077480



Foto 68 - DGCP/SIPA FOTO.00077481

SIPA FOTO.00077482

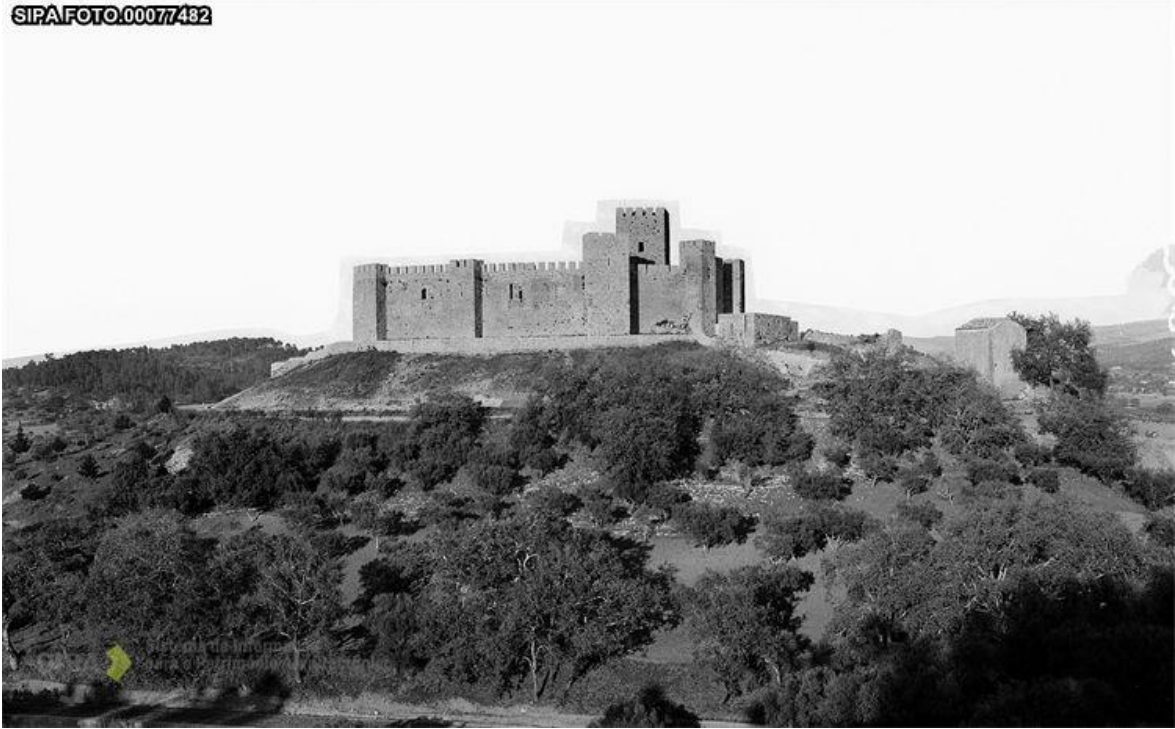


Foto 69 - DGCP/SIPA FOTO.00077482

SIPA FOTO.00077483



Foto 70 - DGCP/SIPA FOTO.00077483

SIPAFOTO.00077484

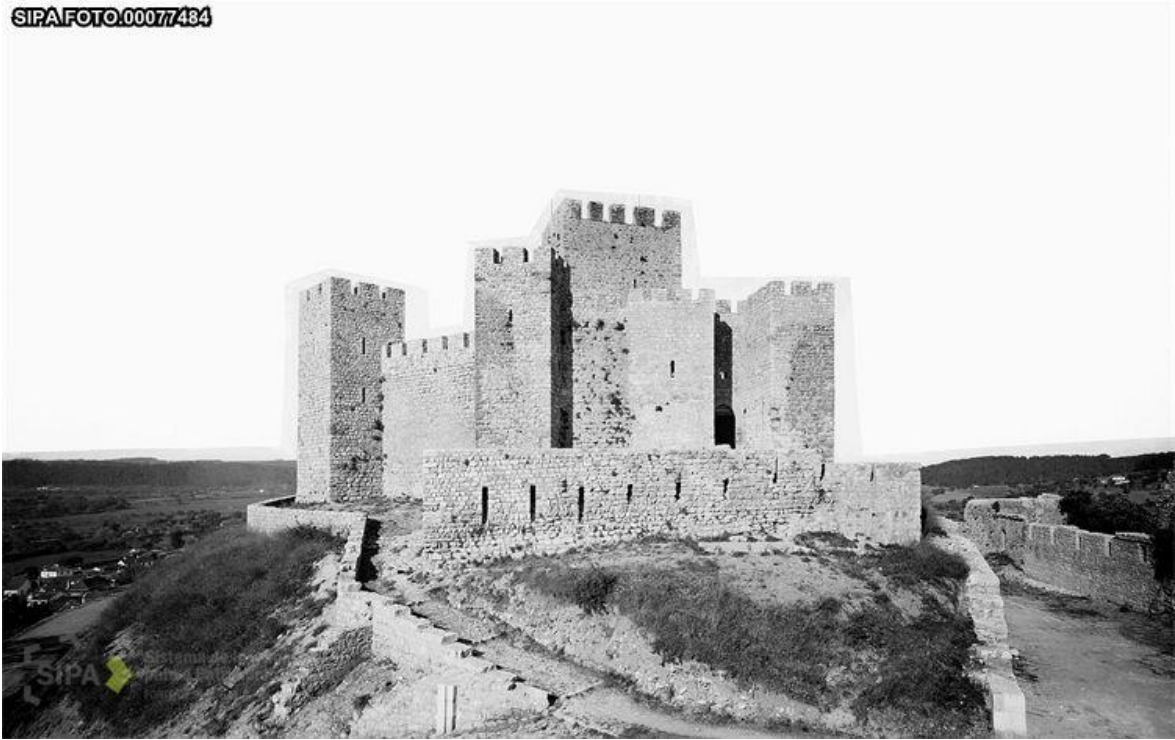


Foto 71- DGCP/SIPA FOTO.00077484

SIPAFOTO.00077485



Foto 72 - DGCP/SIPA FOTO.00077485



Foto 73 - DGCP/SIPA FOTO.00077486



Foto 74 - DGCP/SIPA FOTO.00077487



Foto 75 - DGCP/SIPA FOTO.00077488



Foto 76 - DGCP/SIPA FOTO.00077489



Foto 77 - DGCP/SIPA FOTO.00077490



Foto 78 - DGCP/SIPA FOTO.00077491

SIPAFOTO.00077492



Foto 79 - DGCP/SIPA FOTO.00077492



Foto 80 - DGCP/SIPA FOTO.00077493



Foto 81 - DGCP/SIPA FOTO.00077494

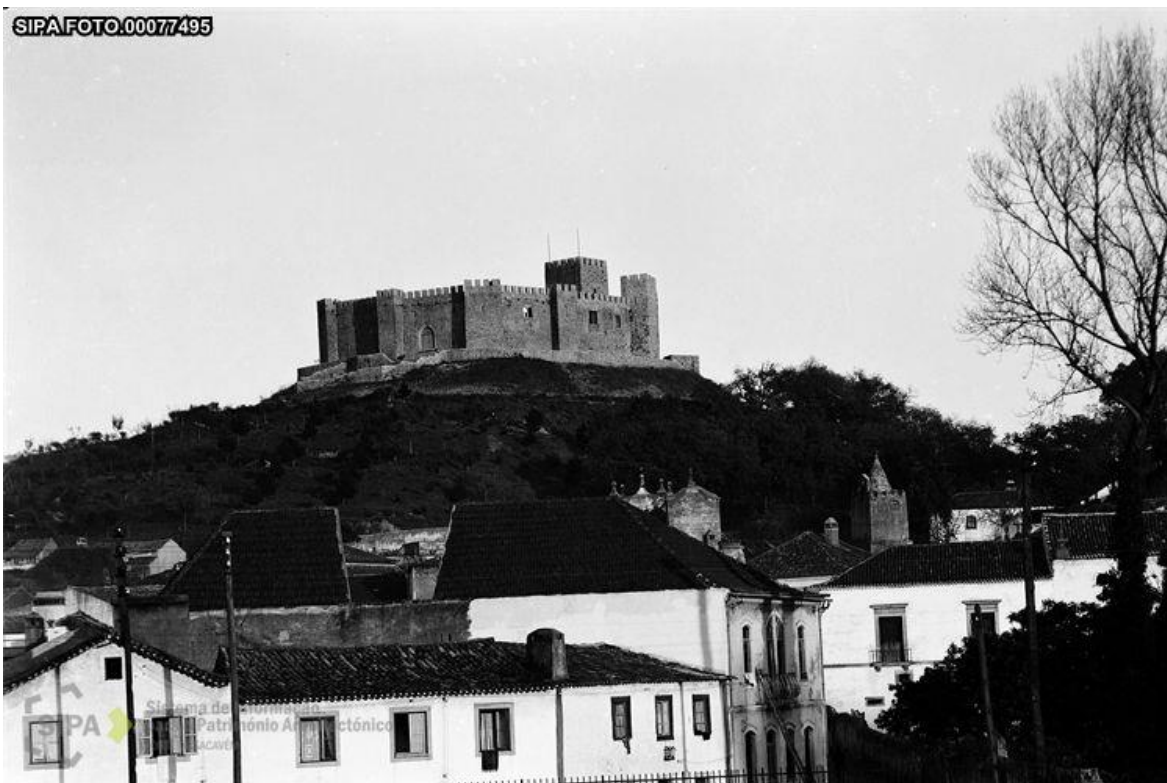


Foto 82 - DGCP/SIPA FOTO.00077495



Foto 83 - DGCP/SIPA FOTO.00077496



Foto 84 - DGCP/SIPA FOTO.00077497

SIPA FOTO.00077498



Foto 85 - DGCP/SIPA FOTO.00077498

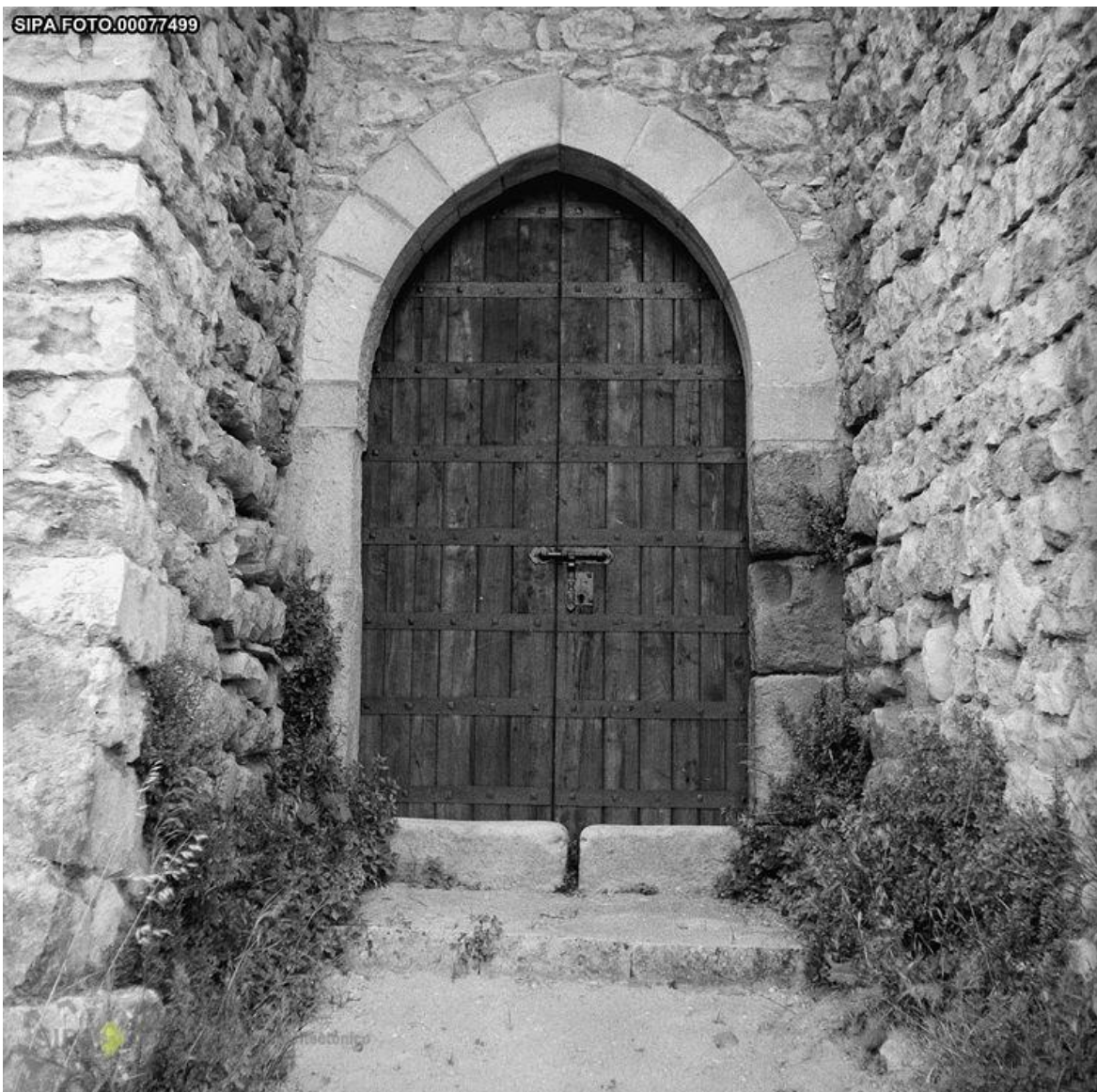


Foto 86 - DGCP/SIPA FOTO.00077499



Foto 87 - DGCP/SIPA FOTO.00077500



Foto 88 - DGCP/SIPA FOTO.00077501

SIPAFOTO.00077502



Foto 89 - DGCP/SIPA FOTO.00077502

SIPA FOTO.00077520



Foto 90 - DGCP/SIPA FOTO.00077520



Foto 91 - DGCP/SIPA FOTO.00077521

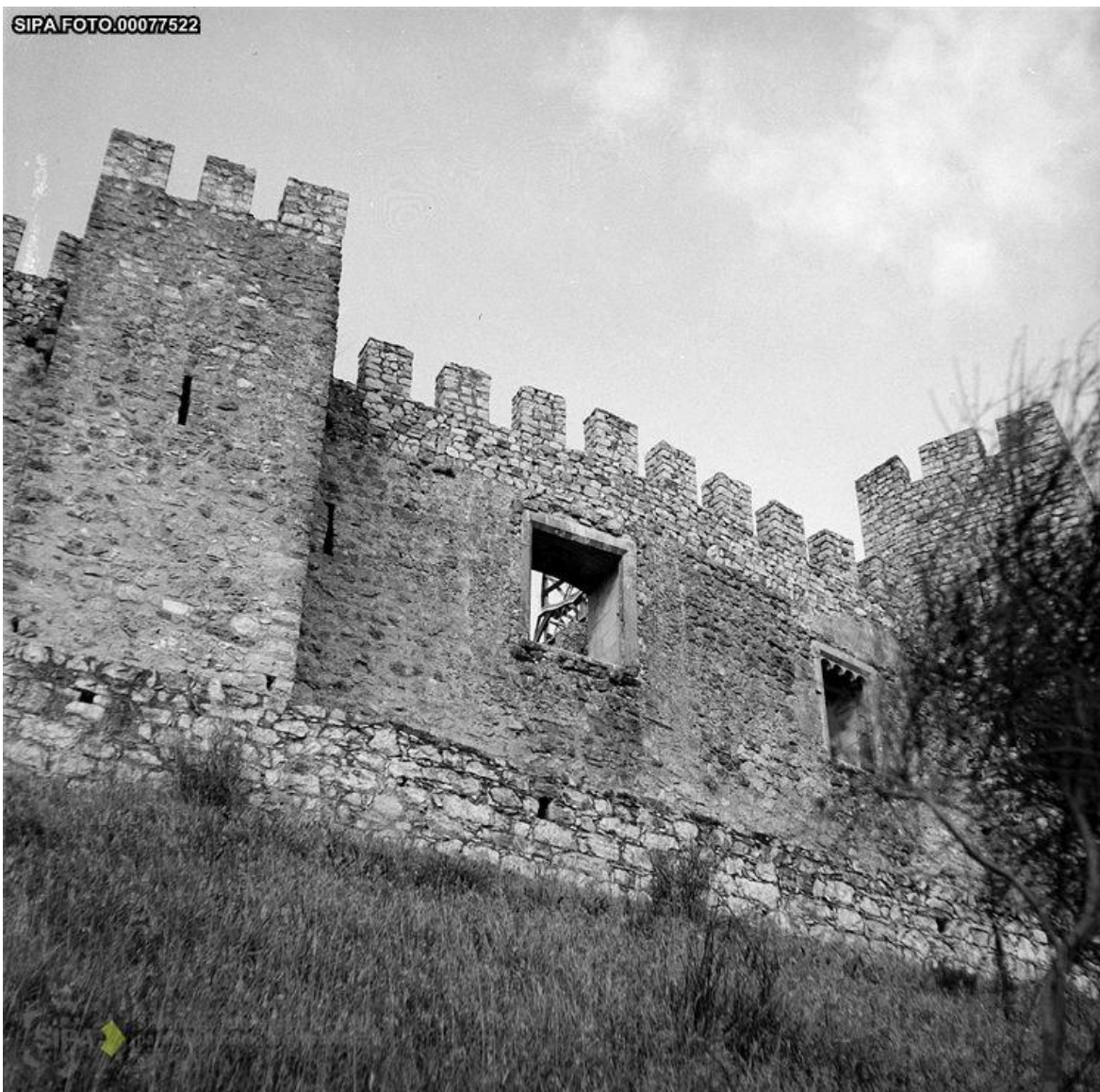


Foto 92 - DGCP/SIPA FOTO.00077522

SIPA/FOTO.00536562



Foto 93 - DGCP/SIPA FOTO.00536562



Foto 94 - DGCP/SIPA FOTO.00541114

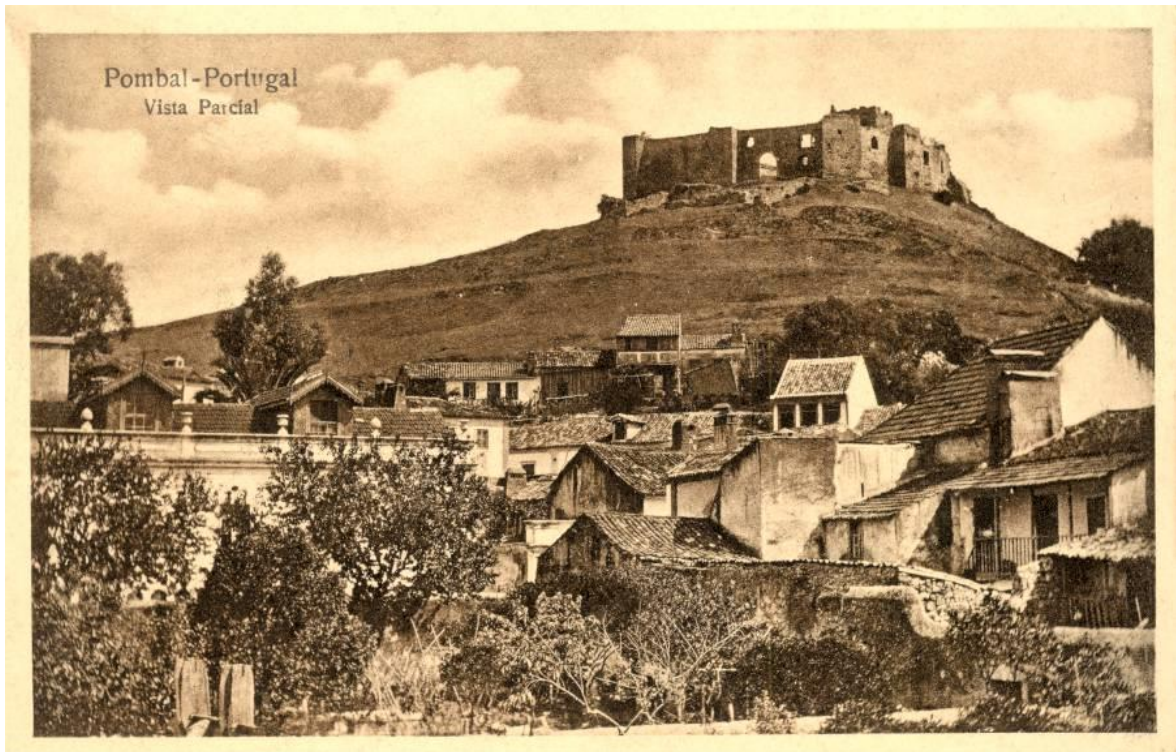


Foto 95 - DGCP/SIPA FOTO.00828958



Foto 96 - DGCP/SIPA FOTO.00828959

8.2.2 Postais



Postal 7, publicado em

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>



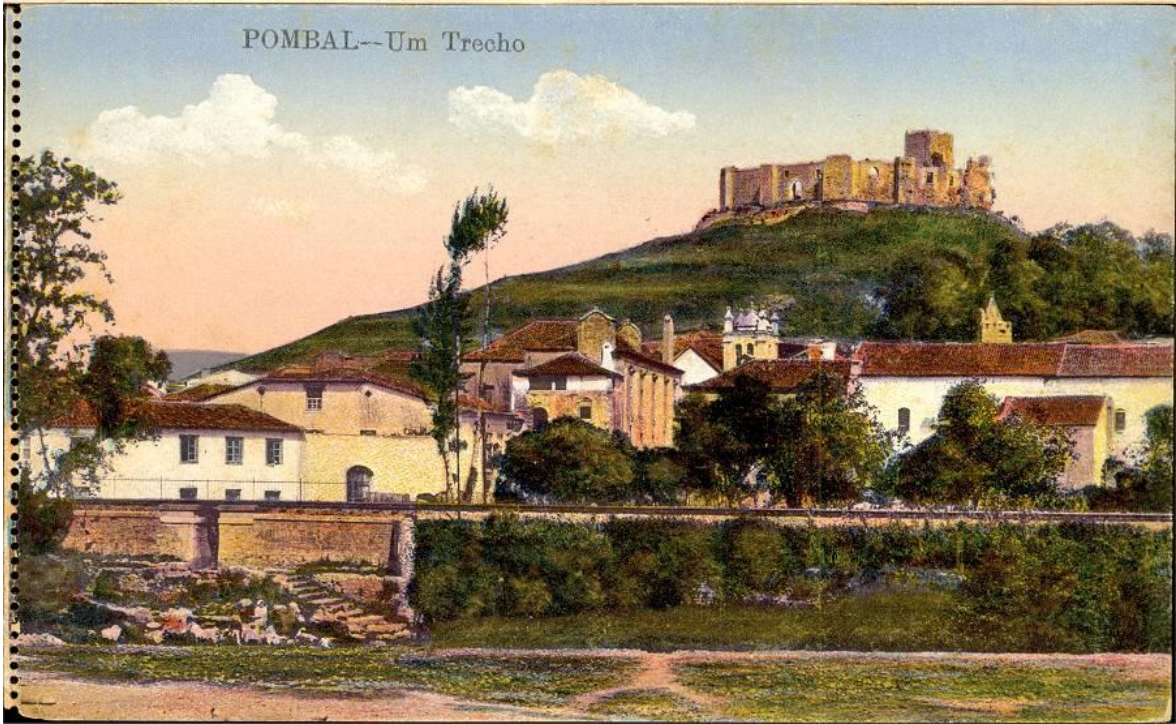
Postal 8 publicado em

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>



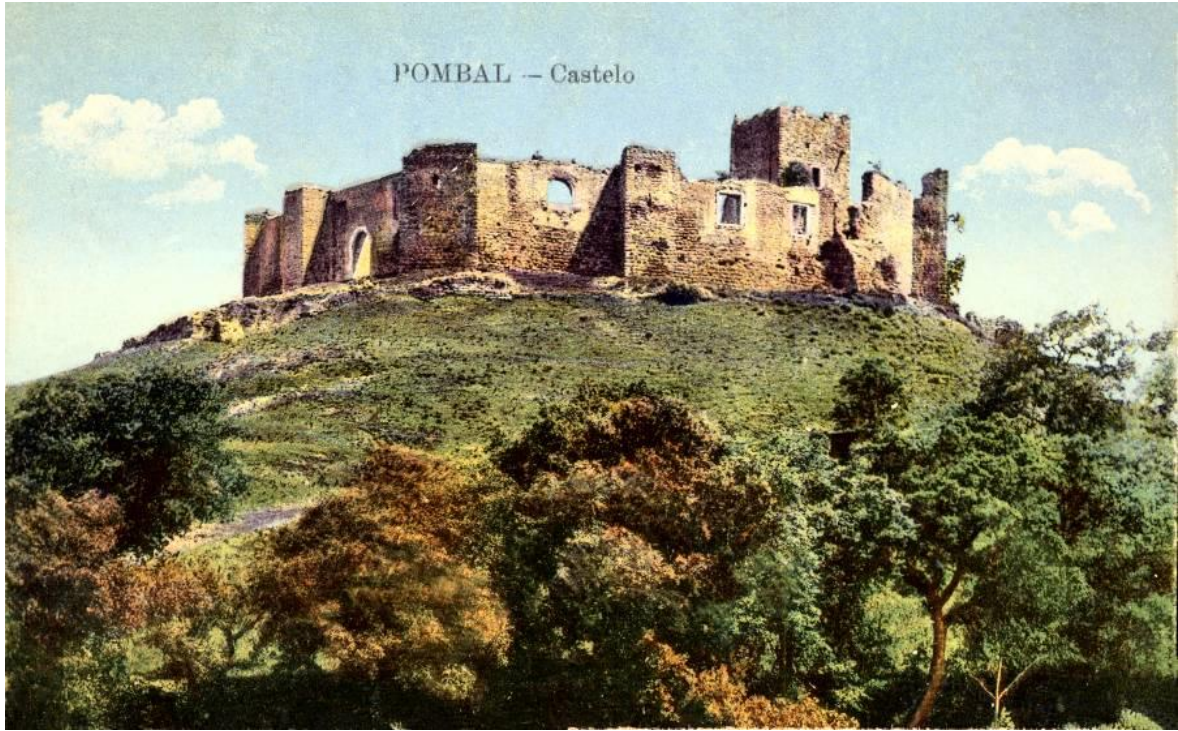
Postal 11 publicado em

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>



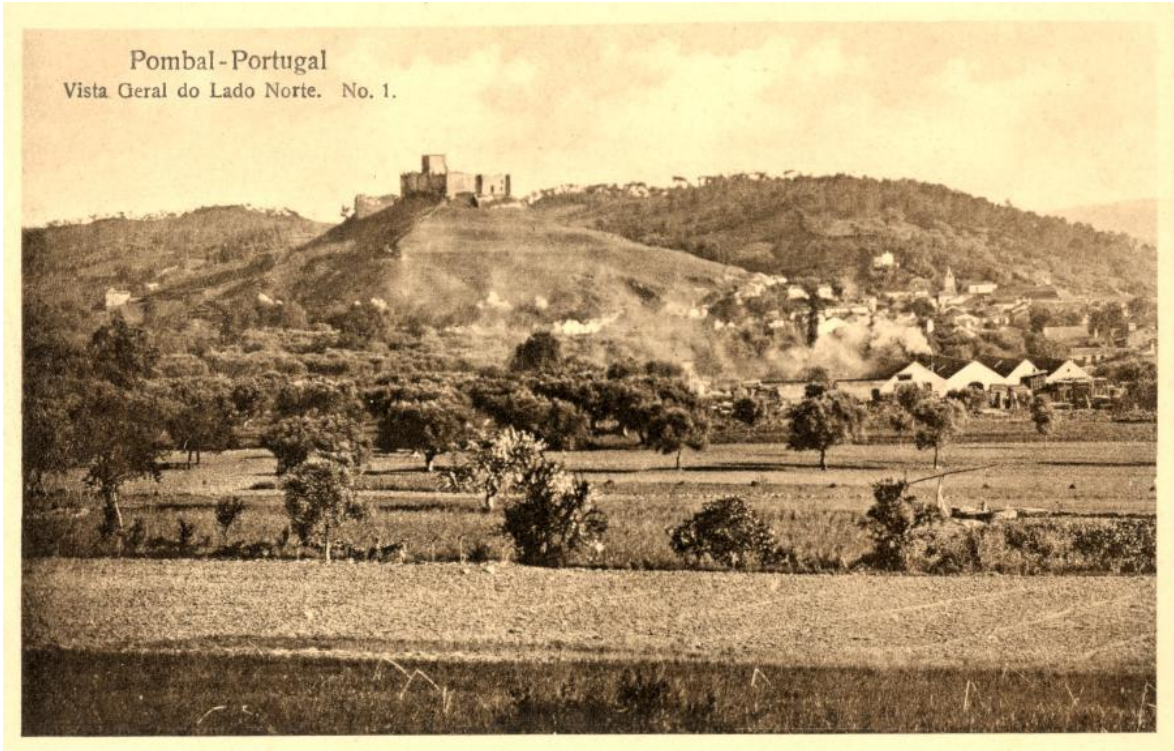
Postal 12 publicado em

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>



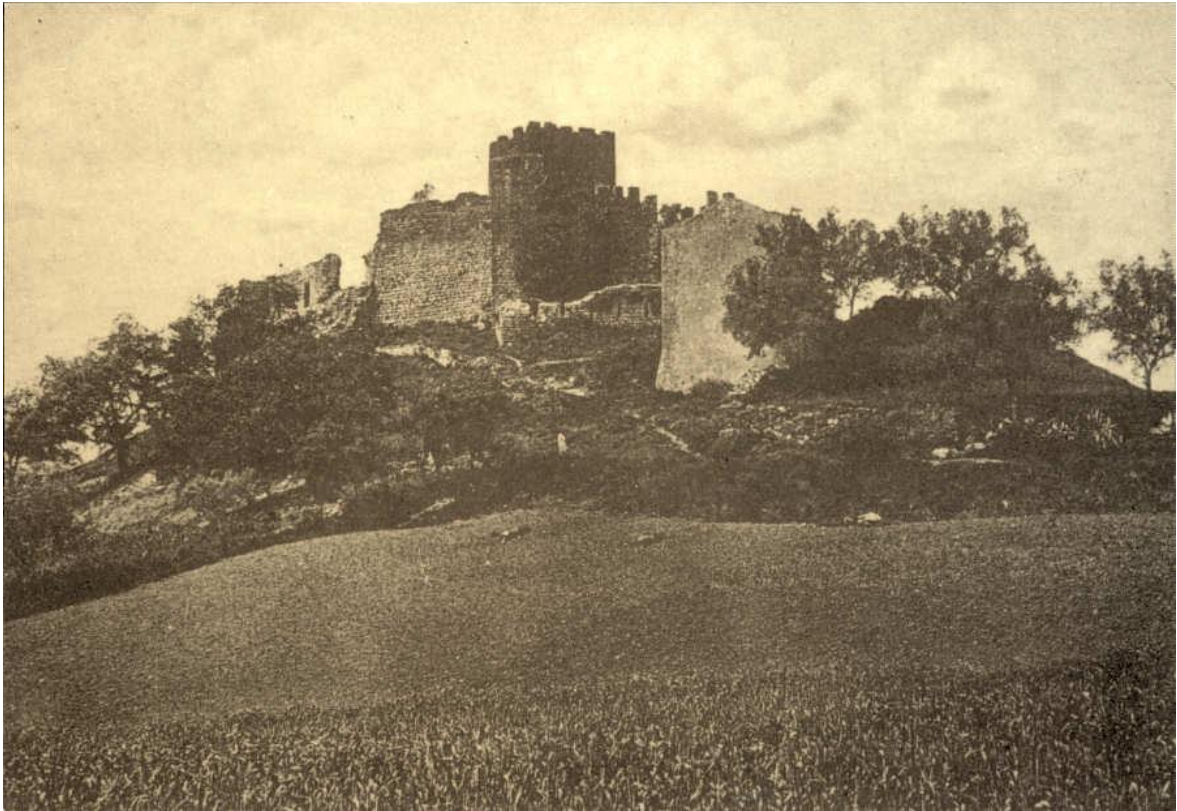
Postal 14 publicado em

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>



Postal 46 publicado em

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>



Postal 76 publicado em

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/PombalPostais05.htm>

8.2.3 Fotografias atuais

8.2.3.1 Vistas gerais



Foto 1 – Parte Sudeste do castelo.



Foto 2 – Parte Sudeste do castelo.



Foto 3 – Parte Noroeste do castelo.



Foto 4 – Parte Noroeste do castelo.



Foto 5 – Parte Noroeste do castelo.

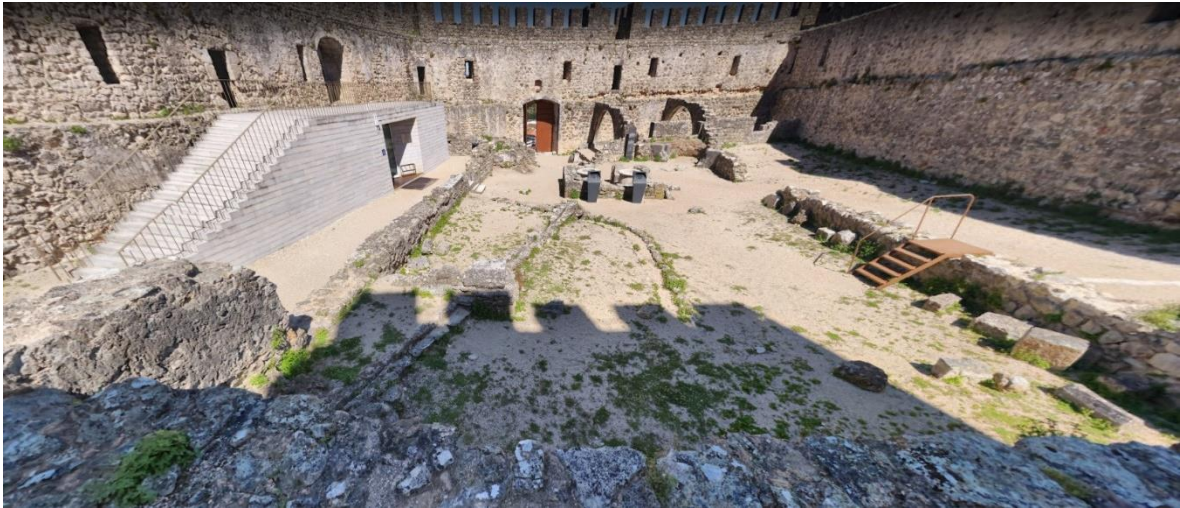


Foto 6 – Vista geral do pátio do castelo.



Foto 7 – Parte de barbacã e torreão K.



Foto 8 – Parte de barbacã e torreão L.



Foto 9 – Parte de barbacã e torreão M.

8.2.3.2 Vistas de pormenor



Foto 1 – Alambor no torreão A.



Foto 2 – Pormenor do alambor no torreão A.

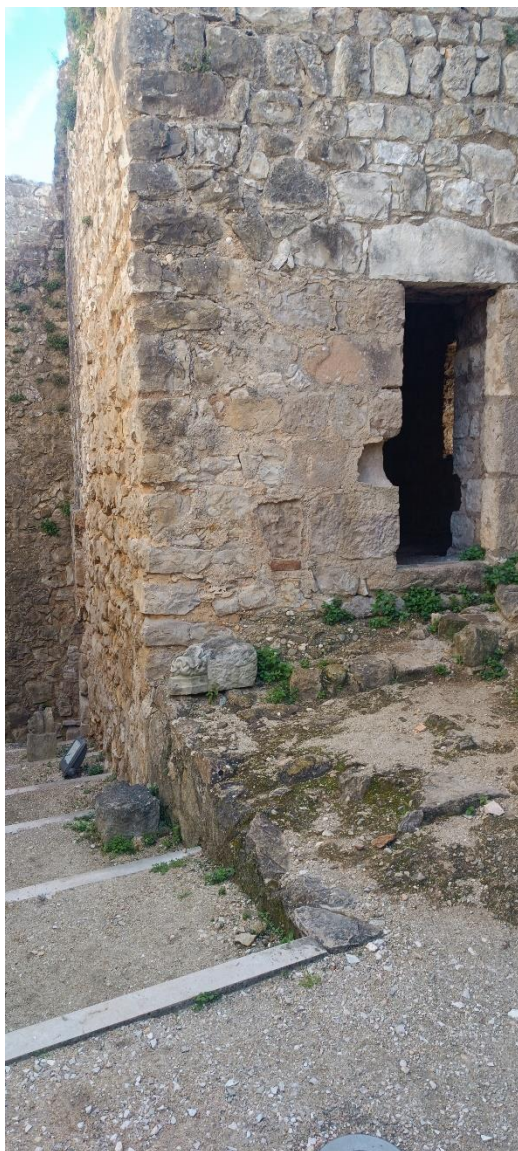


Foto 3 – Entrada para o torreão A.



Foto 4 – Vista de cima para o terraço do torreão A.



Foto 5 – Pormenor de aparelho no pano de muralha 1.



Foto 6 - Pormenor de aparelho no pano de muralha 1/face exterior do torreão A.



Foto 7 – Entrada para o torreão B.



Foto 8 – Pormenor de aparelho do torreão B.



Foto 9 – Pormenor de aparelho do torreão B.



Foto 10 - Pormenor de aparelho do torreão B.



Foto 11 – Pormenor de aparelho do pano de muralha 2.



Foto 12 – Secção do pano de muralha 2.



Foto 13 – Secção do pano de muralha 2.

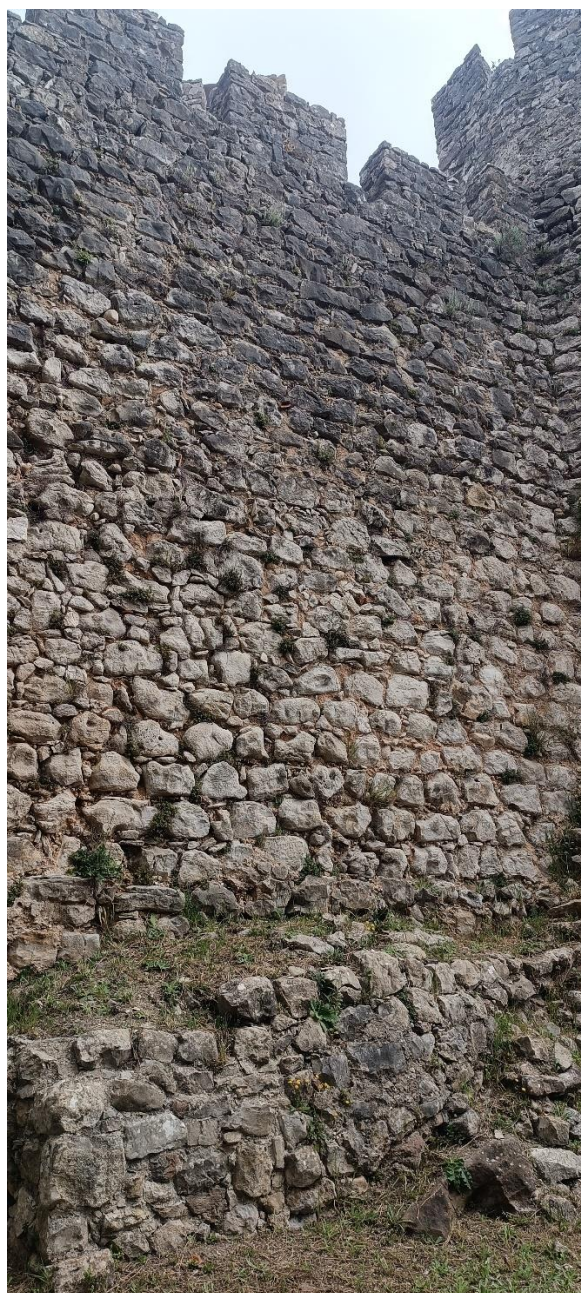


Foto 14 – Secção do pano de muralha 2 e alambor.

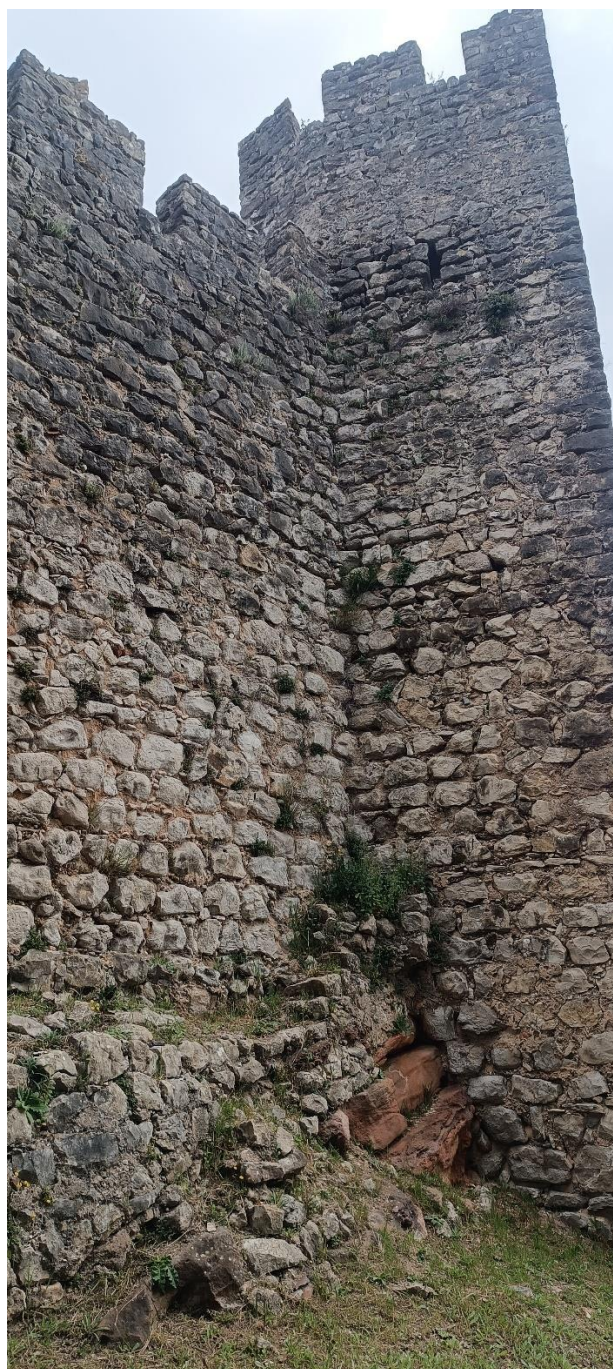


Foto 15 - Secção do pano de muralha 2, alambor e torreão B.



Foto 16 – Alambor no pano de muralha 2.



Foto 17 – Torreão C (face voltada para o pano de muralha 2).



Foto 18 – Torreão C (face voltada para o pano de muralha 3).



Foto 19 – Entrada para o andar de baixo do torreão C.

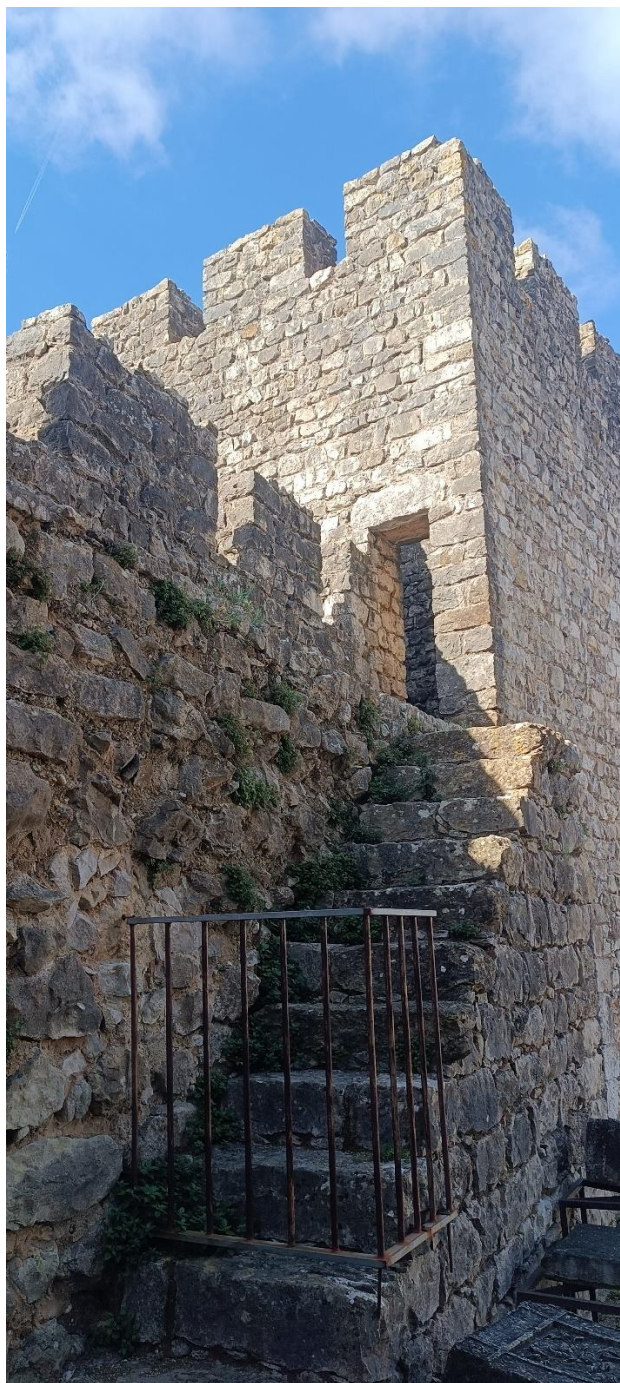


Foto 20 – Entrada para o torreão C.



Foto 21 – Pormenor de aparelho do torreão C.



Foto 22 – Pormenor de aparelho do torreão C.



Foto 23 – Pormenor de aparelho do torreão C.



Foto 24 – Pano de muralha 3.



Foto 25 – Janelas no pano de muralha 3 (a partir do interior do castelo).



Foto 26 – Pormenor de aparelho no pano de muralha 3.



Foto 27 – Pormenor de aparelho no pano de muralha 3.



Foto 28 – Torreão D.



Foto 29 – Entrada para o torreão D.



Foto 30 – Pormenor de aparelho do torreão D.



Foto 31 – Pormenor de aparelho do torreão D.



Foto 32 – Pormenor de aparelho do torreão D.



Foto 33 – Pano de muralha 4.



Foto 34 – Janela no pano de muralha 4.



Foto 35 – Janela no pano de muralha 4 (vista do interior).



Foto 36 – Pormenor de aparelho do pano de muralha 4.



Foto 37 – Torreão E.



Foto 38 – Entrada para o torreão E.



Foto 39 – Pormenor de aparelho do torreão E.

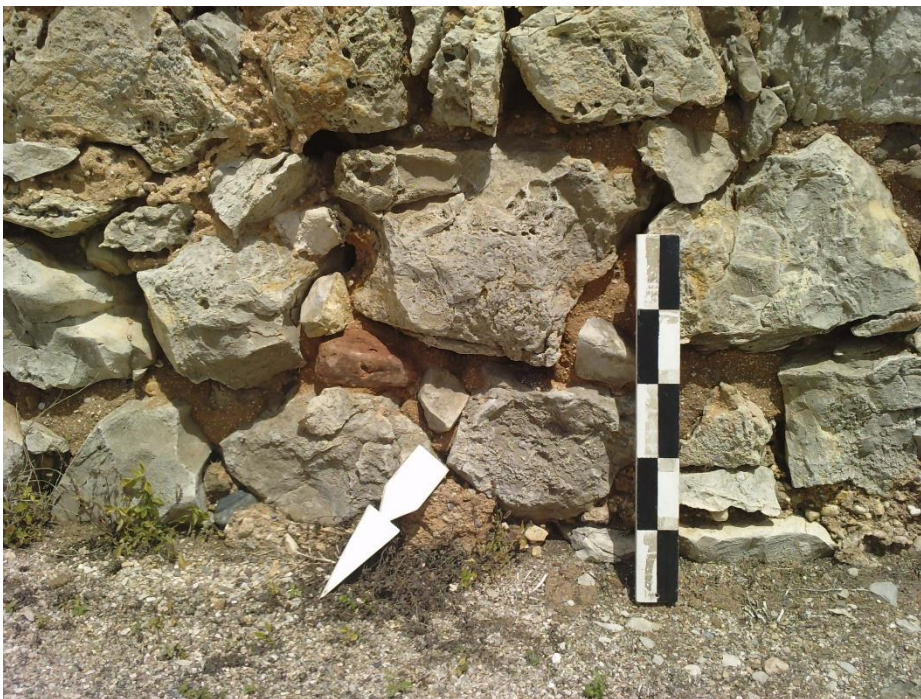


Foto 40 – Pormenor de aparelho do torreão E.



Foto 41 – Pormenor de aparelho do torreão E.



Foto 42 – Porta Noroeste do castelo com as armas de D. Manuel.



Foto 43 – Pormenor de aparelho do pano de muralha 5.



Foto 44 – Torreão F (lado voltado ao pano de muralha 5).



Foto 45 – Entrada para o torreão F.



Foto 46 – Pormenor de aparelho no torreão F.



Foto 47 – Pormenor de aparelho no torreão F.



Foto 48 – Pormenor de aparelho no torreão F.



Foto 49 – Pormenor de aparelho no pano de muralha 6.



Foto 50 – Torreão G.



Foto 51 – Entrada para torreão G.



Foto 52- Pormenor de aparelho do torreão G.



Foto 53- Pormenor de aparelho do torreão G.



Foto 54- Pormenor de aparelho do torreão G.



Foto 55 – Pano de muralha 7.



Foto 56 – Pormenor de aparelho do pano de muralha 7.



Foto 57 – Torreão H.



Foto 58 – Entrada para o torreão H.



Foto 59 – Pormenor de aparelho no torreão H.



Foto 60 – Pormenor de aparelho no torreão H.



Foto 61 – Pormenor de aparelho no torreão H.



Foto 62 – Pano de muralha 8.



Foto 63 – Pormenor do aparelho do pano de muralha 8.



Foto 64 – Torreão I.



Foto 65 – Pormenor do aparelho do torreão I.



Foto 66 – Pormenor do aparelho do torreão I.



Foto 67 – Pormenor do aparelho do torreão I.



Foto 68 – Pano de muralha 9.



Foto 69 – Pormenor do aparelho do pano de muralha 9.



Foto 70 – Torreão J.



Foto 71 – Pormenor do aparelho do Torreão J.



Foto 72 – Pormenor do aparelho do Torreão J.



Foto 73 – Pormenor do aparelho do Torreão J.

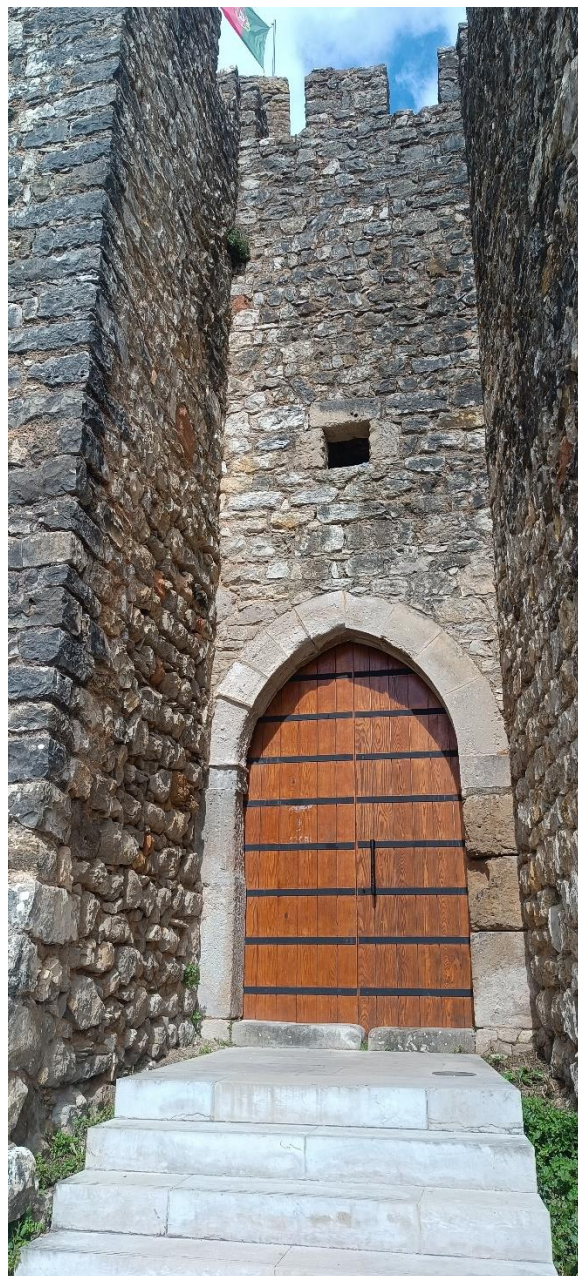


Foto 74 – Pano de muralha 10 e porta Sudeste.



Foto 75 – Torre de menagem.



Foto 76 – Pormenor de uma das faces do alambor e contraforte da torre de menagem.



Foto 77 – Pormenor de uma das faces e contraforte da torre de menagem.



Foto 78 – Bocas de cisterna e abside (ao fundo).



Foto 79 - Abside presente no pátio do castelo.



Foto 80 – Porta Noroeste (à esquerda), Arcos (ao centro) e abside (à direita).



Foto 81-Bocas de Cisterna

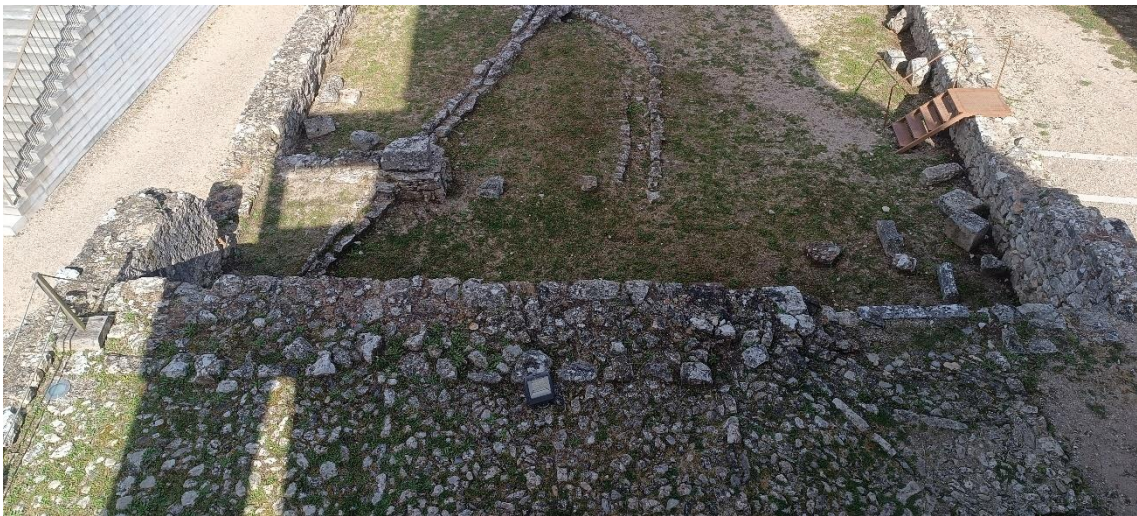


Foto 82 – Pavimento junto à face principal da torre de menagem.



Foto 83 – Pavimento junto à face principal da torre de menagem.



Foto 84 – Pavimento junto à face principal da torre de menagem.



Foto 85 - Pavimento junto à face principal da torre de menagem.



Foto 86 – Vestígio de muro junto alambor da face principal da torre de menagem.



Foto 87 – Sistema de drenagem de água no pátio.



Foto 88 – Sistema de drenagem de água no pátio (à esquerda).



Foto 89 – Sistema de drenagem de água no pátio.



Foto 90 – Pormenor de sistema de drenagem de água no pátio.



Foto 91 – Vestígios da Igreja de Santa Maria do Castelo.



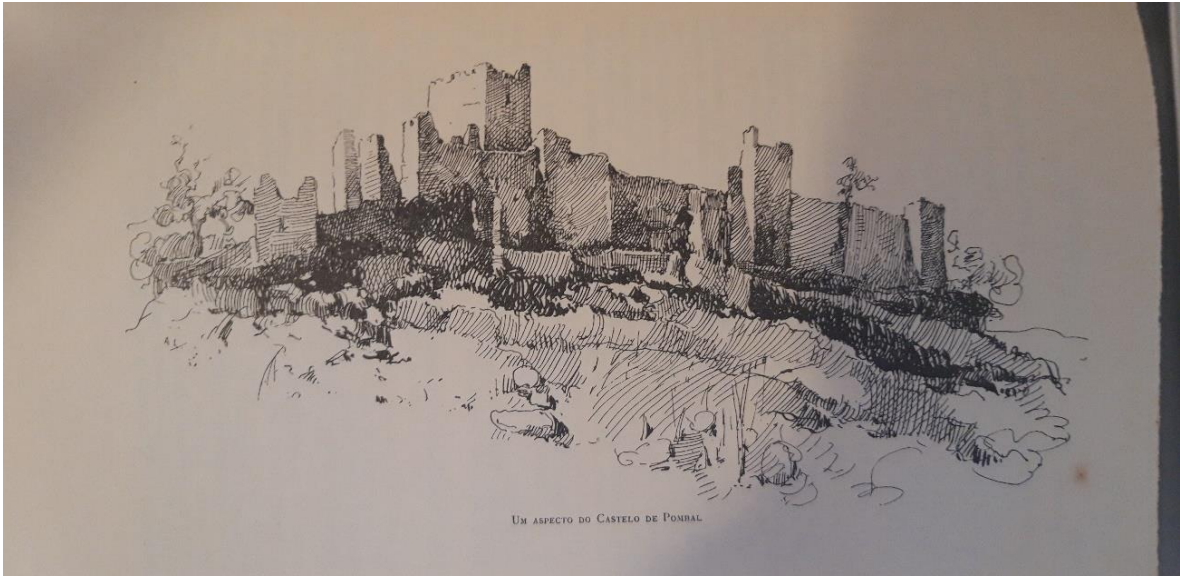
Foto 92 – Igreja de Santa Maria do Castelo (à direita do torreão M).

8.3 Apêndice gráfico

8.3.1 Gravuras

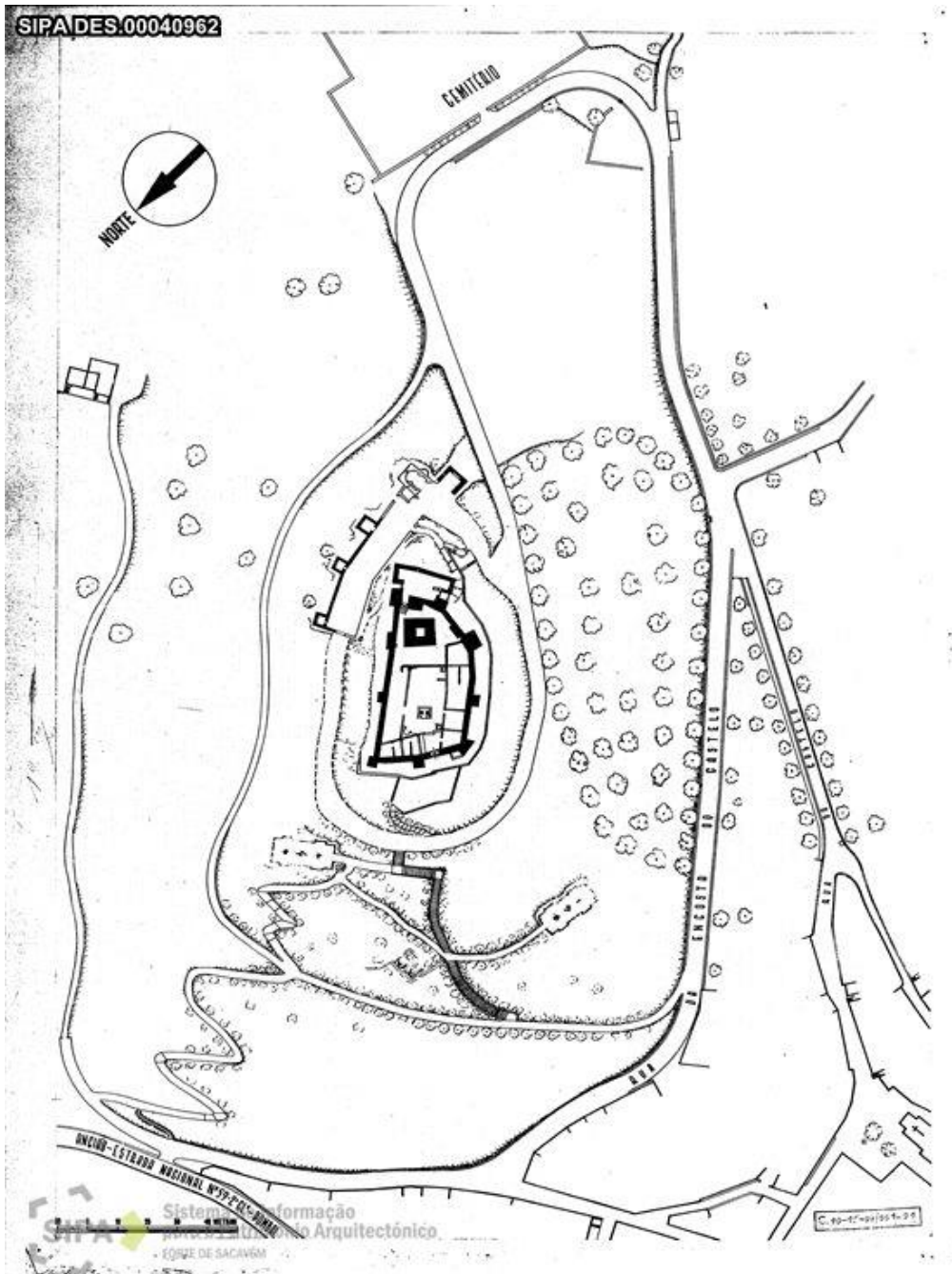


Gravura 1 – BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL; PEREIRA, Gabriel, *Castelo de Pombal*. - entre 1871 e 1872? - 1 desenho: lápis; 14,9x23,8 cm, <https://purl.pt/25192>

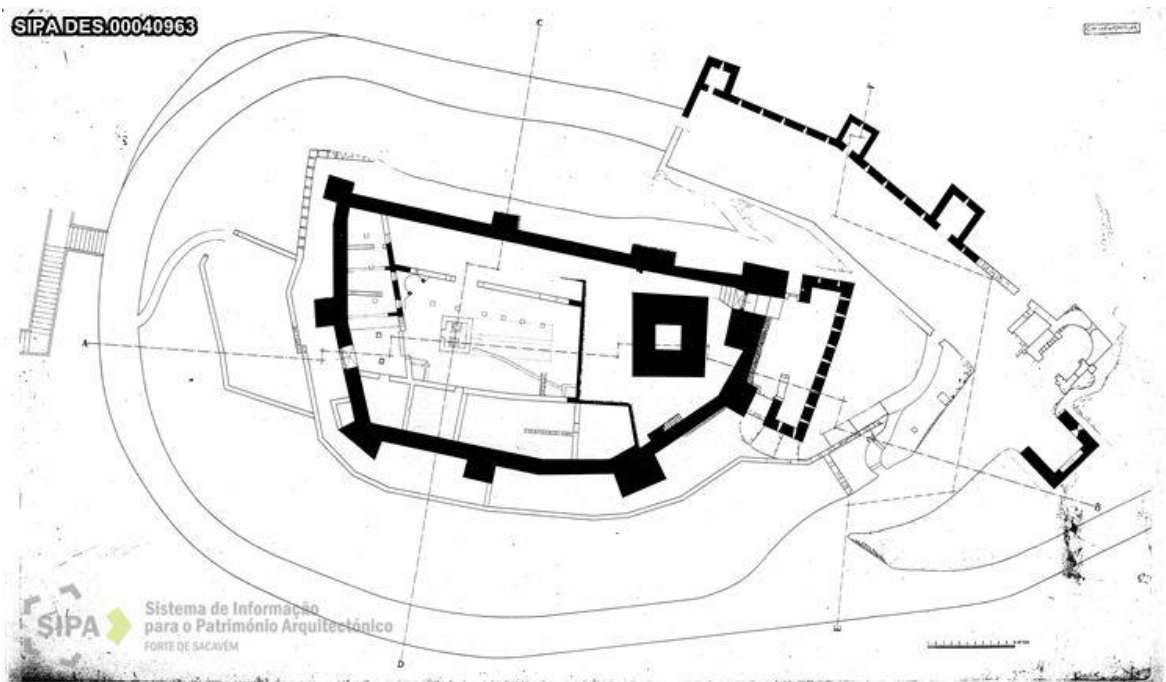


Gravura 2 – Desenho de Armando Lucena em LARCHER, 1933: 185.

8.3.2 Plantas DGPC/SIPA



Planta 1 – DGPC/SIPA DES.00040962

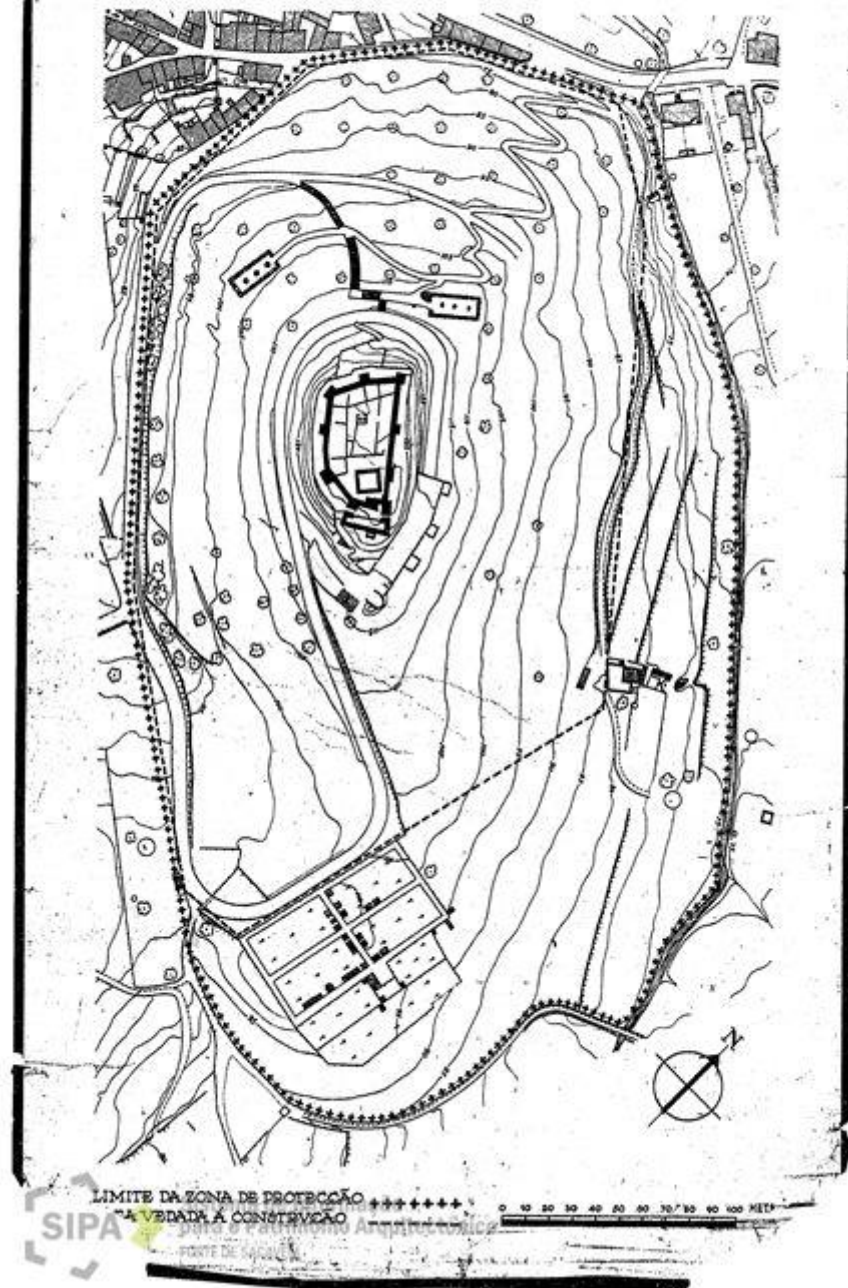


Planta 2– DGPC/SIPA DES.00040963

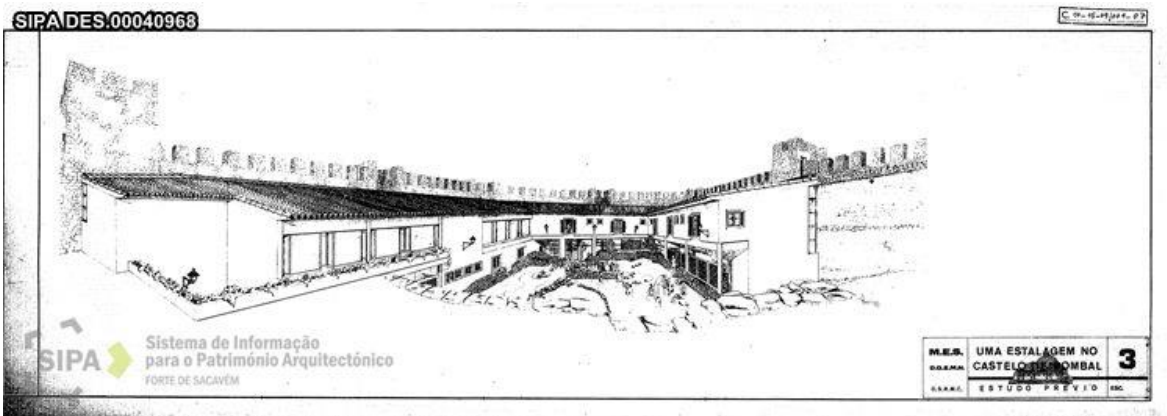
SIPA DES.00040965

C.10-15-09/001-04

CASTELO DE POMBAL
MONUMENTO NACIONAL
PLANTA DA ZONA DE PROTECÇÃO

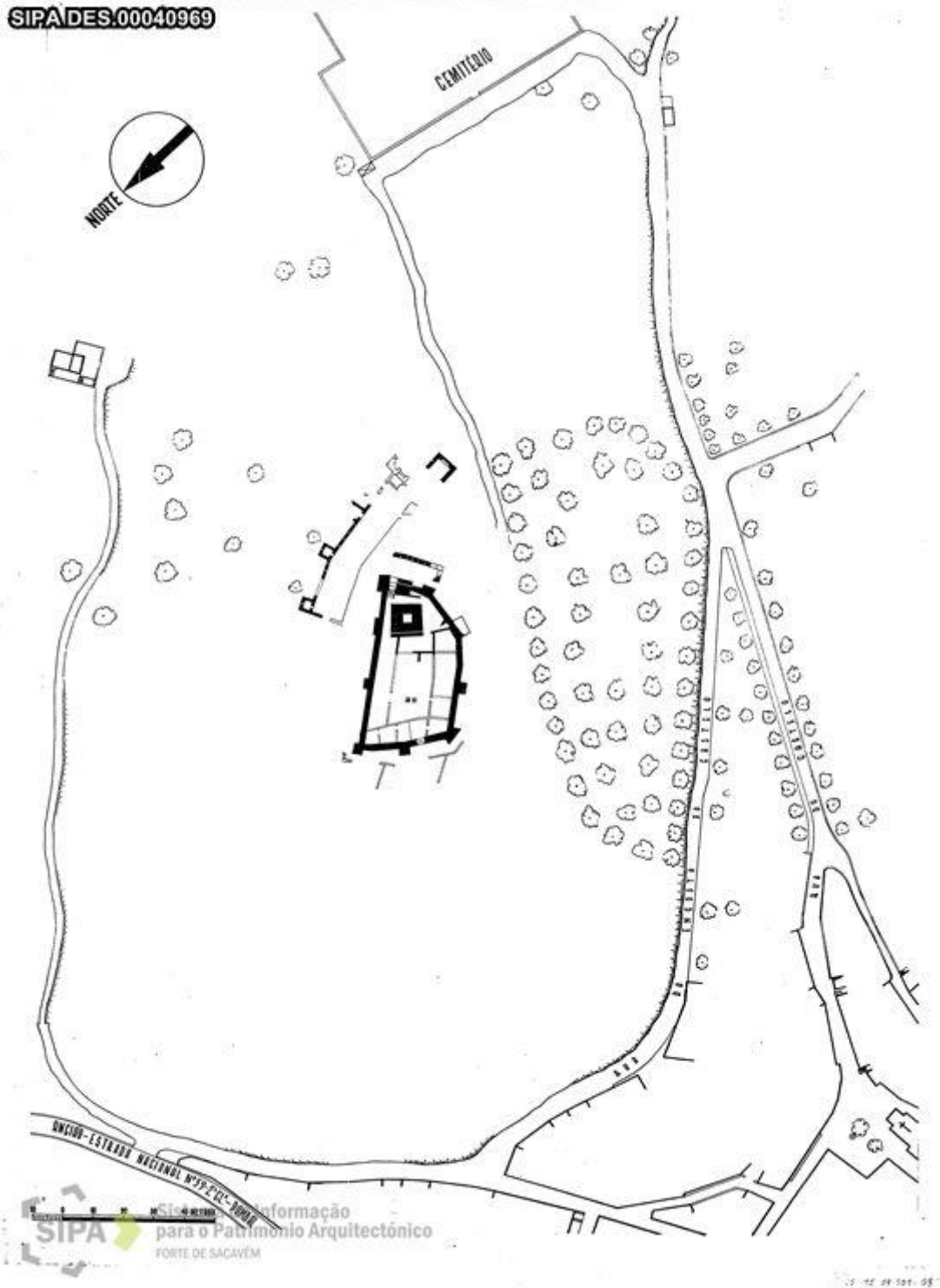


Planta 3 – DGPC/SIPA DES.00040965



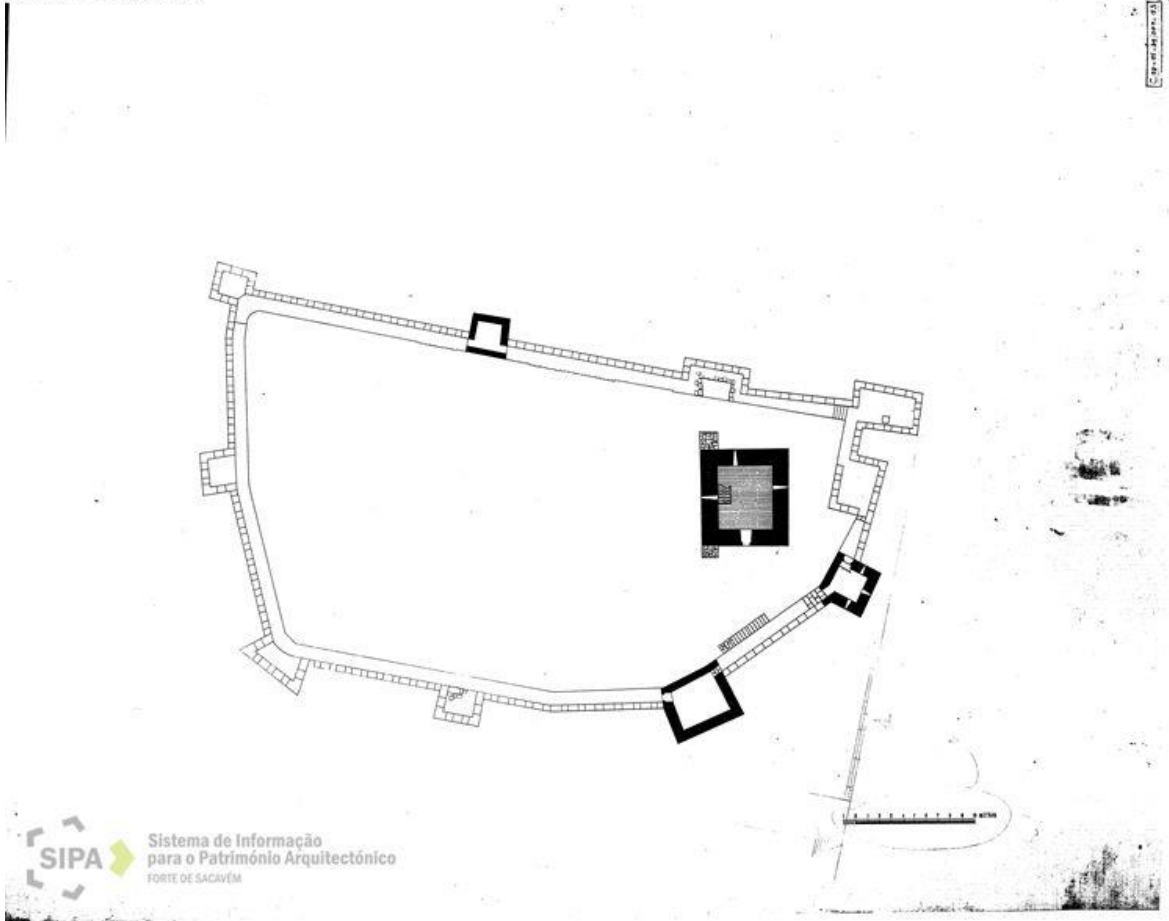
Planta 4 – DGPC/SIPA DES.00040968

SIPA DES.00040969



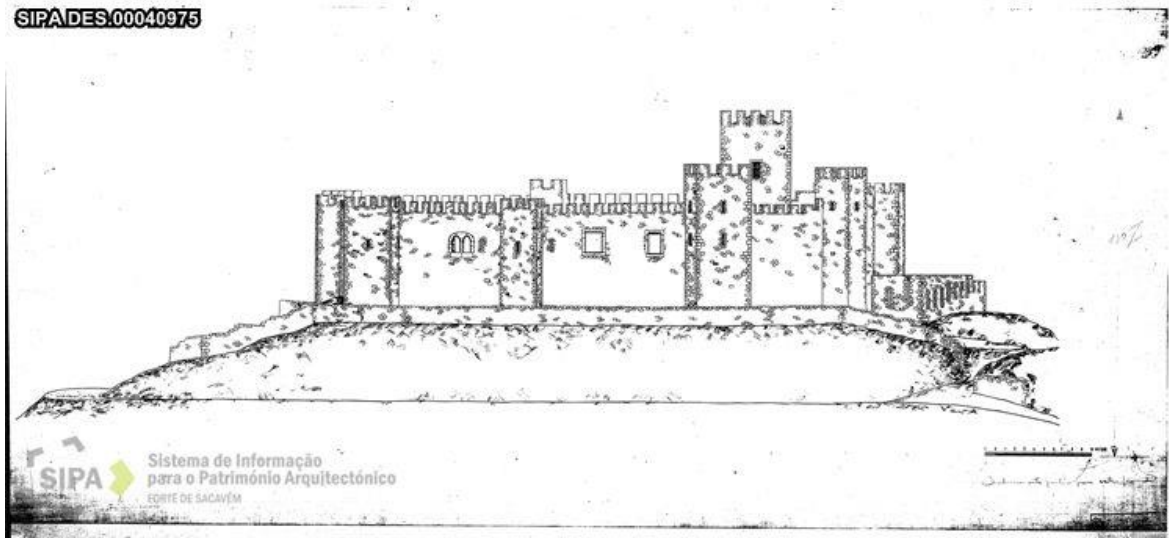
Planta 5 – DGPC/SIPA DES.00040969

SIPA DES.00040974



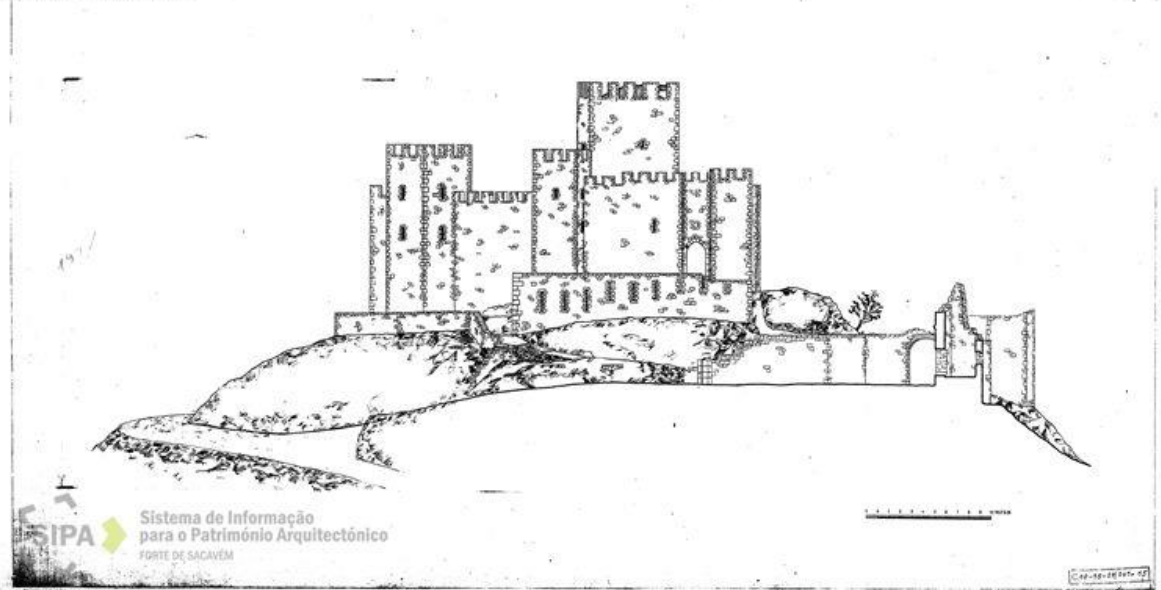
Planta 6 – DGPC/SIPA DES.00040974

SIPA DES.00040975



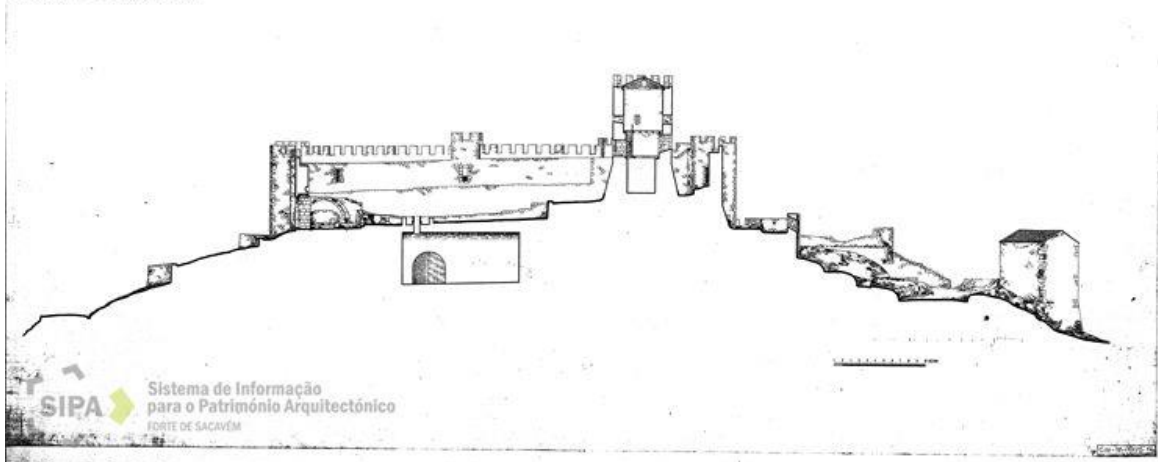
Planta 7 – DGPC/SIPA DES.00040975

SIPA DES.00040976



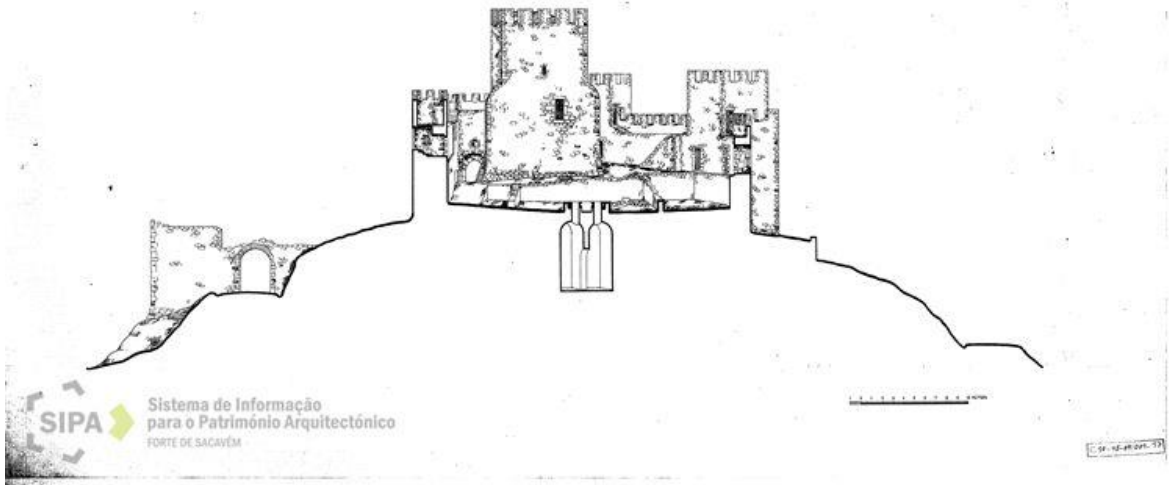
Planta 8 – DGPC/SIPA DES.00040976

SIPA DES.00040977



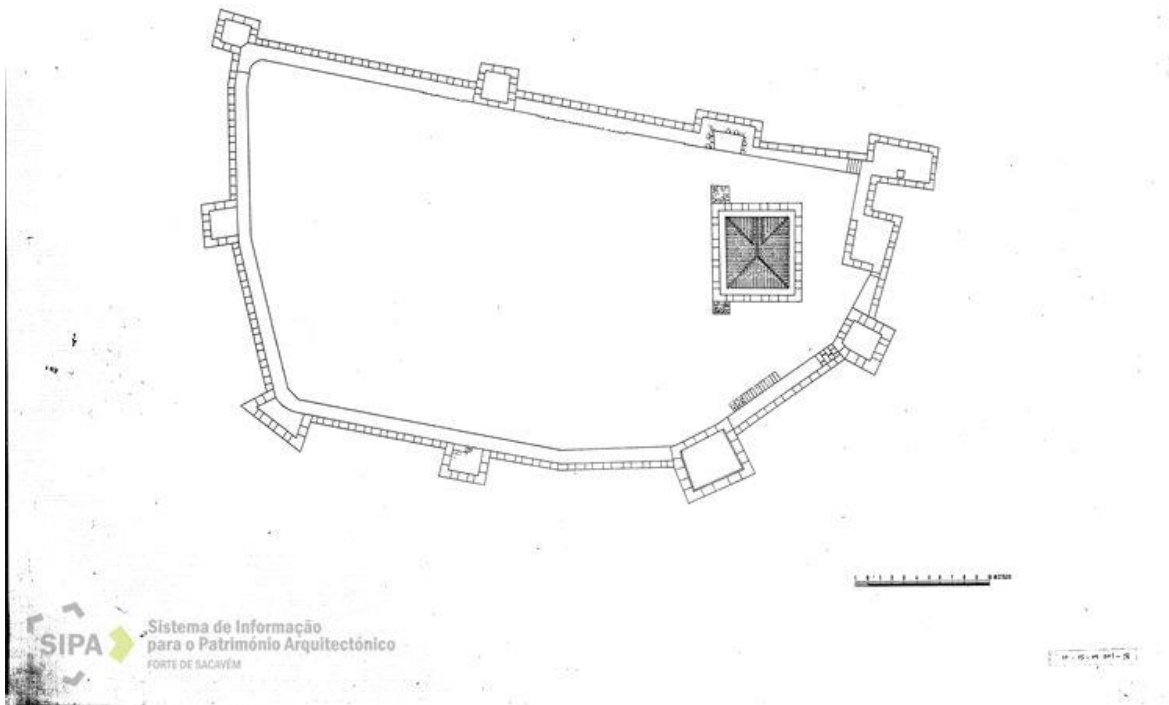
Planta 9 – DGPC/SIPA DES.00040977

SIPA DES.00040978

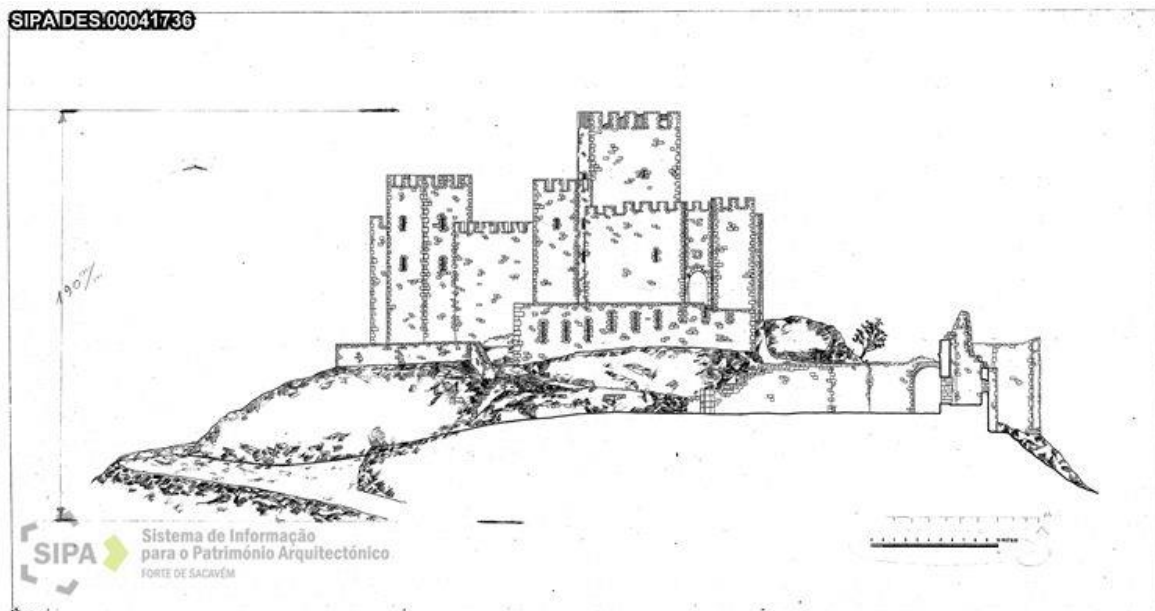


Planta 10 – DGPC/SIPA DES.00040978

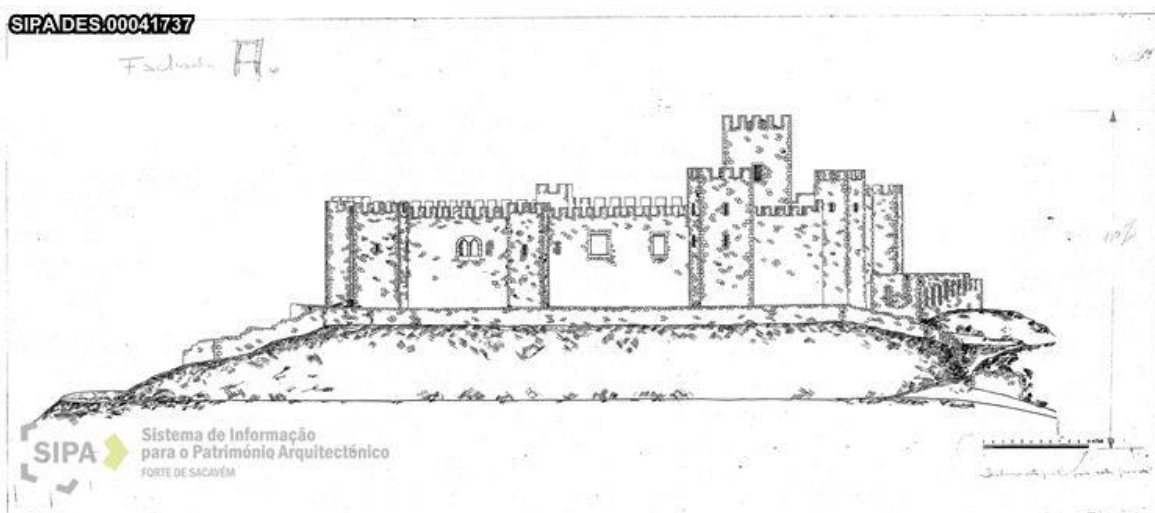
SIPA DES.00040979



Planta 11 – DGPC/SIPA DES.00040979

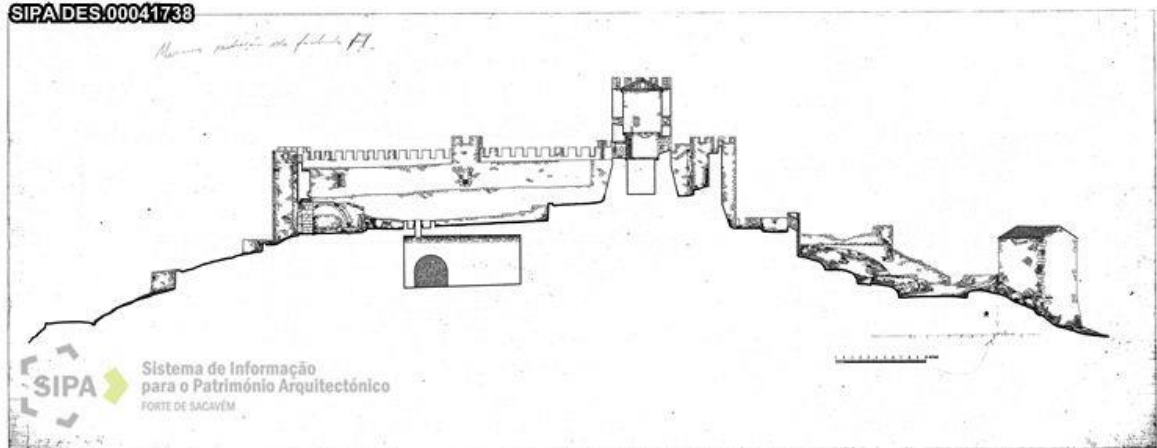


Planta 12 – DGPC/SIPA DES.00041736



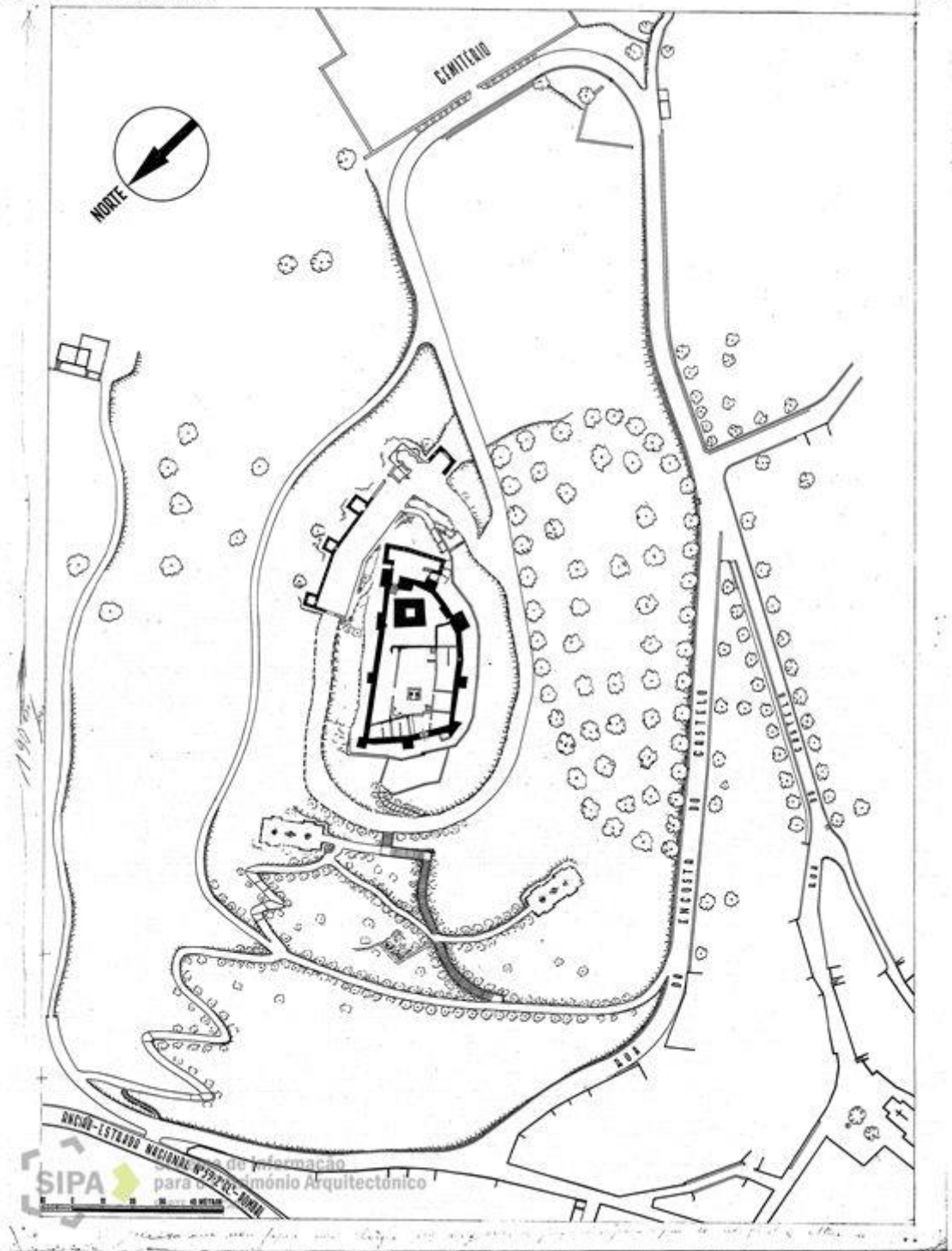
Planta 13 – DGPC/SIPA DES.00041737

SIPA DES.00041738



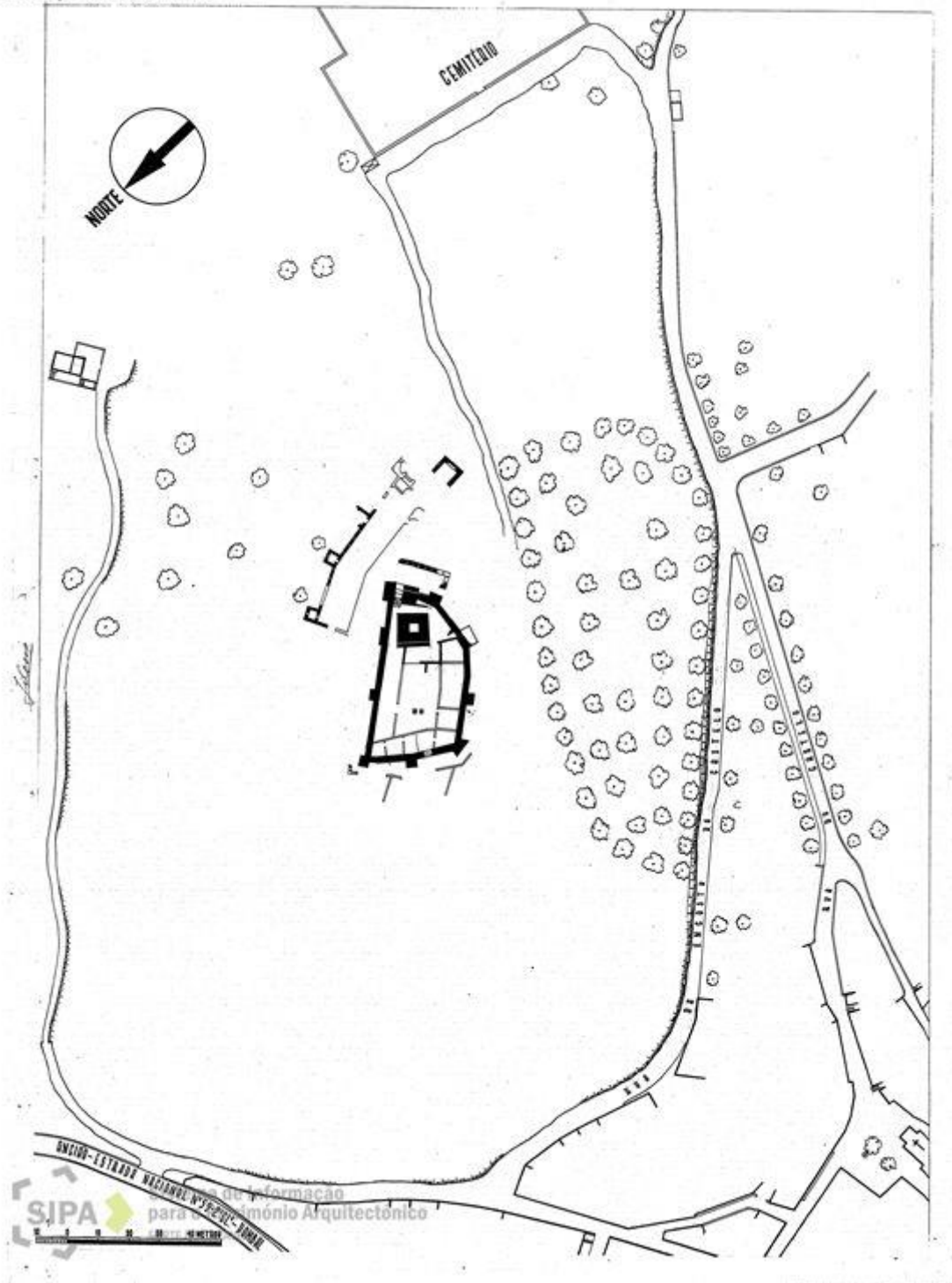
Planta 14 – DGPC/SIPA DES.00041738

SIPA DES.00041739



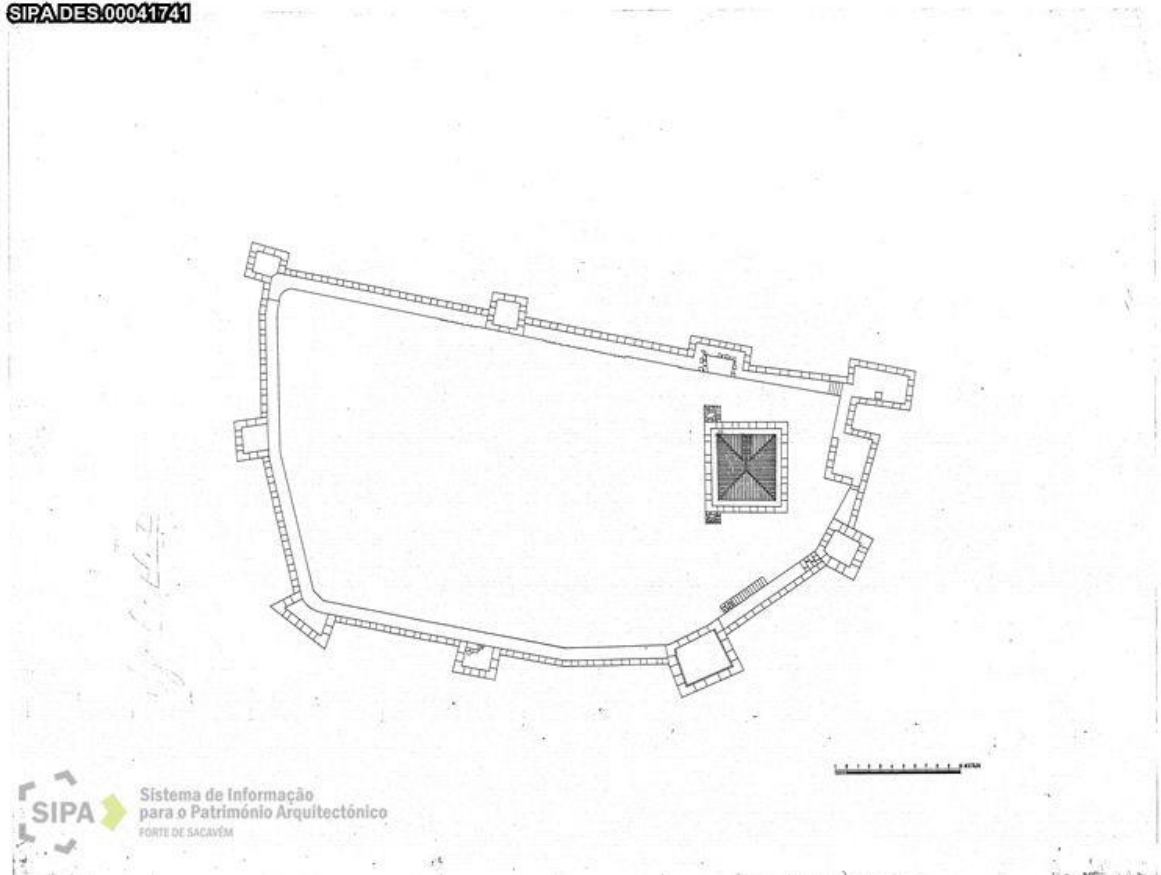
Planta 15 – DGPC/SIPA DES.00041739

SIPA DES.00041740



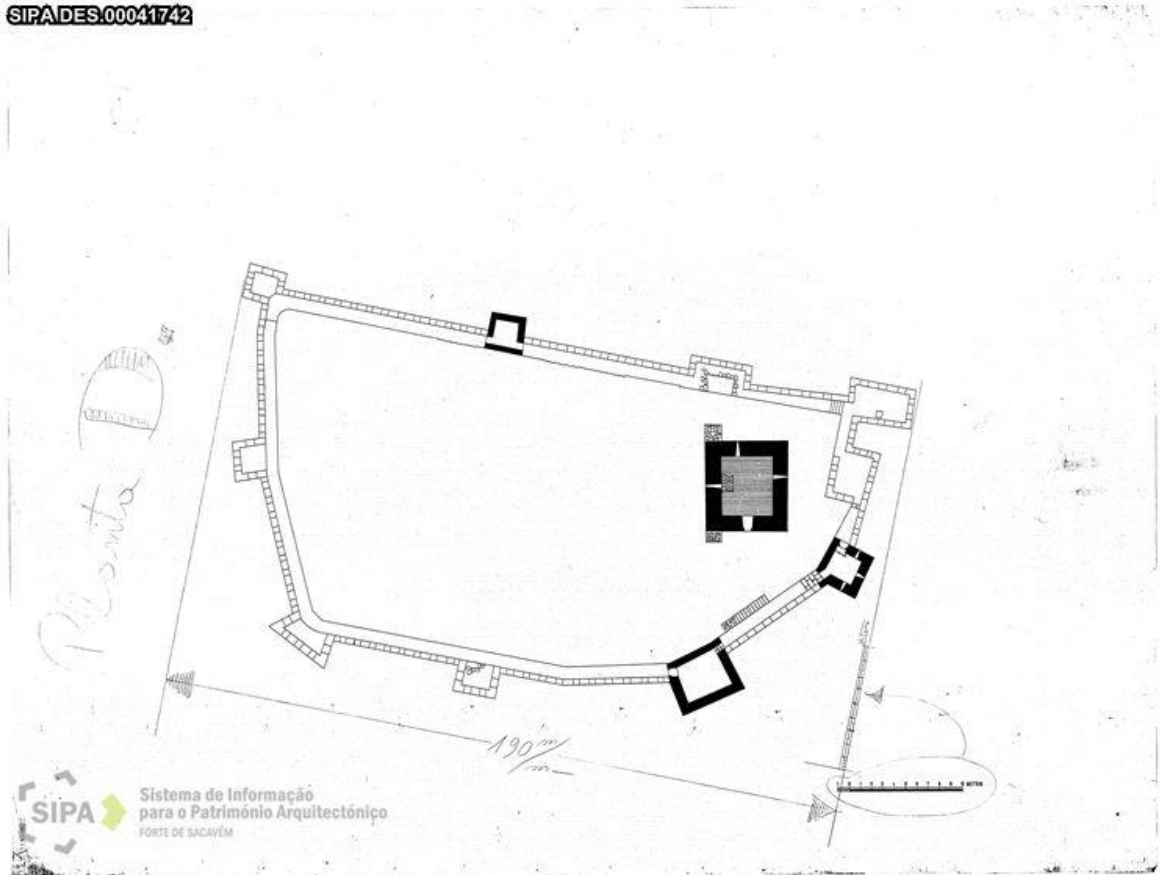
Planta 16 – DGPC/SIPA DES.00041740

SIPA DES.00041741

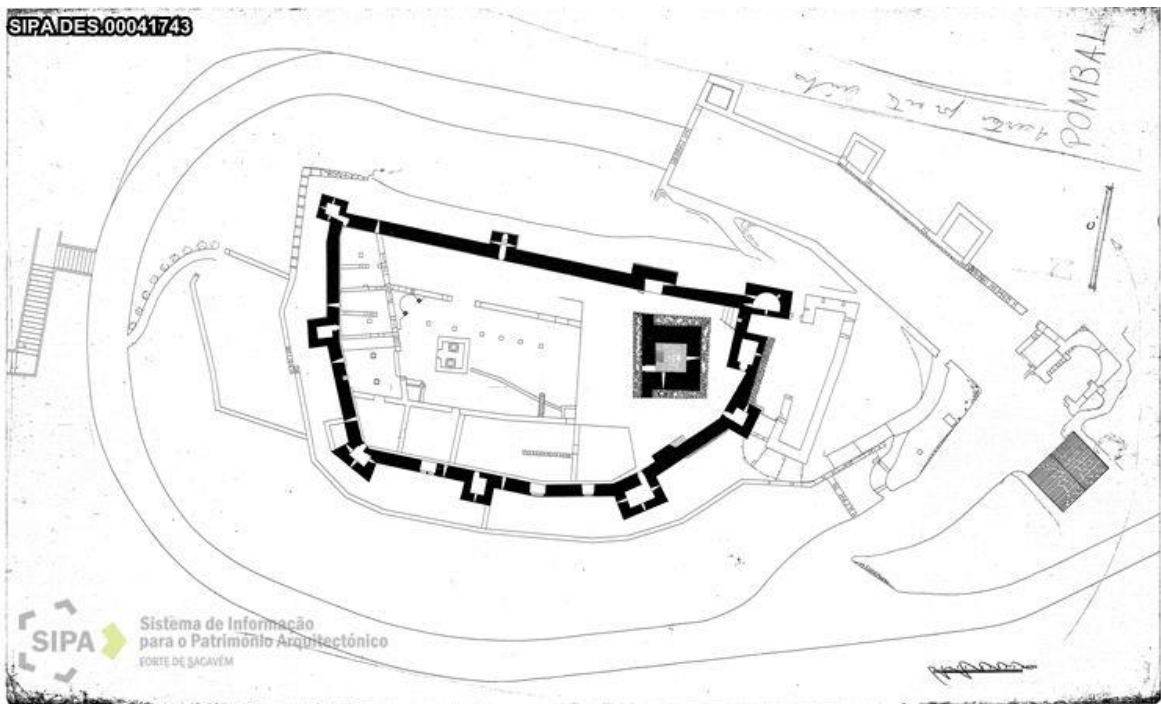


Planta 17 – DGPC/SIPA DES.00041741

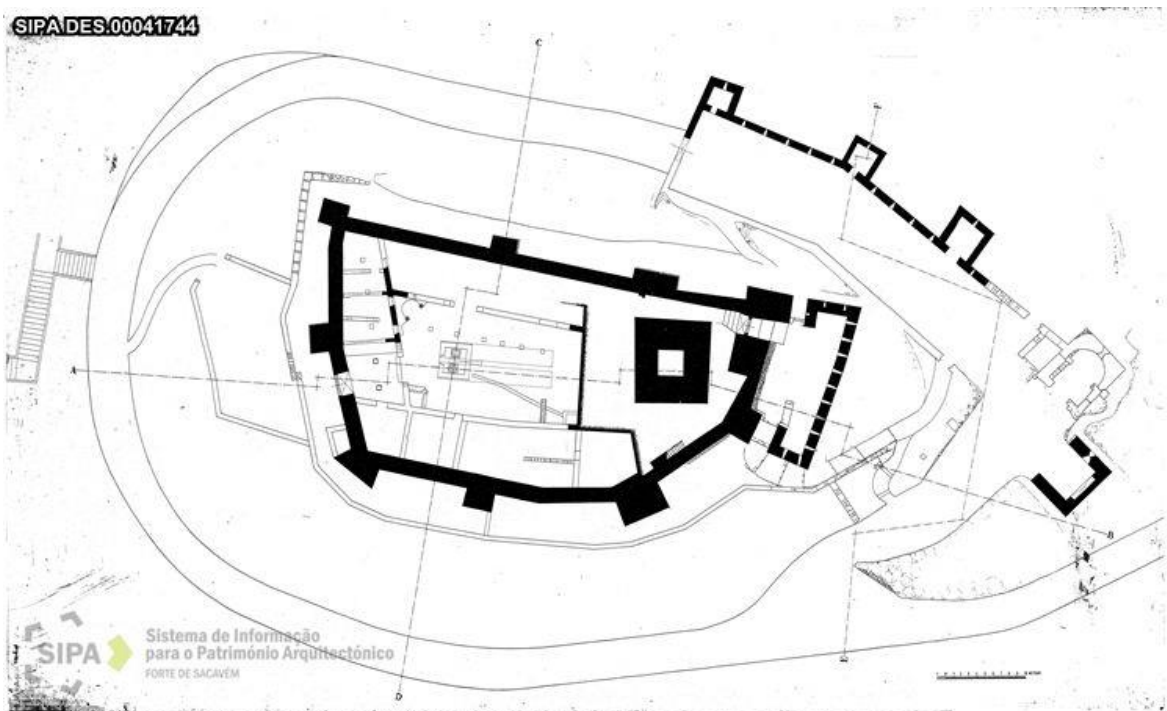
SIPA DES.00041742



Planta 18 – DGPC/SIPA DES.00041742

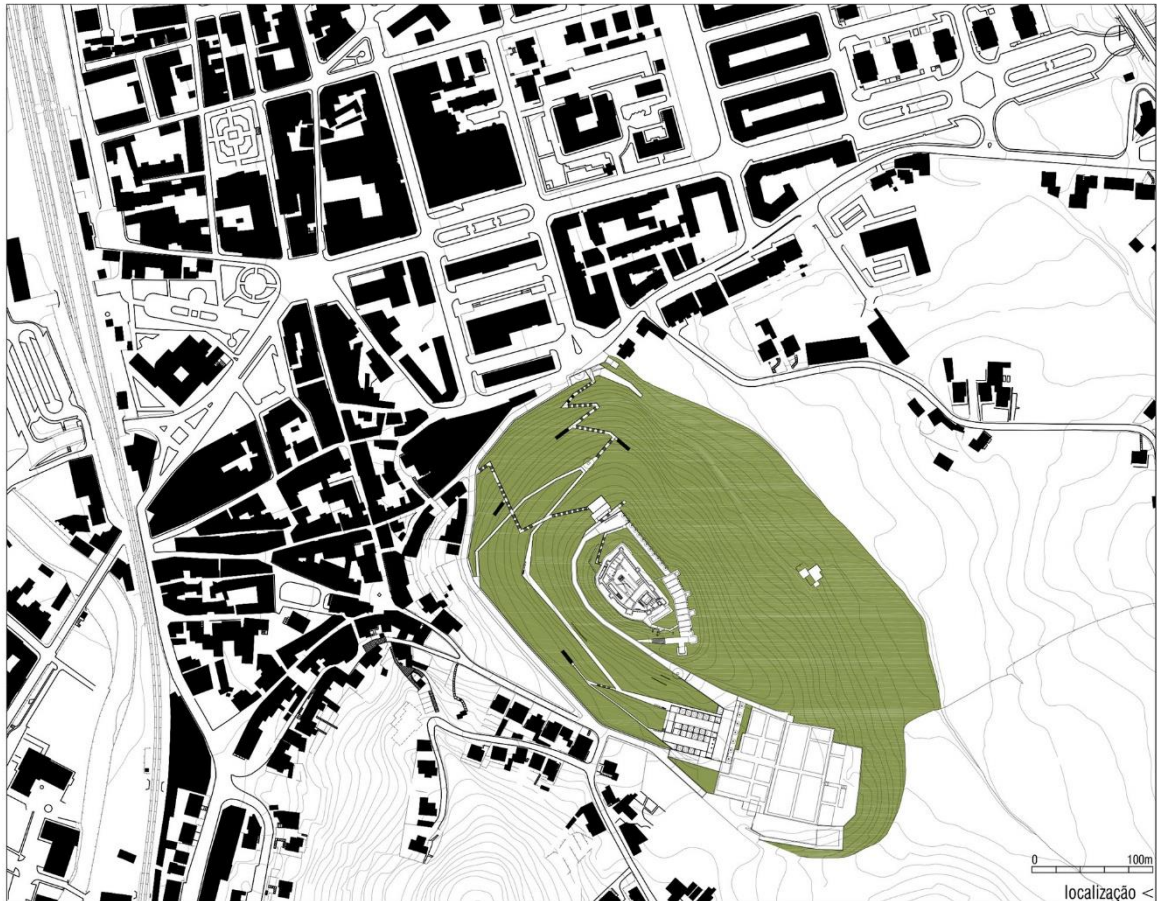


Planta 19 – DGPC/SIPA DES.00041743

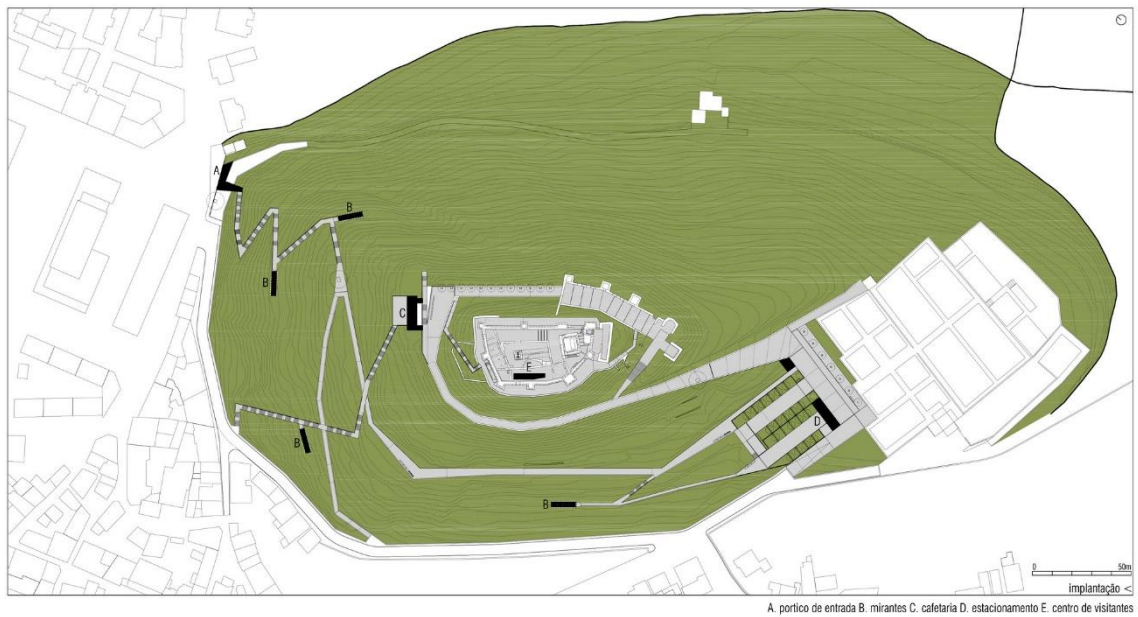


Planta 20 – DGPC/SIPA DES.00041744

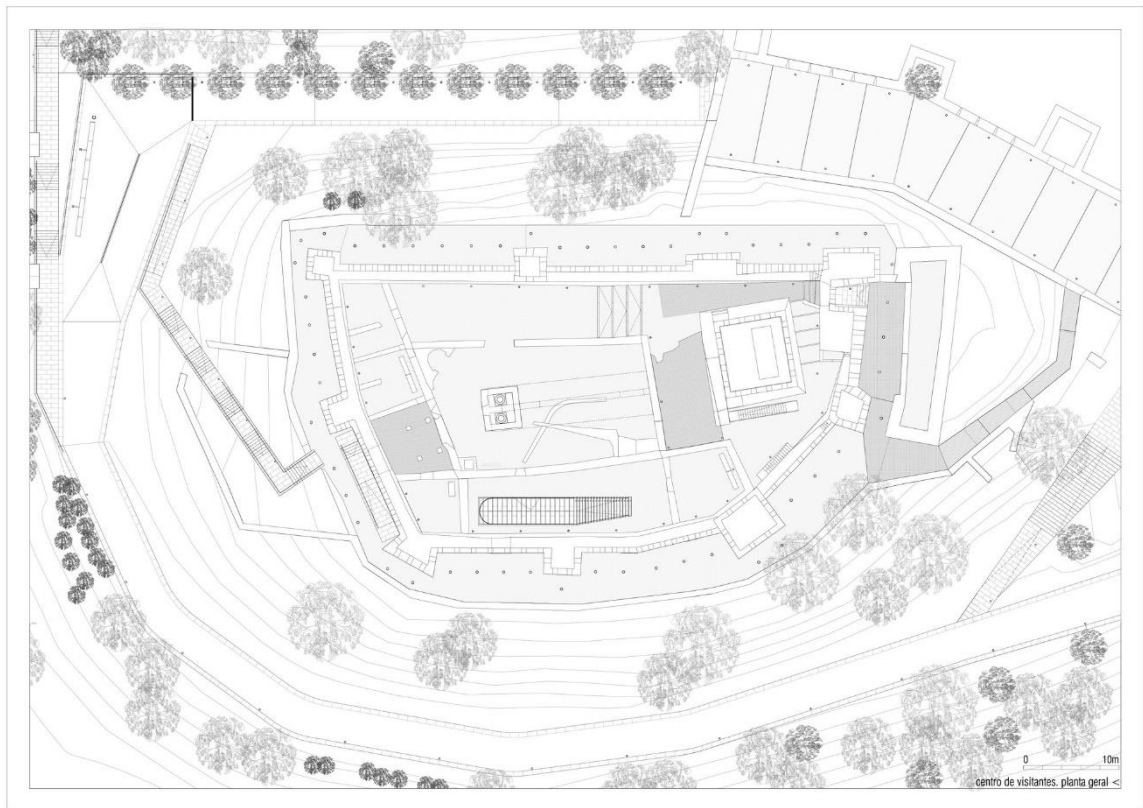
8.3.3 Plantas recentes



Planta 1 – Planta realizada pela COMOCO Arquitectos presente em <https://www.archdaily.com.br/br/756658/centro-de-visitantes-do-castelo-de-pombal-comoco-arquitectos>



Planta 2 - Planta realizada pela COMOCO Arquitectos presente em <https://www.archdaily.com.br/br/756658/centro-de-visitantes-do-castelo-de-pombal-comoco-arquitectos>



Planta 3 - Planta realizada pela COMOCO Arquitectos presente em <https://www.archdaily.com.br/br/756658/centro-de-visitantes-do-castelo-de-pombal-comoco-arquitectos>

8.3.4 Representações gráficas

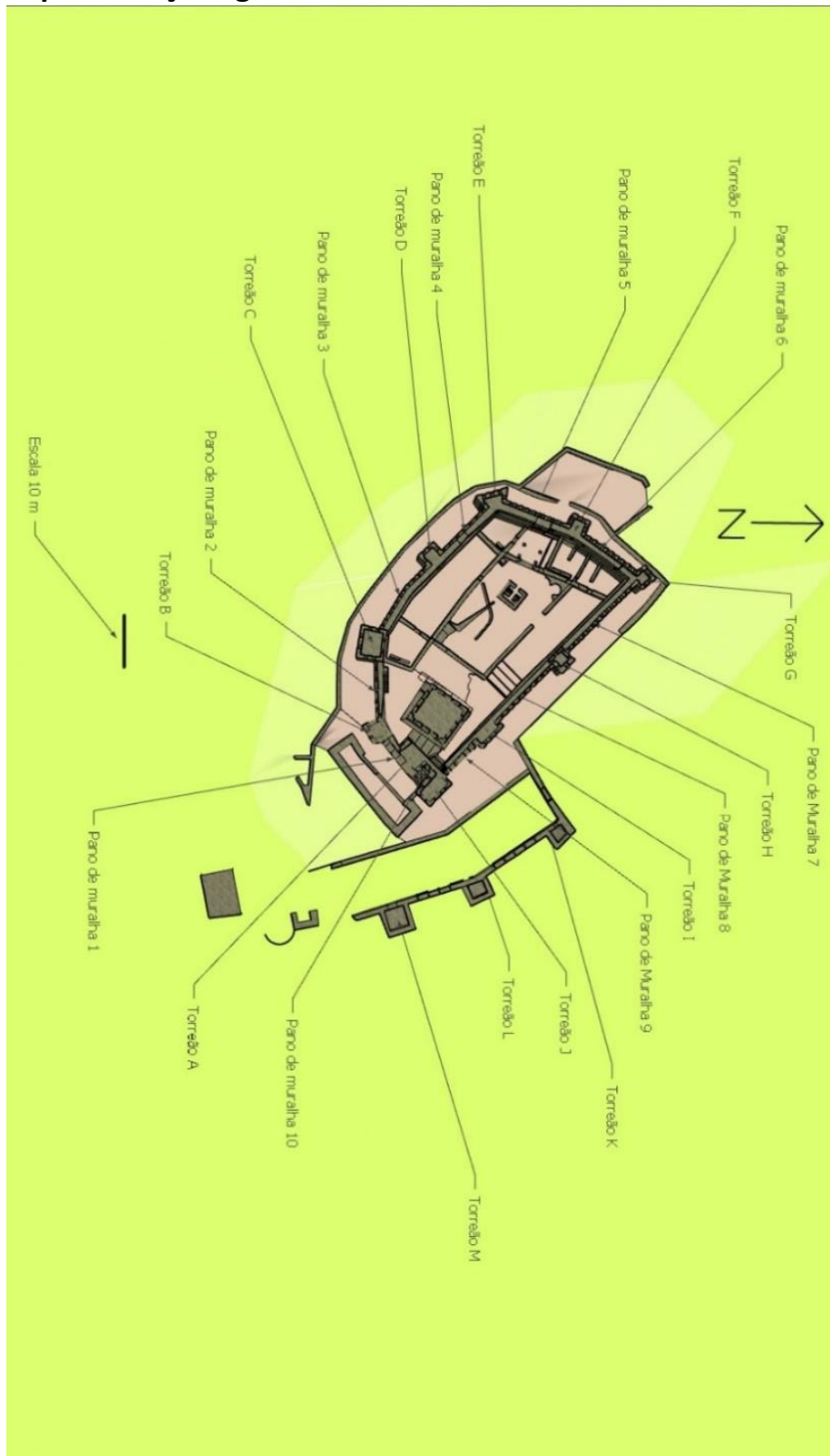


Figura 1. Planta geral do castelo de Pombal com designações alfanuméricas dos torreões e panos de muralha.

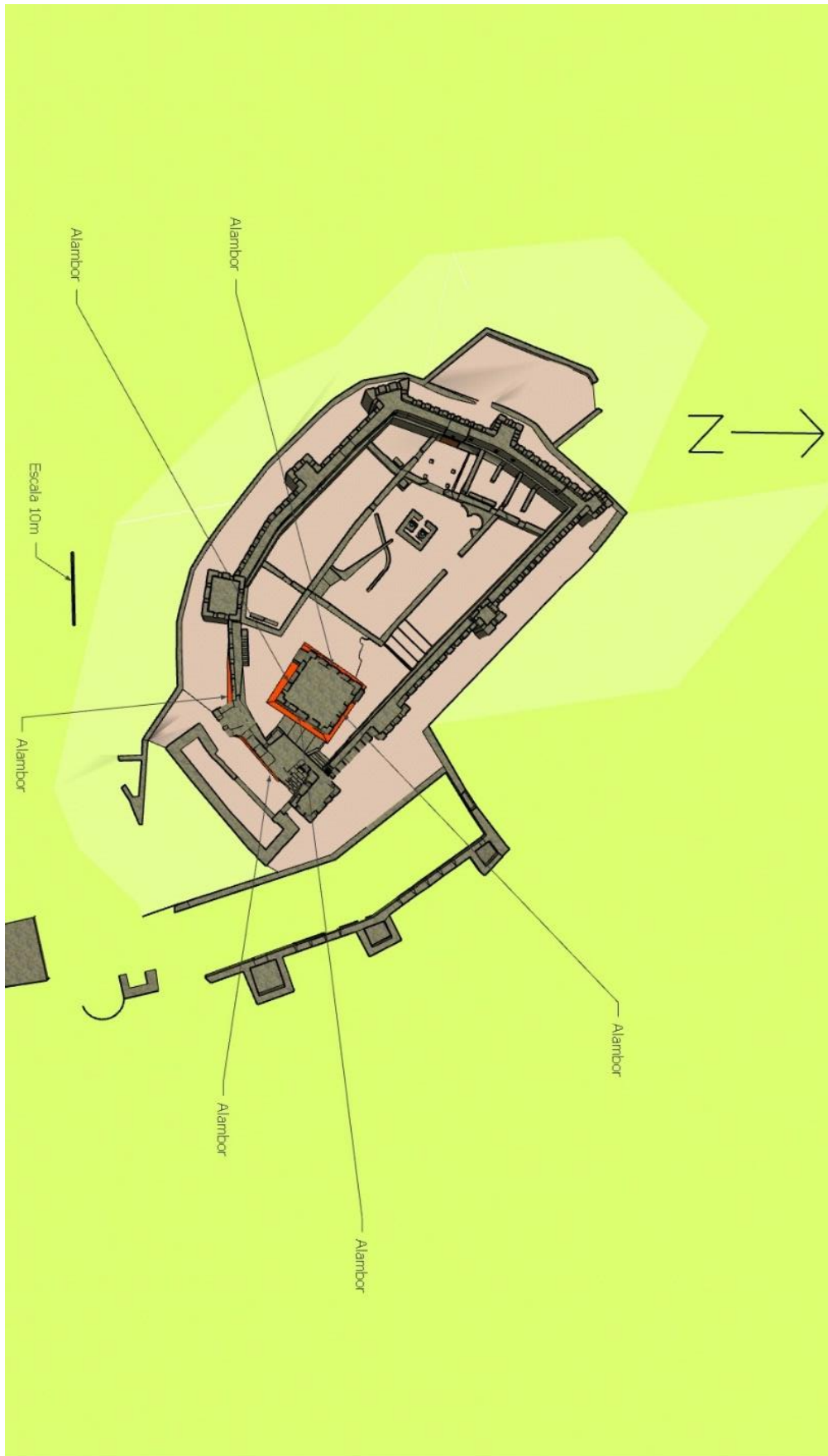


Figura 2. Localização de vestígios de alambor.

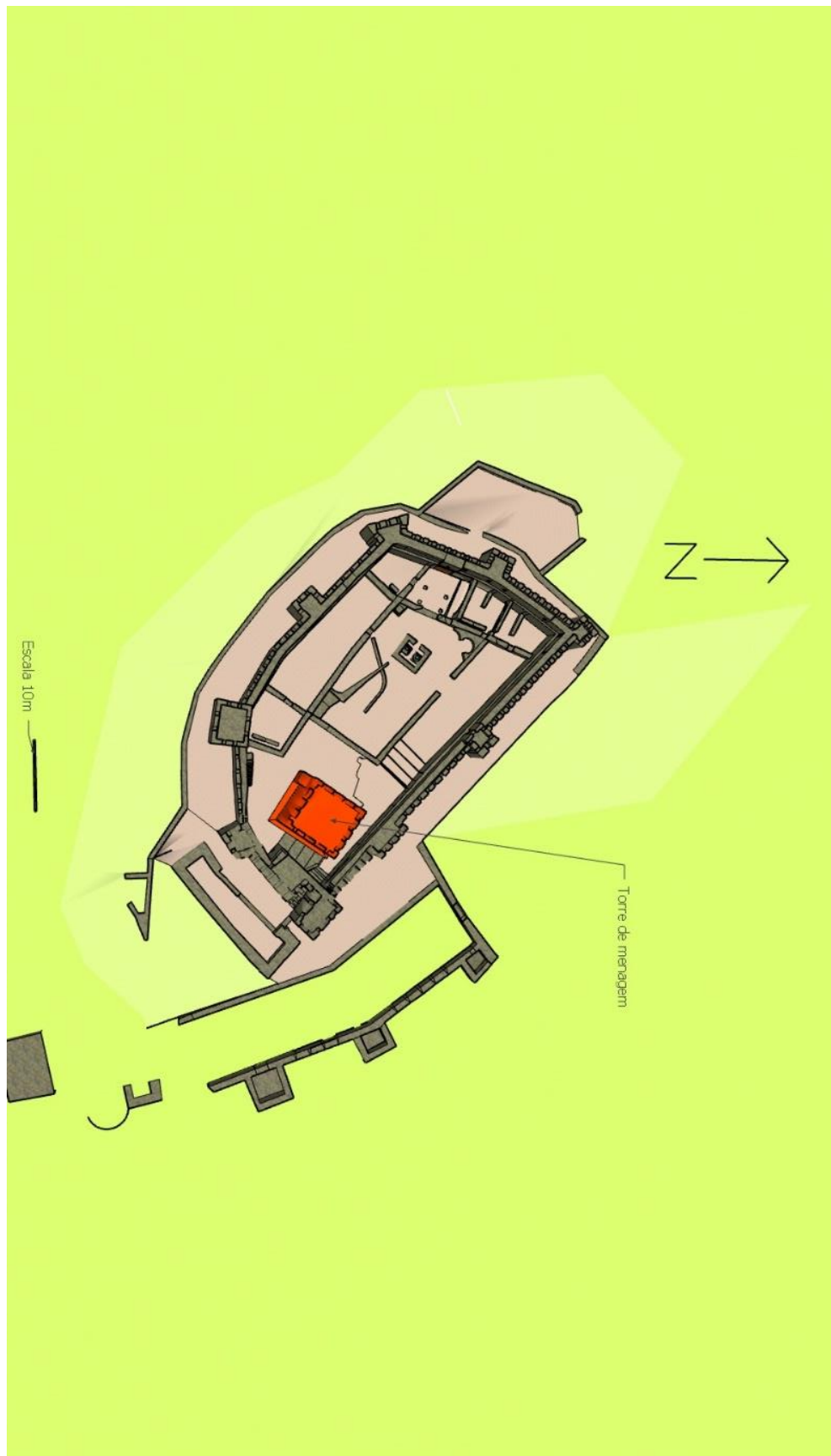


Figura 3. Torre de menagem.

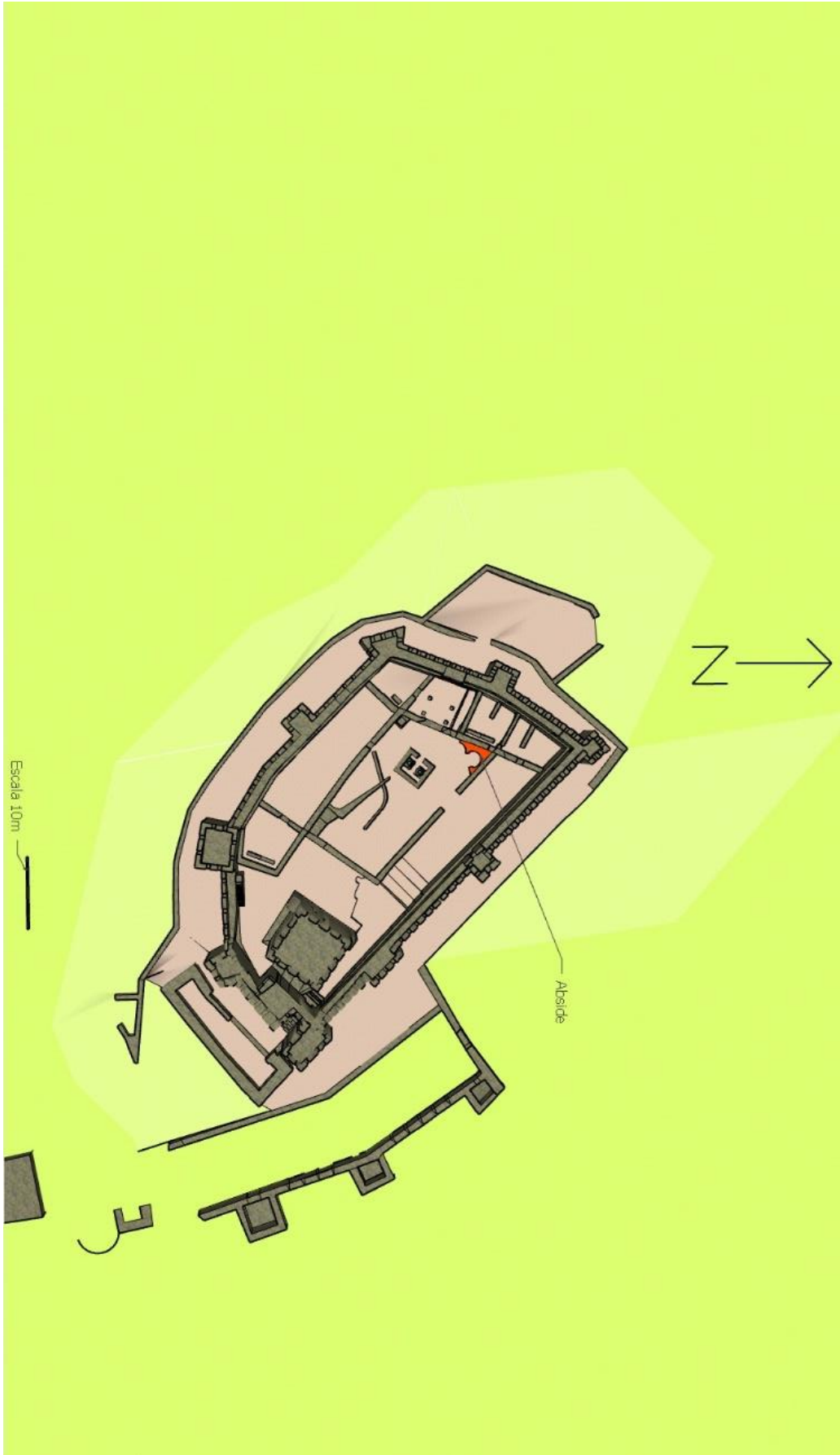


Figura 4. Abside.

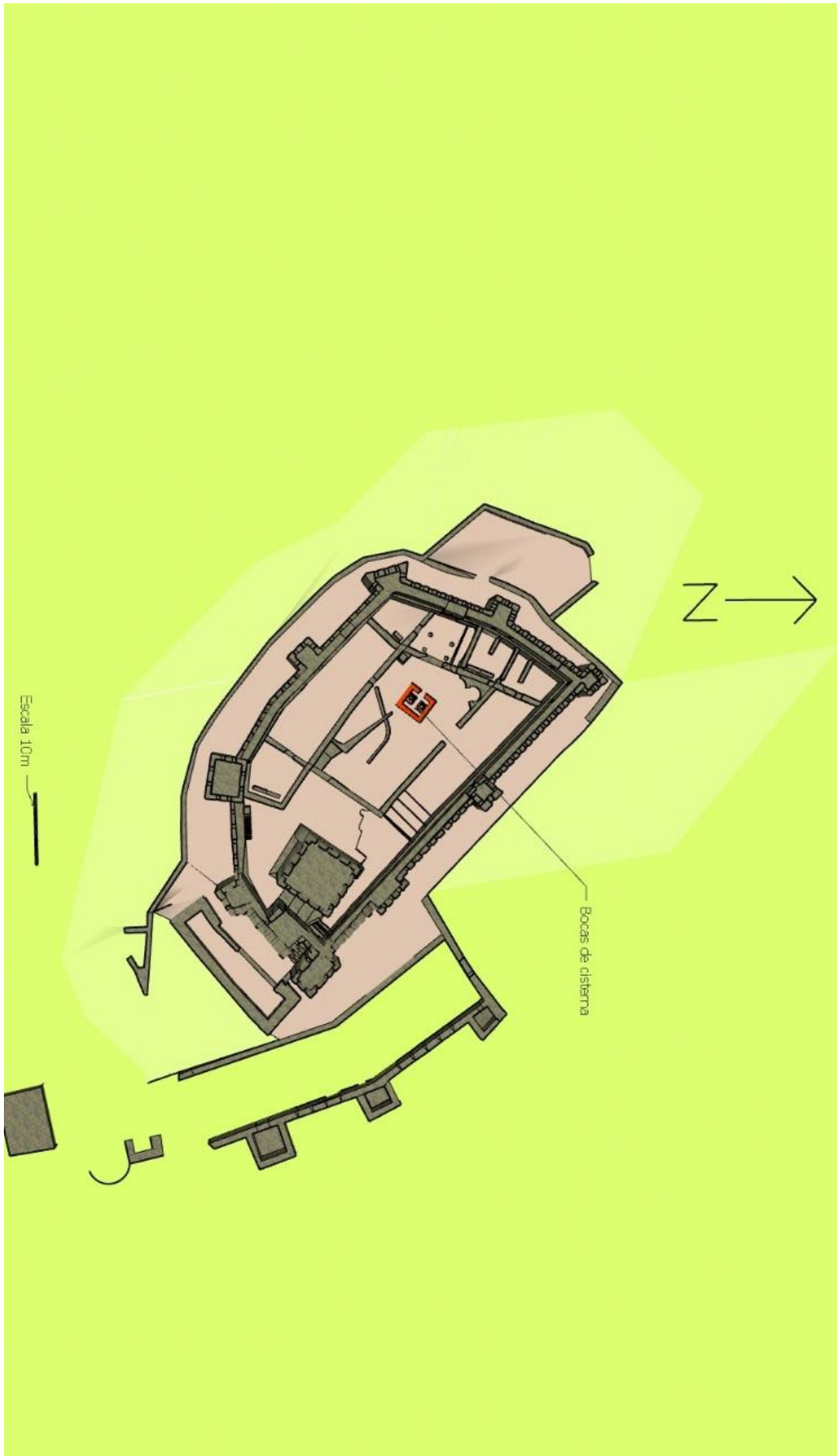


Figura 5. Bocas de cisterna.

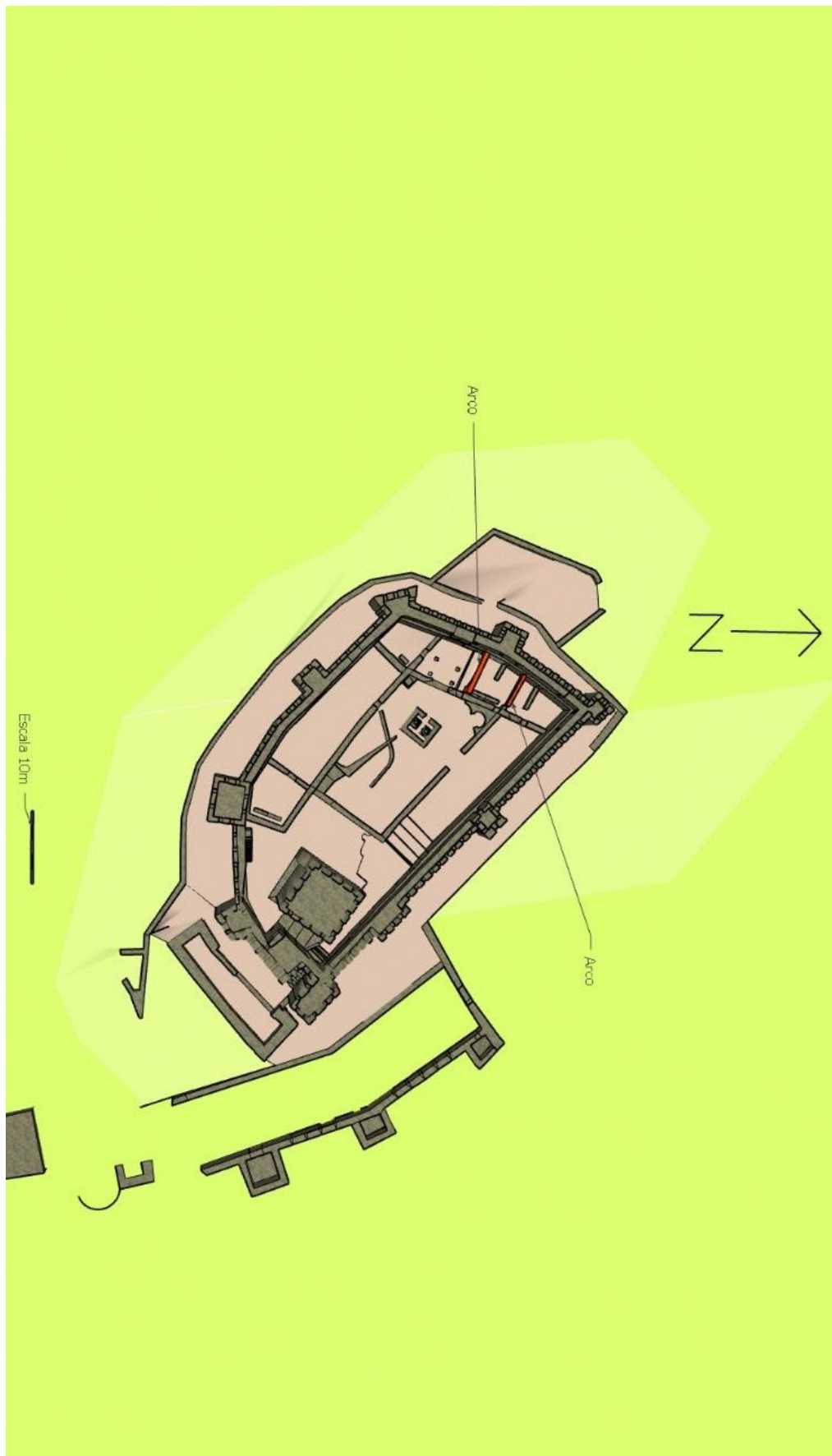


Figura 6. Dois arcos junto do torreão F e do pano de muralha 6.

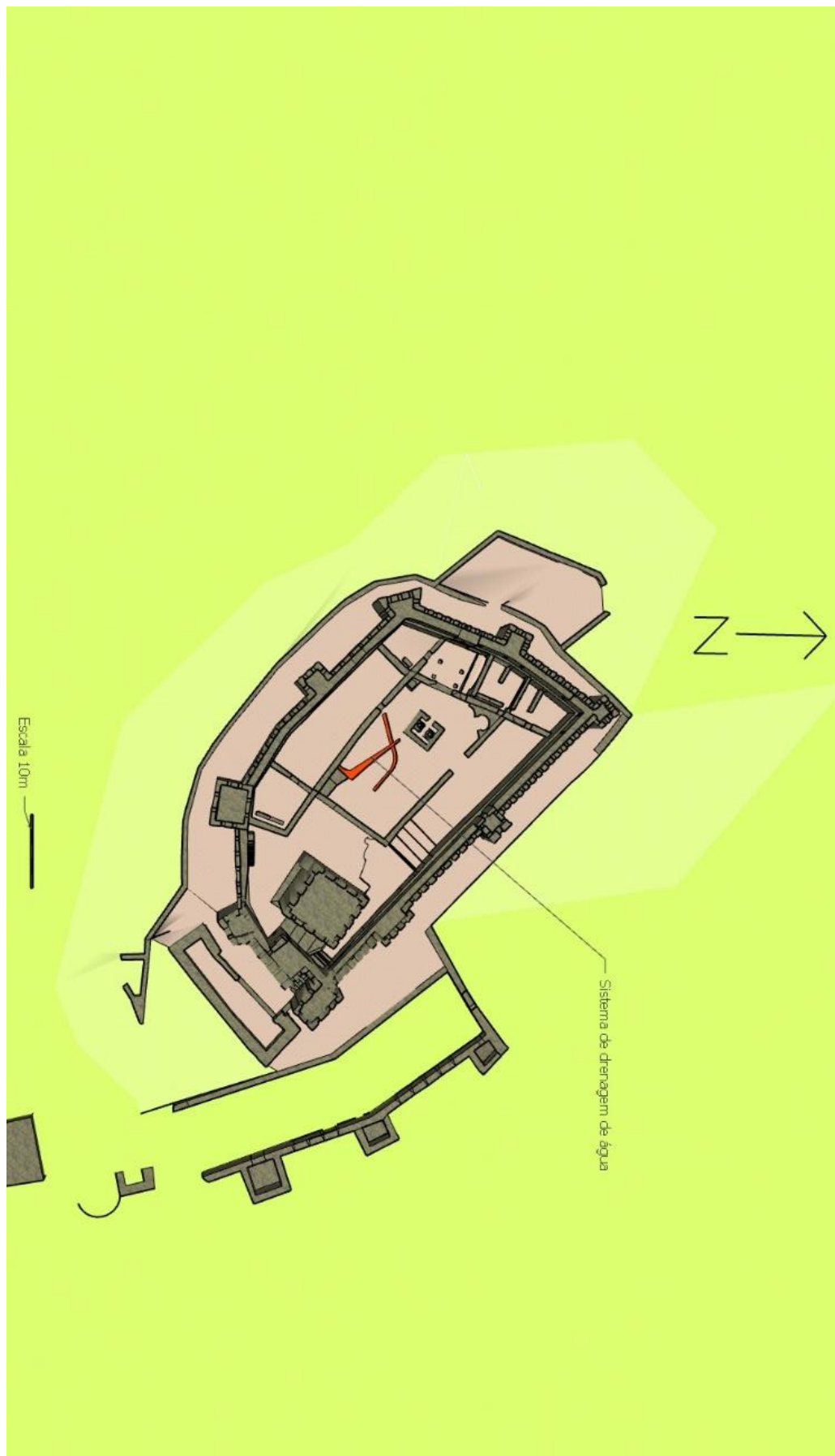


Figura 7. Sistema de drenagem de água.

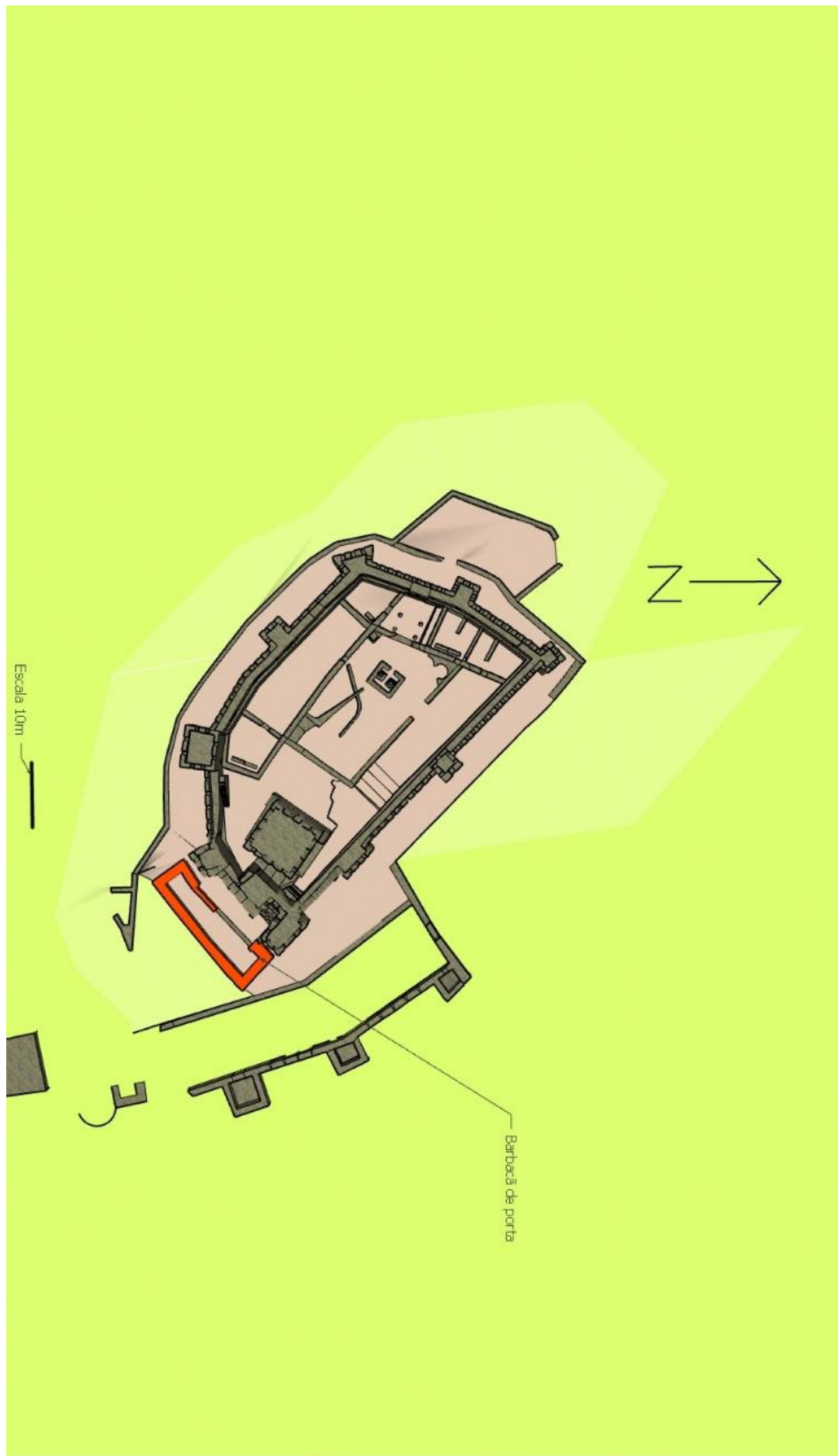


Figura 8. Barbacă de porta.

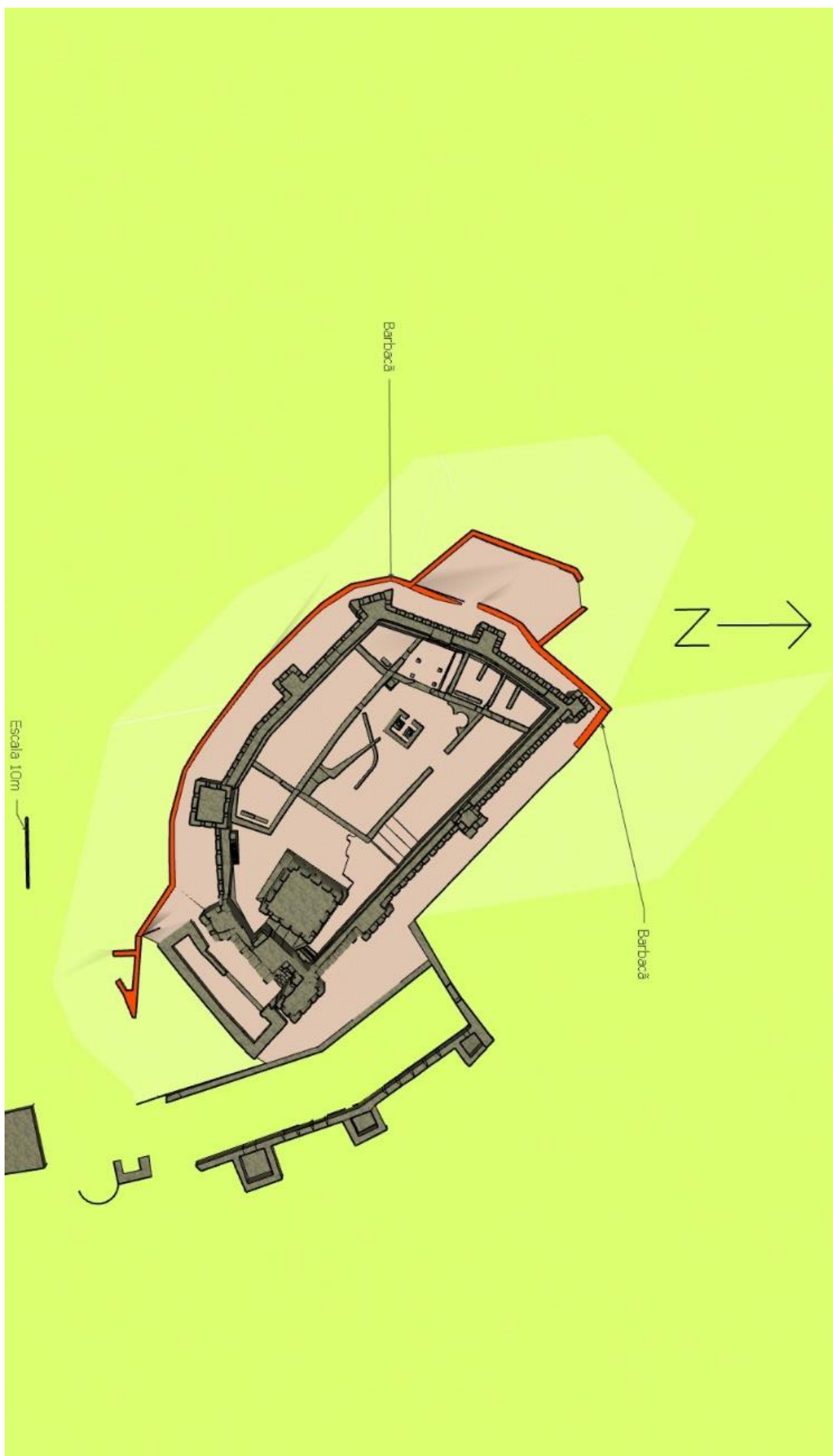


Figura 9. Barbacã.

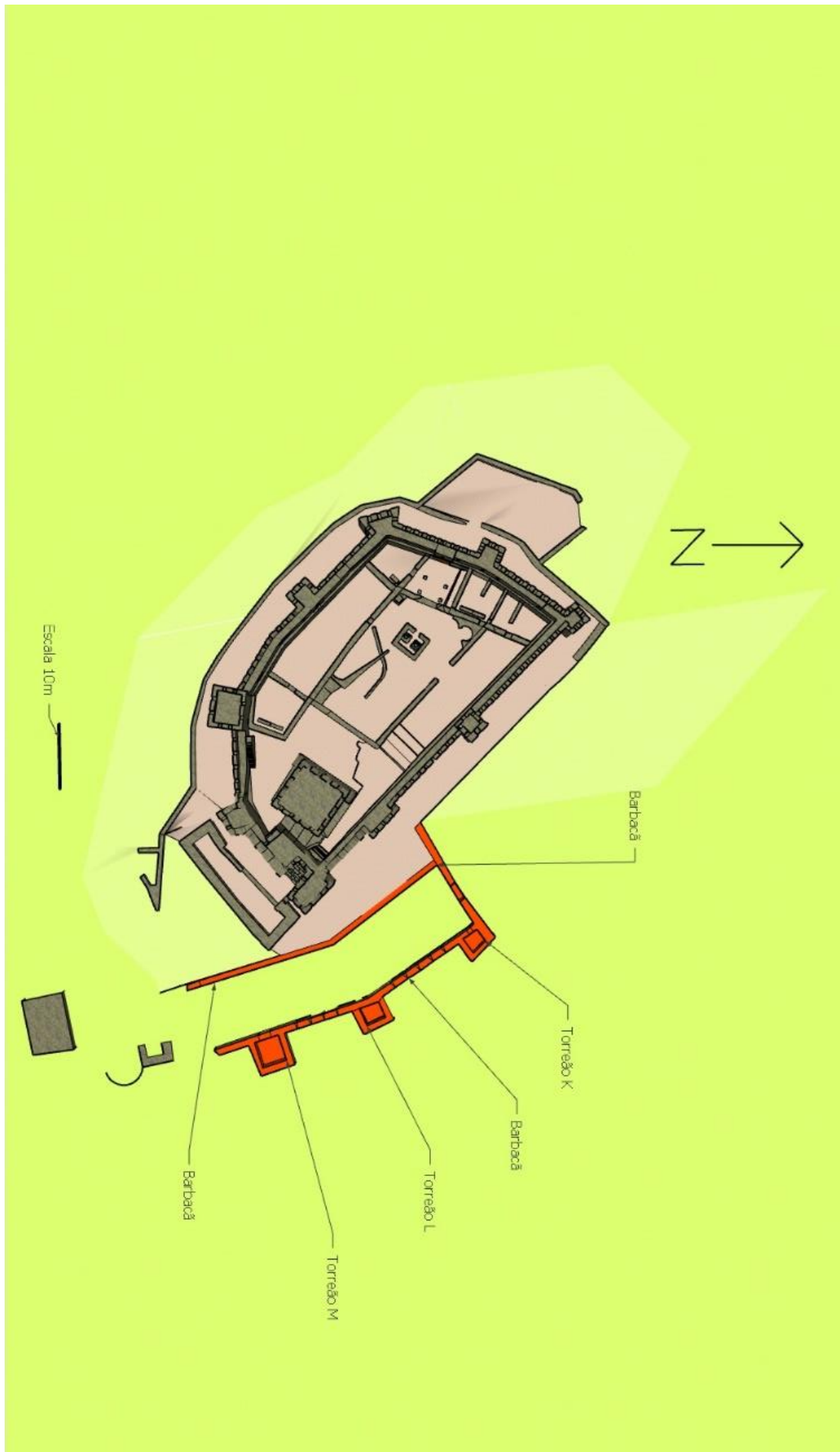


Figura 10. Barbacã com torreões K, L e M.

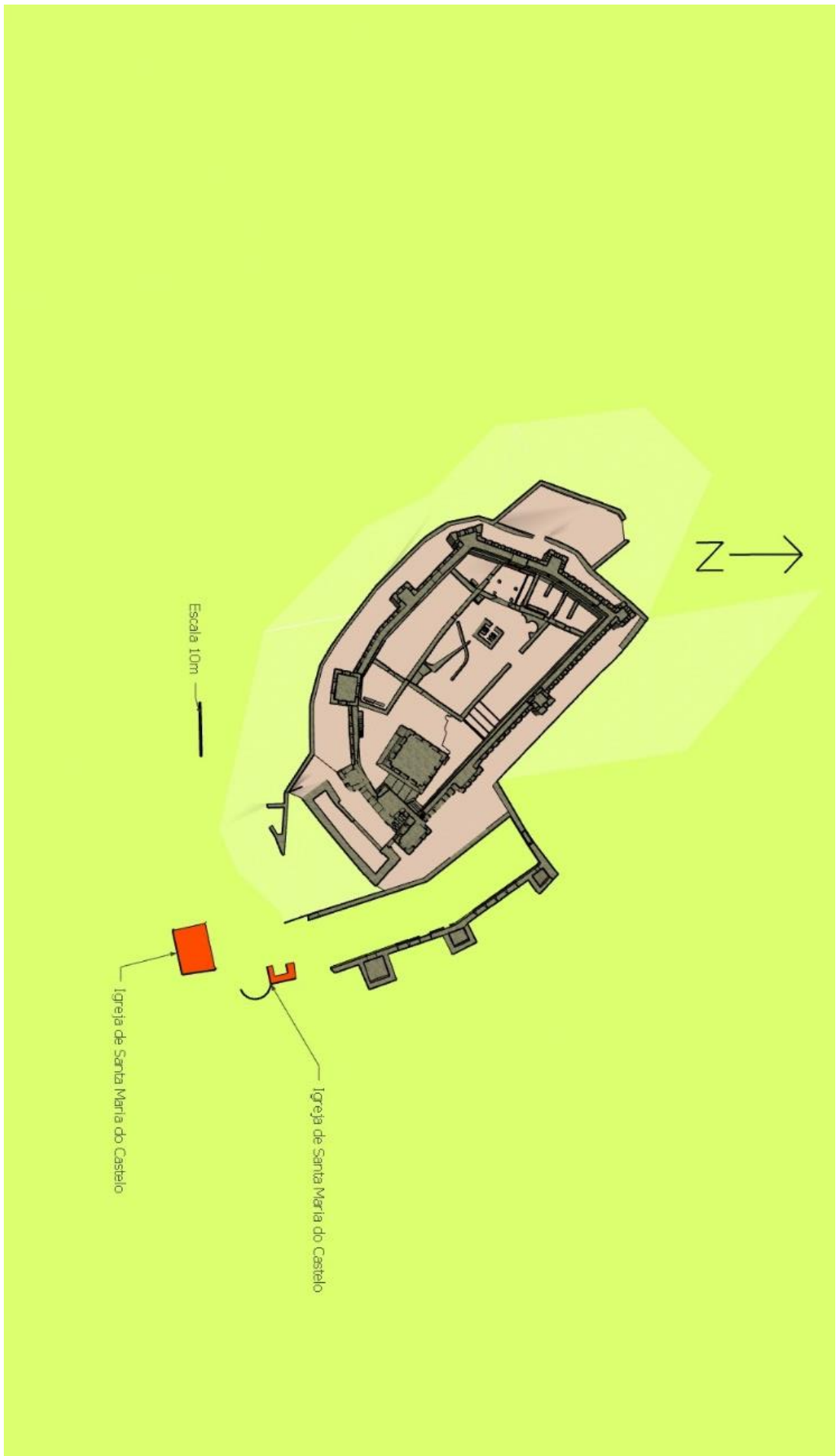


Figura 11. Vestígios da Igreja de Santa Maria do Castelo.

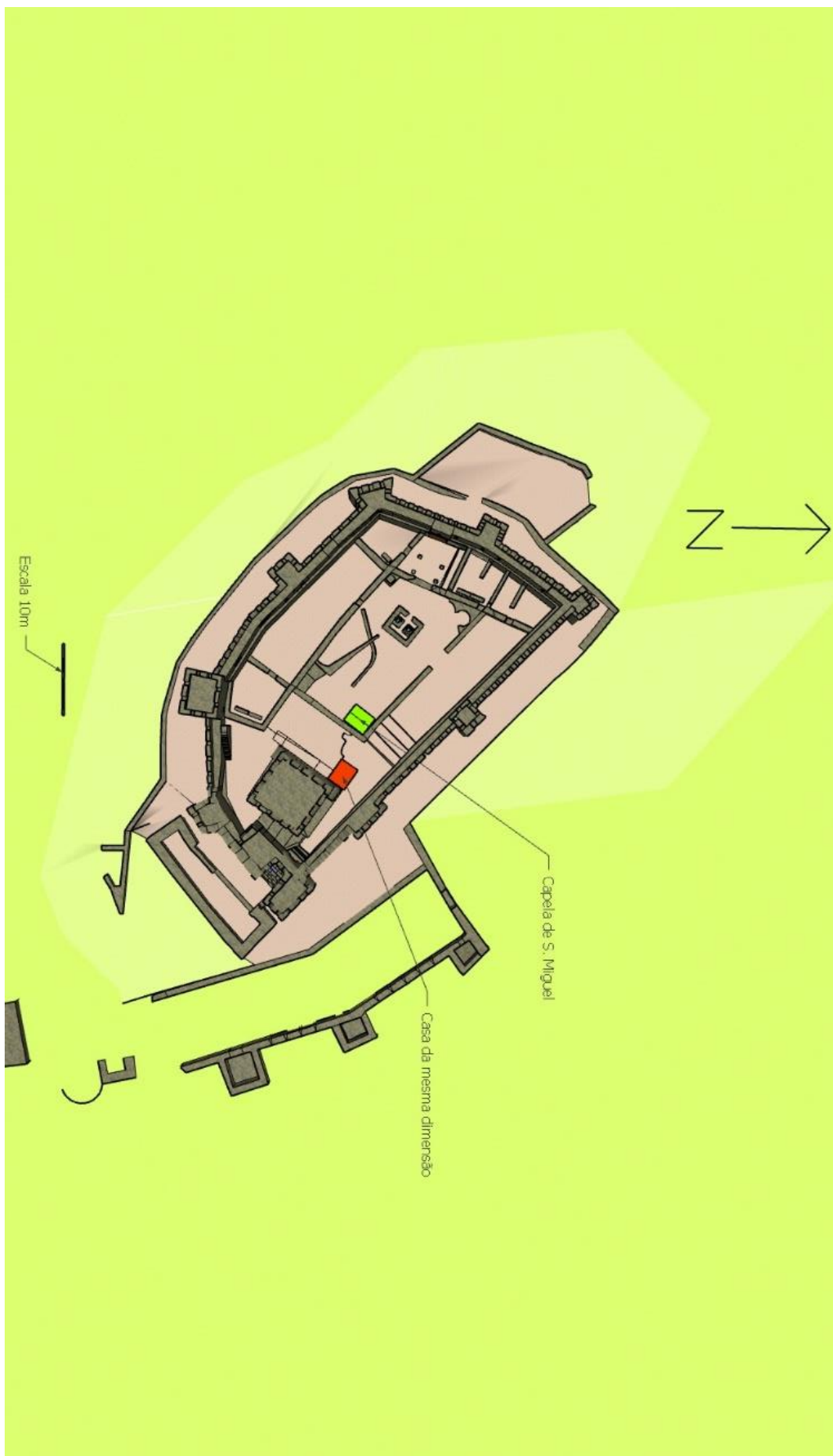


Figura 12. Proposta de localização da Capela de S. Miguel e casa da mesma dimensão (segundo a descrição de 1663).

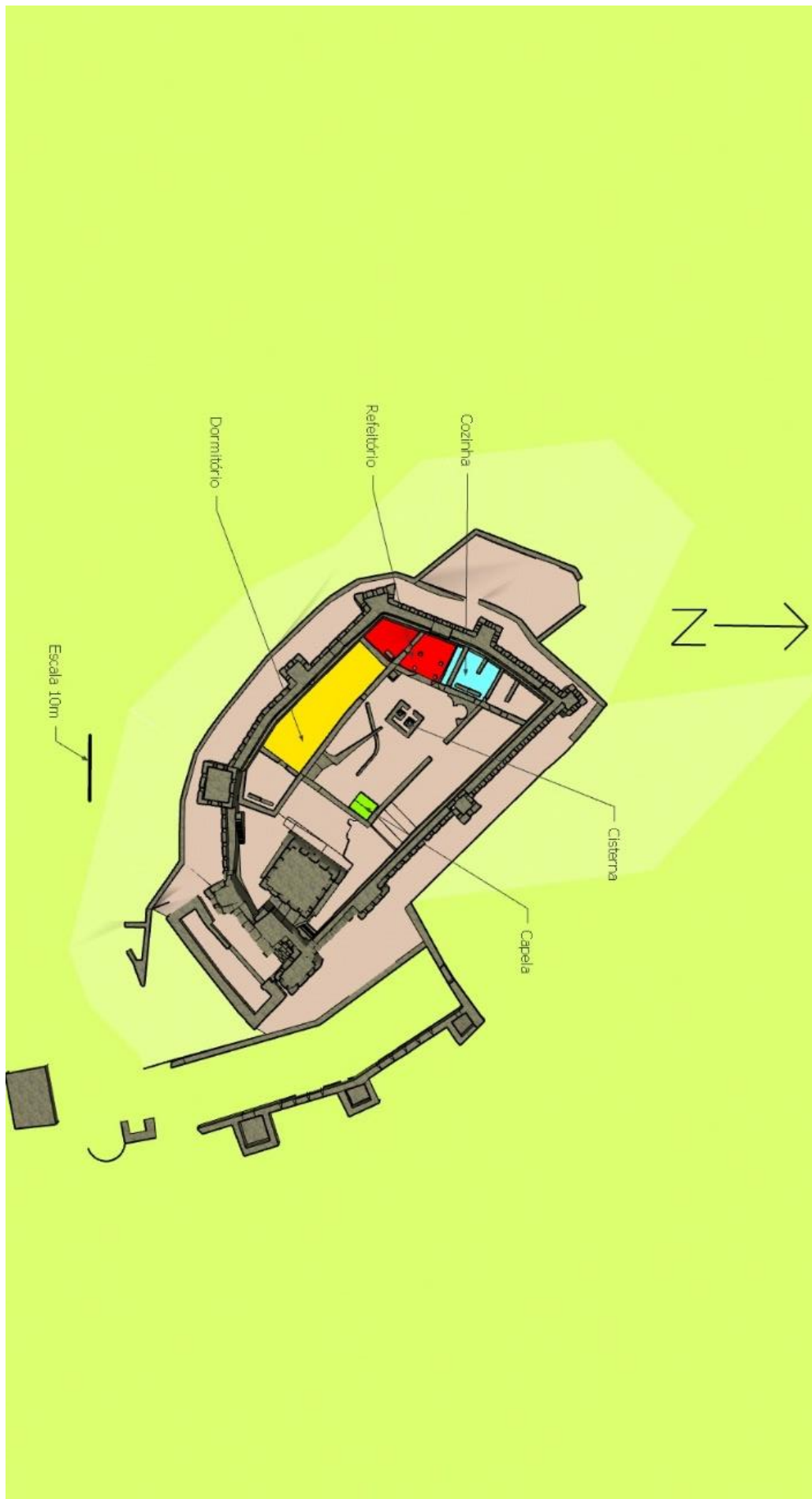


Figura 13. Proposta de localização geral de alguns elementos no séc. XII.

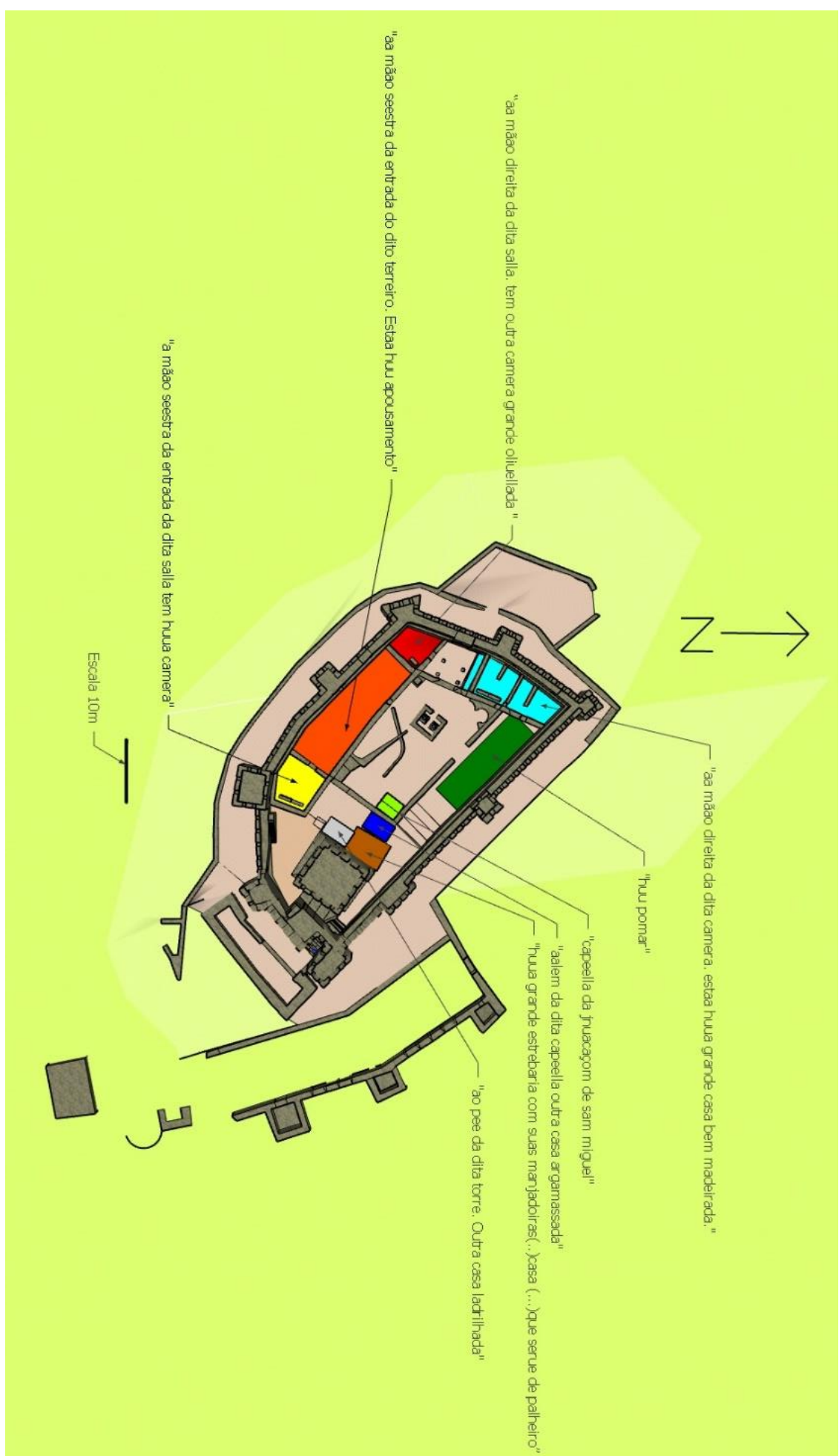


Figura 14. Proposta de localização das estruturas presentes na descrição de 1508.

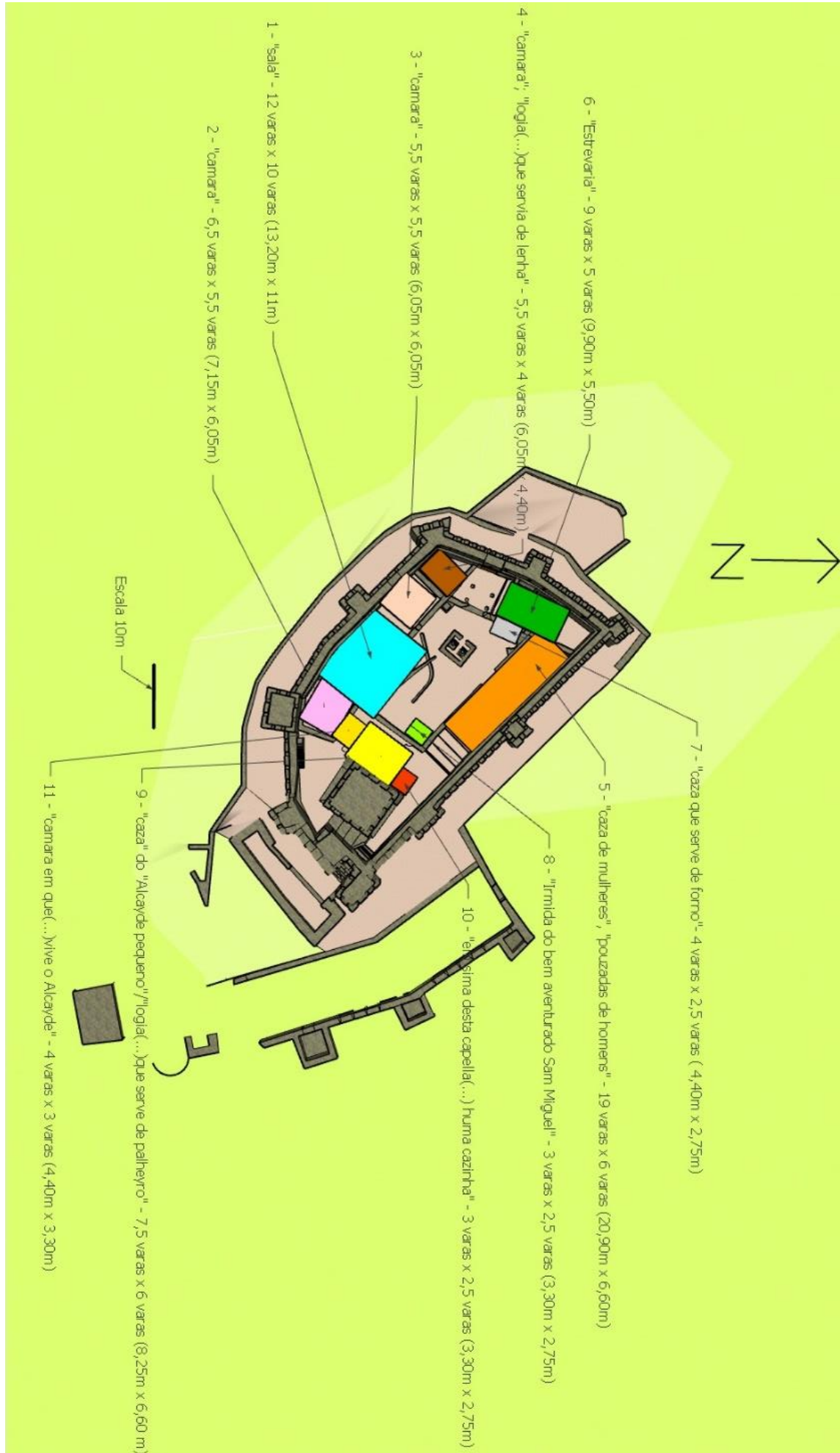


Figura 15. Proposta de localização das estruturas presentes na descrição de 1663.

